

**UFRRJ**

**DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO, SOCIEDADE E  
AGRICULTURA**

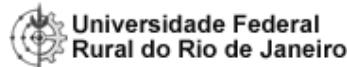
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,  
AGRICULTURA E SOCIEDADE - CPDA/UFRRJ**

**TESE**

**A Tradição Reconfigurada: Mandonismo, Municipalismo  
e Poder Local no Município de Nilópolis e no Bairro da  
Rocinha na Região Metropolitana do Rio de Janeiro**

**Paulo Rogério dos Santos Baía**

**2006**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E  
SOCIEDADE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,  
AGRICULTURA E SOCIEDADE - CPDA/UFRRJ**

**A TRADIÇÃO RECONFIGURADA: MANDONISMO,  
MUNICIPALISMO E PODER LOCAL NO MUNICÍPIO DE NILÓPOLIS  
E NO BAIRRO DA ROCINHA NA REGIÃO METROPOLITANA DO  
RIO DE JANEIRO**

**PAULO ROGÉRIO DOS SANTOS BAÍA**

Sob a Orientação do Professor  
**Luiz Flávio de Carvalho Costa**

Tese submetida como requisito parcial  
para obtenção do grau de Doutor em  
Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade.

Seropédica, RJ  
Junho de 2006

361.100981 Baía, Paulo Rogério dos Santos  
53 A tradição reconfigurada:  
B152t mandonismo, municipalismo e poder  
T local no município de Nilópolis e  
no bairro da Rocinha na região  
metropolitana do Rio de Janeiro /  
Paulo Rogério dos Santos Baía. -  
2006.  
160 f.

Orientador: Luiz Flávio de  
Carvalho Costa.

Tese (doutorado) - Universidade  
Federal Rural do Rio de Janeiro,  
Instituto de Ciências Humanas e  
Sociais.

Bibliografia: f. 150-160.

1. Desigualdade social - Rio de  
Janeiro - Teses. 2. Poder - Rio de  
Janeiro - Teses. 3. Cidadania -  
Teses. 4. Baixada Fluminense - Rio  
de Janeiro - Teses. 5. Favelas -  
Rio de Janeiro - Teses. I. Costa,  
Luiz Flávio de Carvalho. II.  
Universidade Federal Rural do Rio  
de Janeiro. Instituto de Ciências  
Humanas e Sociais. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO, SOCIEDADE E AGRICULTURA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA**  
**E SOCIEDADE - CPDA/UFRRJ**

**PAULO ROGÉRIO DOS SANTOS BAÍA**

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

TESE APROVADA EM 05/06/2006

---

Prof. Dr. Luiz Flávio de Carvalho Costa. UFFRJ (Orientador)

---

Prof. Dr. José Cláudio Souza Alves. UFRRJ

---

Prof. Dr. Raimundo Nonato dos Santos. UFRRJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gislene Neder. UFF

---

Prof. Dr. Gisálio Cerqueira Filho. UFF

A meu pai, amigo e professor, Luciano dos Anjos Baía.

A minha mãe, companheira militante e prudente conselheira, Alzira dos Santos Baía.

A minha filha, Flávia Baía, depositária de minhas melhores esperanças.

A minhas tias Emília, Betânia e Glória Russa.

Aos amigos e companheiros Leonel de Moura Brizola, Mário Covas, Miro Teixeira e Nilo Batista, pela confiança e pelas oportunidades.

Aos professores José de Souza Marques, Stella Souza Marques, Manoel Maurício de Albuquerque, Emir Amed, Rui Reitter, Lorival Câmara, Lyra Madeira, Jeter Ramalho, Estela Amorim, Antônio Celso Alves Pereira, José Nilo Tavares, Joel Rufino e César Guimarães, que de maneiras e em tempos diferentes, foram decisivos para minha formação intelectual, técnica e profissional, assim como a todos os meus demais professores.

Aos amigos, companheiros e/ou líderes religiosos que sempre me ouviram e aconselharam, Eduardo Mascarenhas, Artur da Távola, Roberto Morena, João Saldanha, Dom Marcos Barbosa, Pastor Jonas Resende, e ao líder espírita kardecista Altivo Pamphiro.

Aos amigos de toda uma vida, Carlos André da Silva Santos, Daniela Stephenson, Fernando Gama, Arlindenor Pedro de Souza, Helena de Andrade Pires, Maria Tavares Santinha, Rosi Marques Machado, Juvenal Leitão Alves, Alan Melo Albuquerque, Olívia Galvão, Standislau Monerat, Cibilis Viana, Modesto da Silveira, Marcelo Cerqueira, Jorge da Silva, Raimundo de Oliveira e Armando Ribeiro.

A meus sobrinhos e sobrinha Leonardo, Luciano e Taís Baía.

A meu enteado e amigo Daniel Coutinho.

A todos os meus alunos e ex-alunos desde 1967.

Aos comunistas do Partido Comunista Brasileiro – PCB/Partidão.

Aos comunistas do Partido Comunista do Brasil – PC do B.

A todos os favelados do Estado do Rio de Janeiro.

A todos os moradores da Baixada Fluminense.

A Cristina Costa e Silva, por seu amor, sua dedicação e sua extrema solidariedade.

## Agradecimentos

Fazer agradecimentos confessionais é sempre difícil e sempre se corre o risco de esquecer alguém. Entretanto, em uma tese de doutorado como esta, produzida aos cinqüenta e quatro anos de idade e aos trinta e nove anos de exercício do magistério, torna-se necessária uma longa lista de sinceros agradecimentos.

A começar por meu amigo e orientador Luiz Flávio de Carvalho Costa, que antes de ser meu orientador foi meu companheiro de aventura sociológica nos idos da década de 70 do século passado. Junto a uma equipe de fabulosos e competentes sociólogos, percorremos as entradas da rede produtiva da indústria tabagista, desde as áreas de produção agrícola até a moderníssima fábrica de cigarros da Souza Cruz em Uberlândia. Foi um tempo bom, viajando por todo esse país. Entretanto, meus agradecimentos nesse ato são pela paciência, pela compreensão, pela zelosa competência e pelos sábios conselhos e dicas que me deu a partir de março de 2003, quando ingressei como doutorando no CPDA. Luiz Flávio, com carinho e rigidez técnica, foi fundamental para o fim dessa jornada acadêmica, que se encerra com a defesa da presente tese de doutorado.

Ao professor Marco Antônio da Silva Mello, responsável direto pelo processo de minha ressocialização acadêmica e universitária. Marco Mello foi o único professor do IFCS/UFRJ que, de maneira insistente e diária, desde minha volta ao IFCS em janeiro de 1996, pressionou-me para retomar minha qualificação em nível de pós-graduação, não apenas me incentivando, mas insistindo para que eu fizesse o mestrado e o doutorado. Tenho que ser profundamente grato a Marco Antônio da Silva Mello, pois ele tinha inteira razão quando afirmava que eu era um professor famoso e realizado, que não precisava provar nada a ninguém, mas que o fato de ter ficado de 1985 a 1995 fora da universidade ocupando funções públicas e políticas não me credenciava como professor, pesquisador e educador em uma universidade que havia se transformado totalmente no final da década de 80 e início da década de 90 do século XX, com a consolidação dos programas de pós-graduação. Que de nada valia minha larga experiência nos Poderes Executivos e Legislativos federal e estadual; que minha experiência como assessor técnico da Assembléia Nacional Constituinte tinha serventia zero para minha carreira de docente do IFCS/UFRJ. Eu precisava, segundo Marco Mello, ser doutor, pois só assim não seria discriminado e

poderia utilizar a trajetória de minha vida na orientação de alunos em projetos de iniciação científica, dissertações de mestrado e teses de doutorado, o que no tempo presente só é possível para docentes com doutorado, diferentemente da época em que, como bacharel em Ciências Sociais, fui Chefe do Departamento de Ciências Sociais, Coordenador do Curso de Graduação em Ciências Sociais e Coordenador de Extensão do IFCS/UFRJ, instituição na qual ingressei, por concurso público, em 1977. Face a isso, sou muito grato a Marco da Silva Mello, pois sua visão pragmática da universidade fez com que eu iniciasse, em 2000, meu processo de ressocialização, com minha entrada no Mestrado em Ciência Política na UFF, e esteja agora concluindo meu doutorado em Ciências Sociais no CPDA/UFRRJ.

A minha família, que sempre esteve a meu lado em todos os meus momentos. Sou imensamente grato a meus pais, Luciano e Alzira, por sua coragem e sensibilidade, por terem dedicado suas vidas a favor dos mais pobres, dos mais humildes, e nos lembrado que esta atitude sempre vale a pena.

A meus tios e tias, Luís, Jorge, Nei, Fábio, Fagundes, Cleto, Wellington, Jayme, Antônio, Álvaro, Moacir, Russa, Emília, Betânia, Lourdes, Marina e Dorinha, que sempre estiveram presentes em todas as etapas de minha formação. A eles sou igualmente grato.

A meus irmãos César, Cláudio, Carlos Alberto e Maurício, que de alguma forma, e em algum momento, estiveram a meu lado, com apoio e torcida.

A meus primos, primas e sobrinhos, de forma especial a Sérgio Baía, Fábio Bahia e Mariza Bahia, enfatizando que Mariza foi a primeira doutora de nossa família suburbana e afro-descendente e, se tudo correr bem, eu serei o segundo. Essa observação pode parecer pueril e sem sentido para muitos, mas não para mim, pois aprendi com meu pai, Luciano Baía, e com o professor negro José de Souza Marques que nunca devemos esquecer de nossa origem e das marcas da trajetória de nossas famílias. Assim, ao agradecer de forma especial a Mariza, estou agradecendo a todas as gerações de vizinhos e moradores nos subúrbios de Marechal Hermes, Guadalupe, Jardim Sulacap e Vila Valqueire, que apoiaram meus pais e tios a chegarem a uma escolarização de nível técnico e nível superior, propiciando a mim, a meus irmãos e a meus primos as oportunidades necessárias para sermos uma segunda geração de universitários afro-brasileiros e suburbanos. O professor José de Souza Marques, pastor da Igreja Batista de Jacarepaguá e diretor do Colégio Souza Marques, nos incentivava a estudar e, por meio da luta política, dos conhecimentos técnicos

profissionais e de uma sólida formação intelectual, ascendermos socialmente pela via do trabalho árduo e honesto, porém sem esquecer jamais que éramos negros, suburbanos e discriminados, e que nosso papel era muito importante para alavancar a auto-estima das populações negras e afro-brasileiras dos subúrbios da cidade do Rio de Janeiro. Como fez Mariza, ao graduar-se em Letras pela UFRJ e cursar com sucesso o Mestrado e o Doutorado estudando a temática de gênero e literatura brasileira na UERJ.

À família de minha companheira Cristina, que, com carinho, dedicação e solidariedade me recebeu e acolheu como membro. Portanto, de forma emocionada, registro minha gratidão a Diva, Regina, Ana Lúcia, Renata, Angela, Bartolomeu, Luís, Ricardo, Fábio, Ana Paula, Lucas, Amanda, Mateus e Danilo.

Aos amigos Gisálio Cerqueira, Gislene Neder, Aluízio Alves, Eurico Figueiredo, César Guimarães, Anna Marina, Carlos Henrique Aguiar, Carlos André, Armando Ribeiro, Jack London, Michel Misso, Alba Zaluar e Aspásia Camargo, e aos jornalistas Mário Morel, Maurício Dias e Mônica Rodrigues, que de forma complementar a Marco Antônio da Silva Mello, tiveram influência direta em minha decisão de retomar meu projeto de titulação acadêmica, que teve como primeiro resultado o título de Mestre em Ciência Política pela UFF, em março de 2001, com a aprovação da dissertação intitulada *A política como boato*, e agora completa seu ciclo com a defesa da presente tese de doutorado.

Aos amigos Carlos Henrique Miranda, Juvenal Alves, Carlos Alfredo Leitão, Juca, Chiquinha, Bira, Natanael, Osíris, Brandão, Leila, Márcia e Aluísio Tibiriçá de Miranda, com os quais muito aprendi nas memoráveis aulas e saltos de pára-quedas e escalando muitas montanhas nos Estados do Rio, São Paulo e Minas Gerais.

Aos companheiros de IFCS/UFRJ, Alan Melo Albuquerque, Célia Barth, Tema Pechman, Sheila Sá, Regina Jevoux, Nilson Moraes, Helena Pires, Ozéas Laranjeiras, Joaquim, Fiori, Lana Lage, Afonso Carlos, Francisco Carlos Teixeira, Zuleide Melo, Armênia Nercessian, Bernardo Karam e Lucy Linhares, pelas muitas tardes de delírio e as muitas empreitadas contra a ditadura militar.

Aos amigos Marcelo Cerqueira, Modesto da Silveira, Rogério Monteiro, Artur da Távola, Raimundo de Oliveira, Mário Covas, Cibilis Viana, Geraldão, Hércules Corrêa, Sérgio Granja, Guguta Brandão, Heloneida Studart, Iara Cruz, Givaldo Siqueira, Giocondo Dias, Alberto Rajão, Jandira Feghali e Miro Teixeira, pela

oportunidade que me deram de viver, junto a eles, inúmeras aventuras nas ruas e quebradas desse país, enfrentando os algozes da ditadura militar.

Aos professores do IFCS, meus colegas de trabalho, Antônio Celso, Aluizio Alves, Michel Misso, José Roque, Ingrid Sarti, Eli Diniz, Maria Lúcia Werneck Viana, Manoel Sanchez, Gian Mário, Paola Capelini, Regina Morel, Lúcia Guarany, Laudicéa, Elisa Reis, José Maurício Domingues, Charles Pessanha, Elina Pessanha, Gláucia Villas-Boas, Maria Yeda Linhares, Lincon Pena, Francisco Carlos Teixeira, Maria Conceição Góes, Clara Góes, André Botelho, Alice Paiva Abreu, Ana Maria Kischner, Ana Maria Galano, Afonso Carlos, Olívia Maria Cunha, Maria Laura Viveiro de Castro, José Reginaldo Gonçalves, Marco Antônio Gonçalves, Jesse Jane, Norma Musco, Anna Marina, Miriam Goldemberg, Marco Rufino, Fernando Santoro, Aquiles, Flávio Gomes e demais docentes do IFCS, pelo carinho com o qual sou sempre distinguido.

Esta tese de doutorado é produto de um intenso e minucioso trabalho de campo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Para empreender as tarefas de um vasto levantamento empírico, tanto em observações diretas, visitas e permanências freqüentes na Baixada Fluminense, em Nilópolis de forma particular, assim como nas muitas favelas da cidade do Rio de Janeiro, especialmente na Rocinha, contei com a ajuda de alguns auxiliares de pesquisa. Assim, sou muito grato a Camila Lameirão, Leonardo Petronilha e Marcelo Cavalcante, que com carinho, dedicação, presteza, rigor técnico e ousadia científica coletaram dados, informações e pesquisaram arquivos, estabelecendo comigo, como autor da tese, uma interlocução que vai além da técnica, pois contribuíram com críticas e sugestões que em muito foram acatadas.

À Coordenação de Combate à Discriminação e Articulação Comunitária da SEDH, nas pessoas de Olívia Galvão, Paulo Roberto Santos, Daniele, José Carlos Brasileiro, Valéria Passos, Suzana, Fátima Faúndez, Daniele Valim, Tharcília, Damiana, Josi, Vanessa, Isabel Martins, Aristides, Coutinho, Jorge Felipe, Paulo Lima e Beth, que muito me ajudaram nas diversas incursões que fiz ao sistema carcerário do Rio de Janeiro, assim como às diversas favelas da cidade do Rio de Janeiro e aos bairros periféricos da Baixada Fluminense.

Sou igualmente grato aos ex-secretários de Estado de Segurança Pública, Anthony Garotinho e Marcelo Itagiba, assim como a seus subsecretários, delegado Paulo Souto e Cel. Romeu, por terem me facilitado o acesso a dados, arquivos e dependências da área de segurança pública. Não posso deixar de expressar também

minha gratidão ao ex-comandante da Polícia Militar do Rio de Janeiro, Cel. Renato Hotz, assim como ao atual comandante da PMERJ, Cel. Hudson de Carvalho, e ao Cel. Claudeci, Chefe do Estado-Maior da PMERJ. Da mesma forma, contei com o apoio inestimável do chefe da Polícia Civil, delegado Álvaro Lins, do subchefe da Polícia Civil, delegado José Renato, assim como dos delegados de polícia Paulo Passos e Marta Rocha e da presidente do Instituto de Segurança Pública, Ana Paula Miranda.

Sou grato, de forma muito especial, a todos os policiais militares e civis de todos os níveis hierárquicos, que colaboraram com a pesquisa empírica prestando depoimentos, testemunhos e entrevistas e, de maneira muito carinhosa, a admirável D. Sônia, mãe de um policial militar de 21 anos friamente executado em serviço por criminosos. D. Sônia organizou e lidera uma ONG de direitos humanos e contra a violência que reúne familiares de policiais militares de boa conduta exterminados em serviço, em circunstâncias que não podem ser caracterizadas como confronto armado entre policiais e bandidos. A ONG Voz do Silêncio muito tem contribuído, de forma não-corporativa, na luta contra a violência e pela cidadania de todos os brasileiros.

É necessário um agradecimento muito especial ao secretário de Estado de Administração Penitenciária, Astério Pereira dos Santos, assim como a seus subsecretários Aldinei Peixoto e Eduardo Gameleiro, que não apenas facilitaram a pesquisa empírica como transformaram-se em interlocutores privilegiados do autor dessa tese. A eles, a todos os funcionários da SEAP e a todos os internos que se dispuseram a prestar depoimentos e entrevistas, sou grato.

Agradeço a Arquidiocese do Rio de Janeiro, por intermédio de seu Arcebispo D. Eusébio, seus Bispos auxiliares D. Dimas Lara Barbosa e D. Ednei Matoso, pela ajuda e pela mediação. É importante ressaltar a contribuição que recebi do Padre Manangão, pároco da Rocinha e coordenador da Pastoral da Criança e do Adolescente, do Padre André Hombras, pároco em São João de Meriti e coordenador da Pastoral Carcerária e do Padre Luiz Antônio Pereira Lopes, pároco do Jardim América e coordenador da Pastoral de Favelas do Estado do Rio de Janeiro.

Agradeço aos Bispos da diocese de Nova Iguaçu, D. Luciano, da diocese de Duque de Caxias, D. Mauro Morelli e a seu substituto, D. José Francisco Resende Dias, e ao Padre Pierre Roy, coordenador do Centro de Direitos Humanos de Nova Iguaçu, além de todos os demais padres das duas dioceses da Baixada Fluminense, que foram incansáveis em ajudar-me e permanecer a meu lado nas incontáveis

incursões a Nova Iguaçu, Queimados, Caxias, São João de Meriti, Magé, Belfort Roxo e Nilópolis.

Não posso deixar de agradecer a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, por intermédio de Carlos Moura, coordenador nacional da Comissão de Justiça e Paz, e ao Bispo da diocese de Petrópolis, D. Filipo Santoro, que representa a entidade no Conselho Estadual dos Direitos Humanos. Através deles e de D. Dimas consegui, como pesquisador, chegar a locais inimagináveis, onde a pobreza, a miséria e a desesperança dominam centenas de milhares de seres humanos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Meus agradecimentos ao Pastor Marcos Pereira, líder da igreja evangélica neo-pentecostal Assembléia de Deus dos Últimos Dias, com sede em São João de Meriti e uma intensa capilaridade por todas as áreas pobres da Baixada Fluminense, das favelas cariocas e com pastores em todas as unidades prisionais do Estado do Rio de Janeiro, pois com seu apoio, incentivo e solidariedade, tive minha circulação muito facilitada em toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e, em particular, nas carceragens da POLINTER e nos presídios da SEAP. Não posso deixar de agradecer a contribuição fundamental e decisiva de Marcos Pereira como mediador e negociador que pôs fim, junto comigo, com o delegado Paulo Souto e com o ex-comandante da Polícia Militar Renato Hotz, à rebelião dos presos da casa de custódia de Benfica, que já durava três dias e produziu 30 mortos e um refém executado.

Agradeço ao líder religioso espírita kardecista Altivo Pamphiro e a todos os demais espíritas kardecistas que, por intermédio dos Centros Espíritas Leon Denis e Antônio de Aquino, desenvolvem um intenso trabalho de apoio e solidariedade humana nas áreas miseráveis e pobres da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, formando uma imensa rede de proteção social e inclusão. A Altivo e a todos os demais espíritas kardecistas, devo a possibilidade que tive de conhecer essas áreas e conviver com gente nas mais difíceis condições de sobrevivência, que com carinho e gentileza forneceram-me entrevistas, depoimentos, testemunhos e relatos de vida e de luta pela sobrevivência.

Meus agradecimentos a Associação de Familiares de Presos do Rio de Janeiro, as ONGs Reage Baixada, SOS Queimados, Questão de Honra, Posso me Identificar?, Afro-Reggae, CUFA, e as centenas de Associações de Moradores e Associações Comunitárias da Baixada Fluminense e das favelas cariocas, estendendo meus

agradecimentos a CUT – Central Única dos Trabalhadores – e a todos os sindicatos e associações profissionais a que tive acesso na elaboração dessa pesquisa.

É importante ressaltar a colaboração que recebi da juíza titular da Primeira Vara da Infância, Juventude e Idoso, Dra. Ivone, assim como do juiz titular da Segunda Vara da Infância e Juventude, Dr. Guaracy que, de forma sempre solícita e gentil, complementaram com precisão e riqueza de detalhes informações e dados que recebia da Secretaria de Estado de Infância e Juventude, sendo que tenho dívida de gratidão particularizada com Evandro Stille, titular da pasta.

Agradeço ao delegado de polícia José Vercilo e a toda a equipe da Corregedoria Geral Unificada, e a promotora de justiça Maria do Carmo, Ouvidora da Polícia, e sua equipe, ressaltando que tanto a CGU quanto a Ouvidoria da Polícia são órgãos vinculados à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, portanto externos à Secretaria de Estado de Segurança Pública, pelo acesso a seus arquivos, seus testemunhos, relatos e conversas profissionais sobre o tema da presente tese de doutorado.

Minha gratidão é imensurável para com o Ministério Público Estadual, nas figuras emblemáticas de Marfan Vieira, Procurador-Geral, e Leonardo Chaves, Subprocurador-Geral dos Direitos Humanos.

Agradeço ao Congresso Nacional, por intermédio do Senador Marcelo Crivella, vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, ao Deputado Federal Chico Alencar, da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro – ALERJ, por intermédio de seu presidente, Deputado Jorge Picciani, do Deputado Noel de Carvalho, líder do governo, da Deputada Heloneida Studart, líder da oposição e do Deputado Estadual Alessandro Molon, da Comissão de Direitos Humanos.

Agradeço igualmente a todos os vereadores das Câmaras Municipais de Nilópolis, de Queimados e Nova Iguaçu, assim como a Câmara Municipal de Vereadores do Rio de Janeiro, nas pessoas dos vereadores Samir Jorge, Leila do Flamengo, Paulo Cerri, Fernando Gusmão, Rosa Fernandes, Edson Santos, Eliomar Coelho, Stepan Nercessian e Aspásia Camargo.

Agradeço também a todos os moradores do bairro da Rocinha e do Município de Nilópolis que concordaram em participar da pesquisa prestando depoimentos, dando informações e sendo entrevistados, assim como a todos os moradores da Baixada Fluminense e das favelas cariocas que fizeram o mesmo.

Para realizar esta tese de doutorado repeti uma prática que representa meu estilo e forma de viver. Comecei a trabalhar aos doze anos de idade, e desde então sempre trabalhei e estudei de forma concomitante. Seguia o exemplo de meu pai, meus tios e minha prima Mariza Bahia. Portanto, esta tese de doutorado foi elaborada utilizando todas as oportunidades de tempo que o trabalho como subsecretário de Estado de Direitos Humanos me permitia. Utilizei as incursões, diligências, investigações e averiguações da Secretaria de Estado de Direitos Humanos como oportunidades de pesquisa empírica e observação participante nas favelas cariocas e em toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Continuei também a exercer as funções de docente do Departamento de Sociologia do IFCS/UFRJ, ministrando duas disciplinas, com um tema sempre ligado à elaboração da tese de doutorado *A Tradição Reconfigurada: Mandonismo, Municipalismo e Poder Local no Município de Nilópolis e no Bairro da Rocinha na Região Metropolitana do Rio de Janeiro*, de forma que minhas aulas transformavam-se em fóruns de discussão de minha pesquisa empírica na Rocinha e em Nilópolis; as aulas, com suas discussões acaloradas com jovens acadêmicos de Ciências Sociais, transformavam-se em grupos focais de reflexão e discussão de relatos, testemunhos, fatos e eventos ligados à temática da pesquisa de campo empreendida para elaboração da tese. Assim, tenho que agradecer a meus alunos no IFCS, a meus companheiros de trabalho na SEDH e a meus familiares, pois de forma carinhosa compreendiam e eram solidários comigo durante os feriados, finais de semana, noites e madrugadas em que escrevia o texto dessa tese e/ou analisava os dados, informações, entrevistas e depoimentos de moradores da Região Metropolitana do Rio, ou ainda mergulhava na bibliografia especializada no assunto. Nunca parei de trabalhar, e sempre estudei, pesquisei e escrevi. Essa é a dinâmica de minha vida desde menino, por isso sou imensamente grato a todos que me deram oportunidade de trabalho.

Sou muito grato a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a seu Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade e ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA, por terem me acolhido e fornecido as condições ideais de ensino e pesquisa, com um corpo docente de excepcional qualidade acadêmica, funcionários gentis, prestativos e eficientes e uma biblioteca digna de um centro de excelência em pesquisas multi e interdisciplinares em Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Economia, Agricultura e Meio-ambiente. De forma especial, agradeço aos docentes Eli Napoleão de Lima, Silvana de Paula, Roberto Moreira, Leonilde Sérvolo, Renato Maluf, Raimundo Santos, Maria José, John Comerford, Nélson Delgado, Sérgio Leite e aos demais

docentes que transformam o CPDA em um núcleo de destaque nas Ciências Sociais. Não posso deixar também de agradecer aos funcionários Renata, Teresa e José Carlos, sempre prestativos.

Quero expressar minha admiração e gratidão a Carlos Alberto Medeiros, velho militante do Movimento Negro, intelectual orgânico das causas populares e revisor e tradutor de primeira linha, que, em um gesto de extremo carinho e solidariedade, fez a revisão do texto desta tese.

Reservo um agradecimento todo especial a Jorge da Silva, meu amigo desde 1976, que me honrou com o convite para ser seu subsecretário de Estado na Secretaria de Estado de Direitos Humanos, da qual ele é titular. Jorge da Silva não é apenas um secretário de Estado, tem uma biografia que se confunde com o processo de redemocratização do Estado brasileiro. Junto com o saudoso e insubstituível Cel. Nazaré Cerqueira implantou, sob a orientação do governador Leonel Brizola, a partir de março de 1983, princípios de direitos humanos na ação da Polícia Militar e no sistema de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Jorge da Silva sempre trabalhou na contramão do autoritarismo e do discurso discriminador social e racista das instituições policiais fluminenses. Desde janeiro de 2004, Jorge da Silva tem sido mais do que um interlocutor, tem sido um companheiro de viagem de minha aventura sociológica.

A Daniel Coutinho, pelo apoio logístico em micro-informática, fundamental para o resultado favorável dessa minha empreitada.

Aos amigos Paulo D'Ávila, Ana Fernanda, Rosi Marques Machado, Aparecida Abranches, Aloizio Teixeira, Milton Flores, Raulino de Oliveira, Armando Sampaio, Paulo Pirica, Fernando Peregrino, Tales Luz, Sérgio Guimarães, Gelson Campos, Vilalba e Patrício, por todos os bons momentos.

A Armando Ribeiro, Santinha, Gregório e Guilherme, em cuja casa sempre me refugiei, recebendo deles atenção, carinho e generosidade.

A Cristina Costa e Silva, que me ajudou das mais diferentes formas e em tempo integral; sem ela não sei como teria sido, sem ela não teria sido.

A todos sou grato.

## RESUMO

BAÍA, Paulo Rogério dos Santos. **A Tradição Reconfigurada: Mandonismo, Municipalismo e Poder Local no Município de Nilópolis e no Bairro da Rocinha na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.** 2006. 160p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.

A presente tese é um estudo de corte vertical, de forma localizada, sobre o poder local e o mandonismo face a formas emergentes de cidadania participativa e demandas por direitos e reconhecimento social. Sendo, em princípio, concepções antagônicas de exercício do poder, foram analisados a extensão, os limites e as possíveis formas de convivência entre os atores sociais nesse espaço privilegiado pelo conflito e pela violência. Optamos pela realização de um estudo comparativo de objetos aparentemente extremos e antagônicos, o Município de Nilópolis e o bairro da Rocinha, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Este estudo nos ofereceu subsídios para a confecção de cenários mais abrangentes e ao mesmo tempo específicos, que possibilitaram construir uma percepção, uma compreensão e uma interpretação – tendo a observação empírica na Baixada Fluminense, nas favelas cariocas e, de maneira especial, no Município de Nilópolis e no bairro da Rocinha como foco – das rupturas e continuidades das relações de mando-obediência que legitimam e caracterizam a ideologia cultural da política fluminense contemporânea.

Palavras-chave: Baixada Fluminense, favelas, cidadania.

## ABSTRACT

BAÍA, Paulo Rogério dos Santos. Tradition Reconfigured: “Mandonismo”, Municipalism and Local Power in Nilópolis Municipality and Rocinha Neighborhood, Rio de Janeiro Metropolitan Region. 2006. 160p. Thesis (PhD in Development, Agriculture and Society). Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.

This thesis is a study of unequal power relations at the local level within the state of Rio de Janeiro. It analyzes the interaction between citizens' rights and the increasing demands for more active agency in dealings with the state and its representatives. What appears, at first glance, to be an antagonistic relationship between citizens and the state, especially in the matter of the exercise of power by state agencies, turns out to be more complex; hence the need for approaching the analysis of power in terms of the possibilities for both expansion and limitations. There are consequences of the above for the interactions between (a) social actors as citizens and (b) agencies and representatives of the state in a context which is characterized by conflict and violence. This study presents a comparative analysis of two sites, Rocinha and Nilópolis; this methodology further enhances the formulation of broader research questions which could be applicable to and testable in other situations. This thesis is a contribution to the study of power relations and transformations in the state of Rio de Janeiro and the cultural and ideological politics therein.

Key words: Baixada Fluminense, shanty town, citizenship.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I	
NILÓPOLIS E ROCINHA: CENAS DE UM MOSAICO URBANO	17
1.1 As duas faces da mesma moeda	17
1.2 A Baixada Fluminense	19
1.3 O Município de Nilópolis	26
1.3.1 Jogo do bicho	26
1.3.2 Esquadrão da morte e pistolagem	33
1.3.3 Dinâmica da morte e suas relações com o poder	34
1.4 O bairro da Rocinha	36
CAPÍTULO II	
A TRADIÇÃO RECONFIGURADA: REVISITANDO CONCEITOS	51
2.1 Considerações preliminares	51
2.2 Cidadania	61
2.3 Mandonismo, clientelismo e poder local	70
2.4 Classes sociais e elites mandatárias	75
2.5 Patrimonialismo	79
CAPÍTULO III	
A TRADIÇÃO RECONFIGURADA: A VIOLÊNCIA COMO ÉTICA, A IMPUNIDADE COMO PRÁTICA POLÍTICA	82
3.1 A impunidade das elites como cultura política	82
3.2 As previsões de Nostradamus e as ferramentas de Marx	95
3.3 A violência como ética, a impunidade como prática	98
CAPÍTULO IV	
A TRADIÇÃO RECONFIGURADA: A QUESTÃO SOCIAL SOB A PERSPECTIVA DA MISÉRIA	106
4.1 Questão social, ralé e miséria em perspectiva	106
4.2 Movimentos sociais: subcidadania e reconhecimento	110
4.3 Continuidades e "mudanças"	121
4.4 Delírios e extremos: horror e futilidade	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
CONCLUSÕES	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	150

## APRESENTAÇÃO

O propósito da presente tese de doutorado é investigar a dinâmica e a estrutura do poder local existente na ambiência da área metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, tendo como foco referencial o Município de Nilópolis e o bairro<sup>1</sup> da Rocinha. Para tanto, realizei um estudo comparativo entre os dois pólos da pesquisa, visando o entendimento das práticas políticas ligadas à relação mando/obediência, no contexto local do Estado do Rio de Janeiro do tempo presente.

A ênfase política adquirida pela noção e idéia de poder local passa a ganhar uma nova dimensão após a Constituição de 1988, reconfigurando formas tradicionais de controle social e político pelas elites mandatárias locais, ao mesmo tempo em que também se abrem espaços de tensão e aquisição de direitos e reconhecimento para novos atores sociais, sintonizados com as idéias contemporâneas de cidadania ativa e democracia participativa.

Trata-se, então, de descrever e analisar um contexto de tensões entre formas clássicas de dominação política no Brasil e a emergência de novos paradigmas de ação política que buscam a classificação social e a aquisição do status de cidadania.

Evidentemente que, nessa busca, o mais das vezes, não encontrei um quadro definido, pois a dinâmica social se encarrega de acrescentar os diversos matizes da aquarela a uma realidade que se busca apresentar em preto e branco. Dessa forma, acaba sendo quase que “natural” encontramos segmentos tidos como “progressistas” e/ou de “esquerda”, enquanto definição clássica e marxista acadêmica, a desenvolver ações que reforçam as práticas rural-escravistas tradicionais da ideologia cultural política brasileira, e vice-versa.

Consoante o acima exposto e de acordo com as concepções construídas e consagradas no imaginário social como representações do real, acatando-as como paradigmas cotidianos de ação sociopolítica concreta, tomei como referência inicial para este estudo a versão de que no Município de Nilópolis vige, de forma geral, uma estrutura de poder local de recorte tradicional, onde se operam o mandonismo e o clientelismo clássicos, mais identificados com os conceitos acadêmicos elaborados a respeito por Vitor Nunes Leal (1986), Maria Isaura Pereira de Queiroz (1956), Alberto Passos Guimarães (1972), Eli Diniz (1982), José Murilo de Carvalho (1997), Paulo D’Ávila Filho (2000) e Luiz Henrique Bahia (2003).

Segundo os mesmos critérios acima argüidos, o bairro da Rocinha apresentaria um cenário totalmente oposto, dadas as especificidades da “não-cidadania” que é apresentada nos múltiplos discursos sobre favelas e, em particular, sobre a Rocinha, sendo o poder local repleto de variantes e novos componentes que podem ser identificados desde a sua inserção

<sup>1</sup> Para este estudo, classificarei a Rocinha como bairro periférico, pois quase todos os atores sociais da Rocinha a definem como um bairro, negando a denominação de favela ou de comunidade, e apresentando a Lei Municipal nº 1995, de 18 de junho de 1993, que transformou a Rocinha em bairro da cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, na literatura sociológica, na mídia e na literatura de ficção, a Rocinha é sempre tratada como uma favela. Já as organizações religiosas, as ONGs e os militantes políticos partidários denominam a Rocinha de comunidade, assim como o fazem com as demais favelas. Este registro é importante pois nas demais favelas do Rio de Janeiro a expressão comunidade é utilizada pelos próprios moradores, como nos complexos da Maré e do Alemão, ou no Pavão-Pavãozinho e Cantagalo. Esta classificação como bairro também corresponde a uma estratégia metodológica do autor, que quer descrever a Rocinha como um território múltiplo, variado, hierarquizado, onde coexistem comunidades, favelas e bairros, todos englobados sob a sigla genérica de Rocinha, como bairro oficial do Município do Rio de Janeiro.

no contexto cosmopolita até na existência de uma máquina política de origem extralegal nos moldes de uma Nova Iorque dominada pelo gangsterismo de Lucky Luciano, tão bem descrito na trilogia cinematográfica *O Poderoso Chefão 1, 2 e 3*.<sup>2</sup>

Dessa forma e dentro destes limites, os objetos escolhidos para a efetivação da pesquisa comparativa, Nilópolis e Rocinha, se mostram adequados às exigências e postulados metodológicos prescritos a um eficiente e eficaz estudo sociológico e a uma prática de produção de conhecimento sobre o social lastreada na reflexão, observação e pesquisa empírica, sempre de bom tom para a confecção de uma tese de doutorado na área das Ciências Sociais.

O bairro da Rocinha está incrustado na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, na região de São Conrado, tendo apenas uma avenida a separá-lo de um dos maiores Índices de Desenvolvimento Humano - IDH - do país. O contraste radical que embute de significados tal fato muitas vezes tem servido como uma explicação em si mesma, ou seja, salta aos olhos a inviabilidade de tal disposição, como uma inevitável oficina de produção e reprodução de tensões sociais.

Na foto, a parte baixa da Rocinha e São Conrado, separados pela auto-estrada Lagoa-Barra.



Foto de Isnard Tomas Martins, maio 2003. SESP / Instituto de Segurança Pública – ISP

<sup>2</sup> “Um importante passo no sentido de relativizar as versões extremas acerca do significado das máquinas políticas foi dado pelo trabalho pioneiro de Gosnell sobre a máquina de Chicago, cuja primeira edição sairia em 1937. Em seu estudo, o autor daria visibilidade a certos aspectos não predatórios da máquina, ressaltando seus efeitos integradores numa sociedade relativamente dispersa e desmobilizada, marcada por considerável grau de diferenciação e fragmentação étnico-religiosa. Assim, a atenuação de conflitos de interesses, a vocalização de um leque diversificado de demandas a que a máquina daria algum tipo de resposta representariam o lado não destrutivo desse tipo de organização política” (Diniz, 1982: 25).

O território<sup>3</sup> da Rocinha, que foi paulatinamente ocupado pelos desclassificados sociais,<sup>4</sup> num processo de favelização crescente desde 1925, acabou se transformando em uma das maiores favelas do país, sendo mesmo ponto de referência sociológica sobre o tema, como afirma Lícia do Prado Valladares (2003). Na atualidade, o bairro da Rocinha apresenta uma heterogeneidade socioeconômica que pode ser detectada em suas subdivisões internas. Lá convivem uma classe média ascendente, comerciantes bem-sucedidos, trabalhadores urbanos, desocupados, desclassificados, bandidos, traficantes, etc. Conta, ainda, com uma estrutura comercial e de serviços públicos e privados que, em quase todos os setores, é melhor, mais dinâmica, mais produtiva, mais rentável e bem-aparelhada do que em muitos bairros e/ou municípios formalmente descritos e classificados como “não-favelas” e bairros não-periféricos.

O Município de Nilópolis está situado na região da Baixada Fluminense e, por sua exigüidade espacial,<sup>5</sup> se constitui numa unidade predominantemente urbana, estando as suas localidades internas praticamente conurbadas. Aparentemente a sua estrutura social, política e econômica se assemelha aos demais municípios da Baixada Fluminense, assim como sua organização política se reveste de um discurso que manifesta, de forma recorrente, os formatos da organização jurídico-política constitucional brasileira, por meio de práticas políticas legitimadas pela tradição ideológica da cultura política nacional.

Como hipótese, este estudo incorpora a afirmação de que o cenário político contemporâneo nos municípios, assim como o cenário nacional, está permitindo a convivência de dois modos antagônicos de exercício de poder, e que a disputa pelo poder local é a principal arena de enfrentamento entre a tradição do mandonismo local “à brasileira”, de tradição rural, e as formas emergentes de democracia participativa e cidadania ativa.

Procurei demonstrar que as características das práticas políticas em Nilópolis e na Rocinha têm como consequência a reformatação de um padrão clássico da ideologia cultural da política das metrópoles no Brasil contemporâneo; práticas estas que articulam a tradição à inovação política, produzindo a manutenção de formas violentas, materiais e simbólicas, e um estilo de dominação política que promove a convivência de um discurso e de um ordenamento jurídico extremamente democráticos e teoricamente classificadores dos indivíduos enquanto atores sociais, ao mesmo tempo em que engenheiram mecanismos clássicos de despotismo político e exclusão civil.

Como hipótese secundária, porém vinculada à hipótese principal deste estudo, afirmo que a cultura política metropolitana fluminense atual tem como referências fundadoras as persistências da tradição rural da dominação política e o federalismo implantado na Constituição de 1988. Esta tradição patrimonialista é indício de uma prática que sustenta a reconfiguração política das elites mandatárias locais no Brasil pós-1988.

<sup>3</sup> A idéia e o conceito de “território” são incorporados para o contexto dessa tese da concepção produzida por Marcelo Baumann Burgos (2005), já que território, na linha de reflexão de Burgos, torna-se um conceito sociológico mais preciso que “apartação” ou “apartheid”, que também utilizo a partir das leituras de Luís Mir (2004) e Jorge da Silva (2005).

<sup>4</sup> Utilizarei neste estudo a idéia e o conceito de “desclassificado” no sentido expresso por Laura de Mello e Souza em seu livro *Desclassificados do Ouro – A Pobreza Mineira no Século XVIII*, descartando o uso do conceito e do termo marginalidade, pois, como diz a autora, “marginal seria antes o insólito, o exótico, do que o elemento vomitado por uma ordem incapaz de o conter?” (Mello e Souza, 1982:12-13), concordando com a idéia de que “desclassificado social é uma expressão bastante definida. Remete, obrigatoriamente, ao conceito de classificação, deixando claro que, se existe uma ordem classificadora, o seu reverso é a desclassificação. Em outras palavras: uns são bem classificados porque outros não o são, e o desclassificado só existe enquanto existe o classificado social, partes antagônicas e complementares do mesmo todo” (Mello e Souza, 1982:13-14).

<sup>5</sup> O Município de Nilópolis tem 60% de sua área ocupada pelo Exército brasileiro, que lá mantém o Campo de Instrução de Gericinó.

Na elaboração desta tese, utilizei como ferramenta de trabalho os métodos comparativo e descriptivo. A utilização do método comparativo implica em se confrontar com algumas premissas que recomendam perícia técnica, sensibilidade, prudência acadêmica e ousadia intelectual, ou seja, atentar para os fundamentos que norteiam a sua consecução desde os seus primórdios em Durkheim até a atualidade:

Os estudos comparativos realizados por sociólogos envolvem os mais distintos objetos, variando bastante, tanto quanto a propósitos, quanto a amplitude. Há quem tenha comparado instituições sociais, sistemas sociais, padrões culturais, indicadores sócio-econômicos, etc., tendo tanto por referencial a mesma sociedade quanto duas ou mais, em abordagem sincrônica ou diacrônica. Há quem tenha comparado teorias, escolas de pensamento, autores ou ideologias. Há quem tenha realizado comparação no plano micro e há quem a tenha feito no plano macro. Enfim, partindo da premissa “que é o ponto de vista do sujeito que constrói o objeto” (Saussure, 1972: 15) existe uma infinidade de situações que, derivadas da imaginação sociológica, dão margem à realização de uma gama inesgotável de estudos comparativos. (Alves Filho, 1997: 30)

No sentido proposto, a elaboração da pesquisa empírica implica na utilização dos chamados métodos descriptivo e comparativo, sendo o método comparativo tão caro a um dos fundadores da sociologia, que a respeito comentou: “a sociologia comparada não é um ramo particular da sociologia, e sim a própria sociologia” (Durkheim, 1966: 130). O brasilianista Thomas Skidmore (1973) comentou que o bom uso do método comparativo supõe que o pesquisador saiba colocar ênfase nas diferenças.<sup>6</sup>

Tornou-se necessária uma análise detalhada da bibliografia clássica e contemporânea sobre tradição, ideologia, cultura política, elites, poder local, grupos sociais, mobilidade social, mandonismo, clientelismo, cidadania, federalismo, municipalismo, práticas de participação política, poder nacional, Estado-Nação, classificação e desclassificação social, legitimidade, formas de dominação política, demandas por direitos e demandas por reconhecimento.

Tendo como referência a análise da bibliografia especializada sobre as idéias e os conceitos mencionados no parágrafo anterior, é necessária a caracterização das seguintes categorias de análise, além das fundamentais, para este estudo: elites políticas, ideologia, cultura política, participação política, cidadania, poder local, tradição, inovação e transformação política (rupturas e continuidades), atores políticos tradicionais e novos (rupturas e continuidades), legitimidade, formas de dominação, patronagem política, patrimonialismo e estamento político.

De posse das categorias formuladas e definidas para o contexto desta análise, empreendi um estudo de caso comparado sobre o Município de Nilópolis e o bairro da Rocinha e suas relações com o contexto metropolitano fluminense e o Estado-nação brasileiro, procurando descrever as persistências da tradição política, as rupturas, as tensões e os conflitos no Município de Nilópolis e no bairro da Rocinha como arenas políticas de interesses diferenciados, valendo-me das metodologias clássicas de pesquisa social em sociologia, história e antropologia, dando ênfase especial às técnicas da observação participante, da descrição e da busca de indícios e sinais que Carlo Ginzburg define como metodologia indiciária, ao indicar que “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (Ginzburg, 1990: 177).

A partir deste estudo de caso comparado, em que ficou definido um conjunto de atores sociais relevantes para o contexto deste trabalho, de enredos de luta pelo poder e de cenários que configuraram a dramaturgia e a liturgia da dominação política (Rivière, 1989), busquei

---

<sup>6</sup> “Neste ensaio, tenta-se comparar certas características das relações sociais nos Estados Unidos e no Brasil desde a abolição. Toda a ênfase seráposta nas diferenças” (Skidmore, 1973: 26).

promover os exercícios de verificação da hipótese deste estudo, analisando qual forma de hegemonia ideológica e política é predominante, e se o reordenamento jurídico, engendrado pela reforma contemporânea do Estado brasileiro – que potencializou a descentralização política e fortaleceu o poder local –, não acabou por produzir um retorno reestruturado, modernizado e compatível com o tempo presente do mandonismo local clássico, que foi marca típica da república brasileira do final do século XIX e início do século XX.

Para a elaboração desta tese de doutorado, utilizei como estratégia metodológica de levantamento de dados e informações primárias os procedimentos de observação, convivência, conversas profissionais (Demazière & Dubar, 1997), entrevistas em profundidade, visitas constantes e permanência sistemática do autor no Município de Nilópolis e no bairro da Rocinha. Este procedimento teve por objetivo cartografar socialmente o Município de Nilópolis e a Rocinha, mediante o estabelecimento de vínculos afetivos, funcionais e técnicos com as localidades, facilitando a ambientação do autor com a população e a identificação de atores sociais, enredos e cenários em que a hipótese desta tese de doutorado pudesse ser testada.

Entrevistei e conversei com criminosos moradores da Rocinha e da Baixada Fluminense. Contudo, conversei com essas pessoas no interior do sistema prisional do Estado do Rio de Janeiro, tanto na Secretaria de Estado de Administração Penitenciária como na Polinter e no Presídio Militar, da Secretaria de Estado de Segurança Pública. Dessa forma, obtive informações sobre a dinâmica da violência criminal e sobre a forma de atuação das facções criminosas *Comando Vermelho*, *Terceiro Comando* e *Amigos dos Amigos*. A estratégia metodológica de entrevistar os criminosos presos tinha diversos objetivos: preservar o autor da tese de contatos diretos e face-a-face com representantes do narcopoder, pistoleiros ou exterminadores livres e em atuação na Rocinha ou na Baixada Fluminense; preservar familiares de criminosos, que contribuíram muito para as incursões que fiz em meu trabalho de campo; além de caracterizar meus contatos nas diversas localidades com pessoas aparentemente não-vinculadas às atividades criminosas, pois não podia desconhecer, como pesquisador em campo, que também atuo como autoridade pública, na função de subsecretário de Estado dos Direitos Humanos. Assim, todos os contatos com criminosos foram feitos dentro de regras formais e legais no interior do sistema carcerário do Estado do Rio de Janeiro.

Os nomes citados no corpo da tese, em transcrições de entrevistas e depoimentos de moradores da cidade do Rio de Janeiro, das favelas cariocas, da Rocinha, da Baixada Fluminense e de Nilópolis, são fictícios. Essa estratégia metodológica foi usada para manter o sigilo das fontes e a integridade de inúmeras pessoas que colaboraram prestando depoimentos, entrevistas, testemunhos e conversas, sem as quais não seria possível escrever esta tese, já que penetrar nos labirintos da Rocinha e de Nilópolis é impossível sem guias e tradutores nativos, qualificados e respeitados nas múltiplas localidades. Entretanto existem atores sociais e políticos cujos nomes são verdadeiros, pois figuram em documentos públicos, no noticiário da imprensa, em livros e arquivos institucionais pesquisados; em especial, aqueles que ocupam ou ocuparam, no passado recente ou mais remoto, funções públicas e/ou de poder.

Fiz um esforço de buscar informações documentais em diversos arquivos e bibliotecas, entre elas a do Congresso Nacional – Câmara dos Deputados e Senado Federal –, da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ, do Tribunal de Justiça – RJ, do Arquivo Nacional, dos arquivos e bibliotecas das Prefeituras dos Municípios de Nova Iguaçu, Nilópolis e Rio de Janeiro, da biblioteca do Comando Militar do Leste do Exército Brasileiro, dos arquivos e bibliotecas das Mitras Diocesanas do Rio de Janeiro e de Nova Iguaçu, do Arquivo Público Estadual, do arquivo e biblioteca do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, do Centro de Pesquisa e Documentação do Instituto de Segurança Pública da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro, do Centro de Documentação e

Pesquisa da Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro e das agências de notícias e pesquisa dos jornais *O Globo* e *O Dia*.

Busquei, então, à luz dos conceitos elaborados e reelaborados pela leitura e reflexão da bibliografia clássica e contemporânea sobre o tema, assim como pela seleção, análise e reflexão das informações e dados primários obtidos, dar conta do atual estado em que se encontra o que denomino como hipótese de “tradição reconfigurada”, ou seja, desvendar o intrincado jogo das relações sociopolíticas no que se refere às demandas que envolvem o mandonismo local, o municipalismo, as demandas por direito e por reconhecimento social e as reações aos insultos morais na arena cotidiana do Município de Nilópolis e do bairro da Rocinha.

As idéias e os conceitos presentes neste estudo são fundamentalmente marxistas, compreendendo uma dialética entre as forças do capital e do trabalho, ou seja, as relações de força e sociais da produção; em particular, as ligadas ao desenvolvimento urbano, científico e das tecnologias de comunicação eletrônica, como rádio e televisão. Conferi importância especial ao sistema de exploração do trabalho, quando identifico o que chamo de classificados subalternos, que encontram um lugar social movidos pela ética do trabalho (Weber, 2004), mesmo que de forma extremamente subordinada, e submetidos a uma espoliação quase que completa de suas forças de trabalho, tornando-se dependentes dos mandatários locais, ou, em termos propriamente marxistas, explorados pela mais-valia retirada da riqueza que produzem. E ainda às idéias e conceitos derivados da exploração capitalista clássica, como a excessiva concentração de propriedades e capitais nas mãos de poucos e a formação de amplas camadas populares desclassificadas, resultantes das relações de domínio e subordinação social, marcas indeléveis das relações sociais da formação histórica do Estado e da sociedade no Brasil.

Há, entretanto, diferenças significativas e relativamente simples – diria mesmo óbvias – entre esta tese de doutorado e as abordagens marxistas contemporâneas sobre o estudo do poder, em particular do poder local, tanto em termos teóricos como em observações empíricas decorrentes do trabalho de campo. Nesta tese, a observação empírica e a análise realizada são menos deterministas, e as considerações gerais e as conclusões são propositalmente mais pluralistas. Não é de surpreender que em minha aventura sociológica, ao observar a Baixada Fluminense e as favelas cariocas, tenha produzido uma abordagem menos ambiciosa e esperançosa do que as produzidas por Karl Marx, pois ancorei igualmente meu olhar, meu ouvir, meu sentir e minhas observações fundamentalmente na sociologia histórica, e não na filosofia política hegeliana da história (Marx & Engels, 1998). Além disso, de forma igualmente deliberada, esta tese de doutorado não tem o propósito de se transformar em um documento analítico que tenha papel de mobilização política ou partidária nas sociedades carioca, fluminense e brasileira; seus objetivos são de natureza estritamente acadêmica e intelectual, sabendo que estes não deixam de ser políticos em sentido lato, mas não o são no entendimento militante marxista clássico, de agitação e propaganda de idéias como práxis.

A argumentação da tese é transpassada por termos contingentes à observação empírica, e não necessariamente doutrinários. Junto a isto, as análises, observações, considerações gerais e conclusões a que cheguei certamente são, pelo ponto de vista político, ideológico e doutrinário, mais equivocadas e imprecisas do que as dos marxistas contemporâneos, pois considero que o Estado-nação brasileiro e a sociedade civil reconhecida como tal, assim como a imensa parcela da população de desclassificados não-reconhecidos como cidadãos, são menos monolíticos do que, por exemplo, as sociedades indicadas nas obras de Louis Althusser, Nicos Poulantzas, Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Junior, Florestan Fernandes, ou mesmo Anthony Giddens, Boaventura Santos, Emir Sader e Carlos Nelson Coutinho.

Assim sendo, o presente estudo pode ser localizado teoricamente na ampla tradição do marxismo humanista e, de forma concomitante, no humanismo romântico idealista da teoria

weberiana e, tangencialmente, na psicanálise, fora da corrente principal das teorias marxistas consagradas tanto na academia como nas lides dos diversos partidos marxistas. A significação desta posição intelectual externada torna-se evidente no exame dos conceitos correlatos à dominação, como mandonismo, elites, cultura, ideologia, clientelismo, interesses, desclassificação, cidadania, classificação, não-cidadania e demanda por respeito, assim como na estratégia teórico-metodológica de produzir um saber sociológico em uma zona de fronteira de conhecimentos, circulando, ao abordar o tema central da tese – ou seja, a tradição reconfigurada – em várias disciplinas, ora de forma estritamente sociológica, ora interdisciplinar, ora multidisciplinar (Ginzburg, 1989).

Assim, na Introdução promovo uma reflexão sobre a idéia de persistência de padrões ideológicos da cultura política brasileira, que estão ancorados na idéia de que o presente contém sentimentos e desejos que percorrem, com sua permanência, séculos de história. O Capítulo I apresenta um estudo descritivo e comparativo de objetos aparentemente extremos e antagônicos, o Município de Nilópolis e o bairro da Rocinha, ambos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. No Capítulo II promovo uma reflexão, amparada na pesquisa empírica, sobre as idéias de mandonismo, clientelismo, municipalismo, elites, cidadania, luta por direitos, luta por reconhecimento e reação ao insulto moral. Nos Capítulos III e IV, procuro estabelecer uma análise e uma reflexão de forma emblemática das persistências rurais da tradição e da ideologia cultural da política brasileira vinculadas à idéia de um Estado patrimonialista controlado por um estamento político que manipula as instituições públicas; a identificação das tensões, ambigüidades, contradições, rupturas e persistências das práticas ideológicas da cultura política brasileira ligadas ao clientelismo e à “ética do favor”, quando comparadas à emergência de novos atores sociais, portadores de concepções sobre cidadania e democracia antagônicas à tradição da patronagem política brasileira.

Nas considerações finais, apresento um conjunto de percepções produzidas pela aplicação das hipóteses desta tese de doutorado com a pesquisa empírica em campo e com os dados e conceitos secundários revisitados por este autor na literatura sociológica clássica e nos diversos arquivos consultados. A conclusão indica algumas afirmações que produzi ao exercitar o ofício de sociólogo, interpretando sinais, pistas e vestígios fornecidos pelo cotidiano das populações da Baixada Fluminense e das favelas cariocas, e, de maneira mais focada, no Município de Nilópolis e no bairro da Rocinha.

# INTRODUÇÃO

“Se quisermos que tudo continue como está, é preciso que tudo mude”.  
(Lampedusa, 1974: 42).

“Aqui é preciso correr o máximo que se pode para ficar no mesmo lugar”.  
(Lewis Carroll, *Alice no País das Maravilhas*).

A história recente nos aponta para uma tendência ao estreitamento dos espaços políticos que possibilitam as rupturas, e, coerente com isso, detectamos um cada vez maior incentivo à sofisticação dos mecanismos que servem para a manutenção e maior eficiência da dominação. O homem ser “lobo do homem” é um exercício predatório ao qual nos rendemos quase que incondicionalmente de forma prática e que negamos enquanto formulação imaginária de utopias, teorias ideais e teologias salvacionistas. Até quando restará ao “homem-lobo”, em seu almojarifado, as ferramentas afetivas para o seu afiar de garras e presas, que o qualifica como predador por excelência? Até quando essas ferramentas encontrarão validade para promover as rupturas reconfigurativas que mantêm os mesmos paradigmas de dominação, apenas reformulados e cada vez mais sofisticados?

Segundo a mitologia grega, muito provavelmente copiando o Benu dos egípcios, a Fênix era uma ave que renascia das próprias cinzas. Frise-se que a Fênix, apesar de símbolo da imortalidade, não é perene, pois após 500 anos encerrava o seu ciclo vital, imolando-se numa pira funerária para, das próprias cinzas, fazer surgir uma outra, que levava os restos da antecessora ao altar do deus Sol. Dessa forma, a Fênix representa mais precisamente a idéia de renascimento, de uma coisa que muda para permanecer como antes.

No mesmo sentido, temos que o homem arcaico não reelabora a sua existência simbólica e espiritual, uma vez que está indissoluvelmente atado ao tempo primordial, um *‘illo tempore’* imerso na perfeição. Dessa forma, todo o seu sistema simbólico permanece relativamente estático, já que “em todos os atos do seu comportamento consciente (...) apenas conhece os atos que já foram vividos anteriormente por outro, *um outro que não era um homem*” (Eliade, 1985: 19).

Uma vez que a realidade, para o homem arcaico, só encontra significado na imitação de um arquétipo, na repetição deliberada e sistemática dos atos praticados *ab origine* pelos entes, “tudo o que ele faz já foi feito (...) a sua vida é uma repetição ininterrupta de gestos inaugurados por outros” (Eliade, 1985: 19).

Na mesma linha, sob a perspectiva da antropologia política, temos a idéia de uma perene “luta contra a destruição e a contínua conversão do desequilíbrio em equilíbrio que parece conforme ao modelo primordial” (Balandier, 1969: 103), as quais se traduzem no aspecto comum de que

Operam ao mesmo tempo sobre o universo social e sobre a natureza, têm por atores os homens e os deuses. Provocando a irrupção do sagrado e restabelecendo na agitação e na abundância uma espécie de caos original, que se reporta ao momento da primeira criação, a festa aparece como uma das mais completas dessas empresas renovadoras (...). A sociedade reencontra o antigo verdor representando a própria gênese. Assegura o seu renascimento fazendo nascer, segundo suas normas, os jovens modelados pela iniciação. (Balandier, 1969: 103-104)

De sorte que esta idéia, somada ao mito cosmogônico de um tempo circular, passível de renascimento, nos informa da possibilidade de uma relativa estabilidade simbólica no sentido de que as construções ideológicas e políticas não encontram livre curso. Ao contrário, nas sociedades modernas e contemporâneas a idéia de um tempo linear (que sai do passado, existe no presente e se projeta no futuro) se constitui em campo privilegiado para a manipulação social da subjetividade dos indivíduos e da realidade e, portanto, repleto de instabilidade simbólica (Simmel, 1987), que se traduz no imperativo da ininterrupta produção de artifícios que garantem a reprodução de determinadas visões de mundo e uma sistemática transferência dos atributos do campo simbólico e imaginário para o campo objetivo das relações sociais e políticas.

Sob a mesma perspectiva, encontramos no mito fundador<sup>7</sup> a mesma idéia de renovação tendo por referencial a repetição de si mesmo, uma vez que

À maneira de toda *fundatio*, esse mito impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal. (Chauí, 2000: 9)

Entretanto, apesar da aparente estabilidade do campo simbólico – pois que o mito é a matriz sob a qual a interpretação da realidade se realiza –, as reinterpretações possibilitam novos cenários, já que “o mito tem uma massa ilimitada de significantes e a alteração comportamental da própria sociedade faz com que ele seja representado inúmeras vezes, funcionando como uma verdade profunda da mente mergulhada no enigma e no inconsciente” (Tavares, 2000: 37). Dessa forma, as ideologias “alimentam-se das representações produzidas pela fundação atualizando-as (...) sob novas roupagens, o mito pode repetir-se indefinidamente” (Chauí, 2000: 10).

De toda sorte, se faz fundamental o entendimento de que, para a “práxis social”,<sup>8</sup> as mudanças que nada mudam não são os frutos mágicos da mitologia egípcia ou grega; não se confundem com o mito do eterno retorno do tempo circular cosmogônico; tampouco se instauram em função do mito fundador, que apenas as informam. Essa situação social é construída racionalmente sob imperativos e interesses definidos na lógica que a funde. Esta,

<sup>7</sup>“Diferentemente da formação, a *fundação* se refere a um momento passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo, isto é, a fundação visa a algo tido como perene (quase eterno) que traveja e sustenta o curso temporal e lhe dá sentido. A fundação pretende situar-se além do tempo, fora da história, num presente que não cessa nunca sob a multiplicidade de formas ou aspectos que pode tomar” (Chauí, 2000: 10).

<sup>8</sup> O conceito utilizado entende que a práxis é constituída pelas ações concretas e também pelos atos de linguagem, já que, por exemplo, “pode-se concluir que o jornalismo é uma práxis social atravessada por diversos campos sociais, os quais entram, em inúmeros níveis de força e proximidade, em sinergia com o dispositivo discursivo onde se constroem e produzem os objetos especificamente jornalísticos” (Ferreira, 2002).

no caso do Brasil, como veremos, se nos apresenta sob o manto sacrossanto da “democracia” norteada pelos discursos liberal ou totalitário, ambos de gênese<sup>9</sup> burguesa.

Em seu livro *A retórica da intransigência*, Albert Hirschman estabelece três categorias de discursos, a seu juízo, nitidamente reacionários: perversidade, futilidade e ameaça. De forma esquemática e sucinta, segundo o autor, tais discursos são explicitados da forma seguinte:

- a) Retórica da perversidade – “Qualquer tentativa humana de aperfeiçoar a sociedade só faz piorar as coisas” (...) “A tentativa de empurrar a sociedade em uma determinada direção fará com que ela, efetivamente, se mova, mas na direção contrária”<sup>10</sup> (Hirschman, 1992: 34, 43).
- b) Retórica da futilidade – Assevera a inutilidade da promoção de mudanças sociais, pois tal tentativa “é abortiva, que de um modo ou de outro qualquer suposta mudança é, foi ou será, em grande medida, de fachada, cosmética, e portanto ilusória, pois as estruturas ‘profundas’ da sociedade permanecerão intactas”<sup>11</sup> (Hirschman, 1992: 43).
- c) Retórica da ameaça – Apesar do consenso sobre determinada proposta, esta pode ser atacada sob a argumentação de que, apesar de boa, pode vir a atrapalhar ou destruir o que já existe e é comprovadamente benéfico. Dessa forma, “o argumento da ameaça sublinha os perigos da ação e a ameaça às realizações do passado que a ação traz consigo”<sup>12</sup> (Hirschman, 1992: 127).

Neste contexto, não nos cabe, por exemplo, a tarefa de esmiuçar as verdadeiras intenções dos promotores, artifícies e participantes das Revoluções Americana (1776), Francesa (1789) e Bolchevique (1917), mas sim a constatação e análise reflexiva daquilo em que resultaram. Da mesma forma, não buscaremos intenções recônditas nos idealizadores, promotores e executores dos esforços de mudança que se inserem no nosso objeto de estudo, que é a Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, em particular o Município de Nilópolis e o bairro da Rocinha, mas nos seus desdobramentos e nas suas consequências. Desdobramentos e consequências estas que não nos arredam da convicção de que nada mudou

---

<sup>9</sup> “Isso não quer dizer que o discurso político burguês sobre a ‘questão social’ será sempre o discurso liberal. Num exemplo limite, o discurso político e a prática nazi-fascista na Alemanha e Itália da década de trinta assumirão um caráter totalitário em contradição com o discurso liberal; preservando-se contudo as características do discurso político burguês (capitalista)” (Cerqueira Filho, 1982: 26).

<sup>10</sup> Dentre outros exemplos, o autor cita um, de autoria de Nathan Glazer, de franciscana simplicidade: “As políticas de bem-estar social, ponderou, têm o objetivo de lidar com problemas que eram tratados por estruturas tradicionais, como a família, a Igreja ou a comunidade local. Quando tais estruturas desmoronam, o Estado intervém para assumir as funções. No processo, o Estado enfraquece ainda mais o que resta das estruturas tradicionais. Surge daí uma necessidade maior de assistência pública que a que fora prevista, e a situação piora, em vez de melhorar” (Hirschman, 1992: 35).

<sup>11</sup> “Ridicularizam ou negam os esforços, ou a possibilidade, de mudança, ao mesmo tempo que sublinham e talvez até festejam a resistência do status quo” (Hirschman, 1992: 44). Dessa forma, a essência da retórica da futilidade reside na convicção de que “as ações ou intenções humanas não são frustradas por desencadear uma série de efeitos colaterais, mas por pretender mudar o que não pode ser mudado, por ignorar as estruturas básicas da sociedade” (Hirschman, 1992: 65).

<sup>12</sup> “Quando uma proposta é reconhecida como desejável em si, há em geral uma grande dificuldade em atacá-la de maneira convincente, argüindo que seus custos ou consequências infelizes são excessivos em relação aos seus benefícios” (Hirschman, 1992: 75).

em sua essência, em seu núcleo central, ou seja, que as mudanças<sup>13</sup> foram planejadas para que tudo permanecesse como antes, de forma reconfigurada e com as devidas atualizações estéticas, tecnológicas e científicas impostas pelo transcorrer do tempo histórico.

O fato de se esquadriñhar a historiografia à cata de exemplos extremos que corroboram com a idéia da existência de uma *Retórica da Futilidade* não desqualifica nem afasta, em absoluto, a evidência consistente de casos em que se muda para permanecer como antes, mesmo – e principalmente – como estratégia de manutenção de poder, do *status quo* de prestígio.

Uma coisa é dizer, compactuando com a tese *Retórica da Futilidade*, que determinada ação/intenção progressista de mudança ou ruptura tem efeito “estático”<sup>14</sup> e outra, diametralmente oposta, é afirmar que, ante tais ações/intenções de mudanças, manobras<sup>15</sup> as tornam sem efeito prático para a maioria da população.

A idéia de implementação de mudanças que garantem a continuidade pode ser explicitada, por exemplo, na onda (verdadeiro tsunami) de descolonização afro-asiática ocorrida no pós-guerra, motivada pelas tentativas malogradas de reafirmação do sistema na Indochina e na Indonésia. Evidentemente que uma transformação de tal magnitude, como a erradicação do colonialismo num cenário mundial pontilhado de colônias por toda a sua geografia terrestre, representa uma mudança substancial. O exercício que nos ocorre é o de uma reflexão sobre tais fatos e os fatores que o motivaram. Mesmo no século XX, a história das empresas colonialistas nos revela um quadro horroroso de guerras, resistências, humilhações, insurreições e mortes sem conta. Constatamos que o empreendimento colonialista – que implicava a brutalidade da submissão de povos – se esmerou em técnicas de dominação tanto ideológicas quanto repressivas. Na falta de convencimento, os fuzis e canhões entravam em cena, sendo que o mais das vezes a solução recaía sobre a última hipótese.

Diante de tal realidade, a pergunta não feita por muitos é: como foi possível um processo de descolonização tão céler e relativamente incruento? Descartando de plano a idéia ingênuo de que os Estados colonialistas foram vítimas fulminantes de uma revelação divina e passaram a agir consoante os princípios cristãos de respeito e amor ao próximo, ficamos com a hipótese mais provável de que apenas esposaram e passaram a implementar a teoria de que existiam novos modelos de dominação, menos custosos e mais eficientes. Tal modelo ganhava o nome de batismo de neocolonialismo. Não se parou de oprimir e matar por motivos ético-morais ou por bons sentimentos aflorados, mas sim com base na lei da lógica técnico-operativa de custo-benefício.

Da mesma forma, ficando em exemplos mundializados, outro movimento mudancista ocorre – e ainda está em curso, de forma exacerbada – no presente momento, na nova onda (novo tsunami?) de democratização dos países, mesmo que em alguns casos essa democratização seja compulsória, na marra, sob baionetas ou ogivas nucleares. Tempos atrás,

---

<sup>13</sup> Embora concordemos que "Os momentos históricos de crises e mudanças institucionais possibilitem o florescimento de propostas de organização social e política (...) pelas frestas das formulações mais elaboradas destes projetos, escapam aspectos culturais significativos, que estão a indicar não apenas rupturas, mas também permanências e continuidades que devem ser anotadas" (Neder, 1997: 106), os observamos e admitimos apenas como momentos de transição e não de mudanças com relação às estruturas vigentes. A própria autora observa que as mesmas referências e preocupações quanto à condição dos escravos (medo branco) na pós-abolição são encontrados na conjuntura recente.

<sup>14</sup> Já que, segundo o conceito de Hirschmann, "as estruturas 'profundas' da sociedade permanecerão intactas" (Hirschmann, 1992: 4).

<sup>15</sup> O próprio autor reconhece a possibilidade de que determinado programa seja "bloqueado ou desviado por interesses e estruturas existentes..." (Hirschman, 1992: 70).

o que assistimos foi à promoção e ao patrocínio de ditaduras, tendo os EUA e a Europa Ocidental como agentes destacados e mais claramente identificados nesse processo.

Os tempos de chumbo – que cobriram décadas e se estenderam por longos períodos – representaram o colapso dos direitos e da cidadania para milhões de pessoas em diversos países, particularmente no Brasil pós-64, mas indicavam, no entendimento dos “donos do poder” mundial naquele momento, a melhor estratégia para enfrentar a União Soviética, a China, Cuba e o perigo comunista. No desenrolar de tais sucessos, pensadores progressistas de matizes diversos chegaram a dotar a democracia de um valor universal.<sup>16</sup>

O que se vê no atual cenário mundial, em seus meandros geopolíticos, é uma imposição acrítica e compulsória da idéia ocidental de democracia liberal por parte dos mesmos poderes europeus e norte-americanos. As falas e ações dos mandatários europeus e americanos não disfarçam que o projeto hegemônico globalizado se estrutura na imposição de democracias de formato liberal mundo afora, nos diferenciados quadrantes da terra, não considerando as estruturas ideológicas, culturais e políticas de cada povo, mesmo que para tanto se façam necessárias invasões de países, guerras massacrantes, genocídio televisado. Por meios transversos e antagônicos ao definido por Carlos Nelson Coutinho, a democracia retorna como valor universal, mesmo que imposta a poder de susto, bala ou vício.

Mais uma vez, como no caso anterior, o movimento pendular e contraditório impõe uma pergunta de igual teor: como a França, a Inglaterra, a Itália, Portugal, Espanha e os EUA, que foram os parceiros-mor de tantas ditaduras, se converteram no guia espiritual e material da mais sacrossanta cruzada pela democracia? Decerto tal conversão não encontra explicações numa mudança de fundo ético-moral nem se justifica pela fé inquebrantável no processo democrático – mesmo que imposto a bala – para todos. São mudanças, mas, essencialmente, são cenários que mudam visando a manutenção do pano de fundo, a manutenção da estrutura de poder, poder esse que, apesar de toda a ciência e tecnologia, ainda se nos apresenta engatinhando na barbárie do “manda quem pode e obedece quem tem juízo”.

Ainda nesse sentido e mudando o roteiro para o campo doméstico, podemos descrever e analisar tais movimentos de mudança, aparentemente contraditórios, mas que, para além das aparências, mantêm a mesma lógica e desvelam estratégias de conquista e manutenção do poder. Por meio de mudanças, pontuais ou mesmo radicais, o objetivo e o resultado se resumem na manutenção do essencial que, no Brasil, tem como motivo exclusivo a perpetuação de uma elite de mandatários no poder e a exclusão das massas populares da participação das decisões e, mais ainda, na crescente desclassificação social.

Da constatação dos elementos constitutivos da institucionalidade e da nossa cultura política, podemos identificar uma estrutura repleta de patrimonialismo, do qual derivam o coronelismo, o mandonismo, o clientelismo, o nepotismo, o corporativismo. Disso podemos sedimentar a convicção da recorrência de uma subespécie de via prussiana,<sup>17</sup> exemplarmente

<sup>16</sup> A idéia da democracia como valor universal popularizou-se no meio acadêmico da sociologia e da ciência política, assim como na militância política no Brasil do final dos anos 70 do século XX, a partir da publicação do artigo elaborado pelo cientista político Carlos Nelson Coutinho, “A democracia como valor universal”, na revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, artigo que se transformou quase que em um documento interno do PCB, tal a intensidade de sua utilização em numerosas reuniões do Partidão. A expressão também é marca de grife da chamada esquerda ipanemense, que se auto-intitulava Partido Comunista de Ipanema – PCI, e tinha como ídolos quase sagrados, no sentido católico do termo, os eurocomunistas do bloco carnavalesco Simpatia É Quase Amor, o sociólogo Luiz Werneck Viana, o filósofo Leandro Konder, o jornalista e capitão-de-mar-e-guerra Milton Temer e o próprio Carlos Nelson Coutinho. Essa expressão ainda será mais explicitada como categoria de ação política nesse estudo.

<sup>17</sup> Concordamos com a corrente das Ciências Sociais, em que no Brasil não tivemos uma via prussiana delineada por Marx e desenvolvida por Luckács, cujo cerne se prende a uma modernização feita por cima, tendo como estratégia a conciliação das elites e a exclusão das massas nas decisões, ou seja, intervenções, pelo alto que buscam imprimir a modernização pelo caminho autoritária e excludente. Dessa forma, apesar de comungarmos com a postura de que “Periodicamente, algum cientista político desavisado, comparando o país com outras

exposta em episódios menos ou mais relevantes, como a Proclamação da República,<sup>18</sup> as revoluções de 30<sup>19</sup> e 32, o golpe militar de 64, as Diretas Já. A opção preferencial, nunca pelos pobres, pela manutenção da elite de mandatários tradicionais ou emergentes, com sentimentos tradicionais e clássicos, no poder e, consequentemente, a ampliação de toda sorte de privilégios via máquina estatal.

Numa forma mais livre e atualizada, fica afastada a versão romântico-hipócrita tradicional, e temos já banalizada a idéia de que as crianças de hoje aprendem nas escolas e televisão que D. Pedro I se antecipou aos movimentos populares, lançando mão da coroa antes que o povo a tomasse; quando de fato o príncipe regente tomou o poder a si e proclamou a independência do Estado-nação no Brasil como forma de oprimir os movimentos populares, nacionalistas e republicanos, mantendo a tradição da Monarquia absolutista européia na estrutura do Brasil imperial independente.

Muito ao largo do sentido da palavra, que expressa significados precisos como *harmonizar, congraçar, unir, apaziguar*, nas terras dos tupis, guaranis, tapuias e tribos outras, a conciliação, como outras coisas, se apresenta ao longo da história como mera camuflagem, como a corrupção da palavra diante de atos e fatos que a desmentem. A mediação dos conflitos ao longo da história (Colônia, Império e República) consolida a tradição em que governo e sociedade civil são simbióticos, que aparta a elite governamental e social do povo não-reconhecido nas arenas políticas como, por exemplo, “a conciliação, que domina essencialmente toda a política brasileira no século XIX, não a pessoal-partidária, que sofre ziguezagues variáveis, mas a que acomoda para salvar o essencial, defendendo a grande propriedade e a escravidão, não quer reformas sociais e econômicas” (Rodrigues, 1982: 67).

No evolver das tantas revoltas abafadas com muito sangue, observa-se uma seletividade de ações. A dureza da repressão recrudescia contra “aqueles que pelo seu conteúdo social representavam maior perigo para as instituições mantenedoras de seus privilégios [e] antes de estabelecerem o programa de conciliação, souberam os líderes conservadores distinguir umas revoluções das outras” (Rodrigues, 1982: 55). Como consequência, “uns haviam sido qualificados como feras e os do Rio Grande do Sul como homens, e, com as repressões convenientes, a primeira fora extermínada e a segunda se propagava” (Rodrigues, 1982: 55).

Dessa forma singular, como prática das elites mandatárias, aflora o sentimento que preserva o privilégio, mesmo no dissenso:

Uns a ferro e fogo foram tratados, e outros o foram como adversários de igual para igual. Não é só uma singularidade jurídica; é, sobretudo, uma singularidade política e social, pelo arranjo que respeita o poderio armado de “coronéis” latifundiários do interior e pela desigualdade com que se exterminam as insubordinações de sertanejos, desassistidos de “coronéis”. (Rodrigues, 1982: 88)

---

experiências de capitalismo tardio, invoca a 'via prussiana' como paradigma de nosso autoritarismo. Ora, nem mesmo o Estado Novo, ou o período dos Generais de 1964/85 podem ser chamados de via prussiana, já que não cumpriram qualquer das tarefas das chamadas revoluções burguesas tardias. Nem a questão da terra, nem a questão da educação, nem a questão da endogenização do progresso técnico foram resolvidas, como nas verdadeiras experiências de via prussiana" (Tavares, 1996).

<sup>18</sup> “Como se sabe, a República instaurou uma nova ordem política, mas não representou uma ruptura em relação à ordem social até então vigente, correspondendo muito mais aos interesses conservadores dos grandes proprietários” (Silva, 2003: 83).

<sup>19</sup> “O ano de 1930 é um exemplo perfeito de uma situação potencialmente revolucionária que foi conduzida, por certo não conscientemente, pelo establishment político, pela hierarquia militar e a elite econômica, com típica astúcia, transigênciam e continuidade” (Young, 1970: 293).

As lutas do cangaceiro Vicente de Paula em Alagoas, mais tarde, em 1844, como as futuras lutas de Canudos e do Contestado, são por conservadores e liberais igualmente classificadas de selvageria e banditismo. (Rodrigues, 1982: 55)

Essa prática é insidiosa, uma naturalização em função da desatenção para com os problemas sociais, para com um povo não-reconhecido, invisibilizado, desumanizado<sup>20</sup>. Como sintoma da naturalização dessa discriminação, mesmo Rui Barbosa, quando do atentado contra o presidente da República, pronunciou um discurso contundente e descurou sobre o fim de Canudos e sua selvageria. Dá dimensão exagerada a um fato e minimiza o outro, numa completa e elementar inversão de valores: “por isso seu protesto contra o atentado ao Presidente da República é uma longa e bela oração, e para os sertanejos da Bahia, vencidos e degolados, há apenas uma alusão passageira, ainda assim atribuída aos estudantes baianos, e logo a seguir refere-se ligeiramente aos batalhões vencedores de Canudos” (Rodrigues, 1982: 80).<sup>21</sup>

Já na primeira metade do século XIX estava claro para alguns, como Antônio Pedro de Figueiredo em 1847, da necessidade de se limitarem os privilégios do capital por meio de uma reforma que transformasse os impostos indiretos em diretos.

Era através do imposto territorial que ele julgava poder aliviar o trabalho e onerar o capital. Antônio Pedro divulgou os projetos de reforma agrária norte-americana de 1844 e 1845. Mas era um equívoco pensar que as oligarquias se deixariam influir por tais idéias; era preferível um país atrasado, cidadãos analfabetos e miseráveis, a tocar nos seus privilégios. (Rodrigues, 1982: 68-69)

Não obstante o sonho de modernidade encontradiço ao longo dos tempos, no passado como no presente, o que se infere é que, se tal desejo depender de abrir mão de privilégios, continuaremos desiguais, hierarquizados e excluientes, mesmo porque a manutenção de privilégios se baseia no atraso cognitivo, financeiro, patrimonial, ideológico e político da massa popular de favelados, periféricos e indigentes, mesmo que esse estado de coisas implique em traumas e custe sangue e sofrimentos. Dessa forma, “Canudos, Contestado, as lutas sertanejas têm sua origem remota aí, na obstinada resistência à reforma agrária” (Rodrigues, 1982: 69).

Formalmente estamos de acordo que, desde a primeira Constituição, os interesses nacionais, gerais e permanentes, são os do povo e da União. Entretanto “são interesses permanentes e atuais, mas só se tem cuidado dos interesses da União e não dos interesses do povo” (Rodrigues, 1982: 128), pois aqueles resultam em privilégios e estes em maior participação nas decisões nacionais.

A conciliação empequeneciu muitos líderes e não foi feita para benefício do povo e do país, e sim para defesa de interesses minoritários, já que aparou divergências pessoais e não solucionou os problemas prático-reais do povo (...) A política de conciliação, de transação, teve como principal objetivo aplacar mais as divergências dos grupos dominantes que conceder benefícios ao povo. O domínio oligárquico de pequenas minorias e seus protegidos, o nepotismo, o filhotismo, o genrismo, o compadrio tornavam impossíveis as transformações sociais, as reformas estruturais. (Rodrigues, 1982: 110)

---

<sup>20</sup> As idéias de invisibilidade social, desumanização e apartação de alguns segmentos da população estão centradas nos entendimentos produzidos por Michelle Perrot, em *Os excluídos da história* (2001).

<sup>21</sup> Observa o historiador que existem notas de Rui Barbosa para um discurso que não fez sobre o fim da campanha de Canudos “onde ao lado do louvor às ‘páginas heróicas escritas pelas nossas tropas’, afirma que se supriu uma colônia de miseráveis mas não se tocou na miséria que a produziu. O discurso é muito cauteloso, mesmo quando lembra os nossos deveres para com essas populações” (Rodrigues, 1982: 118).

Referindo-se à ausência de segurança no sertão flagelado e ao consequente advento do cangaço, o autor observa que “o velho programa da segurança no Nordeste em particular e no Brasil em geral foi infelizmente sempre colocado como um problema policial, de repressão violenta às forças do desespero e da mudança e de apoio às conservadoras e anti-reformistas” (Rodrigues, 1982, 92).

Perversas e dissimuladas lógicas e práticas particulares determinam a apartação completa entre Estado e sociedade civil e povo desvalido.

É claro que essas lógicas e práticas buscam justificativas nas mais esfarrapadas argumentações, sendo uma das preferidas a culpabilização da vítima, o povo indigente, periférico e favelado, já que esta - a vítima - carece, em tese, de maturidade política. Sob tal lógica, a participação política do povo passa por uma educação à qual ele nunca tem acesso; e quando tem, via cursos de alfabetização, cursos supletivos, pré-vestibulares comunitários, para negros e carentes, e/ou cursos superiores em faculdades privadas, essa escolaridade é desqualificada. Tal vinculação entre educação e participação política é uma permanência ideológica presente nos discursos dos liberais do Império, que chega ao tempo presente nas palavras e sentimentos de liberais, neoliberais, social-liberais, neo-democratas sociais e progressistas de todas as fases republicanas.

As reconfigurações político-ideológicas levadas a efeito no espaço midiático representam “os novos mitos emergentes [que] seguem os passos dos antigos mitos. Ratinho e cia. são signos midiáticos a serviço da ideologia dominante, que procura oferecer diversão e entretenimento de baixo nível cultural” (Tavares, 2000:40).

Essa estratégia atualíssima de reintroduzir a antiga fórmula romana de *pannis et circensis*, apesar de dispensar gladiadores, cristãos e leões, é a mesma que tem seus marcos históricos definidos no III Reich,<sup>22</sup> no Projeto Camelot,<sup>23</sup> e que ganha contornos contemporâneos no marketing que trabalha a despolitização e o progressivo esvaziamento de conteúdos das questões sociais, sejam afetivas, políticas, econômicas ou culturais.<sup>24</sup>

A indução exacerbada à fome e à sede pelo consumo compulsivo, a carnavalização da vida e a transformação desta em perene espetáculo<sup>25</sup> atendem aos imperativos de controle mediante o desarmamento do espírito, pois

O riso, entretanto, pode ser arma adequada ao poder: esvai-se a energia reprimida na quebra de tensão, mantém-se a sensação de que o poder foi atingido e nada acontece. A opção pela carnavalização, pois, também é via de conservação do status quo, já que a corrosão se dá no nível da linguagem, apenas. (Dieguez, 2000: 132)

---

<sup>22</sup> Joseph Goebbels, ministro da propaganda de Adolf Hitler, cunhou a frase que hoje é repetida exaustivamente: “Uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade”.

<sup>23</sup> Baseado nas Ciências Sociais, principalmente na Antropologia, foi um projeto desenvolvido pelo Departamento de Defesa dos EUA que visava aprender sobre o adversário para melhor dominá-lo e desenvolver estratégias para cooptar corações e mentes.

<sup>24</sup> “Essas novas mercadorias são as mais humanas de todas, pois vendem no varejo, os ectoplasmas de humanidade, os amores e os medos romanceados, os fatos variados do coração e da alma” (Morin, 1975: 9).

<sup>25</sup> Utilizo a idéia e o conceito de sociedade do espetáculo formulada por Guy Debord, em seu livro *A Sociedade do Espetáculo – Comentários Sobre a Sociedade do Espetáculo*. No livro, temos que “nunca a tirania das imagens e a submissão alienante ao império da mídia foram tão fortes como agora. Nunca os profissionais do espetáculo tiveram tanto poder: invadiram todas as fronteiras e conquistaram todos os domínios – da arte à economia, da vida cotidiana à política –, passando a organizar de forma consciente e sistemática o império da passividade moderna” (Debord, 2004: 9).

Enfim, apontamos, como corolário, a dessintonia entre os discursos dos diferentes e hierarquizados segmentos sociais, no momento em que a mesma afirmação tem significado diferente e até oposto. Ou seja, a mesma afirmação sobre determinada realidade encontra sentido diferente dependendo dos atores sociais, pois que construída sobre a lógica de um verdadeiro *apartheid* social.<sup>26</sup>

Durante a nossa pesquisa de campo, compulsando entrevistas e conversas profissionais, em várias passagens constatamos que afirmações idênticas se referiam a intenções e entendimentos opostos. Dessa forma, por exemplo, diante das afirmações de que a polícia era despreparada, dependendo da condição social do entrevistado as mensagens se contrapunham. A afirmação peremptória de que a polícia está despreparada, no entender de um morador de São Conrado, se deve ao fato de não estar reprimindo ou matando mais do que já está. A mesma afirmação, quando parte de um morador da Rocinha (trabalhador, bandido ou desclassificado), dá a entender o contrário, que a polícia é despreparada porque mata indiscriminadamente os moradores da Rocinha e de outras favelas, só pelo fato de serem pobres: “É um esculacho geral”; “Não respeitam ninguém, nem as velhotas, nem as crianças”.

É sob tais e tantas recorrências ao processo de rupturas sem mudanças que se pode inferir que o país se mantém historicamente preso a um círculo vicioso, que impregna a cultura política de discursos e práticas naturalizadas que sustentam e reforçam uma estrutura de poder direcionada à manutenção de privilégios das elites mandatárias nos diversos níveis do poder que, por sua vez, constrói um cenário de profundas desigualdades que resultam em demandas por reconhecimento (Cardoso de Oliveira, 2004), mazelas sociais e econômicas, apartação social e territorial, e instabilidades as mais diversas (Zaluar, 1994b). Tal construção nacional tem seu ponto de partida no poder local, que para tanto conta com total permeabilidade das instâncias de poder estatal para a sua consecução.

Por essas e tantas outras, nunca é demais repetirmos que “haja o que houver, abdicação, renúncias, mudanças formais de regime, crises sucessórias, a estabilidade brasileira é uma rocha. Não muda nada. As instituições econômico-sociais permanecem as mesmas, independente dos nomes transitórios que as comandem” (Rodrigues, 1982: 19). Levando-se em conta, evidentemente, os diferenciados contextos histórico-políticos decorrentes do transcorrer do tempo, as inovações científicas e tecnológicas, e os estilos e modas geracionais.

---

<sup>26</sup> A expressão “apartheid social”, de uso corrente, juntamente com as expressões “apartação” e “gueto”, entre moradores das favelas cariocas, particularmente na Rocinha e na Maré, também é utilizada em alguns nichos acadêmicos, como o IPPUR/UFRJ. Para o contexto desta tese, a idéia de “apartheid” será usada tendo como fundamento a tese de Jorge da Silva (2005), *Violência e identidade social: um estudo comparativo sobre a atuação policial em duas comunidades no Rio de Janeiro*. Em certas ocasiões neste texto usarei as expressões “apartação” ou “gueto” com o mesmo sentido. Entretanto cabe ressaltar que esses termos geram imprecisões e ambivalências de entendimento sociológico, em função de suas marcas históricas políticas e ideológicas de entendimento, sobretudo tendo como foco o antigo regime político da África do Sul. Para minimizar essas ambivalências, sempre que possível utilizo a expressão “território” como complementar a “apartheid”, “apartação” ou “gueto”. Ver a nota nº 3 e o artigo *Cidade, identidade e exclusão social*, de Gizlene Neder (1997).

# CAPÍTULO I

## NILÓPOLIS E ROCINHA: CENAS DE UM MOSAICO URBANO

E não tem tira, nem doutor, nem ziguezira / Eu  
quero ver quem é que tira nós aqui desse lugar  
(...) Não tem carranca, nem trator, nem alavanca  
/ Quero ver quem é que arranca nós aqui desse  
lugar" (A *violeira*, Tom Jobim & Chico  
Buarque).

### 1.1 As duas faces da mesma moeda

Para efeitos de poder local, tanto o Município de Nilópolis quanto o bairro da Rocinha podem ser analisados sob a perspectiva da violência – enquanto elemento estruturante do poder (Whyte, 2005) –, muito embora esta se articule de forma diferenciada nas duas localidades.

Em Nilópolis encontramos o poder estruturado num modelo tradicional, com forte apelo assistencialista e práticas políticas orientadas pelo mandonismo ao estilo descrito por Vitor Nunes Leal em *Coronelismo, Enxada e Voto* e Maria Isaura Pereira de Queiroz em *Mandonismo Local na Vida Política do Brasil* e no patrimonialismo, como observado por Raimundo Faoro em *Os Donos do Poder*; tendo como centro de gravidade o jogo do bicho e como suporte extralegal o apoio a pistolagem e aos grupos de extermínio.

Apesar das transgressões da lei e da violência como fator estruturante do poder local, no Município de Nilópolis não encontramos uma ruptura com o estado de direito, mas sim o seu reforço por meio das instituições, sejam oficiais (Executivo, Legislativo e Judiciário) ou sociais (clubes, agremiações, associações, etc.). Dessa forma, a luta pelo controle do poder local, ou seja, o controle do território e da população (Santos, 1980b), se dá dentro das regras formalmente estipuladas pela democracia representativa, com todas as distorções e manipulações incrustadas no aparato legal e na cultura política legitimada no país.

Na Rocinha detectamos um modelo aparentemente caótico, mas que revela uma lógica que comprehende o poder local de forma diferente de Nilópolis, em que o poder local é o município, a municipalidade. A Rocinha não é um município e sim um bairro da Zona Sul do Rio de Janeiro; suas características de ocupação territorial, uso e controle do espaço envolvem a existência de vários territórios, bairros distintos e comunidades de interesse; por isso, nela o poder local é entendido de forma atomizada, existindo muitas localidades e muitos poderes locais. Não se pode falar em poder local da Rocinha como um todo, uma totalidade sociopolítica, como em Nilópolis, embora persista de forma subterrânea a vigilância

permanente operada pela facção criminosa ADA, que controla a venda de drogas ilícitas, denominada pela mídia de narcotráfico e por mim de déspotas locais.

Essa dominação subterrânea de grupos de criminosos ligados ao narcopoder<sup>27</sup> desalojou em 1987 os bicheiros do controle subterrâneo dos diversos territórios da Rocinha, em uma guerra que parou a cidade do Rio de Janeiro e teve como consequência as mortes e/ou desaparecimentos dos líderes comunitários Zé do Queijo e Maria Helena. Os poderes locais na Rocinha se dividem em duas frentes distintas: formal e informal.

Para a exposição e análise das estruturas de poder local aqui enfocadas (Município de Nilópolis e bairro da Rocinha), adoto a idéia exposta no ditado popular de ficar com um olho no peixe e outro no gato, ou seja, observar os mecanismos estruturantes do poder local em Nilópolis e na Rocinha sem perder de vista seus condicionantes.

Como estruturantes, entendo os mecanismos tradicionais e ideológicos de controle e manutenção do poder e, como condicionantes, as estratégias dos atores políticos que vão além das normas legalmente estabelecidas. Nesta última, privilegiando a “permeabilidade das esferas do poder aos esquemas calcados nos grupos de extermínio locais e a manutenção dos elevados índices de homicídios” (Alves, 2003: 28), bem como a impunidade e impunibilidade históricas que garantem a manutenção de um *status quo* por vias transversas.

... a hegemonia conservadora na nossa formação social trabalha a difusão do medo como mecanismo indutor e justificador de políticas autoritárias de controle social. O medo torna-se fator de tomadas de posição estratégicas seja no campo econômico, político e social. (Malaguti Batista, 2003: 23)

Dessa forma, a abordagem utilitária da estruturação e manutenção do poder local se desdobra em duas partes, interfaces da mesma moeda: a idéia de guerra civil, militarização de quadrilhas, bandos armados de segurança policial privada e extermínio étnico-social, que para Luís Mir é estruturado e organizado pelo Estado de natureza patrimonialista e genocida, “sendo o Estado ator central do trabalho, e suas vítimas os protagonistas deste trabalho, (...) as matizes da guerra, as armas públicas e da criminalidade, e como essa contenda econômica e étnica, instalada há cinco séculos, se reproduz e se retroalimenta em forma de guerra civil contínua” (Mir, 2004: 21), e a do medo planejado e difundido entre as populações, como observa Vera Malaguti Batista. Evidentemente que ante tal processo, como reação e consequência, produzem e demandam as questões de reconhecimento e a emergência de poderes concorrentes e paralelos.

O Estado Liberal, a moral humanitária e o progresso coletivo são meros artifícios que mascaram uma brutalidade latente, um desprezo completo pela vida. Mais além de supostas fascinações retóricas através das suas mentiras – que foram muitas e constantes -, constataremos uma única verdade: o nosso mundo, a nossa sociedade é pura falsidade, um embuste estabelecido; não existe a nação como integração, superando as contradições que há nos distintos coletivos sociais, nem o Estado é instrumento da lei e árbitro de sua aplicação. (Mir, 2004: 15)

---

<sup>27</sup> Neste estudo, utilizei a expressão narcopoder para expressar as ligações do comércio ilegal de drogas com as diversas redes de sociabilidade, sejam elas locais, municipais, regionais, estaduais, nacionais ou internacionais, tanto no campo do mundo visível e lícito quanto no mundo clandestino e ilícito. A idéia de narcopoder é radicalmente diferente da de narcotráfico, pois os negócios vinculados às drogas produzem uma cadeia produtiva que tem seu início aparente e visível na boca-de-fumo, no local do movimento, e seus lucros desembocam no mercado financeiro legal, no Brasil ou no exterior, movimentando muitos milhões de dólares em bancos e bolsas de valores.

Em Nilópolis e na Rocinha, observa-se o mosaico urbano do Rio de Janeiro do tempo presente, um “purgatório da beleza e do caos”, o legal e o ilegal, o legítimo e o ilegítimo, a democracia representativa e participativa com a tirania do autoritarismo político e afetivo, tudo convivendo a um só tempo, com os mesmos atores sociais e políticos. A riqueza, o prestígio e a modernidade convivendo e se nutrindo da indigência, da exploração do trabalho, da corrupção e do extermínio dos invisíveis, desvalidos e indigentes e/ou mártires e heróis da resistência popular. Na Baixada Fluminense e nas favelas do Município do Rio de Janeiro, observamos as dinâmicas bélicas e as estratégias de sobrevivência e reconhecimento de novos Canudos, Balaíadas e Contestados.

## 1.2 A Baixada Fluminense

A história da Baixada Fluminense, desde a sua colonização, se dá sob a ocorrência de surtos que resultam em mudanças abruptas. Desde a extinção da tribo Jacutinga até os dias atuais, os desclassificados serviram de matéria-prima para a exploração e massa de manobra para as elites mandatárias do poder (Prado, 2000). A devastação predatória da área, mesmo que de forma continuada, registra dois grandes apogeu: o desmatamento para o plantio da cana-de-açúcar, na colonização, e nos anos 30 e 40 do século XX, uma impressionante onda loteadora.<sup>28</sup>

Após a instituição das sesmarias na região,<sup>29</sup> e o estabelecimento de engenhos e plantações nos vales, os senhores de engenho mandavam e desmandavam em seus territórios sobre a bugraria e os escravos. A população escrava na região passou de 59,7% dos habitantes em 1821 para 62% em 1840, quadro esse que conformava

Uma maioria subjugada, submetida a padrões de brutalidade que faziam desaparecer os limites do humano. Uma humanidade que só se fazia presente nos julgamentos pelos crimes cometidos ou nas descrições dos jornais visando à captura dos fugitivos, quando pela ruptura da lei o negro era incluído na ordem social, tratado com nome e características pessoais, mesmo que para no final ser torturado e morto. (Alves, 2003: 31)

Por sua localização, a região da Baixada Fluminense se constituiu, na época da colonização em importante zona de passagem que unia o Rio de Janeiro ao interior das Minas Gerais, transformando-se num entreposto entre o sertão de ouro, prata e miríades e a Coroa (Tôrres, 2004). Em função de tais sucessos, “a junção dos interesses dos grandes proprietários e da Coroa movimentava o tabuleiro das planícies da Baixada, recortando sua geografia em busca da passagem das mercadorias que, a exemplo do pó de ouro, impregnava de riqueza as mãos pelas quais tinham que passar” (Alves, 2003: 33).

A autonomia política da Vila de Nossa Senhora da Piedade de Iguaçu se dá em 1833, e compreendia as freguesias de Meriti, Pilar, Inhomirim, Piedade e Jacutinga (Geiger, 1955). A partir dessa quadra, “a nobiliarquia dos grandes proprietários (...) passou a interferir diretamente na escolha dos administradores, na organização das câmaras, na concessão dos títulos de nobreza e na influência dos postos políticos” (Alves, 2003: 34). Foi no curso de tal processo que se estabeleceram “as raízes de um coronelismo poderoso, capaz de se renovar e

<sup>28</sup> Como veremos, o processo de loteamento na Baixada atendia a estratégias políticas de incentivar loteamentos clandestinos com a promessa de no futuro, uma vez no poder, ou mantendo o poder, regularizá-los (Pereira, 1977). Observe-se que a maioria esmagadora dos loteamentos da Baixada é regularizada pelo poder público local e estadual.

<sup>29</sup> “Seus núcleos, invariavelmente às margens de um rio, eram formados por uma igreja da matriz, por pequeno comércio e oficinas e por um porto responsável pelo transbordo da via terrestre para a via fluvial e vice-versa, das mercadorias que circulavam entre o litoral e o planalto” (Alves, 2003:29).

se perpetuar ao longo da história da Baixada. O presidente da câmara, ao mesmo tempo chefe do Legislativo e do Executivo, concentraria poderes que o colocavam bem acima dos seus pares" (Alves, 2003: 34-35).

Das disputas pelo poder político (Castells, 1976) numa terra de poucos e poderosos mandatários, na qual os comerciantes e as oligarquias predominavam, quando não se obtinha a consolidação do poder local, a solução recorrente era a violência consubstanciada em "alicerce fundamental na edificação da política na Baixada Fluminense" que "entra de forma definitiva no cimento político da região" (Alves, 2003: 35-36). Nesse período que só se encerraria em 1930, os barões construíram uma saga impressionante, na qual sobressaíram vultos históricos que buscavam a perpetuação no poder.

Por conta das pragas, das estradas-de-ferro, o fim da escravidão e causas outras, a região entrou em decadência para não mais se reerguer (Pereira, 1997).

A estrada-de-ferro se encarregava de mudar a geografia da região, propiciando à estação de Moxabamba um crescimento que a transformaria em sede da Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga em 1862 e, três décadas após, "teria nos seus limites a sede da administração civil, tornando-se vila e logo depois cidade. Somente em 1916 é que teria o nome mudado para Nova Iguaçu" (Alves, 2003: 47-8).

As estradas foram fundamentais para a configuração espacial de toda a Baixada Fluminense. Sendo uma via de passagem, na qual inicialmente transitavam as mercadorias em lombos de burros e principalmente através dos portos, o advento dos caminhos de ferro provocaria radicais e definitivas mudanças em todo o seu cenário. Pode-se sucintamente reproduzir as etapas do processo de abertura de caminhos em duas fases. Num primeiro momento com as estradas:

Após o abandono do Caminho dos Guaianazes que partia de Parati, abriu-se um novo caminho através da Baixada com ligação direta entre o Rio de Janeiro e as Minas, era o Caminho Novo de Garcia Paes em 1704 – passando por Xerém, Pilar e descendo o Rio Iguassu até o Rio de Janeiro.

Em 1724 abriu-se outro por Bernardo Soares de Proença, descendo a Serra de Estrela, atingia o Rio Inhomirim e o Estrela, onde existia o porto e indo em direção do Rio de Janeiro. Formando aí um importante Arraial que se transformou em Vila em 20 de Julho de 1846. A Vila da Estrela foi próspera, por ela passou a maior parte do ouro produzido na região das Gerais, era o ponto final do caminho que durante mais de século recebia todos que se dirigiam ao interior.

O café foi plantado também nas encostas da serra do mar em Iguassu no século XIX, gerou tanta riqueza que promoveu a abertura em 1822 pela Real Junta do Comércio de uma nova estrada a do 'Comércio', ligando-se também a outra posteriormente construída a estrada da polícia que passava por Belém, dirigindo- se ao Rio Preto, este caminho passou a denominar-se 'Caminho do Comércio', porém, só a partir de 1837 começaram os estudos para o seu calçamento, cujo trabalho ficou sob responsabilidade do coronel de engenheiros, Conrado Jacob de Niemeyer. (IPAHB, 2005)

E num segundo momento, de forma definitiva com o assentamento das estradas-de-ferro:

No Brasil, Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, lançava com o apoio de capitais privados a primeira ferrovia ligando o Porto Mauá – depois Estação da Guia de Pacopáiba – a Fragoso e Inhomirim no pé da serra da Estrela, num percurso de 15,5 km. A ferrovia num movimento retilíneo rasgou a baixada, diferentemente do caminho seguido pelos rios em meandros. (...) A primeira linha de construção foi em direção à região produtora de café. A Estrada de Ferro Pedro II (hoje Central do Brasil) chegou às cidades das encostas da serra do Gericinó e sul da serra do Mar em 1858 juntamente com Maxambomba (atual Nova Iguaçu), Queimados e Japeri.

Em 1876 com o objetivo de captar água para a cidade do Rio de Janeiro foi construída a estrada de Ferro Rio D’Ouro (...). No entanto, foi somente em 1883 ainda em caráter provisório que começaram a circular os primeiros trens de passageiros que partiam do Caju em direção à represa Rio D’Ouro. Mais tarde esta ferrovia foi dividida em três sub-ramais: Ramal de São Pedro, hoje Jaceruba; ramal de Tinguá, que se iniciava em Cava (Estação José Bulhões); e o ramal de Xerém, partindo de Belford Roxo.

Em 23 de abril de 1886 é inaugurada a Estrada de Ferro Leopoldina Railway (...). A 28 de fevereiro de 1884 iniciou-se o trabalho para assentamento dos trilhos, o que levaria dois anos, até sua chegada em Merity (atual Duque de Caxias). (IPAHB, 2005)

Apesar de toda conquista e manutenção do poder implicarem determinadas formas de violência, na Baixada Fluminense estas se explicitam de forma própria, ganhando uma conotação de estereótipo. Nesse sentido, a região ganha uma imagem específica de violência indiscriminada levada a efeito por grupos de extermínio e pistoleiros, mais freqüentemente denominados pela crônica policial como esquadrão da morte ou polícia mineira, que se traduz numa “polícia alternativa operando em maior ou menor conformidade a regras nativas e que garante proteção a vidas, propriedades e identidades locais” (Alves, 2003: 21). A atuação mais visível de tais grupos segue uma lógica que, sob o amparo silencioso e/ou cúmplice clandestino do poder público, encontra curso e justificativa para a implementação arbitrária de regras sumárias na manutenção da lei e da ordem (Moreira, 2003). A gênese de tal lógica pode ser encontrada nos atos de mandatário local histórico e famoso que, “ao politizar a violência na sua região prenuncia o ingrediente explosivo que se tornou a grande justificativa da existência e ação dos matadores, que é a necessidade de *fazer justiça* contra elementos qualificados de *cobras venenosas* e *cachorros loucos*: bandidos, assaltantes, estupradores, traficantes, *maconheiros* etc.” (Souza, 2001: 48). Ante tal argumentação, estende-se a conclusão de fundo ético de que

Tomar a justiça em suas próprias mãos torna-se, portanto, dever moral de defesa da comunidade e não crime gratuito, estando portanto, inserido numa economia moral que baliza a convivência, a manutenção da paz e sossego nessas localidades como elemento central. (Souza, 2001: 48-49)

Bem mais recônditas estão as causas que informam sobre a estruturação do poder local e suas articulações com poderes centrais (estadual e federal).

A persistência dos elevados índices de homicídios na Baixada Fluminense, apesar das inúmeras políticas de segurança adotadas ao longo de mais de 30 anos, confirmam não a incapacidade ou ineficiência do Estado, mas sua permeabilidade aos interesses que o constituem e que encontram nesse padrão de violência uma de suas bases de sustentação. (Alves, 2003: 25)

Na já contada e decantada (em prosa, versos e filmes) história da Baixada Fluminense, em muitos momentos os dados reais e a ficção têm livre curso, como é o caso do filme *O Homem do Ano*, roteirizado por Rubens Fonseca a partir do romance urbano de Patrícia Melo. Sob o signo da violência formal ou arbitrária, justificada em nome da ordem, muitas lideranças políticas da região se impuseram por meio da coragem pessoal e escoradas nas armas.

A articulação entre violência e poder político, grosso modo, pode ser entendida a partir do exemplo da trajetória de algumas lideranças políticas e empresariais, como Tenório Cavalcanti, que, uma vez no comando de um grupo de pistoleiros e capangas, “este grupo vai extrapolando sua função original, acompanhando a crescente autonomia de interesses de Tenório frente a seus antigos patrões, vindo a tornar-se braço armado dos interesses do chefe.

O controle de um grupo armado, portanto, foi importante para a ampliação de sua rede para cima, em direção aos dominantes no campo político, e para baixo, convergindo para os dominados no campo" (Souza, 2001: 47).

A partir da estruturação urbana em caráter definitivo pós-1930 que sepultou o sonho latifundiário<sup>30</sup> da monocultura da laranja, a Baixada Fluminense conheceu uma expansão fabulosa em termos de loteamentos e adensamento populacional.<sup>31</sup> É nesse contexto que, apesar da permanência de práticas políticas tradicionais, se processa uma reconfiguração das estruturas de poder local sob a forma oligárquico-clientelista, que propicia a emergência no cenário político de atores sociais como Getúlio de Moura e Tenório Cavalcante. Ao primeiro cabe o patriarcado dessa nova formação em curso. Getúlio de Moura foi interventor no Município de Nova Iguaçu pós-revolução de 1930 e líder político local afinado e leal ao Governo Getúlio Vargas, em todos os seus períodos, de 1930 a 1945; foi deputado federal por 20 anos, valendo-se largamente do clitelismo e incentivando os loteamentos clandestinos. Fechou seu ciclo de influência na região

Quando vieram as emancipações, e o município de Nova Iguaçu foi dividido em quatro, ele colocou em cada novo município um lugar-tenente seu: em Duque de Caxias, Tenório Cavalcanti; em São João de Meriti, a família Hazuk; ele mesmo em Nova Iguaçu, e a família Simão em Nilópolis. Além disso, indicou o nome da maioria dos donos de cartório da Baixada. (Alves, 2003: 82)<sup>32</sup>

Após 1930, o crescente êxodo rural provoca um adensamento populacional nos grandes centros urbanos, e o aumento constante do metro quadrado do solo na capital empurra grandes contingentes populacionais para a Baixada. O processo de loteamento se torna inexorável e

As fazendas, fracionadas em sítios e chácaras com seus imensos laranjais e horti-frutigranjeiros, transformam-se em áreas de loteamentos, de grilagem e ocupações irregulares. Freguesias viram Distritos e estes em [sic] municípios. A Estação de Merity, com seu povoado em volta, vira o 8º Distrito em 1931 com o nome de Caxias e São Matheus vira 7º Distrito com o nome de Nilópolis, todos desmembrados de Meriti, que pertencia a Nova Iguaçu. Após o regime de exceção, na esteira do populismo, o 8º Distrito emancipa-se ganhando status de Município, levando consigo São João de Meriti, que é transformado em seu 2º Distrito. São João de Meriti não se conforma e em 1947, emancipa-se de Duque de Caxias e, na mesma lei, Nilópolis de Nova Iguaçu. (IPAHB, 2005)

No Município de Duque de Caxias, a figura lendária de Tenório Cavalcanti foi singular, já que conseguiu projetar para si uma imagem nacional de político e terratenente que perdurou por décadas. Tenório Cavalcanti, um quase desconhecido pelo nome próprio (Natalício), espalhou a sua fama como "o homem da capa preta" que sempre carregava embaixo da mesma a sua metralhadora "Lurdinha".<sup>33</sup>

<sup>30</sup> "A produção de alimentos ficara 35% menor, entre 1940 e 1950, enquanto no mesmo período sua população urbana passava de 37,5% para 47,5% do total e, em 1960, chegava a 60%. Os loteamentos produziam, em grande parte, essas mudanças..." (Alves, 2003: 69).

<sup>31</sup> "A população da Baixada, como um todo, havia saído dos 140.600 habitantes, em 1940, para os 360.800, de 1950. Um salto maior ainda seria dado entre 1950 e 1960. Neste último ano chegava-se aos 891.300 habitantes, num crescimento de quase 150% na década" (Alves, 2003: 62-3).

<sup>32</sup> As emancipações se deram, respectivamente em: Duque de Caxias, 1943; São João de Meriti e Nilópolis, 1947.

<sup>33</sup> "Tenório tornou-se o primeiro e quem sabe o único parlamentar do Brasil a andar com armamento pesado. Valendo-se de uma capa preta, presente de um amigo, passou a carregar junto a si uma metralhadora, apelidada de 'Lurdinha'. Por baixo da capa ocultava também o colete de aço que sempre utilizava" (Alves, 2003: 87).

A história exemplar de Tenório registra que ele, oriundo de um ramo empobrecido da poderosa família Cavalcanti de Albuquerque, migrou de Alagoas para o Rio em 1926, e aqui se valeu do apadrinhamento do seu tio, por meio do que conseguiu estabelecer relações que lhe garantiram um futuro político.

O que se vê na chegada de Tenório é que apesar de ser mais um migrante nordestino, ele não construía seu empreendimento do nada. As relações familiares e de parentesco o introduziram em círculos políticos e econômicos onde a moeda corrente da troca de favores rendia-lhe uma promissora base de sustentação. Lançado em meio às disputas por terras numa região em fase de voraz reincorporação privada, Tenório não demoraria a assimilar também um outro código determinante, o da violência. (Alves, 2003: 83-83)

Após trabalhar nas obras da estrada Rio-Petrópolis e como administrador de fazendas, e se casar com a sobrinha-neta do coronel João Telles Bittencourt, Tenório Cavalcanti amealhou cabedal suficiente para se lançar na vida política, o que fez elegendo-se vereador na condição de representante do Distrito de Duque de Caxias na Câmara Municipal de Nova Iguaçu. A partir de então, suas ações e as reações se imiscuem num labirinto de violências reais e imaginárias que o alcaram a figura proeminente na política da região.

Na sua quotidiana relação com a violência, que lhe renderam, de 1928 a 1953, 47 ferimentos a bala, 28 episódios violentos e 8 prisões, segundo suas memórias, Tenório haveria de protagonizar uma verdadeira guerra, sobretudo nos crescentes conflitos com os delegados da cidade, prepostos políticos de um governo que rompia com a prática da Primeira República, de deixar a escolha de delegados e o controle da polícia a cargo dos chefes políticos locais. (Alves, 2003: 84)

Tais circunstâncias deflagraram verdadeiras guerras campais em torno do poder local.

Na outra ponta de sustentação da ação política de Tenório estava a larga prática de assistencialismo mais desabrido e em seu escritório “funcionava um serviço de atendimento que anos mais tarde seria composto por três secretários e 30 atendentes, que dividiam as filas por assuntos como emprego, comida, documentos, problemas familiares” (Alves, 2003: 87).

Em todas as suas oscilações de político ambíguo, Tenório nunca abriu mão de sua base assistencialista, mesmo quando, contraditoriamente, combatia o processo clientelista em outros níveis.<sup>34</sup>

A ditadura militar instalada no país em 64 cassou-lhe o mandato e se encarregou de trazer o ocaso para a sua trajetória política pessoal, porém não de seu grupo político, que passou a apoiar a ditadura militar. Tenório conseguiu ainda o seu canto de cisne na figura do seu genro Hydeckel de Freitas, que ocupou relevantes funções públicas nos governos estadual e federal, foi nomeado prefeito biônico em 1982 pelo presidente João Batista Figueiredo, se elegeu prefeito de Duque de Caxias pelo voto popular em 1988, com maioria absoluta dos votos, e senador da República pelo Estado do Rio de Janeiro em 1986.

A figura hierática de Tenório Cavalcanti, com sua trajetória política calcada no assistencialismo e na violência, decerto “marcará para sempre a história política dessa região até os dias atuais, e a associação entre política e violência se perpetuará na Baixada como uma característica imutável” que se desdobrará “na consolidação dos grupos de extermínio dos anos sessenta” (Alves, 2003: 92).

A instituição e posterior institucionalização dos grupos de extermínio na Baixada Fluminense tem como pedra de toque a explosão popular ocorrida em 5 de julho de 1962, que

<sup>34</sup> “Ele unia, portanto, na sua figura, o elemento antipopulista-conservador nas questões nacionais e o clientelismo populista da sua ação junto às massas pobres da periferia” (Alves, 2003: 90).

redundou em saques, depredações, mortos e feridos<sup>35</sup>. Agitações posteriores serviam de justificativa para as reações que propugnavam pela criação de uma polícia privatizada, na figura da convocação de um voluntariado para efetuar o policiamento. É nesse exato sentido de defesa e manutenção do patrimônio que os comerciantes e a elite de mandatários políticos observavam que

A progressiva criminalização da pobreza estava presente na confusão entre aqueles que buscavam saciar a fome e os saqueadores. Frente à incapacidade de distingui-los, nada melhor do que uma PM mantida pelos recursos dos que se sentiam ameaçados pela realidade, que transformava ‘bons clientes’ em vândalos, ladrões e assassinos. (Alves, 2003: 97)

Ante a ilegalidade de uma polícia pública privatizada, mantida às expensas da classe dominante, a formatação que mais se aproximava dessa idéia era, e até hoje ainda perdura, a da criação de grupos paramilitares, em tese encarregada de garantir a propriedade e separar o joio do trigo, ou seja, os criminosos dos trabalhadores. Atente-se que tal arranjo, em consonância com a progressiva criminalização da pobreza, redundaria numa lógica de “aumentar o número de Tenórios necessários para proteger a coletividade” (Alves, 2003: 100). É com base na disputa pelo poder local que “a ditadura militar, no seu projeto de reconfiguração da estrutura política da Baixada, reforçará essa alternativa, ampliando ainda mais o seu emprego no cálculo político dos que herdarão o exercício do poder” (Alves, 2003: 100).

Desmembrado do Município sede de Nova Iguaçu em 1947, o Município de Nilópolis está localizado na Baixada Fluminense e esta, por uma série de fatores geográficos ou culturais<sup>36</sup>, tem recebido inúmeras definições e interpretações. Mesmo os limites geográficos da região atendem a diferentes objetivos de análise, havendo aparentemente quatro critérios diferentes que fazem com que esses limites sejam ampliados ou encurtados (Soares, 1962). Observando-se o critério de análise sob a perspectiva da violência, os limites da Baixada Fluminense agregam em sua definição alguns bairros cariocas conurbados, como Anchieta, Ricardo de Albuquerque, Guadalupe, Parada de Lucas, Vigário Geral, Jardim América, etc., fato esse denominado de forma pejorativa de “baixadização”.<sup>37</sup> Nilópolis é pólo de atração e exerce influência nos bairros cariocas de Ricardo de Albuquerque, Anchieta, Pavuna, Guadalupe e Marechal Hermes.

---

<sup>35</sup> “Os 42 mortos e 700 feridos, segundo os dados oficiais; os 2 mil estabelecimentos comerciais de gêneros alimentícios atingidos e o prejuízo de 1 bilhão de cruzeiros revelariam uma outra face da população pobre da Baixada” (Alves, 2003: 93).

<sup>36</sup> Quando houve a chamada chacina na favela de Vigário Geral (21 mortos), uma deputada federal disse numa rádio que aquela favela estava localizada na Baixada Fluminense. Esse tipo de confusão sobre os limites da região é muito comum. A mídia carioca e as elites culturais da Zona Sul do Rio de Janeiro acreditam que a Baixada Fluminense é uma imensa favela.

<sup>37</sup> O neologismo criado por Souza Alves busca o entendimento de que “A violência, que serviu de referência na demarcação da fronteira entre o mundo civilizado e a barbárie, separando a cidade do Rio de Janeiro da Baixada Fluminense, ao longo de mais de duas décadas, foge agora dos seus limites espaciais e passa a fazer parte da realidade carioca” (Alves, 2003: 16).

Mapa cartográfico da Baixada Fluminense, de acordo com o IPAHB.



Fonte: IPAHB - Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense  
<http://www.ipahb.com.br/inforge.php>. Acesso em 16/07/2005.

Os principais dados sobre a Baixada Fluminense podem ser observados no quadro abaixo, tendo como base de dados o censo demográfico do IBGE de 2000.

Municípios componentes da Baixada Fluminense, de acordo com o IPAHB.

MUNICÍPIO	ÁREA KM <sup>2</sup>	POPULAÇÃO (número)	ALTITUDE (em metros)
Belford Roxo	80	433.120	18m
Duque de Caxias	465	770.858	19m
Guapimirim	361	37.857	49m
Itaguaí	278	81.952	13m
Japeri	83	83.577	30m
Magé	386	205.699	05m
Mangaratiba	360	24.854	18m
Mesquita	35	164.879	20m
Nilópolis	19	153.572	19m
Nova Iguaçu	558	915.364	25m
Paracambi	179	40.412	50m
Queimados	78	121.681	30m
São João de Meriti	35	449.562	19m
Seropédica	267	65.020	26m

Fonte: IPAHB - Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense  
<http://www.ipahb.com.br/sintesehist.php>. Acesso em 16/07/2005.

## 1.3 O Município de Nilópolis

Instalado em 22 de agosto de 1947, Nilópolis ganhou esse nome em homenagem ao ex-presidente Nilo Peçanha, que ao longo de sua vida pública teve fortes ligações com a Baixada Fluminense. Além de ser o menos extenso Município do Estado, com uma área total de 19,2 km, 60% do seu território é ocupado pelo Exército Brasileiro, que lá mantém o Campo de Instrução de Gericinó.

Praticamente desprovido de área rural<sup>38</sup>, conurbado em direção à cidade do Rio de Janeiro, o Município – fraco em indústria – se destaca no setor terciário, com um forte comércio, além de ser uma “cidade dormitório”.

Segundo o censo 2000 do IBGE, o Município tem uma população total de 153.572 habitantes, entre eles 72.483 homens e 81.089 mulheres, sendo considerados alfabetizados 124.258 habitantes – ou seja, a quase totalidade da população em idade escolar é alfabetizada e permanece de 8 a 10 anos nas redes escolares, pelo menos, sendo significativo o número de jovens que concluem o ensino médio e buscam ingressar em universidades públicas e privadas, em cursos técnicos profissionalizantes fora de Nilópolis e no próprio Município, que possui um CEFETEC, ou buscam a carreira militar, como sargentos especialistas e oficiais da Força Aérea Brasileira, do Exército, assim como da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar.

Em Nilópolis, ainda tendo por base os dados do censo de 2000 do IBGE, existem 200 domicílios com características de barracos, ou seja, classificados como favela. Assim sendo, pode-se afirmar com folgada garantia empírica que em Nilópolis não existem favelas como nos demais municípios da Baixada Fluminense e, em particular, no Município do Rio de Janeiro. Pelos cálculos do IBGE, nesses 200 domicílios com características de favela residem menos de mil moradores.

Culturalmente, o Município de Nilópolis tem destaque internacional por intermédio da Escola de Samba Beija-Flor, o que o situa como epicentro do que denominamos neste estudo de sociedade do espetáculo, e ainda conta com o Conjunto Histórico Cultural que engloba a capela São Mateus, construída em 1637, e o Museu Histórico de Nilópolis.

### 1.3.1 Jogo do Bicho

O Capítulo VII da Lei das Contravenções Penais de 1941 dispõe sobre as Contravenções Relativas à Polícia de Costumes. Lá é encontrado o artigo 58, que veta a prática do jogo do bicho. *In verbis*, temos:

Art. 58 - Explorar ou realizar a loteria denominada jogo do bicho, ou praticar qualquer ato relativo à sua realização ou exploração:

Pena - prisão simples, de 4 (quatro) meses a 1 (um) ano, e multa.

Parágrafo único - Incorre na pena de multa aquele que participa da loteria, visando a obtenção de prêmio, para si ou para terceiro.

De uma forma meritória e ingênuas, o jogo do bicho nasceu em 1892 como uma fórmula para dar maior visibilidade ao Jardim Zoológico do Rio de Janeiro, procurando incrementar as visitas e mesmo conseguir verbas para a manutenção do parque.

<sup>38</sup> Segundo os dados do IBGE, o município concentra todos os seus habitantes em área urbana e nenhum em área rural.

O presidente Eurico Gaspar Dutra, em 1946, decretou a proibição do jogo do bicho no bojo do Decreto-Lei 9.215, sob justificativas ancoradas na moral e nos bons costumes. Entretanto, em flagrante contradição, desde 1967, com a instituição da Loteria Esportiva e com a posterior invasão dos concursos de prognósticos geridos pela Caixa Econômica Federal, além da implantação das casas de bingo ocorrida com a lei Zico durante o governo Collor de Mello, o aparelho estatal (União e Estados) vem promovendo uma onda de jogatina explícita, de forma natural e em franca concorrência com o tradicional jogo do bicho, que ultimamente dá causa a alguns escândalos envolvendo interesses político-financeiros. A Caixa Econômica Federal, até o momento, administra oito modalidades diferentes de jogos (Mega-Sena, Dupla Sena, Loteca, Lotogol, Lotomania, Lotofácil, Loteria Federal, Quina), e é responsável pela fiscalização dos bingos em conjunto com as loterias estaduais. Essa forma sistematizada pelo Estado incorporou sofisticada tecnologia de atendimento aos apostadores, não apenas nas milhares de lojas espalhadas pelo país, mas também pela internet, com direito a consultas via e-mail e mesmo acesso mediante telefones celulares.

O certo é que o jogo do bicho rapidamente se transformou numa tradição popular, sendo absolutamente tolerado pela sociedade e transformado paulatinamente num esquema que angariou fortunas e poder a um grupo que ficou sendo conhecido como banqueiros do jogo e que chegou a construir uma verdadeira máfia.

Iniciava-se, portanto, a conjunção entre poder militar, poder familiar e contravenção que tornará Nilópolis o modelo mais acabado de controle político no período militar. (Alves, 2003: 104)

Nas eleições de 1972, Simão Sessim se elege prefeito e o seu primo Miguel Abrão David assume a presidência da Câmara Municipal de Nilópolis.

Nesse período, Aniz Abrão David alavanca a Beija-Flor, que sai do 2º Grupo para a vitória no Grupo Especial, revolucionando os desfiles com a ousada criatividade de Joãozinho Trinta (Ferreira, 1982).

Os deputados pelo PDS Simão Sessim (federal) e Jorge David (estadual) articulam com sucesso os poderes públicos estadual e federal.

Em 1982, apesar da onda brizolista que campeou pela Baixada, elegeu-se Miguel Abrão, pelo PDS, que mantém perfeita articulação com o Poder Executivo estadual via ALERJ, com Farid Abrão e Gilberto Rodrigues como deputados estaduais eleitos por Nilópolis, e com o Governo Federal por intermédio de Simão Sessim, deputado federal eleito por Nilópolis e Hydeckel de Freitas, senador. Hydeckel, genro de Tenório Cavalcanti, perde o controle político e social do Município de Duque de Caxias para um novo clã,<sup>39</sup> comandado por seu ex-subordinado e lugar-tenente Zito.

Hydeckel a partir de 1988 transfere sua influência política para o município mineiro de Poços de Caldas, onde seu filho, neto de Tenório Cavalcanti, já foi prefeito por três mandatos e possui muito prestígio junto à população. O enredo da escola de samba Beija-Flor de Nilópolis no carnaval de 2006 é uma homenagem à cidade de Poços de Caldas.

---

<sup>39</sup> O termo clã será usado como conceito nos termos formulados pelo entendimento de Oliveira Viana em seu clássico *Instituições Políticas Brasileiras* (1955). Nele, clã é um grupamento de interesse político patrimonial centrado na descendência familiar, seja ela unilinear ou multilinear, patrilinear ou matrilinear, incorporando também pessoas externas à família através de compadrios. Neste sentido, o termo clã se diferencia de sua forma original, produzida pela antropologia inglesa do século XIX, e ganha uma conotação que inclui também grupos extrafamiliares, mas que mantém um elo de pertencimento ancorado na fidelidade absoluta aos interesses do grupo, atuando em uma localidade ou região demarcada geograficamente.

Apesar de alguns prefeitos de Nilópolis não pertencerem à família Abrão David-Sessim (Freitas, s/d), eles são oriundos do clã ou afinados e leais a este – como, por exemplo, o deputado Gilberto Rodrigues e o deputado Necá – não colocando em risco o controle do poder local pela família, como aconteceu em Duque de Caxias com a ascensão de Zito substituindo Hydeckel. Assim, o poder municipal desde 1947 é capitaneado pela mesma família, que já detinha o controle do distrito de Nilópolis desde 1925, quando este ainda pertencia ao Município de Nova Iguaçu.

É importante ressaltar que todos os demais municípios da Baixada Fluminense originários de Nova Iguaçu tiveram suas elites mandatárias substituídas por novos grupos ascendentes ao poder local, sem, contudo, mudar-se o estilo e os padrões de exercício do poder. Nilópolis é o único município da região da Baixada em que uma única família exerce a hegemonia política até o tempo presente. É importante também destacar que o clã Abrão David-Sessim teve e tem forte influência no controle do poder estadual, pois, além de sempre haver um deputado estadual da família na ALERJ, suas relações com o poderoso ex-deputado Gilberto Rodrigues, de Nilópolis, são harmoniosas. Esse, que representa os imigrantes espanhóis e seus interesses em todo o estado do Rio de Janeiro, além de ex-prefeito de Nilópolis foi relator da Constituição do novo Estado do Rio de Janeiro, fruto da fusão com o estado da Guanabara, em 1975. Gilberto Rodrigues foi uma das principais lideranças do MDB e do PMDB na ALERJ, sendo seu presidente durante a elaboração da atual Constituição do Estado do Rio de Janeiro, elaborada em 1989 como decorrência da promulgação da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988.

O ex-deputado Gilberto Rodrigues foi e é um ator político de enorme influência nos poderes executivo, legislativo e judiciário estadual, tendo sido o principal articulador e artífice da candidatura do jovem deputado Sérgio Cabral à presidência da ALERJ em 1995. Sérgio Cabral foi o deputado estadual que mais tempo permaneceu como presidente da ALERJ, tendo exercido essa função durante oito anos consecutivos, até sua eleição para Senador da República em 2002. Apóia o atual presidente da ALERJ, o deputado Jorge Picciani, que está em seu quarto ano de mandato e tem sua base eleitoral nos bairros de Anchieta e Ricardo de Albuquerque, vizinhos ao Município de Nilópolis.

Na atual legislatura, atuam na ALERJ um deputado estadual da família Abrão David-Sessim – Ricardo Abrão, o Abrãozinho – e o deputado estadual Alessandro Calazans, ligado a Gilberto Rodrigues, além do deputado federal Simão Sessim. O deputado Abrãozinho e o deputado Alexandre Calazans são da base de apoio à governadora Rosinha Garotinho, e o deputado federal Simão Sessim é da base de apoio ao presidente Lula na Câmara dos Deputados.

A família Abrão David-Sessim sempre teve esta estratégia: no Estado apóia o governador em exercício, seja ele quem for; e em Brasília apóia o presidente da República, seja ele quem for. Assim sendo, a família está sempre no governo, estadual e federal, de forma concomitante.

Muito provavelmente por estarem inseridos, por mais paradoxal que possa parecer, na ética do trabalho, na qual os valores sociais tradicionais de reconhecimento social são importantes, os contraventores mais importantes e mais ricos foram, aos poucos, seguindo a estratégia de angariar esse reconhecimento junto às classes populares pelo clientelismo, e nos segmentos ricos e de elevado prestígio social e político, por meio da mídia. A fórmula foi: carnaval e futebol. Emil Pinheiro no Botafogo e na escola de samba São Clemente, Castor de Andrade, no Bangu e na escola de samba Mocidade Independente de Padre Miguel, e Aniz Abrão David na escola de samba Beija-Flor de Nilópolis investiram verdadeiras fortunas nos clubes e escolas de samba que dirigiram e se tornaram pessoas públicas e queridas, com isso amenizando sua condição de contraventores. Quanto ao carnaval, poucas e raras escolas de samba não são dirigidas por bicheiros, que no tempo presente comandam e controlam o

carnaval do sambódromo por intermédio da LIESA, a qual ganhou do poder público da municipalidade do Rio de Janeiro a concessão da passarela do samba na Marquês de Sapucaí e da recém inaugurada cidade do samba na avenida Rodrigues Alves, na região portuária da Praça Mauá da cidade do Rio de Janeiro.

Essa estratégia de conquistar respeitabilidade foi estendida ao campo político e vários contraventores lograram se eleger prefeitos, vereadores e deputados. Tal fato cria uma situação dúbia, pois muito além da simples imunidade parlamentar, tais atores sociais – por dever de ofício e direito conquistado pelo voto popular e soberano, que os demais políticos não podem contestar – acabam estabelecendo vínculos eficientes e eficazes com a elite política mandatária do país, e esses vínculos, mesmo que formais, lhes emprestam uma respeitabilidade incontestável. Por exemplo: um prefeito, mesmo que contraventor emérito, dentro de suas atribuições de executivo municipal, em determinado momento estabelecerá contatos com os coroados da República de todos os poderes. Como negar importância a um cidadão que, apesar de contraventor, ostenta no seu escritório ou na prefeitura fotografias nas quais posa sorridente ao lado do presidente da República, de ministros, senadores, deputados, governadores e juízes do STJ, STF, TST e TSE?

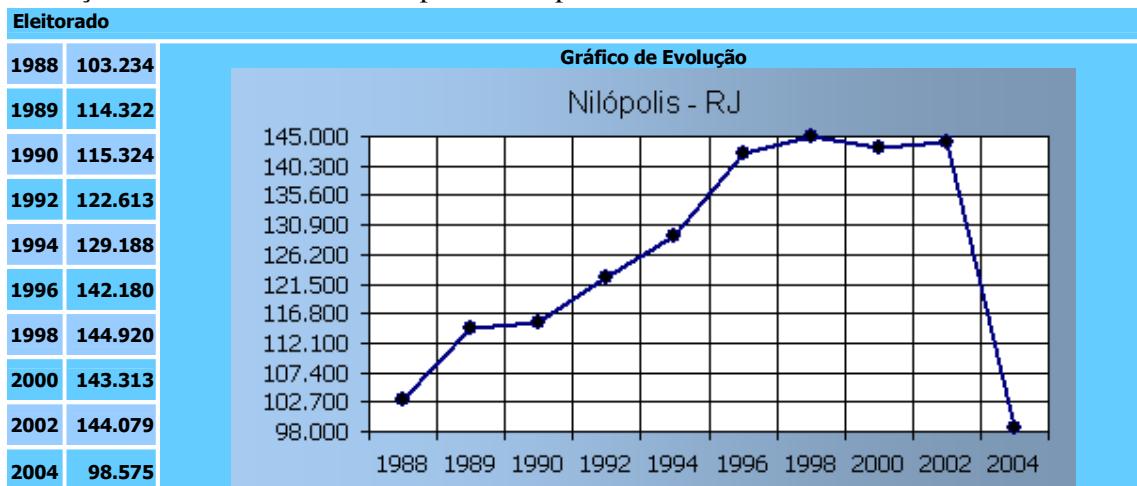
Sob esse aspecto, variados agentes públicos do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, em reiteradas intervenções na mídia, e mesmo determinados nichos acadêmicos, detectam a tentativa de captura do Estado pelo crime organizado. Ficamos com a idéia de que, se é possível ao crime organizado capturar o Estado por meio das regras democráticas, alguma coisa está fora do lugar.

1975: Logo depois do carnaval em que o Salgueiro conquistou o bicampeonato, o banqueiro de bicho Anísio Abrão David resolve assumir a então modesta Beija-flor de Nilópolis. Contratou Joãosinho Trinta por cifras nunca reveladas. Fevereiro de 1976: A Beija-flor, com muito luxo inimaginável para as escolas de samba então, desfila com um enredo em homenagem ao jogo do bicho, "Sonhar com Rei dá Leão", e fatura o título. Era a primeira vez desde 1937 que a campeã do carnaval não era uma das quatro grandes, Portela, Mangueira, Império Serrano ou Salgueiro. A pequena Em Cima da Hora desfila "Os Sertões", samba que está entre os mais citados como melhor de todos. Acabou em penúltimo lugar.

<http://www.prosite.com.br/carnaval/decada70.asp>. Acesso em 13/10/2004.

Em função do censo demográfico de 2000 realizado pelo IBGE, e apesar de inúmeras denúncias de compra de votos e eleitores fantasmas, o TRE/RJ determinou o recadastramento dos eleitores do Município de Nilópolis. O resultado foi a diminuição do eleitorado em aproximadamente 35%, ou seja, 47 mil eleitores a menos nas eleições de 2004 em relação às de 2002. Mesmo diante de tal quadro, a família Abrão David venceu as eleições com facilidade, com amplo apoio social e popular e legitimidade incontestável.

## Evolução do eleitorado no Município de Nilópolis



Fonte <http://www.guiadoeleitor.com.br/cidades/58637.htm>. Acesso em 16/07/2005.

## Resultado da eleição para prefeito no Município de Nilópolis – 2004.

NILOPOLIS - RJ					
Apuração para Prefeito - 1º Turno					
Apuração finalizada					
Última atualização às 20h19min de 03/10/2004					
Urnas totalizadas: 424 (100,00%)			Eleitores: 98.575		
Total de urnas: 424			Comparecimento: 93.726 (95,08%)		
Nome	Nº	Partido	Votos	% de votos válidos	
<b>FARID ABRAO</b>	11	PP	50.098	58,67%	
RATINHO	12	PDT	26.271	30,76%	
BETÃO	13	PT	4.498	5,27%	
DEMETRIO	56	PRONA	4.249	4,98%	
MARCOS MANSO	28	PRTB	280	0,33%	
<b>Total de votos válidos</b>			85.396		91,11%
<b>Branco</b>			2.747		2,93%
<b>Nulos</b>			5.583		5,96%

Fonte <http://www.guiadoeleitor.com.br/cidades/58637.htm>. Acesso em 16/07/2005.

## Deputados estaduais mais votados no Município de Nilópolis – 2002.

Deputado Estadual	Número de votos
Ricardo Abrão	21147
Neca Manoel Rosa	19287
Alessandro Calazans	15959
Jorge Picciani	3589
Dedão	2004

Fonte: TRE – RJ – SEIN – Secretaria de Informática; Sistema ResultEle, versão 2.4

Deputados federais mais votados no Município de Nilópolis – 2002.

Deputado Federal	Número de votos
Simão Sessim	42256
Reinaldo Gripp	12085
Leonardo Picciani	5252
Benoni	3694
Denise Frossard	2293

Fonte: TRE – RJ – SEIN – Secretaria de Informática; Sistema ResultEle, versão 2.4

O mandonismo local em Nilópolis e a circulação de suas elites mandatárias e sociais se dá pelo fortalecimento das instituições legais do ordenamento jurídico brasileiro, assim como pelo estímulo à formação de uma rede de sociabilidade consolidada em agremiações da sociedade civil como faculdades, escolas, igrejas, clubes, centros culturais, escolas de samba, etc., convivendo com a violência como categoria e paradigma de ação política. No Município de Nilópolis, é fraca e de baixa intensidade a participação do tráfico de drogas ilícitas, fazendo com que lá praticamente inexistam pólos da rede do narcopoder do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil. Entretanto existe uma forte presença de ilícitos tradicionais, como os ligados ao jogo do bicho, ao contrabando, à receptação e aos homicídios (Hypolito, 1982).

As elites mandatárias locais, que são grupos emergentes de migrantes libaneses católicos, judeus, espanhóis e brasileiros nordestinos, valorizam extremamente o prestígio social fora de Nilópolis (em nível estadual, nacional e até internacional<sup>40</sup>), valorizam a ética do trabalho e estimulam que todas as famílias sejam escolarizadas, com formação de nível superior ou técnico, ou que seus membros sejam funcionários públicos, empresários ou comerciantes e que busquem ascender socialmente, montando uma base residencial em Nilópolis e outra na Barra da Tijuca ou no Leblon e Ipanema (Goldman, 1998; London, 1999). Valorizam a ética do trabalho e a ética cristã, sendo predominante o catolicismo da Igreja Católica Romana, com recente crescimento evangélico de orientação pentecostal ou neopentecostal.

Enquanto ao longo dos anos 70 e 80 a Baixada Fluminense recebeu grande destaque nos meios de comunicação, no que se refere à violência que nela se processava, na década de 90 essa primazia passará para o Rio de Janeiro. O título de lugar “mais violento do mundo” mudará de mãos, mas nessa mudança outras questões se inserem. (...) A questão, porém, não é a quem está em primeiro lugar no ranking das mortes, mas da visibilidade, do reconhecimento do problema social, da realização de políticas públicas, da construção de interpretações políticas sobre essa realidade. (Alves, 2003: 25-26)

A partir de tais argumentos, podemos perceber a articulação dos níveis locais e específicos da violência com a esfera política, pois que isso significa detectar as elites de mandatários locais, seus interesses políticos, seus mecanismos de controle territorial e suas respostas à violência como tática de obtenção e manutenção do poder na localidade.<sup>41</sup>

<sup>40</sup> Emblemático é o reconhecimento nacional e internacional da escola de samba Beija-Flor de Nilópolis, e de seus subprodutos assistenciais.

<sup>41</sup> Muitas favelas e bairros periféricos da cidade do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense têm territórios sob comando e controle de despotas locais e mandatários ligados às atividades de venda de drogas ilícitas e ao comércio de mercadorias roubadas, que defino nesta tese como representantes locais do narcopoder. Fundamentei a idéia de narcopoder como um contraponto ao estado democrático de direito e a um instrumento

Após reverberar contra a corrupção no solo pátrio e caracterizá-la como uma endemia – portanto um fenômeno contínuo e permanente –, Nelson Paes Leme, pesquisador da UFRJ, levanta uma questão que vai além da sua base de impunidade, pois que se estende à impunibilidade, já que:

Diferentemente da impunidade que é o ato ou o fato de restar alguém impune, a impunibilidade pode ser definida como a insuficiência, incapacidade ou a caducidade dos mecanismos judiciais e policiais à disposição do Estado para punir. (Leme, 2005: 6)

O seu diagnóstico aponta para uma ampla e profunda reforma penal, reforma esta que não está contemplada na reforma do Judiciário ora em pauta. A percepção de uma impunidade sob o manto da impunibilidade já se consolida na percepção da sociedade como um todo, mesmo que ainda não detectada como forma de violência relevante:

... as acrobacias dos legisladores patrícios, ora para excluir determinadas condutas antiéticas ou mesmo imorais dos estatutos penais, ora para atribuir a essas condutas penalidades insignificantes, já começam a ser percebidas até mesmo por aquele homem simples da periferia. (Silva, 2003: 52)

Nessa quadra, Jorge da Silva está se referindo especificamente aos “crimes não-convencionais”, praticados com propósitos econômicos vultosos e por motivações políticas, além dos levados a cabo pelo Estado e seus aparatos de segurança (segurança do próprio Estado e manutenção da lei e da ordem).

Já muito antigo e consagrado pela sociedade brasileira é o ditado popular de que “quem rouba um tostão é ladrão, quem rouba um milhão é barão”. Pela consagração e longevidade do axioma acima, podemos entender que a questão da impunidade também se consagra via impunibilidade.

Para se ter uma idéia, basta pegarmos uma edição, ao acaso, de um jornal qualquer do país para encontrarmos uma verdadeira teia de triste realidade. No caso, o *Extra* de 17/06/2005:

“Ameaça de morte faz Edinho pedir a Pelé para tirar a família do Brasil – Preso por tráfico, Edinho teme pela vida dos filhos e pede ajuda ao pai”

“PM mata chefe do tráfico em São Gonçalo”

“Carreta pega fogo e carga é saqueada”

“PM morto em frente à casa do pai”

“De defensor da paz a traficante morto – bandido que trabalhou em batalhão enfrenta PMs”

“PF prende grupo de extermínio no Paraná – Entre os acusados estão PMs, advogados e até mesmo empresários”

---

de poder absolutista de promoção de não-cidadania e desclassificação social. Para tal, utilizei as idéias produzidas por Elizabeth Leeds (2003), Jessé de Souza (2003) e Alba Zaluar (2003).

### 1.3.2 Esquadrão da Morte e pistolagem

A violência dos grupos de extermínio e pistoleiros da Baixada Fluminense se constitui através dos tempos num processo determinante e mesmo institucionalizado. De um lado nos deparamos com a justificativa ingênua e primária de que a existência e atuação de tais grupos e pessoas se deve ao vácuo do poder de Estado, e que estes garantem a ordem pública. Tal atuação pode ser caracterizada como uma “polícia de Pasárgada”<sup>42</sup>, com um recorte diferenciado do que ocorre na Rocinha apenas pelo seu caráter tradicional.

O certo é que tanto os assassinatos e desaparecimentos provocados pelos esquadrões da morte e pistoleiros da Baixada quanto os a cargo dos soldados da facção criminosa – ADA – que comanda o tráfico na Rocinha se ancoram na ilegalidade. O marco diferenciador é que as mortes cometidas pelo tráfico na Rocinha o são por “bandidos” para controlar o território da facção e manter a disciplina comercial das bocas de fumo do “movimento”, ao passo que as perpetradas pelos esquadrões da morte e pistoleiros são de autoria dos “mocinhos”.

Sob essa perspectiva, o tráfico mata para impor o terror e os pistoleiros e grupos de extermínio matam para impor a lei, a ordem institucional e a paz social. Assim me relatam vários atores sociais respeitáveis de Nilópolis e da Baixada Fluminense, e essa percepção é amplamente aceita pela maioria da população da Baixada Fluminense e pela mídia de largo alcance<sup>43</sup> do Estado do Rio de Janeiro.

Essa diferenciação pode ser observada tanto na atuação da mídia quanto nas instâncias legais, e essa realidade incute na sociedade uma idéia de permissividade para o livre curso do extermínio paralegal e a condenação sumária para os assassinatos originados pelos narcotraficantes. Essa característica da prática do extermínio vem motivando o intenso fluxo migratório de moradores bem-sucedidos na Rocinha para a favela de Rio das Pedras (Burgos, 2002), onde não existe a presença do narcopoder e de suas facções criminosas, mas há a atuação destacada de uma polícia privada local, que tem como discurso legitimador o extermínio de bandidos, malféitos e traficantes.

O Esquadrão da Morte mata para defender a sociedade, enquanto os traficantes o fazem apenas para dar curso à criminalidade e aos seus negócios ilícitos. Nessa equação, grupos de extermínio e pistoleiros fazem justiça e traficantes cometem crimes.

Um dos elementos que em muito corroboram essa concepção é o fato de que pistoleiros e grupos de extermínio são compostos por agentes públicos, como oficiais de justiça, guardas municipais, agentes penitenciários, policiais, ex-policiais, e pessoas que se passam por agentes públicos, agentes da lei e da ordem, elementos ligados umbilicalmente à estrutura de poder, encarregados de exercer legitimamente a violência segundo entendimento e máxima weberiana. Talvez esse fato, apesar da existência de outros, seja o mais determinante, no imediato, para se analisar a incontestável permeabilidade com que o aparato legal-formal de Estado cede a tais e tantas ocorrências de extermínio, homicídios, espancamentos e desaparecimentos.

<sup>42</sup> Boaventura Santos estrutura a sua idéia de pluralismo jurídico de uma forma simples, partindo da concepção de direito como “o conjunto de processos regularizados e de princípios normativos, considerados justicáveis num dado grupo, que contribuem para a criação e prevenção de litígios e para a resolução destes através de um discurso argumentativo, de amplitude variável, apoiado ou não pela força organizada” (Santos, 1980a: 72). Em seguida observa que “impõe-se apenas apresentar a conclusão de que, à luz dele, não restam dúvidas de que os fenômenos por nós investigados em Pasárgada caem no domínio do jurídico e que, portanto, constituem, no seu conjunto, o direito de Pasárgada” (Santos, 1980a: 72). Nesse sentido, pode-se falar em uma polícia de Pasárgada, que mantém a lei e a ordem de Pasárgada.

<sup>43</sup> A idéia de mídia de largo alcance – televisão e rádio – foi formulada pelo autor desta tese tendo como referência as compreensões e análises elaboradas por Dominique Wolton, em seu livro *Pensar a comunicação* (2004).

Na Baixada emerge também uma espécie de “concepção organizacional ilegal” do sistema jurídico criminal, que vai desde o não registro de homicídios nas delegacias até a entrega, feita por Juízes, de carteiras “*ad hoc*” de oficiais de justiça para reconhecidos membros de grupos de extermínio. (Alves, 2003: 121)

A “permeabilidade” das autoridades constituídas às práticas de extermínio de pessoas, especialmente na Baixada, se verifica das mais variadas formas, sendo procedimento corrente os registros incompletos, incorretos e mesmo fraudulentos de mortes ocasionadas por esse tipo de ação; a manipulação de metodologias e outros fatores fazem com que os levantamentos promovidos não apresentem confiabilidade, uma vez que “as estatísticas oficiais sobre violência, sobretudo as de homicídios, não fogem, também, dos limites das razões organizacionais” (Alves, 2003: 121). Entre essas causas podemos listar as seguintes:

- a) pressões externas (de caráter político ou institucional);
- b) não informação das ocorrências de crimes;
- c) interpretações subjetivas – “policiais, juízes e promotores remetem a padrões de processamento organizacionais – atividades, seleções, decisões, interpretações submetidos à teoria jurídica dominante e construtores de uma caricatura burocrática dos formalismos legais que atuam na busca de confissões, que acabam incidindo sobre as classes populares, criminalizando-as desproporcionalmente” (Alves, 2003: 121);
- d) cemitérios clandestinos cujas vítimas não são encontradas nem computadas;
- e) classificação de desaparecimentos, encontros de ossadas, etc., que acobertam homicídios;
- f) êxodo na saúde. A população da Baixada costuma muitas vezes se socorrer em hospitais da cidade do Rio de Janeiro e é prática cotidiana do poder público municipal de algumas localidades transportar, numa espécie de saúde itinerante, por meio de ambulâncias UTIs moderníssimas, seus doentes para outros municípios, com o Rio de Janeiro e Niterói como principais pólos de atração. Dessa forma, muitos homicídios não são registrados em função do local de origem;
- g) certidões falsas de óbitos, que geralmente registram o termo “morte por causa ignorada”;
- h) desova de cadáveres em locais ermos;
- i) desaparecimentos;
- j) elevado número de autos de resistência à ação policial.

### **1.3.3 Dinâmica da morte e suas relações com o poder**

O surgimento do Esquadrão da Morte e a dinamização da pistoleira remontam aos meados da década de 50 do século XX, quando o general Amaury Kruel encarregou o detetive Eurípedes Matos de organizar o Serviço de Diligências Reservadas, que arregimentou para seus quadros policiais de nomeada, entre eles os célebres Perpétuo, Ernani e Ivo Americano. Com tal providência, aferiu-se uma diminuição de delitos e o aumento correspondente em mortes de bandidos. Esse marco histórico da institucionalização do extermínio alarga as possibilidades de violência contra os desclassificados (Drska et al., 1990).

Entre 1956 e 1957, o Chefe de Polícia do Distrito Federal Amaury Kruel organizou um grupo de policiais com carta-branca para executar *marginais*, grupo este que, em 1958, passou a ser denominado *Serviço de Diligências Especiais*, institucionalizando-se como parte do aparelho policial. Portanto, se no contexto da violência política de Duque de Caxias nos tempos de Tenório a utilização de homens armados encontra-se à margem da lei, os anos 50 assistiram à institucionalização de grupos, na polícia, com carta-branca para matar. (Souza, 2001: 49-50)

Esse esquema de extermínio de supostos bandidos foi encarado institucionalmente com naturalidade, pois que:

No dia seguinte a cada execução, o Boletim Interno do Departamento Federal de Segurança Pública (não havia ainda secretaria) publicava portarias do chefe de polícia em que eram concedidas gratificações de Cr\$ 5 mil por serviços prestados (uma quantia que na época equivalia à prestação mensal do aluguel de um amplo apartamento em Copacabana). (Alves, 2003: 127)

Seguindo a mesma lógica e sob grande cobertura da imprensa, o Chefe de Polícia da Guanabara, Luiz França de Oliveira, no final da década de 1960, criou um grupo de policiais denominados pela mídia de *Homens de Ouro*.

Em 1964, após a morte do detetive Milton Le Cocq, assassinado pelo bandido *Cara de Cavalo*, foi criada a Escuderia Le Cocq,<sup>44</sup> que tinha como objetivo declarado a assistência às famílias dos policiais falecidos. Posteriormente, com o ingresso de outros policiais, como Mariel Mariscot, o esquadrão ressurgiu com destaque e, ao que parece, atualmente atua com mais discrição. Todos os policiais e suas ações sempre foram festejados pela mídia e obtinham reconhecimento social e prestígio político da chamada alta sociedade carioca.

Na Baixada Fluminense, o surgimento do Esquadrão da Morte se dá por volta de 1954, quando da atuação do bandido Mineirinho, que atuava em São João de Meriti e acabou seus dias morto pela polícia. Em seus esforços para a captura do bandido já famoso, o delegado Rogério Mont Karp usou informações de dois de seus comparsas, Máximo de Souza e João Coelho, que depois seriam nomeados investigadores da polícia.

Nada se sabe sobre Máximo de Souza, mas João Coelho ganhou notoriedade como um dos maiores matadores da Baixada. Ele aliou-se a outro policial matador, José da Costa França, que tornou-se contraventor e chegou a ser deputado estadual. Esse, porém, teve fim trágico em 1964. Após ser seqüestrado por policiais, foi encontrado morto em Magé. (Alves, 2003: 127)

Através do tempo, o povo e a imprensa atribuíram várias denominações aos grupos de extermínio, entre elas: *Esquadrão da Morte*, *Policia Mineira*, *Máscara Negra*, *Mão Branca*, *Rosa Vermelha*, *Zé Maria* e *Justiceiros*.

Após a sua institucionalização, na década de 1980 ocorreu um processo de legalização dos grupos de extermínio sob a fachada de empresas de segurança, sendo caso notório e exemplar o ocorrido no Município de Duque de Caxias, no qual

A mais célebre organização a utilizar este artifício foi a *Guarda Municipal de Duque de Caxias*, fundada em 1957, que, sob pretexto de executar serviços de segurança a comerciantes e moradores exterminava pequenos bandidos e pessoas suspeitas que achacavam e incomodavam o comércio. A guarda, no momento de sua dissolução estava se transformando em empresa de segurança, sob o nome de *Harpia Empresa de Segurança*. (...) A transformação destes grupos em empresas regulares de segurança permite aos chefes colocar sob fachada legal a atividade de extermínio, além de sofisticar os serviços oferecidos ampliando-os para outras áreas da Baixada. (Souza, 2001: 58)

Duas são as principais formas de operação dos grupos de extermínio e dos pistoleiros, visando impactos planejados sobre a sociedade:

---

<sup>44</sup> A fama de alguns policiais integrantes da Escuderia Le Cocq chegou a despertar o interesse da combalida cinematografia brasileira. Baseada em adaptação livre de episódios em que atuou, o filme *Sete homens vivos ou mortos* ostenta frases do policial que descontinam a sua firme convicção de combater a criminalidade.

- a) execuções a descoberto, que visam adquirir conceito junto à sociedade, ou seja, como forma de “mostrar serviço”; como exemplo, a recente chacina da Baixada Fluminense, em 31 de março de 2005, em que 29 pessoas foram assassinadas nos Municípios de Queimados e Nova Iguaçu; e
- b) execuções discretas e/ou desaparecimentos, que visam o fator econômico, e que são mortes encomendadas e remuneradas, principalmente por comerciantes.<sup>45</sup> Nesses casos, o local de desova dos corpos normalmente é distante e ermo; ou são enterrados em cemitérios clandestinos.

## 1.4 O bairro da Rocinha

As “intervenções” que ocorrem em áreas ditas carentes pelas mídias e governantes – notadamente nas favelas – são tópicas, preconceituosas e excludentes, apesar do proselitismo da inclusão social. Tomando-se aleatoriamente como exemplo a iniciativa do “Plano de Desenvolvimento Comunitário”, dirigido à Cidade de Deus, exposto em matéria de *O Globo* de 12 de dezembro de 2004, não temos dificuldades de constatar que está eivado de assistencialismo momentâneo e preconceito.

O título do artigo, “A Cidade de Deus traça o seu próprio destino”, é desmentido ao longo de todo o texto, que tenta nos convencer de que a instalação de uma fábrica de biodiesel e a capacitação de mão-de-obra serão capazes de resgatar a cidadania dos moradores.

Dessa forma, o resgate da cidadania deixa de ser uma questão estrutural, reduzida que é a mera questão de mercado. Como resgatar algo que nunca existiu? Da mesma forma, a desclassificação social é observada superficialmente: “a iniciativa do Fórum Empresarial ganhou força na presença de líderes comunitários que, após a estréia do filme ‘Cidade de Deus’, decidiram se unir para mudar a imagem e a condição de excluídos” (Bottari, 2004: 23).

Sobre a questão da desclassificação, segundo a matéria publicada, a fala de uma cidadã integrante do Centro de Estudos Ação Cultural e Cidadania é a seguinte:

— Nós somos fruto da remoção. Desde 1966, quando 25 mil moradores de cinco grandes favelas e outras 57 pequenas favelas foram removidos para este tabuleiro chamado Cidade de Deus. Hoje somos 65 mil moradores, mas para o IBGE somos apenas 34 mil. Passamos anos no esquecimento e agora, graças ao filme, ressurgimos, mas como um espaço de criminosos, com o estigma da violência. A violência que vivemos aqui é a da falta de ensino, da falta de habitação, da falta de saúde. (Bottari, 2004: 23)

Sobre o exemplo acima, o bairro da Rocinha se inscreve como o mais assediado por projetos oficiais dos poderes públicos municipal, estadual e federal e da iniciativa privada (ONGs, Banco Mundial, Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – Firjan, Serviço Social do Comércio – SESC, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, fundações, instituições religiosas, etc.). Esse é o perfil do Fórum Dois Irmãos, criado em 2004, sob a liderança de Rubem César, do Viva Rio, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, presidente da Firjan, e William de Oliveira, presidente da mais forte associação de moradores da Rocinha.

A ética do trabalho é frágil, mas existe uma poderosa e sedutora ética do sucesso,<sup>46</sup> que implica necessariamente em um empreendedorismo com bases lícitas e/ou ilícitas que

<sup>45</sup> “O envolvimento do comércio com os *grupos de extermínio* é notório. (...) É necessário afirmar a importância do comércio para a subsistência da atividade de matadores como financiadores e demandantes de segurança” (Souza, 2003: 59-60).

<sup>46</sup> A expressão ‘ética do sucesso’ está ancorada nas idéias produzidas sobre subjetividade no mundo

possibilitam poder de consumo. Os signos de prestígio são para o interior e não para o exterior da Rocinha, ao contrário de Nilópolis.

Os múltiplos atores sociais da Rocinha não reforçam as instituições clássicas de dominação política, pelo contrário, as repudiam, as desdenham e as repelem.<sup>47</sup> Não existem representantes políticos da Rocinha em nenhum nível de poder na Federação (seja municipal, estadual ou federal), embora a Rocinha tenha um número de eleitores similar ao de Nilópolis. Atualmente a vereadora Andréa Gouvêa Vieira, dirigente da ONG Desatando os Nós, com sede na Estrada da Gávea, na Rocinha, se auto-intitula representante dos moradores da Rocinha, pois foi apoiada pelo operoso e midiático presidente de uma das associações de moradores, William de Oliveira. Entretanto sua votação na Rocinha não é significativa, sendo menor que a da vereadora eleita Liliam Sá e ficando nos mesmos patamares da votação dos vereadores eleitos Patrícia Amorim e Índio da Costa e do candidato do PC do B não eleito e morador da Rocinha Amendoim, que se tornou uma celebridade instantânea por ter participado de uma das edições do programa *Big Brother* da Rede Globo de Televisão.

Os 15 vereadores mais votados na 211<sup>º</sup> Zona Eleitoral (Rocinha e adjacências) em 2004

Vereador	Número de votos na 211 <sup>º</sup> Z.E.
Liliam Sá	4013
Andréa Gouvêa Vieira	2664
Patrícia Amorim	2581
Amendoim	2060
Índio da Costa	1986
Isaú Cricri	1457
Antônio Pedro Figueira de Melo	1330
Nadinho de Rio das Pedras	1325
Dr. Carlos Eduardo	1301
Rodrigo Bethlem	914
Wagner Siqueira	810
Wallace Pereira	746
Aspásia Camargo	623
Guaraná	619
Mário Del Rei	583

Fonte: TRE – RJ – SEIN – Secretaria de Informática; Sistema ResultEle, versão 2.4

Os moradores e comerciantes da Rocinha apóiam todos os segmentos político-partidários e utilizam esse artifício para buscar atendimento e a instalação de uma ampla rede de serviços públicos nas diversas localidades desse bairro atípico da Zona Sul carioca, quase todos controlados pelos múltiplos grupos sociais que convivem e se articulam na Rocinha.

---

contemporâneo por Guy Debord, em seu livro *A Sociedade do Espetáculo – Comentários sobre a Sociedade do Espetáculo* (2004), por José Maurício Domingues, em *Sociologia e Modernidade: Para Entender a Sociedade Contemporânea* (1998), por Luiz Eduardo Soares, em *A Invenção do Sujeito Universal: Hobbes e a Política como Experiência Dramática do Sentido* (1995) e Lair Ribeiro, em *O Sucesso Não Ocorre Por Acaso – Você Pode Mudar Sua Vida* (1993a) e *Comunicação Global – A Mágica da Influência* (1993b).

<sup>47</sup> Porém, esse fato não é regra em favelas e bairros populares da cidade do Rio de Janeiro. A favela de Rio das Pedras, que tem fortes vínculos com a Rocinha, vota no vereador Edson Santos desde 1988 e no deputado estadual Domingos Brazão desde 1994, e nas últimas eleições de 2004 elegeu o vereador Nadinho de Rio das Pedras, sem deixar de dar votos em quantidade significativa a Edson Santos.

Existem muitas Rocinhas; entretanto duas facetas são visíveis, sem contudo serem predominantes:

1. a do enclave nordestino, na parte baixa; na via Ápia, no Largo do Boiadeiro, no Bairro Barcelos, etc.
2. a de desclassificados e miseráveis, quase sempre pretos e pardos, dominados pelo narcopoder da facção criminosa ADA – Amigos dos Amigos –, com Roupa Suja, Valão, Portão Vermelho, Vila Verde, Laboriaux, 199, Cachopa, etc.

As atividades legais de comércio e serviço tidas como normais, aliadas ao alto grau de informalidade e/ou sonegação,<sup>48</sup> movimentam em torno de 6 milhões de reais por semana e as atividades ilícitas, ligadas ao tráfico de drogas movimentam (segundo a Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro) 15 milhões de reais por semana, pois a Rocinha é o maior ponto de varejo de drogas ilícitas para um público consumidor de alto poder aquisitivo residente no eixo Barra da Tijuca / São Conrado / Leblon / Ipanema.

Com o intuito de fazer uma aproximação com a vida e a realidade cotidiana da Rocinha, estabelecemos abaixo um *mix* de significações e significados que mais se identificam com o seu mundo, a sua práxis, seus mitos, preconceitos e estigmas. São expressões que ouvi e anotei em minhas visitas constantes à Rocinha, entre janeiro de 2004 e julho de 2005.

**Ligadas ao tráfico:** alianças, boca-de-fumo, bandidos, lei do morro, chefe, desenrolar, tiroteio, presunto, pernil, desova, sentar o dedo, arrego, cocaína, brizola, cheirar, sacolé, vapor, baseado, X-9, alcagüete, dedurar, crime organizado, poder paralelo, surfistas, maconheiros, PM, aribans, cachorro, CORE, Bangu I, Talavera Bruce, vermes, bonde, vacilão, Comando Vermelho, Terceiro Comando, ADA, avião, vala, entreposto de drogas, bagulho, movimento, na pista, fogueteiro, pipeiro, vazar, ralar, ralar peito, cemitério clandestino, marias-fuzis, amor bandido, vagabas, cachorras, jogo do bicho, facções, violências, guerra, drogados, xinxeiro, cheirador, 23º BPM, FAC, tribunal, julgamento sumário, soldados, mineirar, mineiras, pó, agá, QG, piranhar, Disque Denúncia, dólares, dólar, endolar, balas de traçante, pistola, Glock, rajadas, metralhadora, AR15, AK, HK, UZI, celulares, Nextel, partida, pneus, microondas, pedágio, cúpula do tráfico, narcoditadura, narcoterror, narcopoder, narcotráfico, patrão, chefão, contravenção, malandragem, Padre Severino, extorsão, camburão, caçapa, chapa quente, advogado, desipes, cagoetagem, cheque cidadão, ocupação policial, olheiros, sujeito-homem, tráfico internacional de drogas, helicóptero, bandit, overdose, os Bope.

**Ligadas a múltiplos atores sociais:** líderes comunitários, comunidade, projetos educacionais, ONGs, ongueiros, Defensores do Povo, Alcoólicos Anônimos, dependente químico, Igreja Católica, Igreja Metodista, Universal do Reino de Deus, Assembléia de Deus, crentes, evangélicos, pastores, pastores ex-bandidos, Pastoral da Favela, samba, escola de samba, site, Internet, jornal comunitário, auto-estima, festas, churrasco, AMABB, associação de moradores, lideranças, Agência de Desenvolvimento Local, turistas, turismo da miséria, TV Favela, grupos de pagode, bailes funk, cachorra, tchutchuca, popozuda, tigrão, jogos eletrônicos, Light, gatos de luz, emergente, socialites, iluminação pública, becos, cibercafé, Zé do Queijo, Maria Helena, Denis, Dudu, Lulu, Bem-te-vi, Fernandinho Beira-Mar, Gangan,

<sup>48</sup> A imprensa especula que mais de 60% dos CDs comercializados na cidade do Rio de Janeiro são pirateados. Além de a camelotagem vender ampla lista de itens pirateados e/ou roubados, há uma ativa e concorrida feira de pássaros e animais silvestres no Largo do Boiadeiro.

Celsinho da Vila Vintém, Pedro Dom, Viva Rio, Viva Rico, Acadêmicos da Rocinha, gatonet, lojistas, mercadorias roubadas, falsificação, robauto, camelôs, ambulantes, convênios, patrocínios, mutirão, Ciep Ayrton Senna, Liga Feminina, classemedianização, cearenses, cabeças redondas, paraíbas, Caixa Econômica Federal, shows, projeto social, verbas, artistas, artesãos, esculacho, trabalhadores, Unicef, biroscas, sangue bom, mototáxis, distribuição de gás, Guerra do Gás, TV a cabo, TV comunitária, rádio comunitária, marketing, formadores de opinião, lixo, garis comunitários, cooperativas, mãe-de-santo, filha-de-santo, morro, morrão, favela, impostos, prostituição, locadoras, academias de ginástica, imobiliárias, pizzaria, Região Administrativa, centro municipal de cidadania, CEDAE, Casa da Paz, barraco, associações, padarias, movimento hip-hop, patrocinadores, xepa, terreiro, Narcóticos Anônimos, camaradagem, compadrio, Comissões de Moradores, comissões, *Varal de Lembranças*, Associação Comercial, Sebrae, fliperama, lajes, movimentos populares, kombeiro, retirantes nordestinos, poder público, panelaços, medo, lei do morro, prostituição infantil, trabalho informal, bico, biscate, poder público, guia turístico, miséria, mortalidade infantil, tuberculose, AIDS, jornal comunitário, proibidão, clínicas, clínica de aborto, centro de macumba, transporte escolar, direitos humanos, judiciário, crias do morro, turistas, motoqueiros, cultura de extermínio, os Bope.

**Demandas permanentes:** água, luz, saneamento básico, emprego, creches, melhores barracos, financiamento, fim da miséria, não à remoção, são um bairro, respeito, reconhecimento, jogos eletrônicos, que o Bope e o Caveirão não entrem na Rocinha, roupas de marca, etc.

**Circulação espacial fora da Rocinha:** Túnel Zuzu Angel, Túnel Dois Irmãos, asfalto, auto-estrada Lagoa-Barra, Estrada da Gávea, praia de São Conrado, Pedra da Gávea, São Conrado Palace, Hotel Nacional, Hotel Intercontinental, Shopping Center, Pedra Grande, Mata Atlântica, Parque da Cidade, Fashion Mall, Barra Shopping, Alto Gávea, Marquês de São Vicente, Alto Leblon, Baixo Gávea, Baixo Leblon, Barrashopping, favela de Rio das Pedras.

O autor desta tese constatou um indício em todas as favelas que tem percorrido desde o ano de 2003. Os moradores, sempre de forma amedrontada e extremamente apavorados, chamam os policiais militares de “os bopes”. O BOPE é uma tropa de elite que faz muitas incursões a favelas cariocas, sempre tendo à frente como aríete e barreira de proteção um carro blindado preto com o desenho de uma caveira e alto-falantes e metralhadoras que cantam hinos aterradores e disparam para todos os lados. O Caveirão e os bopes são como demônios, e equiparados à morte pelos favelados.

Um certo dia, em outubro de 2005, quando conversava com uma moradora da Rocinha, presenciei uma incursão do BOPE. Procedi como todos os favelados: fiquei escondido em um cômodo de uma pequena residência, deitado no chão, e protegido por uma geladeira. E me dei conta de que os bopes surgiam do nada e se assemelhavam a um bando de demônios ensandecidos, querendo “roubar a alma” de quem lhes cruzasse o caminho.

Nesse momento, lembrei-me de uma conversa que tive com Darcy Ribeiro quando este era secretário de Estado de Cultura, em 1992, e eu subsecretário de Estado de Fazenda. Fomos de helicóptero inaugurar vários CIEPs na região serrana do Rio de Janeiro. Ao fim da tarde, inauguramos o CIEP de Itaipava, e as condições climáticas não permitiam nossa volta ao Rio de helicóptero. Descemos de automóvel e relembramos algumas passagens do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, onde ele e eu éramos professores. Falei das arbitrariedades de Eremildo Viana, e Darcy Ribeiro, numa reação ríspida e assemelhada à dos favelados do Rio de Janeiro, disse-me em tom enérgico: “Não pronuncie este nome, isto é um bope. É um bope. É um bope, ouviu?” Calei-me, sem entender o que significava ser um bope.

Hoje, quando nas favelas a todo instante escuto a expressão “cuidado com os bopes”, fui buscar algum significado para a expressão fora do contexto policial militar do citado batalhão de elite. E encontrei no *Dicionário das Mitologias Americanas*, elaborado por Hernani Donato, o verbete *bope*, assim descrito: “entre os bororós, maus espíritos que vivem sobre ou debaixo da terra, temidos por espalharem a doença e a morte. Têm aparência monstruosa e só com o enxergá-los, o índio adoece” (Donato, 1973: 57).

Pesquisando a biografia de Darcy Ribeiro, vim a constatar que o primeiro trabalho de campo de Darcy e Berta Ribeiro como jovens cientistas sociais foi com a tribo bororo, que fundamentou a pesquisa empírica do clássico livro de Darcy Ribeiro *Os índios e a civilização* e os notáveis escritos de Berta Ribeiro sobre a cerâmica e a plumagem bororo.

Assim, comprehendi que no imaginário social dos moradores da Rocinha, assim como de favelados da Maré, do Borel e do Andaraí, os bopes são seres sobrenaturais, espíritos perigosos, malignos, que quando chegam trazem dor, lágrimas, desesperança e morte. Compreendi que os moradores da Rocinha, quando falam dos bopes, não estão se referindo exclusivamente a uma tropa especializada em combates em favelas, estão manifestando sua percepção de como são tratados pelas elites endinheiradas da cidade do Rio de Janeiro, que lhes envia brigadas de demônios vestidos de preto, gritando que são a morte, e que vão roubar-lhes as almas, sob o manto protetor do Caveirão. Os moradores da Rocinha já não possuem direitos nem cidadania, e os bopes os reduzem à condição subumana de zumbis.

Em que pese a classificação como ficção, por estratégia editorial, de uma ampla e bem feita reportagem, constatei como pesquisador em campo que a mais sintética exposição espacial das praias adjacentes ao bairro da Rocinha pode ser reproduzida do livro de Julio Ludemir *Sorria, você está na Rocinha*:

Praia da Rocinha. Rampas 1 e 2, por causa das pedras que dão onda, são os pontos dos surfistas e maconheiros, diz Luluca. A rampa 1 é a que fica mais perto da Niemeyer. A 2 é a do antigo hotel nacional. Essas duas, por serem freqüentadas por surfistas, também atraem um tipo de gatinha em especial, as que azaram esse tipo de cara, que pega onda e fuma maconha.

A 2 é também a mais próxima da favela e por isso serve como ponto de encontro, a partir da qual as pessoas vão para outros lugares (...)

A maior parte da Rocinha se concentra entre as 2 e 4. Ali é o muquifo, onde tem tanta gente que mal dá para se estender a toalha na areia. A rampa 5, onde pousam as asas, é da elite de São Conrado. (Ludemir, 2004: 255)

Também do mesmo autor é a descrição espacial da Rocinha que utilizei como roteiro de minhas peregrinações na região a partir de janeiro de 2004. Assim, em homenagem ao autor, que, segundo informações que recebi na Rocinha, estaria ameaçado de morte, transcrevo seu texto, o qual endosso, pois segui por todos os becos, localidades e bairros citados:

... a Rocinha começa na Vila Cruzado, cujo nome tem a ver com o plano econômico do ministro Dílson Funaro, do fim da década de 1980, época em que surgiu essa subárea da favela, a mais próxima da Gávea, que praticamente se funde com as mansões do Alto Gávea.

Depois vem o 199, que as pessoas chamam de 99. O 99 é um beco que começa no antigo número 199 da Estrada da Gávea e vai até a Pedra dos Dois Irmãos, com saídas para a Rua 1 e o Clube Umuarama, que, por sua vez, foi incorporado à Rocinha por causa dos programas esportivos que atendem à comunidade (...)

Quando passa o beco e começa a subir a Estrada da Gávea, tem início a famosa Rua 1. A Rua 1, embora hoje esteja no 300 e tal da estrada da Gávea, antes abrangia as casas entre os números 100 e 200. A favela, que não tem um coração, tem ali um centro importante – RA, posto de saúde, correios, Cedae, uma das quadras da Acadêmicos e a Dona Valda (...).

A rampa em cima da RA dá no Laboriaux, área construída em torno da casa de um francês. Laboriaux tinha uma cachoeira, e para ficar perto da água pessoas começaram a construir em volta. O ponto em que a área se tornou mais densamente povoada, no entanto, foi quando transferiram pessoas da área que hoje corresponde ao Valão no primeiro grande projeto de saneamento da favela (...).

Descendo a Rua 1, vem o Portão Vermelho, cujo nome, é óbvio, se deve a um portão vermelho pelo qual se chega na Mata Atlântica. Descendo a estrada, você chega no Atalho, que começa do lado de uma jaqueira na Rua 1 e vai até um pouco depois do Portão Vermelho. Desse ponto, surgem dois caminhos que vão dar na Paula Brito, escola municipal mais antiga da favela, em cuja quadra ensaiava o bloco carnavalesco Unidos da Rocinha.

Depois do Atalho começa a Rua 2 (...) O 7, que vem depois da Rua 2, é só um pedacinho em torno do 407 da estrada da Gávea. O 7 ficou importante por causa da primeira RA, em cujo prédio Silveira abriu o primeiro bar gay da Rocinha. A Rua 3 começa na curva do Bar do Américo, de frente para o outro DPO da favela, que, por sua vez, dá nome àquela subárea (...) Em frente do DPO, tem a Dinéia, que, por sua vez, dá para outras duas subáreas – Cachopa e Paula Brito, às quais também se pode chegar pelo Atalho da Rua 1.

Um beco depois do DPO já é a Rua 4, que vai sair na Cidade Nova, no pé do morro. Depois vem a Fundação (por causa da Fundação Leão XIII, que funcionava no pátio da igreja Nossa Senhora da Boa Viagem), os Prédios (bucólico condomínio da Rocinha, um dos poucos endereços com RGI da favela) e o Beco do Rato, que é uma área enorme, com várias quebradas (daí o nome, um caminho de rato, sempre labiríntico). Em frente dos Prédios, tem a Ladeira da Cachopa, que, mesmo sendo Cachopa, é diferente da Escada da Cachopa, que, por sua vez, começa no Portão dos Crentes, por começar na igreja do pastor Amauri.

A curva do S é a entrada da Vila Verde, que surgiu na época de uma novela da Globo (...) onde, como todos falavam inglês, existia uma Green Village. O pessoal da Vila Verde veio da Roupa Suja depois de uma grande enchente (...). Tem depois o Caminho do Boiadeiro – no começo da Rocinha, depois do caminho era só mato. Bois passavam ali em direção ao Largo do Boiadeiro, onde até hoje tem abatedouros. O Valão surgiu no primeiro projeto de saneamento. O Valão dá para o Raiz – cujo nome pode ter duas origens: é a raiz do morro e lá também tem uma árvore com raízes “escandalosas”.

No meio do Caminho do Boiadeiro, tem um beco para a Cidade Nova, onde fica a associação de moradores UPMMR. O Terreirão fica ali também. A última área é a Roupa Suja, cujo nome se deve ao fato de só haver água encanada na área que hoje fica em cima do túnel, que na verdade só foi construído em 1971. Era lá que as pessoas lavavam suas roupas.

A Via Ápia, da qual surge uma travessa chamada Roma e outra Liberdade, é motivo de riso dos turistas, mas revela a influência dos italianos que ali chegaram no início da década de 1950 (...).

A área mais nova da Rocinha é o Trampolim, cujo nome se deve a um motel existente ali até um passado recente. Trampolim é uma área contígua à Vila Verde. Essa área surgiu no máximo há três anos. (Ludemir, 2004: 256-258)

Em uma reportagem que se transmuta, como estratégia política, em crônica ficcional,<sup>49</sup> encontramos, por meio da fala de seus personagens – que são atores sociais vivos ou mortos do cotidiano da Rocinha –, muitos subsídios sobre o complexo bairro da Rocinha, que refletem com fidelidade a realidade mesma. Constatei, por intermédio de interlocutores de Julio Ludemir, quem são ou foram alguns dos personagens do livro. É o caso da

---

<sup>49</sup> Apesar de editorialmente ser classificada como ficção, mais precisamente um romance, a obra *Sorria, você está na Rocinha* pode ser lida e reinterpretada como um fiel relato de vários aspectos do bairro da Rocinha, pois de fato o livro é uma crônica extensa de seu cotidiano, em que apenas os personagens têm nomes fictícios, mas os eventos narrados são rigorosamente verídicos. Assim me afirmaram vários interlocutores na Rocinha, que foram também interlocutores de Julio Ludemir.

desconstrução do mito da violência sem limites<sup>50</sup> por parte dos traficantes que comandam o negócio na área. A narrativa ficcional nos informa que:

As pessoas acham que o grande perigo de uma favela é a boca, os bandidos. Não sabem que na verdade eles estão preocupados é com o próprio negócio, se vão ganhar um milhão com a próxima carga do branco ou se terão que aumentar o arrego do batalhão por causa da pressão da opinião pública. (Ludemir, 2004: 16)

Não muito diferente é a percepção dos moradores sem ligação com o movimento do tráfico. A quase unanimidade declara em minha pesquisa de campo mais ou menos a mesma coisa com mais ou menos as mesmas palavras:

“Tudo que o tráfico não quer na favela é a presença da polícia, que atrapalha os negócios, afugenta a freguesia. Só em último caso eles tomam decisões violentas, pois isso chama a atenção e a polícia pode ser obrigada a intervir na favela. É claro que eles podem barbarizar, mas isso não é uma coisa sem mais nem menos” (Antonio José, aposentado, morador da Rocinha, novembro de 2004).

Os desvios de conduta de lideranças da Rocinha, bem como de algumas instituições filantrópicas, são voz corrente entre seus habitantes, criando entre estes uma verdadeira cultura do descrédito, a exemplo da que existe na sociedade em geral em relação aos políticos. Vários depoimentos apontam para práticas desviantes de lideranças da favela:

“Nesta questão, tem muito caô. Muitas lideranças fazem igual aos políticos: começam com aquele papo de ajudar a comunidade, mas no final o que se vê é que estão tirando vantagens da gente. Nós já confiamos em muita gente que parecia séria e interessada em melhorar a vida na favela e no final estava mais interessada em conseguir alguma vantagem para si” (Daniel, balconista, morador da Rocinha, abril de 2004).

Neste ponto recorremos novamente ao relato romanceado, uma vez que inserido no contexto das respostas de minhas entrevistas e conversas profissionais (Garret, 1974), e que guarda extrema fidedignidade ao panorama traçado. Referindo-se às lideranças da favela da Rocinha, observa que:

Esse pessoal é apresentado como herói na TV. Esse pessoal recebe autoridades internacionais como se fosse nos salvar de todas as nossas quizilas, de todas as nossas mazelas, de todas as nossas dores e misérias. (...) Esse pessoalzinho pode até enganar os financiadores internacionais, os sociólogos que hoje trazem esses projetos para as favelas como se fossem os salvadores da pátria. Enganam todo mundo no asfalto, mas aqui nem a mãe acredita neles. E se eles são a nossa salvação, isso significa que nós estamos fodidos de verde e amarelo. (Ludemir, 2004:358)

Ainda nesse diapasão, o autor desta tese de doutorado, tendo por base inúmeras conversas profissionais com a inspetora de polícia Marina Magessi, chefe do setor de investigações da Polinter e responsável pela investigação, com o padre Manangão,<sup>51</sup> assim como com vários moradores e lideranças comunitárias da Rocinha, e analisando o inquérito policial que determinou a prisão preventiva de William de Oliveira, de sua antecessora na presidência da associação, de um capitão da Polícia Militar e de alguns outros policiais militares do 23º BPM por associação ao tráfico de drogas na Rocinha, conclui pela veracidade

<sup>50</sup> Esse processo de desconstrução do mito da violência nos remete ao conceito de *violência não-convencional* que se caracteriza pelos crimes de “delitos do prazer”, além das “fraudes, golpes financeiros, lavagem de dinheiro das drogas, contrabando, grilagem” (Silva, 2003: 52).

<sup>51</sup> Pároco da Rocinha e coordenador da Pastoral da Criança da Arquidiocese do Rio de Janeiro

dos inúmeros indícios e provas técnicas e materiais presentes no inquérito policial que incriminavam William e todos os demais.<sup>52</sup>

O juiz da 36ª Vara Criminal do Rio, Cairo Ítalo Franco, interrogou ontem nove acusados de envolvimento com o tráfico de drogas na Rocinha. Entre eles, dois ex-presidentes da associação de moradores da favela, Maria Luíza Carlos e William de Oliveira, além de um funcionário da entidade. O grupo inclui ainda seis policiais do 23º BPM (Leblon). Todos estão presos e respondem a processo por associação para o tráfico de drogas. (Extra, 17/06/05)

A prisão de William de Oliveira e a divulgação de suas estreitas relações funcionais com a facção criminosa ADA e seu chefete local, Bem-te-Vi, geraram uma enorme comoção na mídia, com artigos e editoriais do jornal *O Globo* a favor de William – sendo o mais contundente o lavrado por Luís Garcia intitulado “Ruim com ele, pior sem ele” – assim como um manifesto de intelectuais, artistas, empresários e jornalistas, capitaneados por Rubem César, presidente da ONG Viva Rio e coordenador do Fórum Social Dois Irmãos. William de Oliveira foi transformado em um preso político, diferente dos demais indiciados civis e policiais militares no mesmo inquérito policial. Hoje está solto, respondendo ao processo em liberdade e liderando atividades públicas ladeado por autoridades políticas de alto escalão dos diversos níveis governamentais, enquanto os demais indiciados no mesmo inquérito policial estão presos preventivamente aguardando o julgamento.

O envolvimento dos moradores da Rocinha com o tráfico de drogas obedece a uma lógica da sobrevivência, na qual obedecer a “lei do morro” se configura uma decisão “natural”, pois é ela que mantém a “normalidade” da ordem<sup>53</sup>, desde que as regras impostas sejam explícitas.

Diante do que lhes parece uma fatalidade, isto é, submeter-se ao jugo de um déspota, acabam demonstrando preferência pelo déspota menos cruel, ou ainda que cruel, obediente às suas próprias regras. Assim, se conheço as regras e as cumpro fielmente, estou livre de sua crueldade. Se quero regras explícitas, quero regras. Demando regras. (Silva, 2003: 152)

No cotidiano da Rocinha, se torna muito comum a teia de conivência<sup>54</sup> entre o tráfico e as lideranças comunitárias, mesmo porque em função da realidade ali instalada, assim como a existência institucionalizada da cumplicidade entre o tráfico e a polícia.

Nessa teia se enredam os filhos do asfalto, notadamente a burguesia, a classe média alta e celebridades (todos inebriados com uma “sede de vida”) que comungam uma idéia de impunibilidade<sup>55</sup> e mesmo de impunidade. Nesse sentido, não causam surpresa ou mesmo

<sup>52</sup> Trata-se do Inquérito Policial nº 63/2004 da DC/Polinter, que originou o processo judicial nº 2003.001.123804-0 na 36ª Vara Criminal da Comarca da capital. Além de William de Oliveira, foram indiciados a ex-presidente da UPMMR, Maria Luiza Carlos, e mais sete pessoas, entre elas Luciano Barbosa da Silva, o Lulu da Rocinha, que comandava o tráfico de drogas no bairro até sua morte.

<sup>53</sup> “... as fronteiras entre o que, em termos mais amplos, considera-se 'lícito' ou 'ilícito', entre o que é 'moral' e o que é 'imoral', entre o 'que é' e o 'que deveria ser', entre os comportamentos 'normais' e os considerados 'desviantes', são concebidos a partir de outros critérios” (Cavalcanti, 2001: 10).

<sup>54</sup> “Não raro, os moradores aparecem como coniventes voluntários, como apoiando os bandidos por agradecimento a pequenos favores ou por mero desvio moral. Às vezes os próprios moradores são considerados criminosos pelo fato de conviverem com o crime e não denunciarem os criminosos” (Silva, 2003: 152).

<sup>55</sup> Sobre a ambigüidade jurídica e a distribuição da justiça sob critérios legal e relacional, temos que “um exemplo sugestivo e oportuno (...) é a Lei de Entorpecentes (Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976), a qual, pretendendo estabelecer a diferença entre traficante e usuário, é estrita e rigorosa, no art. 12, quanto à tipificação do crime de tráfico e na previsão da respectiva pena. No art. 16, porém, que prevê pena de mera detenção e de curta duração para o virtual usuário, a lei dá margem a que traficantes possam – a critério subjetivo dos

espanto as reiteradas vezes em que a crônica policial ganha manchetes envolvendo personagens ricas e famosas, do tipo: “Acusado vai dizer à polícia que Júlio César já conhecia Bem-Te-Vi” (*Extra*, 23/08/05), na qual o acusado em questão é um advogado famoso, entre outras coisas, por ser irmão de uma modelo famosa que, por sua vez, se casou com um jogador de futebol extremamente famoso. No corpo da notícia somos informados de que o acusado, além de ter conhecido o traficante numa pelada beneficiante,

Não é o chamado inocente útil, como alguns jogadores cujas vozes são ouvidas nas gravações. Ele cita os jogadores nas conversas, liga para Bem-Te-Vi toda hora. Ele mesmo é quem bota o Júlio César para falar com o bandido (...). Quem também está na mira dos investigadores é o pagodeiro Gerson Dupan, do Kiloucura. Grampos revelam que ele conversou várias vezes com bem-Te-Vi. Além disso, Dupan é suspeito de fazer ponte entre outras celebridades e o bandido. (*Extra*, 17/06/05).

Mesmo morando na Rocinha, e consequentemente submetido à sua lei, o seu habitante é visto como um criminoso pelas mídias e pelos aparatos de controle e repressão policial. Entretanto a elite de celebridades e os anônimos endinheirados da Zona Sul do Rio não o são, suas relações com os traficantes da Rocinha não podem encontrar explicação nesse contexto, pois que não estão submetidas compulsoriamente aos ditames e lógicas do narcopoder. Não sendo por vício, qual outro fascínio exerce o mundo das drogas sobre pessoas abastadas que vivem outra realidade que não a da Rocinha? Qual mistério encobre o fato de membros da elite endinheirada e famosa carioca conviverem estreitamente, e mesmo socialmente, com narcotraficantes renomados, ensejando inclusive uma nova profissão, a de *promoter* do tráfico, ou seja, alguém das camadas sociais alta e média alta que serve de elo social entre celebridades do mundo televisivo, artístico e esportivo e narcotraficantes da Rocinha?

“O pessoal das ONGs pode até estar fazendo alguma coisa pela favela, mas estão todos montados na grana” (Osvaldo Nunes, cozinheiro, morador da Rocinha, setembro de 2004).

O fato de ser considerada pelas mídias de amplo alcance a maior favela da América Latina sem o ser – pois não é a maior nem da cidade do Rio de Janeiro, onde os complexos da Maré e do Alemão a superam –, e sua localização<sup>56</sup> são os dois maiores motivos de ser a Rocinha um referencial para as mais diversas observações, estudos e intervenções, sejam do poder público ou de instituições privadas. Esses dois atributos contribuem sobremaneira para lhe conferir especial importância, real e imaginária, para o bem e para o mal, consolidando-a como uma localidade *sui generis* quando confrontada com outras favelas e mesmo com outros bairros da cidade do Rio de Janeiro.

Como em quase tudo o que se refere à Rocinha, a origem do seu nome e mesmo sua população<sup>57</sup> atual esbarram em dubiedades.

---

operadores do sistema – ser considerados usuários, e pior: que simples usuários sejam enquadrados como traficantes” (Silva, 2003: 143).

<sup>56</sup> É de fundamental importância o fato de a Rocinha se limitar e se confrontar com o bairro de São Conrado, habitado por uma população que concentra um dos maiores PIBs do país, além de ser passagem para os bairros emergentes, frutos da expansão rumo à Barra da Tijuca e ao Recreio. Como definiu Alcyr Cavalcanti, “A Rocinha é uma localidade ‘liminar’ em vários sentidos. Fica limítrofe aos bairros da Gávea e São Conrado, sem limites definidos geograficamente entre si. A sua conceituação como bairro ou favela também é pouco definida, pois possui microáreas muito distintas entre si do ponto de vista da disponibilidade de serviços e equipamentos urbanos” (Cavalcanti, 2001: 10).

<sup>57</sup> Lygia Segala, em sua dissertação de mestrado, no ano de 1991, já chamava a atenção para os números discrepantes em relação à favela da Rocinha. Observa a autora, em nota sucinta, que a população estimada de 46.920 habitantes pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, em convênio com o Banco Nacional da Habitação, sofria restrições, uma vez que “Cabe registrar, no entanto, que outros levantamentos, no período da

Sobre a origem do nome Rocinha, segundo a historiografia tradicional disponível, temos duas versões sustentadas:

- a) a primeira seria a de que o nome da localidade advém do fato de que, “na época de Estácio de Sá, morava aqui uma mocinha muito bonita, muito loura, que se chamava Russinha” (Segala, 1991:71) que era visitada pelos marinheiros das caravelas. Sob essa versão, não existia nenhuma roça na localidade;
- b) a segunda nos informa que a localidade era constituída por uma chácara e nela havia uma pequena roça de hortaliças (daí o nome Rocinha). Era também caminho de passagem para tropeiros advindos de Jacarepaguá (talvez daí o nome do Caminho do Boiadeiro).

Em torno dessas duas versões, encontramos ainda algumas variantes que ora reforçam uma ou outra, de acordo com determinadas conveniências de caráter sócio-político, de forte cunho ideológico.<sup>58</sup>

Quanto à sua população, o último censo do IBGE registra uma população de 96 mil habitantes, ao passo que as associações afirmam ter a favela 250 mil habitantes. Há casos extremos de autores que chegam a divulgar verdadeiros delírios sobre a questão populacional da Rocinha, dotando-lhe de uma população muito além do razoável. Na época da chamada Guerra da Rocinha, em 1987, entre traficantes e bicheiros, os líderes comunitários Zé do Queijo e Maria Helena afirmavam aos jornais, por intermédio de entrevistas, que a Rocinha possuía 400 mil habitantes, e que a favela ia descer e parar a cidade.

Por outro lado, com o crescimento incontrolado e indiscriminado da chamada “parte plana” da Rocinha, não mais se identifica uma linha demarcatória entre o aristocrático bairro do passado e a maior favela carioca, hoje com cerca de 400.000 habitantes. (Oliveira, 1984: 8)

Para este estudo tomei como referência o censo de 2000 do IBGE e a metodologia utilizada pelo CEASM no complexo da Maré, que contestava o IBGE e fez seu próprio censo, com financiamento da Fundação Ford. Também analisei fotos de satélite da região da Rocinha feitas pela Secretaria de Segurança Pública e pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Com esses dados, fotos e conversas com geógrafos, demógrafos e especialistas em inteligência policial, concluí que a população da Rocinha em janeiro de 2006 está no intervalo estatístico entre 135 mil e 145 mil habitantes.

Não obstante a ocupação da localidade remontar ao início da nossa colonização, constituindo-se numa chácara ou fazenda, o processo que está na gênese da favelização da Rocinha tem início em 1927, quando a área é retalhada em um loteamento. Por ser destituída de infra-estrutura, os lotes foram vendidos em condições facilitadas e por baixo preço, e se destinavam aos mais humildes.

Em geral, uma das lógicas da existência das favelas se prende ao fato de se localizarem perto do Centro da cidade, o que permite a seus moradores acesso mais fácil ao

---

pesquisa, apresentam dados díspares: o do JORNAL DO BRASIL, de 31/5/80 – Rocinha Cidade Aberta – aponta uma população de 200.000 moradores, e o da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral, em 1979, chegou a 97.945 habitantes, alojados em 19.589 habitações” (Segala, 1991: 71).

<sup>58</sup> O dito popular “é de menino que se torce o pepino” tem caráter pedagógico no sentido de que a explicação para uma coisa (ou pessoa) não dar certo reside na origem. Assim como o fato de uma criança não ter sido bem educada explica ser ela na atualidade um criminoso; as possíveis explicações sobre a origem da Rocinha (e de outras favelas) explicaria a sua atual situação. Dessa forma, a representação corrente sobre a origem e a realidade das favelas é que são localidades ocupadas por desclassificados, pobres, vagabundos e criminosos, e que realizam tais ocupações por não quererem trabalhar e/ou se enquadrar nas formalidades legais vigentes.

trabalho. Essa lógica remonta à própria origem do nome (favela), quando os soldados<sup>59</sup> que regressaram das lutas de Canudos obtiveram permissão para ocupar o Morro da Favela, o hoje morro da Providência, na região portuária do Centro do Rio.

Evidentemente que essa localização privilegiada ocorre sob a lógica do capital, do mercado imobiliário. As áreas favelizadas são as de menor interesse econômico, estando elas, na cidade do Rio de Janeiro, em sua maioria localizadas nos morros. Ocorre muitas vezes uma posterior valorização dessas áreas e os favelados se vêem acossados por uma eterna ameaça de remoção. Remoção significa, grosso modo, uma tentativa de “higienização” de determinadas áreas, atendendo a interesses econômicos direta e indiretamente determinados (Machado da Silva, 2002). Tal processo teve grande repercussão e inserção social na década de 60 do século passado, notadamente quando o governador Carlos Lacerda capitaneava o Estado da Guanabara.

Com as reformas de 1962, Lacerda começou a modificar as orientações da política social de seu governo. No que tange à ação voltada para as favelas, esboçou-se a política de remoções, caracterizada com a saída de Arthur Rios e a entrada de Sandra Cavalcanti na Coordenação de Serviços Sociais e com a extinção do SERFHA. Foi através da infra-estrutura e dos equipamentos da Fundação Leão XIII, então subordinada à Secretaria de Serviços Sociais, que o governo preparou sua ação remocionista. Os opositores mais veementes a estas iniciativas foram afastados. (Segala, 1991: 124)

Há que se registrar que a favela da Rocinha, com a urbanização rumo à Barra da Tijuca, a afluência da classe média alta (Costa, 1973) e o alto turismo internacional, se transformou numa área extremamente valorizada para o mercado imobiliário, sendo a sua remoção motivo de grandes pressões de grupos de interesses. Sem dúvida alguma, a área ocupada pela Rocinha é a mais valorizada entre todas as que hoje em dia são ocupadas por favelas.

Apesar de tal política remocionista aparentemente ter perdido grande parte de seu apelo, em contrapartida aos projetos de urbanização das favelas, seus ecos ainda perduram e podem ser encontrados em surtos mais ou menos sazonais.

Sobre esse controvertido tema da política de remoção das favelas, detectamos um estranhamento sobre o que ficou registrado na memória coletiva da sociedade. Uma das identidades mais marcantes do governo Carlos Lacerda é exatamente a sua política remocionista. Entretanto, segundo dados exibidos, Lygia Segala afirma que: “no período de existência do CHISAM, que correspondeu, na Guanabara, ao governo Negrão de Lima e parcialmente ao de Chagas Freitas, foram removidos 90.575 habitantes, destruídos 18.115 barracos, atingindo total ou parcialmente 53 favelas” (Segala, 1991: 129).

Apesar do estardalhaço e da fama adquirida como remocionista, o governo Lacerda efetivamente atuou em remoções totais ou parciais em 27 favelas, destruindo 8.078 barracos e deslocando 42.948 habitantes.

Observe-se que o fantasma remocionista que ronda os favelados é apenas mais um dos tantos medos incutidos entre eles, que se soma ao medo das enchentes e quedas de barreiras, da polícia, dos traficantes, da justiça, enfim, da morte, do Caveirão e dos “bopes”.

---

<sup>59</sup> Observada como um fenômeno moderno, fruto da crescente e exponencial metropolização e da miséria (Castells, 2000), a favela é observada como um problema social e espacial e não como uma solução. Escamoteado pela ideologia dominante fica o fato de, nas suas origens, ter sido o poder público o primeiro incentivador de tal forma de ocupação espacial. A ocupação do Morro da Favela foi incentivada pelo poder público para resolver, de forma barata, dois problemas criados por ele mesmo: onde assentar os soldados retornados da Campanha de Canudos e as pessoas desabrigadas em função da reurbanização do Centro da cidade do Rio de Janeiro.

A Rocinha não sofreu remoções drásticas como ocorreu em outras favelas, mas sofreu três remoções parciais:

A primeira em 1968, quando foi aberta a auto-estrada Lagoa-Barra, e as seguintes em 1971 e 1975, esta última envolvendo a transferência de 48 famílias para o Conjunto Habitacional de Fazenda Coqueiro, em Senador Camará, subúrbio do Rio. As famílias deslocadas já tinham, na sua maioria, sido removidas em 1971, para um conjunto habitacional no subúrbio de Oswaldo Cruz e, como não conseguiram pagar as prestações, retornaram para a favela, reocupando áreas condenadas pelo Instituto de Geotécnica. (Segala, 1991: 134)

Nesse período caracterizado pelas remoções de favelados, a Rocinha apresentou grande crescimento demográfico, recebendo várias famílias expulsas de outras favelas da Zona Sul.

Segundo depoimento de Tio Lino, antigo morador da Rocinha, o loteamento que gerou e motivou um ritmo acelerado de ocupação e ampliação da favela da Rocinha tinha um formato que o assemelhava a outros loteamentos da cidade do Rio de Janeiro, transformando aquela região em um complexo grupamento urbano com moradias legalizadas e “invasões” ilícitas.

Em 1925 ou 26 houve por aqui um loteamento a cargo de uma companhia, a Castro & Guidon, cujo destino nos é desconhecido. Ela traçou plantas da Rocinha, das quais ainda existem por aí algumas cópias. (...) Nesse projeto havia mesmo a demarcação de ruas, do que resultou existirem até agora, na Rocinha, caminhos indefinidos com a denominação de **ruas, ruas** 1,2, 3, 4, que, com o grande afluxo da população, estão se caracterizando como sub-bairros... (Segala, 1991: 85)

As “invasões” na Rocinha tiveram início nas áreas loteadas e não ocupadas e se deram, em linhas gerais, dentro do conceito de Boaventura Santos, do Direito de Pasárgada. Essa área inicialmente ocupada foi sendo expandida paulatinamente até os limites que hoje encontramos.

Sob o ponto de vista arquitetônico, a Rocinha traçou uma trajetória na qual, inicialmente, as construções (barracos) eram de estuque e madeira e pouquíssimas de alvenaria, passando pela construção de sobrados que abrigavam casas e lojas, para na atualidade existirem grandes prédios, verdadeiros “arranha-céus” com 13, 14 ou 15 andares. Nos primórdios da existência da favela, uma lógica que norteava os “invasores” era a construção de casas provisórias, pois pairava sobre eles a ameaça de remoção, da demolição das casas por parte do poder público. Segundo os relatos que obtive de antigos moradores, como Tio Lino e Zezé, normalmente os grupos de invasores eram compostos predominantemente por homens nordestinos que, casados ou não, só após construírem o barraco e “arrumarem a vida” providenciavam a vinda da família. Esse processo de migração era permanente e com fluxo contínuo. Uma vez conseguida alguma ocupação, trabalho ou emprego, o desbravador inicial tratava de trazer a mulher, os filhos, os irmãos, os parentes e os conhecidos. Quanto aos parentes e conhecidos, estes tinham uma acolhida na casa por tempo indeterminado, até conseguirem um emprego, um lote e lograrem a construção do seu próprio barraco. Após o quê, este que tinha sido trazido providenciava a vinda dos seus: família, parentalha, conhecidos. E assim sucessivamente, por anos e anos, se deu um verdadeiro êxodo de nordestinos com o destino de morar e configurar o bairro da Rocinha no que hoje se apresenta.

É interessante ressaltar que, nesse contexto descrito sobre a dinâmica da migração nordestina em direção à Rocinha, a ética do favor ganha um significado antagônico ao preconizado por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, Vitor Nunes Leal, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Raymundo Faoro, no qual a ética do favor é estruturante das

relações clientelistas, em que segmentos sociais desclassificados e indigentes promovem trocas assimétricas com os poderosos das elites mandatárias. Nesse contexto, o favor ganha um conteúdo ético de solidariedade humana e identidade grupal, com o fortalecimento de uma ampla rede de proteção parental.

Portanto, como percebe Gisálio Cerqueira, quando se fala em ética do favor tem-se necessariamente que distinguir o favor que as classes dominantes fazem aos oprimidos para se manterem no poder e o favor como ética de solidariedade e ajuda mútua das classes dominadas, como movimento de autopreservação e geração de energias sociais capazes de gerar identidades sociais<sup>60</sup> que se conflitam e se antagonizam com os poderosos e estabelecem cimentos de união entre os despossuídos e desvalidos.

Esse fluxo migratório continua, no tempo presente, com três movimentos bem definidos, ou seja:

1. moradores da Rocinha, principalmente nordestinos, migram para a favela Rio das Pedras, em Jacarepaguá, próxima ao centro comercial da Barra da Tijuca. O principal argumento é que em Rio das Pedras não existe tráfico de drogas. É uma área controlada por pistoleiros e grupos de extermínio;
2. jovens famílias de nordestinos chegam e ocupam as residências das que foram para Rio das Pedras;
3. moradores do Complexo da Maré e de favelas da Zona Oeste do Rio de Janeiro adensam áreas como Vila Verde, Cachopa, 199, Roupa Suja, Valão e áreas em direção à favela do Parque da Cidade e da mata que separa a Rocinha do Vidigal. Essa população é constituída por pretos e pardos.

Nos primórdios da ocupação da localidade, a construção do barraco era planejada pelo próprio dono ou algum amigo ou vizinho, em geral realizada por meio de mutirão, e quase sempre em finais de semana ou feriados. A construção do barraco tinha que ser efetuada de maneira célere e ele deveria ser rapidamente ocupado, pois se corria o risco de a fiscalização destruí-lo.<sup>61</sup> Era geralmente uma construção precária, como se observa no depoimento de Tio Lino:

“Naquela época, os barracos eram cobertos por telha de zinco. Muitos eram feitos de caixotes e papelão. Não tinha barraco de alvenaria. Tudo era de madeira e a cobertura com telha de zinco ou papelão impermeabilizado com piche preto. A gente via aquilo tudo preto ou prateado” (Tio Lino, morador da Rocinha, novembro de 2005).

Segundo a historiografia baseada em relatos de antigos moradores, a consolidação da ocupação da favela da Rocinha se dá na democratização pós-Estado-Novo, em junção com o adensamento populacional da favela, que, por esses motivos, despertou interesses eleitorais de cunho político-partidário de todos os matizes ideológicos. Entretanto volto a ressaltar que,

<sup>60</sup> “No *pedaço*, as redes de relações sociais são ancoradas em um determinado espaço geográfico e mantidas tanto por um sistema de referência (laços diversos, código comum, preferências) como pelo investimento em uma presença constante determinando assim o grau de pertencimento e estabelecendo fronteiras. O *pedaço* é o lugar intermediário entre a casa e a rua. É o lugar do compadrio, dos colegas, dos ‘chegados’. Aqui não existe nenhuma desconfiança, nenhuma pergunta, todos sabem quem é quem, de onde vem cada um e, principalmente, até onde poderão chegar” (Cavalcanti, 2001: 8).

<sup>61</sup> “Era companheiro, igual a irmandade. Um ajudava o outro, me ajudava depois eu ajudava o outro. Nunca parava domingo em casa. Era só ajudando conhecido fazer barraco. Agora, com estranho, não. Ela já trazia os conhecidos dele. Às vezes trabalhava pela noite afora e amanhecia dentro, com algum móvel, alguma coisinha, pra polícia não derrubar. Depois não, a polícia deixou de derrubar. Só queria dinheiro. E é assim até hoje” - Depoimento de Seu Bernardino (Segala, 1991: 96).

diferentemente de outras favelas e/ou localidades (como, por exemplo, o Município de Nilópolis), nenhum político pode ser identificado como representante da Rocinha. A história tem demonstrado que, em todas as circunstâncias, o voto da Rocinha é pulverizado, não propiciando a formação tradicional de domínio político por lideranças locais e/ou partidos políticos, seja momentâneo ou permanente.

O poder local na Rocinha é exercido de forma multifacetada; cada localidade tem um líder, um chefe, um “dono do pedaço”. Os interesses na Rocinha são muito amplos e díspares, fazendo com que exista uma geopolítica própria, em que lideranças de tipo variado se articulam, convivem e se acordam. Sem desconhecer, obviamente, o poder subterrâneo da facção criminosa que controla os muitos pontos de venda de drogas ilícitas na Rocinha, que, embora se articule com as demais lideranças, exerce por intermédio da intimidação das armas e do medo sua influência despótica de forma difusa.

Entretanto reafirmo que, ao contrário de outras favelas do Rio de Janeiro, onde o narcopoder controla militarmente o território, na Rocinha há um complexo arranjo político entre o narcopoder e as múltiplas e diferenciadas lideranças locais e comunitárias, sendo a Rocinha uma cidade aberta, como a definem muitos de seus moradores e é de interesse comercial e financeiro do narcopoder lá existente.

A idéia de localidade é atomizada, micro. Além das lideranças das três associações de moradores e de uma associação comercial, existem muitas e diversas lideranças de comunidades religiosas, ONGs e associações culturais e de ensino. Podemos afirmar que no bairro da Rocinha existem os três tipos de dominação e exercício da autoridade identificados por Max Weber (Weber, 2005). Entretanto eles coexistem de forma fragmentada; em determinadas comunidades de interesse religiosas e culturais, encontramos uma autoridade e um poder localizado, ora de natureza tradicional, ora de natureza carismática, sendo a tradição um consenso cultural recriado e volátil, e o carisma circunscrito à própria comunidade de interesse da liderança ou a uma determinada localidade no interior do bairro da Rocinha. Também se encontra a autoridade e o poder local centrado na fonte racional-legal dos poderes públicos municipal, estadual e federal, assim como de instituições privadas como a Firjan e ONGs como o Viva Rio, e das associações de moradores legalmente constituídas. Contudo não existe um padrão hegemônico de dominação política local no bairro da Rocinha como um todo, uma totalidade política, ao contrário do que se observa no Município de Nilópolis. Mesmo a facção criminosa ADA, que representa o narcopoder na Rocinha, não detém a hegemonia territorial, política, cultural e ideológica do conjunto da população, como faz em outras favelas. A Rocinha é efetivamente uma “cidade aberta”.

Observe-se que, se nos primórdios de sua constituição os moradores da Rocinha buscaram benfeitorias junto ao poder público, na atualidade o bairro inverte essa relação, tendo controle sobre os agentes públicos e privados que ali prestam serviços.

A atuação sistemática da Igreja nas favelas tem seu marco inicial na criação, em 1947, da Fundação Leão XIII que, sob a bandeira de combate ao comunismo, começou sua atuação na Rocinha no ano seguinte com a instalação de um Centro Social. Atualmente, a atuação de religiosos nas favelas em geral e na Rocinha em particular compreende uma enorme gama de religiões e seitas que atuam sob as mais diversas inspirações, terrenas ou celestiais.

Em 1961 surge a organização da União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha (UPMMR), atrelada ao governo Lacerda e com forte atuação dos deputados Nina Ribeiro e Paulo Duque. No tempo presente, a UPMMR é a mais forte associação; tendo como presidente William de Oliveira, é apoiada pelo Viva-Rio, Firjan, Confederação Nacional da Indústria – CNI, pela mídia e pela facção criminosa ADA.

Ainda é muito encontradiço em determinadas áreas da Rocinha um forte sentimento de responsabilidade pelas crianças, sendo a criação e educação das mesmas responsabilidade de todos, principalmente os mais velhos. Em um dos relatos que obtive de uma jovem mãe,

Renata, ela narra a história de sua família e seus vizinhos próximos, particularmente do núcleo familiar formado por Rita de Cássia, Renata e seu filho Anderson. A mãe de Renata, Rita de Cássia, suburbana de Realengo, teve a filha numa relação com um sargento do Corpo de Bombeiros Militar que, após o nascimento da criança, desapareceu. Desmoralizada e abandonada pela família no bairro de Realengo, arranjou um emprego como empregada em Copacabana e foi morar com uma prima, costureira de uma das várias cooperativas existentes na Rocinha, que vivia num barraco de alvenaria na área da Vila Verde.

Rita de Cássia e sua prima trabalhavam em tempo integral. Na sua luta diária pela sobrevivência por meio do trabalho, Rita deixava a filha Renata entregue aos cuidados da vizinhança, às vezes por semanas inteiras. Entregue ao cotidiano das vielas de Vila Verde na Rocinha, Renata encontrou várias pessoas, sendo uma especial, a esposa de um pastor de uma igreja evangélica que sempre a acolhia, acarinhava, educava e alimentava. E foi dessa forma que Renata se transformou em uma das várias empreendedoras da Rocinha do tempo presente, sendo escolarizada e tendo enorme senso de responsabilidade política e ideológica na direção de defender os moradores.

Episódios semelhantes são constatados diariamente nas áreas mais carentes da Rocinha, onde jovens mães saem para trabalhar e deixam seus filhos em casa ou na rua, sob a guarda genérica e coletiva de vizinhos ou parentes.

Na Rocinha a ética do favor ganha novo significado, pois representa solidariedade afetiva, social e parental. É inegável a existência e prevalência interna de uma “lei do morro”, na qual as demandas são resolvidas pelo princípio de consideração, respeito ou extermínio. Esse processo pressupõe uma multiplicidade de interlocutores e conciliadores, de matrizes as mais diferenciadas, escolhidos em função da confiança que lhe devotam as partes em conflito ou disputa. O sistema de conciliação e resolução dos conflitos obedece a diferentes racionalidades e utiliza múltiplos discursos, tendo como referências a localidade, o interesse e os atores sociais envolvidos nas contendas cotidianas da Rocinha; basicamente informal, deixa de fora as instituições do poder público. Esse modelo, que se insere numa extensão do Direito de Pasárgada, foi sobremaneira redefinido com a ascensão do narcopoder nas favelas, e, na Rocinha, se apresenta de forma menos exposta em função da multiplicidade de poderes locais, lideranças comunitárias e religiosas e ONGs. O poder do tráfico se faz sentir nas suas próprias disputas internas e/ou quando solicitado por alguma das partes em conflito. O tráfico na Rocinha quer paz e sossego para fazer prosperar seu dinâmico negócio de venda de drogas para os endinheirados e celebridades da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, além do controle da venda de gás, das kombis, das vans, dos mototáxis e dos garis comunitários, por questões financeiras, de diversificação dos negócios, e como tática de defesa dos pontos de venda de drogas.

Em que pese aos debates políticos (eleitorais ou não), o que se pode comprovar na Rocinha é que nenhum político ou grupo político conseguiu empalmar o poder no bairro, como ocorreu, de forma horizontal e vertical, no Município de Nilópolis. Nem a Igreja, nem os comunistas, a UDN lacerdista ou o MDB de Negrão de Lima e Chagas Freitas, o brizolismo, o neolacerdismo de César Maia, o garotismo e o lulismo, apesar de suas constantes, e hoje históricas, intervenções para conquistar os votos dos muitos eleitores residentes no bairro da Rocinha.

## CAPÍTULO II

# A TRADIÇÃO RECONFIGURADA: REVISITANDO CONCEITOS

“Como é difícil acordar calado / se na calada da noite eu me dano / quero lançar um grito desumano / que é uma maneira de ser escutado”.  
(Cálice – Chico Buarque e Gilberto Gil)

### **2.1 Considerações Preliminares**

Mesmo sabendo-se que a captura de quadros da realidade implica uma dinâmica de interação entre conceitos e fatos que atuam no tempo e no espaço, apenas para maior clareza, usamos o artifício didático de dividir o presente estudo em duas fases distintas. Uma de esforço de natureza conceitual e teórica, na qual buscamos estabelecer os diversos conceitos que serviram de embasamento para o entendimento do objeto de análise; e outra de observação, pesquisa empírica, reflexão, análise e elaboração de uma narrativa sociológica, a manipulação de conceitos e categorias analíticas elaborados na primeira fase, atuando como chaves de entendimento, descrição e compreensão da realidade à qual estamos lançando nossos olhares, o Município de Nilópolis e o bairro da Rocinha.

Chamamos especial atenção para o fato de que tal aspecto panorâmico do presente estudo, apesar de implicar uma gama exaustiva de conceitos subsidiários, observou com mais acuidade os diretamente relacionados com o tema central, ou seja, a tradição reconfigurada.

Ainda enfocando as transições mudancistas que não promoveram rupturas, ocorridas no cenário nacional, podemos exercitar algumas análises sobre determinados desenhos que podem ser identificados com pontualidade e precisão, como o caso da previdência social e o das agências reguladoras independentes do Governo.

Dentro da perspectiva delineada no presente trabalho, tendo como fio condutor a convicção de que as mudanças levadas a efeito no Brasil serviram, em grande parte, para a manutenção do *status quo* de uma pequena elite mandatária controladora, cotejamos a seguir alguns casos exemplares nos quais as aparentes rupturas são reconfiguradas em permanência. Mais precisamente, as mudanças que nada mudam a serem sustentadas na nossa hipótese se circunscrevem mais precisamente naquelas que, apesar de serem levadas a efeito, não conseguiram mudar o cerne das estruturas de poder vigentes.

Nas notas introdutórias nos referimos a marcos históricos indicativos, os quais noticiam, prometem e propugnam por mudanças que posteriormente não se consolidam, não ganham curso na realidade cotidiana do país e, por via de consequência, em Nilópolis e na Rocinha.

A Proclamação da República, sob o corolário positivista, embora tenha promovido uma transição e, em seu bojo, mudanças formais no aparato estatal, não logrou mais que deslocar os privilégios da nobreza para o estamento burocrático-militar que, aliado ao patronato político, aparelhou o Estado-nação consoante a conjunção de seus interesses privatistas comuns (Carvalho, 1987).

Dessa forma, sob os mesmos pressupostos de garantias de privilégios e desclassificação do povo (além do *inimigo doméstico*, o negro), se instituiu a República em terras guaranis.

Esta instituição releu o país à sua feição tratando como atraso, provincianismo ou selvageria a Colônia e o Império e refundando o país. Mas a leitura oficial não exclui apenas índios, negros e regiões mas também as mulheres, os trabalhadores e os setores populares. As elites refizeram seu discurso racista de modo a discriminarem o trabalho. (Oliveira Jr., 2004: 83)

Uma tentativa de explicação válida para o fato de que as transições não resultaram em mudanças, seja no Império com a escravaria, seja na República contemporânea com o narcopoder, reside no recorrente apelo a uma subespécie de via prussiana, pois que

Daí seu empenho em fazerem Constituições modelares e progressistas, bem redigidazinhas em vernáculo e promulgadas “em nome do povo” ou “de Deus”. Parece ser crença deles que do simples literalismo da lei ou da Constituição (e por que não do seu vernaculismo?) emanarão eflúvios misteriosos; de cada palavra dos seus artigos e dos seus parágrafos irradiarão raios beta ou gama ainda não conhecidos, nem isolados, que penetrarão as consciências, modificando-as, alterando-as na sua contextura íntima: - e com isto os egoístas se tornarão em altruístas, os turbulentos em pacíficos, os opressores em servos, os maus em fontes inexauríveis do “leite da bondade humana”, os cobiçosos do poder em desambiciosos, mais desprendidos das vaidades terrenas do que eremitas da Tebaida ou iogues em êxtase... (Vianna, 1955: 427)

Sob tais e tantas recorrências ao processo acima podemos inferir que o país vem historicamente preso a um círculo vicioso que impregna a cultura política de discursos e práticas naturalizadas (Tragtenberg, 1980), as quais sustentam e reforçam uma estrutura direcionada à manutenção de privilégios das elites mandatárias do poder, o qual, por sua vez, constrói um cenário de profundas desigualdades que resultam em demandas por reconhecimento, mazelas sociais e econômicas, desclassificação e instabilidades as mais diversas (Sennet, 2004). Tal construção nacional tem seu ponto de partida e fundamento no poder local, que para tanto conta com total permeabilidade das instâncias de poder estatal nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário dos três níveis da Federação brasileira para a sua consecução.

A exemplo de tantas promessas de mudanças, mais uma vez, a transição do regime promovida pelo golpe militar, além de propiciar um varejo de expurgos políticos, buscou legitimidade junto aos segmentos sociais empobrecidos e desclassificados sem levar em conta as suas reais aspirações e necessidades. Embrenhou-se num modelo Brasil-Potência-Ufanista até encontrar um ocase patético, por esgotamento. Entretanto, a despeito de tantas e quantas narrativas e análises, livros e escritos, filmes, peças teatrais e músicas, heroísmo, farsas e traições, o que fundamenta o fim da ditadura militar, além do esgotamento do modelo, é a reforma por cima.

Todos os fatos escorrem para o mesmo leito que por sua vez desemboca no eterno estuário dos interesses determinados das elites de mandatários locais e suas conexões nacionais e internacionais. Apesar das resistências armadas e desarmadas, inquestionado é o

advento do movimento popular<sup>62</sup> Diretas-Já como principal fator que precipitou o encerramento do ciclo ditatorial militar instalado em 1964.

As Diretas-Já se consubstanciaram num formidável movimento aparentemente popular, quase que açaibarando a unanimidade da vontade nacional, cujos objetivos eram, além do retorno à democracia política, a promessa de um pacto nacional que conduziria o país a uma bíblica Canaã cabocla repleta de terra fértil e espaçosa, terra onde corre leite e mel, expressa na figura-síntese de Tancredo Neves como um bom avô da nação.

Excluindo-se os excessos retóricos, a reconciliação entre os diversos segmentos sociais prometida pelas elites mandatárias políticas e financeiras e disseminada pela mídia em todos os rincões municipais do país via o *Jornal Nacional* e a revista eletrônica dominical televisiva *Fantástico*, ambos da TV Globo, autorizava a crença numa ruptura vertical do pacto das elites mandatárias. Ao fim e ao cabo, nem lei, nem mel, mas uma democracia parcial, de recorte liberal conservador, que mantinha intacta toda a estrutura da polícia política e do sistema de informação e segurança que operou o regime militar, reforçando sob nova roupagem, cuja grife é a “Nova República”, uma continuidade das antigas práticas fundadas no patrimonialismo e nos privilégios e, sob o manto constitucional da representatividade democrática do vice-presidente José Sarney, um maior afastamento do povo da participação política.

Uma república midiática alimentou desejos de participação popular por meio dos shows e ações dramatúrgicas de “fiscais do Sarney” fechando lojas e o PC do B buscando o boi no pasto durante o Plano Cruzado como estratégia eleitoral em 1986. A cruzada sacrossanta tinha o mesmo espírito das cruzadas católicas medievais em busca de infiéis, e acabou por fazer “o boi dormir” com seus discursos. A nação fica extasiada pela catarse que se coletiviza via televisão. Os desejos de participação democrática se realizam como gozos masturbatórios nas cenas televisivas do *Jornal Nacional*. O gozo foi um prazer democrático imaginário<sup>63</sup> e acabou por tornar-se fantasmagórico. O povo, que é ingênuo, crédulo, mas “não é bobo”, vingou-se das elites mandatárias paulistas, dos intelectuais da USP e UNICAMP e dos artistas da Rede Globo elegendo Fernando Collor de Mello, sob o signo de um espetáculo denominado “O Caçador de Marajás”. A vingança é um instrumento de ação política, já nos indicava Maquiavel (2002).

Observe-se, ainda, a similaridade entre a manipulação das massas populares tanto na Revolução de 30 como no movimento das Diretas-Já. No movimento de 30, Getúlio Vargas estabeleceu acordo com o então presidente Washington Luis de que, uma vez encerrada a eleição, apoiaria o seu resultado. Entretanto o “populacho”, a classe média, os intelectuais e os trabalhadores urbanos que desconheciam tal ajuste “julgavam ter um verdadeiro candidato que sinceramente desafiava a aristocracia cafeeira”, e foi dessa forma inesperada que “alguns jovens e resolutos políticos gaúchos, como Oswaldo Aranha e João Neves da Fontoura, começaram a inflamar a opinião pública e manter a partir de março de 1930 uma atmosfera revolucionária, até que se conseguiu aprovação militar para uma revolução” (Young, 1970:

<sup>62</sup> Apesar de ter contado com o apoio e participação efetiva da população, o movimento Diretas-Já, coenestrado que foi por políticos de oposição (que nem sempre foram oposição) ao regime, sob a perspectiva histórica, ganha contornos de manipulação das classes populares para a consecução de objetivos das elites mandatárias no poder. “Em 1984, políticos de oposição, artistas, jogadores de futebol e milhões de brasileiros participam do movimento das Diretas Já. O movimento era favorável à aprovação da Emenda Dante de Oliveira que garantiria eleições diretas para presidente naquele ano. Para a decepção do povo, a emenda não foi aprovada pela Câmara dos Deputados” (<http://www.suapesquisa.com/ditadura/>, acesso em 15/08/2005).

<sup>63</sup> Para o contexto desse estudo sobre poder e mandonismo no Município de Nilópolis e no bairro da Rocinha utilizei como suporte teórico as idéias e conceitos sobre imaginário, paixão, desejo, gozos, devaneios, sonhos e esperanças presentes nos livros *Psicopatologia da vida cotidiana* (1969) e *Escritores criativos e devaneios* (1992), de Sigmund Freud.

299). Como resultante de tal arquitetura de composição “pelo alto”, temos que “após os primeiros meses de entusiasmo muitos dos que faziam parte do novo *establishment* (grupos da classe média e de rendimentos mais baixos) estavam consternados com o que acontecera” (Young, 1970: 300).

De modo que empreendemos um razoável consenso no sentido de que a permanência, e não a mudança, imprime realidade social à nação brasileira.<sup>64</sup>

Em novembro de 1930, um dos atos inaugurais do governo provisório instalado pelo movimento vitorioso foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Quatro meses depois foi editado o primeiro decreto (nº 19.770) que dava início ao controle estatal sobre os sindicatos (unicidade sindical, obrigatoriedade de reconhecimento pelo Estado). A Constituição de 1937, do Estado Novo, estabeleceu que apenas o sindicato regularmente reconhecido pelo Estado poderia representar legalmente os que participassem da categoria de produção para a qual foi constituído.

No dia 1º de maio de 1943 ficou estabelecido que

Toda a vasta legislação relacionada com a organização sindical, a previdência social, a proteção ao trabalhador e à justiça do trabalho foi reunida na Consolidação das Leis do Trabalho. Em 10 de novembro, em comemoração ao golpe que instituiu o Estado Novo, a CLT entrou em vigor. Desde então, esta legislação, e a instituição por ela criada, não sofreu alteração relevante, embora numerosos outros dispositivos lhe tenham sido agregados. (Rodrigues, 1981: 15)

Leônicio Rodrigues estranha e se pergunta sobre os motivos pelos quais, a despeito de diversas mudanças ocorridas até os dias de hoje o modelo sindical e o sistema de relações de trabalho criados no período de Vargas sobreviveram a mudanças de caráter institucional ou político relacionadas à forma de governo (Rodrigues, 1981). Observa que esse modelo de sindicalismo corporativista implantado no país sobreviveu a amplas e variadas mudanças da sociedade brasileira; tanto no plano político quanto no social, econômico e cultural.

Dessa forma somos ilustrados de que tal permanência do modelo sindical brasileiro sobreviveu a mudanças de toda sorte, pois que

Conviveu com a Constituição de 1946 e a pluralidade partidária, com o “bipartidarismo” e os regimes militares posteriores a 1964, e com o pluripartidarismo (...). Mudaram as constituições da República e os partidos mas a CLT permaneceu (...). No período a população mais do que triplicou; a industrialização prosseguiu em ritmo acelerado, transformando qualitativa e quantitativamente a situação dos trabalhadores industriais e das camadas assalariadas; a população rural decresceu; surgiu o problema urbano e ecológico; as relações de mercado estenderam-se para outros setores da economia e regiões brasileiras mas o modelo de organização sindical e de relações de trabalho permaneceu inalterado. (Rodrigues, 1981: 15-16)

Tendo em vista a longa permanência da CLT em contrapartida às inúmeras “mudanças”, seria o caso de nos perguntarmos o porquê de tantas mudanças que, de fato, nada mudam. Por que simplesmente os arranjos confortáveis das elites mandatárias dominantes não são mantidos em seu formato original?

Observa-se uma permanência de mais de 70 anos da tutela do Estado sobre os sindicatos, que, a rigor, tratam de questões não tipicamente de Estado. Entretanto,

<sup>64</sup> “Embora o título deste ensaio e do seminário enfatize o conflito, colocando-o em primeiro lugar, salientarei o elemento da continuidade, porque esta, no meu entender, parece ser a característica da história brasileira” (Lôbo, 1970: 313).

contraditoriamente, tanto se “naturaliza” a questão da “flexibilização” dos contratos de trabalho (trombeteada pelos arautos da globalização e do neoliberalismo), quanto a existência autônoma das agências reguladoras e da independência do Banco Central.

Só mais recentemente, no rastro da vaga neoliberal capitaneada pelo processo de globalização, é que detectamos propostas de mudanças na CLT. Entendemos que tais propostas se adequam ao estágio atual das condições dos sindicatos, nas quais as possíveis mudanças em nada afetam as relações entre capital e trabalho, ou, por outra, se as afetam é no sentido de aprofundar, mais ainda, a vassalagem daquele sobre este, como aconteceu no setor portuário e na estiva com a promulgação da Lei nº 9.630, de 25 de fevereiro de 1993, que reestruturou a organização dos terminais portuários e deu fim ao monopólio do Sindicato dos Estivadores como supervisor e definidor dos contratos de trabalho.

Note-se que, nos dois outros casos citados (autonomia do Banco Central e agências reguladoras), as instituições em questão decidem problemas gerais da sociedade e englobam a coisa pública, estatal ou não.

Detetamos um manancial inesgotável de argumentos em favor tanto da flexibilização dos contratos de trabalho quanto da autonomia do Banco Central e das agências reguladoras. Justificativas pululam nos seus mais diversos matizes, ao passo que a autonomia sindical não compõe de forma sincera a pauta de preocupações dos governos e muito menos da nossa intelectualidade, nem dos sindicatos mais ativos.

Os trabalhadores rurais, excluídos do estatuto legal da CLT, somente no início da década de 50 do século XX – pela mão condutora do Estado, de alguns governos estaduais, do PCB e dos círculos de trabalhadores da Igreja Católica liderada por Dom Eugênio Sales – ganham representação por meio dos sindicatos rurais de trabalhadores, que se formam e se avolumam em número e atividades. Luiz Flávio Carvalho Costa, em seu livro *Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção*, afirma:

A marginalidade em relação ao jogo político em que as populações estiveram submetidas tradicionalmente, obtida, entre outros motivos, com os entraves impostos à sua organização, começa, assim, a ser revertida em meados da década de 50. Essa reversão faz parte de um processo mais amplo (e aí deve ser entendida), no qual o Estado torna-se um parâmetro imprescindível para captar o seu sentido. A ascensão do movimento sindical rural não se dá repentinamente: um trabalho político de preparação a antecede. O número de sindicatos fundados e reconhecidos no início dos anos 60 coloca a sindicalização rural como um fato político novo; porém, os esforços aplicados à organização do trabalhador rural alguns anos antes devem ser incorporados à análise da fase de sua maior vitalidade. (Carvalho Costa, 1996: 28)

A naturalização da existência das agências reguladoras autônomas, por exemplo, segue o roteiro que vai do mimetismo macaqueado de fora, ou seja, as grandes democracias econômicas, como os Estados Unidos e países da União Européia, seguem o modelo de regulação independente dos mercados; até a pura e simples constatação teleológica dos seus excelentes desempenhos. É o que se pode constatar em artigos do calibre do publicado em revista nacional, de autoria de Pedro Dutra, diretor do Instituto Brasileiro de Estudos das Relações de Concorrência, que propugna para as tais agências “amplos poderes para fixar tarifas, punir as prestadoras de serviços públicos e obrigá-las a modernizar seus sistemas e serviços para atender às diferentes necessidades dos usuários”, uma vez que esses “órgãos zelam pelo interesse dos consumidores e têm poder para afetar o cotidiano de milhões de pessoas” (Dutra, 2003: 32).

O advento das agências reguladoras é consequência direta do processo de privatizações<sup>65</sup> que, além dos inúmeros prejuízos causados ao povo, aprofundou e expandiu em muito o nosso recorte patrimonialista<sup>66</sup> em larga escala.

Entretanto, contrário senso, apesar de perdurar por mais de 70 anos a tutela do Estado sobre os sindicatos, não ouvimos tais argumentos em favor da sua “destutelização”; em verdade, o que ouvimos, como diz o povo da roça, é “conversa pra boi dormir”.

Sintomaticamente, numa entrevista que leva o revelador título de “Sindicato não pode ser correia de transmissão do governo, a luta é pela autonomia política”, o líder sindical (secretário de imprensa do Sindipetro/RJ) desnuda a tutela e a cooptação do Estado em continuada ação contra a autonomia dos sindicatos e centrais sindicais.

No movimento sindical todo mundo entendeu claramente que a CUT desqualificou-se quando começou este processo exacerbado de conciliação – veja bem, não estou falando de negociação, isso eu nunca fui contra. Me refiro, em particular, à participação da CUT em projetos governamentais, como o uso do FAT. Isso não é papel da CUT, como não é papel da CUT intermediar empréstimo bancário para alguns setores de trabalhadores. (Horta, 2004:57)

Nesse sentido, os sindicatos não só continuaram a ser correias de transmissão do Governo como passaram, por meio das centrais sindicais, a atuar diretamente no centro do poder da República, primeiro com Rogério Magri, presidente da CGT, ministro do Trabalho do Governo Fernando Collor, e no tempo presente Luís Marino, presidente da CUT, tomando posse como ministro do Trabalho do governo Lula da Silva.

A estrutura de poder baseada no patrimonialismo implica na existência de uma cultura povoada de sintomas tais como corporativismo,<sup>67</sup> leis que não pegam e desalinhamento no tratamento dos que deveriam ser “iguais perante a lei”.

O ex-presidente nacional da OAB Rubens Approbato Machado publicou artigo no qual desancou, de forma direta e desabrida, os Poderes Executivo e Legislativo. Se a idéia era não deixar nada por dizer ou pedra sobre pedra, concordamos com as críticas – mesmo porque as fazemos pontual e consistentemente –, mas discordamos e lamentamos as omissões imperdoáveis. Evidentemente que o texto em questão tinha uma pretensão panorâmica da realidade institucional brasileira confrontada com a estrutura de poder, e foi nessa perspectiva que Approbato teceu suas duras críticas ao Poder Legislativo e citou exemplos de escândalos nas figuras exemplares de ex-parlamentares e deputados e senadores atuais. Da mesma forma, acusou o Poder Executivo de cometer inúmeras mazelas e apontou o seu caráter autoritário. Voltou o fogo de sua garrucha institucional contra privilégios e privilegiados, afirmando que

---

<sup>65</sup> Dentre outros prejuízos e descalabros no processo de privatizações levado a efeito no Governo FHC, Aloysio Biondi observa que “o trabalhador brasileiro foi duplamente lesado. Continuou vítima do ‘calote’ do governo, no FGTS e no PIS/Pasep. E ficou sem as estatais, das quais já era dono.” Essa dívida para com os trabalhadores, oriunda do FGTS e do PIS/Pasep e que gira em torno de 50 a 60 milhões de reais, poderia ter sido quitada por meio de ações, pois “o governo poderia ter finalmente pago essa dívida aos brasileiros, entregando-lhes ações das empresas estatais. Essa hipótese existia no governo Itamar, quando o BNDES planejava privatizar as estatais usando ‘moedas sociais’ (ou seja, FGTS, PIS/Pasep)” (Biondi, 2000: 14-15).

<sup>66</sup> Parece evidente ao autor dessa tese que as privatizações levadas a efeito pelo Governo FHC tiveram o condão de aprofundar o patrimonialismo (via naturalização explícita da alienação da coisa pública) e expandir seu raio de atuação sobre significativo espaço público.

<sup>67</sup> Compartilho da idéia de que “o poder corporativo é sempre proporcional à sua funcionalidade para o poder político e econômico. O discurso corporativo deve ser então funcional, mas também tem que ser crível do ponto de vista cultural” (Malaguti Batista, 2003: 94-5).

A malha de corrupção, escancarada por denúncias que partem de todos os lados, a todo o momento e em todos os níveis, mostra que, enquanto milhares de brasileiros esgotam suas energias para sobreviver, há um monumental ralo por onde se esvazem as riquezas produzidas, os impostos e tributos pagos pela população – ralo que enche as burras de larápios travestidos de empresários, políticos e pais da pátria. (Machado, 2005)

Nesse contexto, tornou-se indesculpável ao presidente da OAB a omissão do Poder Judiciário, que, ao que parece, não figura no horizonte do articulista, como depositário de um sem número de pecados em graus idênticos aos dos outros poderes. É público e notório que o descaso para com a coisa pública não é privilégio de nenhum dos poderes da República Federativa, pois, ao que parece, o trio de poderes se esmera, de forma equânime, em perpetrar suas falcatruas, suas incompetências,<sup>68</sup> seus desmandos, seus autoritarismos (Schwartzman, 1982) e os seus escândalos que, a cada dia, ficam mais e mais desnudos ante as evidências e provas públicas, publicáveis e não publicadas.

Da mesma forma que o ex-presidente da OAB sacudiu as árvores executiva e legislativa, e os frutos podres caíram em profusão, podemos fazer o mesmo com relação ao judiciário com razoável certeza de que o quintal estará coalhado. Os escândalos<sup>69</sup> citados no texto de Rubens Approbato não diferem substancialmente dos ocorridos na esfera do Judiciário - tendo o juiz Nicolau dos Santos Neto como figura emblemática, diferindo talvez sob o aspecto quantitativo em função do maior ou menor interesse que possa a vir despertar na mídia e nas investigações.

Talvez por conta de sua formação e lide profissionais, o presidente da Ordem tenha, inadvertidamente, embarcado na nau insensata e conveniente do corporativismo servil (Stepan, 1980) e, por consequência, perdido a rara oportunidade, a partir da destacada posição que ocupa, de clamar pela consciência da nação em busca das mudanças necessárias e urgentes. Como o fez seu antecessor entre 1977 e 1979, Raymundo Faoro, que, atuando como presidente da OAB nacional, pressionou o general-presidente Ernesto Geisel a restabelecer o instituto do *habeas corpus*.

Democracia, mesmo que burguesa e com a supremacia incontestável do capitalismo, tem necessariamente que cumprir um figurino obrigatório, apesar de mais formal do que real. Democracia política que se preza e para merecer o nome tem que ter eleições livres e uma constituição contendo aquela lenga-lenga de que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, etcetera e tal. Tudo ensaiado, normatizado e complementado de uma forma que lhe garanta uma aparência de justiça e de igualdade.

Uma das razões que possibilitam o aparelhamento do sistema judiciário pelos atores do poder local revela “os meandros de uma cultura jurídica apropriada aos interesses políticos existentes” (Alves, 2003: 158). O Município de Nilópolis é caso exemplar e emblemático.

Historicamente, a decantada incapacidade e/ou desaparelhamento da polícia e do Judiciário, explicitados nas mídias e nas falas de policiais e juízes, não justificam suas

<sup>68</sup> Cruciais no presente trabalho são os conceitos de competência e incompetência, uma vez que, o mais das vezes, a *incompetência* creditada ao Estado nada mais é que execução planejada de políticas públicas que são levadas a efeito com extrema *competência*. Acreditamos, por exemplo, que a má distribuição de renda no país não é fruto de incompetência, mas sim, pelo contrário, de competência, uma vez que o resultado buscado é exatamente a proteção exacerbada ao capital, o que redunda em concentração de renda.

<sup>69</sup> Para este estudo, incorporamos a noção de Wright Mills, Raymond Boudon e Edgar Morin de que os escândalos são fenômenos sociológicos funcionais e indispensáveis para o controle social, seja das instituições públicas, seja no mundo privado. Portanto, uma democracia política ativa é sempre oxigenada pelo aparecimento de escândalos, que revelam seus bastidores ilícitos, ilegais ou imorais. Para o escândalo funcionar como mecanismo sociológico de controle social, é fundamental a existência de instituições que assegurem a manifestação de opiniões e denúncias, com liberdade de expressão.

incapacidades de cumprirem as suas funções, pois o pano de fundo nos revela uma estratégia de poder à qual estão atrelados desde sempre. Portanto, não são incapazes, são eficientes e eficazes na produção de “não-cidadania” e desclassificação social, sobretudo na Rocinha e nas favelas do Município do Rio de Janeiro.

Neste país de todos os futuros, cada vez mais sonhando com o porvir e abominando o presente, verdadeira Canaã ao avesso, o que a história confirma é a existência de leis e normas “para inglês ver”.<sup>70</sup> Encontramos uma legião de leis que não pegam, decretos que são subvertidos nos desvãos de interpretações frouxas, vontades tífias ou versões convenientes.

Desde o Brasil-Colônia são encontradiças as pistas, as pegadas, os indícios, as provas, as digitais e o DNA de um arcabouço jurídico que visa atender a interesses determinados, mas que vai além ao subverter a fria e burocrática universalidade da lei, e quando conveniente estabelecer os tais “dois pesos e duas medidas”.

Nesse itinerário ambíguo, o instituto das sesmarias remonta às origens do reino português e foi sistematizado em lei no século XIV e incorporado posteriormente às Ordenações do Reino. No Brasil, tal instituto, que visava a ocupação territorial e a exploração de riquezas, foi utilizado a partir de 1530, pois era o mecanismo jurídico que regulamentava a aquisição de terras. Já nessa quadra longínqua, constatamos as ambigüidades que redundam nas discrepâncias entre o formal e o real e, à medida que são detectadas “diferenças entre a prática de concessão dos sesmos na formação do reino e no momento de sua sistematização jurídica, assim como este diferirá da aplicação do instituto nas áreas coloniais” (Sanches, 1998: 178).

Observe-se que, no que se refere às concessões de terras, estavam expressas na lei as exigências de ocupação permanente e cultivo efetivo. Entretanto os beneficiários de tais doações pleiteavam e recebiam áreas maiores que sua capacidade de exploração. Nesse imbróglio encontramos um sem número de casos nos quais a prática apresentava desvios em relação às normas (Sanches, 1998). Entre tantos casos que contrariavam a determinação explícita que vedava a apropriação de terras pelos detentores de jurisdição:

... não poderão tomar terra alguma para si (...), nem para sua mulher, nem para filhos herdeiros (...), e si algum dos filhos (...) ou qualquer outra pessoa tiver alguma sesmaria (...) e vier a herdar a dita Capitania, será obrigado do dia que nela suceder a um ano, de largar, trespassar a tal sesmaria (...) e não a trespassando no dito tempo, perderá para mim com mais outro tanto preço quanto ela valer. (Mendonça, 1972: 119)

Apesar da clara determinação, a realidade que se impôs foi bem outra e a prática de fazer concessões a altos funcionários era recorrente. Sob esse aspecto, podemos nos restringir ao caso exemplar de

... Álvaro da Costa, filho do governador Duarte da Costa, que recebeu mais de uma concessão de seu pai, sendo uma delas transformada em capitania. Dois aspectos podem ser destacados: no caso da instituição da donatária sobre a sesmaria (Cartas Régias de 10.11.1556 e de 20.11.1565), impõem-se ao capitão as restrições quanto ao uso da terra (não poder apropriar sesmaria para si e a obrigação de fazer doações) no caso da sesmaria, concedida pelo pai em 1567 e mantida sem aproveitamento, obtém a confirmação com a

<sup>70</sup> A expressão “para inglês ver” é muito usada em diversos discursos brasileiros, sempre com a conotação de que o que se está vendo é uma farsa para enganar alguém. Para este estudo, ancoramos a expressão à análise efetuada por Peter Fry, em seu trabalho *Para Inglês Ver: Identidade e Política na Cultura Brasileira*, em que ele indica ser a expressão “mais comumente usada em situações de hierarquia, ela é apropriada a quaisquer situações em que se quer ‘manter a fachada’ perante o ‘outro’, que poderia reagir hostilmente se soubesse da verdade. A idéia básica é que as regras formais podem ser burladas na medida em que o ‘outro’ não perceba” (Fry, 1982:17).

liberação da cláusula de residir 3 anos, alegando que o estado de guerra da colônia impedia seu aproveitamento. (Sanches, 1998: 193)

Quando nos voltamos para a questão da escravidão, os achados não se diferenciam do anteriormente visto e, à guisa de intróito, podemos determinar que “a legislação portuguesa em relação à escravidão, quer na metrópole, quer nas colônias, era profundamente ambígua e, por isso mesmo, vacilante” (Wehling, 1998: 158). Não obstante ser o escravo considerado coisa (*res*) – e nessa condição não ser admitido na área cível –, a legislação o admitia na área penal, na “dupla condição de sujeito e objeto da relação jurídica, pois o crime que cometia lhe era imputável” (Wehling, 1998: 159). Nas práticas judiciais documentadas, o que se encontra é a estigmatização, não só da condição de escravo, pois mesmo liberto (ou não branco nascido livre) o negro era identificado civilmente em sua condição racial, já que

sua situação de homem ou mulher em tese livre sofre desta forma certa restrição social, mental e mesmo jurídica (...). Aliás, a própria Ordenação previa tratamento de maior consideração ao escravo branco do que ao negro, como no caso de estupro de “escrava branca de guarda”, isto é, que tivesse comportamento recatado. Neste caso, o responsável seria penalizado, o que não ocorria com uma escrava negra nas mesmas condições. (Wehling, 1998: 173)

Uma observação importante no desenvolvimento da presente tese, quando tratamos da violência como paradigma ético-político das elites mandatárias, é a de que

Vale lembrar, ainda, em relação à atitude geral da lei frente ao escravo a observação de Perdigão Malheiros, para quem este era encarado, desde o direito romano, como um inimigo: inimigo doméstico, justificando a seu respeito uma legislação de exceção, e inimigo público, sempre pronto a rebelar. (Wehling, 1998: 159)

Concernente à luta pelo poder, o modelo delineado em solo brasileiro se assenta na herança colonizadora ibérica, na qual os aspectos da legalidade “são transpostos e adequados para o contexto evolutivo das nossas instituições e, de outro, que particularidades histórico-políticas (patrimonialismo, burocracia, tradição conservadora e herança liberal) são herdadas, incorporadas e assimiladas a partir do processo de colonização lusitana” (Wolkmer, 2002: 35-6). Sob as raízes dos antecedentes colonialista, escravocrata e patrimonialista, erigimos uma nação na qual vige uma dominação elitista mandonista que imprime uma hegemonia de recorte liberal-conservador, que se submeteu econômica e culturalmente ao imperialismo europeu e, no tempo presente, pós-anos 90 do século XX, se integra, de forma periférica e servil, à mundialização mercantil da globalização capitaneada pelos Estados Unidos da América e pela Europa. Mesmo com esforços merecedores de respeito e admiração promovidos ao longo do Governo Fernando Henrique Cardoso, como a adesão aos pactos de defesa dos direitos humanos com a ONU e a OEA, ao pacto contra o trabalho escravo, à criminalização internacional do trabalho infantil e ao protocolo de Quioto, entre outros, e que tiveram continuidade no Governo Lula da Silva, louvando-se em particular a atuação estratégica na ONU, OIT e OEA do ministro das Relações Exteriores, o cientista político Celso Amorim.

Patente se mostra, na tradição republicana, o fosso existente entre o formal e o real,<sup>71</sup> o divórcio radical entre a legislação e a vida concreta. Isto se dá num cenário em que, não obstante a retórica igualitária, a credibilidade do sistema de leis e justiça é baixa. A maioria da população não confia nas leis do país nem no sistema encarregado de fazê-las cumprir e

---

<sup>71</sup> Ver Oliveira Vianna, *Instituições Políticas Brasileiras* (1955).

promover a justiça. E mais ainda, não vê nos operadores do sistema vigilantes de seus direitos, da mesma forma que desconfia dos políticos e das autoridades em geral (Silva, 2003). Assim é manifesto e evidente na Rocinha, mas não é percebido em Nilópolis, onde a população, de maneira geral, confia nas instituições e nos políticos locais.

A operacionalização de tal processo se mostra ambígua, falseando o princípio weberiano da impessoalidade e enveredando por uma particularização do que se supõe universalizante, já que “o próprio sistema judicial estará condicionado ao peso da influência da sociedade relacional, como se um sistema de normas paralelo, não oficial, mas fortemente institucionalizado, fosse compartilhado por todos...” (Silva, 2003: 145). Observa-se tal perspectiva tanto em Nilópolis como na Rocinha, sendo que nesta última tal prática é buscada pela quase totalidade dos moradores, enquanto que em Nilópolis as redes de relações pessoais ganham uma formatação institucional e/ou associativa, sob controle do clã Abrão David-Sessim.

Apesar de encontrarmos verdadeira unanimidade contra a existência da figura jurídica que institui a prisão especial, esta perdura de forma acintosa, desafiando os tempos e a razoabilidade, garantindo privilégio aos “mais iguais” perante a lei. Encontramos um cenário inconciliável entre igualitarismo e privilégios concedidos formal<sup>72</sup> ou informalmente, sejam instituídos em leis ou quando da aplicação das mesmas.

Sob o subtítulo de “Impunidade e privilégio” Jorge da Silva chama a atenção também para a criação de leis que atendem a interesses determinados, como no caso da aprovação da que se refere a crimes hediondos, votada no afogadilho.<sup>73</sup>

Dessa forma, os subprodutos da estrutura patrimonialista vigem e se reproduzem de forma naturalizada, perpetuando os privilégios em detrimento da participação das camadas populares nas decisões que impactam os destinos de suas localidades e do próprio país como um todo.

Apesar do proselitismo cada vez mais acentuado sobre a igualdade jurídica, o que se tem observado no plano geral é exatamente o crescimento de demandas, por parte de determinados segmentos, no sentido de serem enquadrados no rol dos detentores de privilégios, ou seja, corporações determinadas propugnam para serem incluídas entre os que têm direito ao instituto da prisão especial. Dessa forma, o que sinalizam os movimentos sociais, fruto da atomização social, não é o fim dos privilégios, mas sim a busca de inclusão no grupo privilegiado, fato este que em muito contribui para a consolidação da desigualdade jurídica. Essa matriz da anticidadania, por esse caminho e nesse ritmo, nos leva a imaginar quanto tempo levaremos para, mediante as demandas por reconhecimento, todos os segmentos serem acolhidos no manto dos privilégios.

---

<sup>72</sup> “Entram em cena, então, as figuras jurídicas do ‘foro por privilégio de função’ (direito de julgamento por instâncias especiais e mesmo corporativas, como sói ser o caso de autoridades públicas, políticos, magistrados, militares etc.), da ‘prisão especial’ (incluídos aqui, além daqueles considerados ‘de instrução de nível superior’, os dirigentes sindicais, professores de 1º e 2º graus, clérigos etc.) e da ‘imunidade parlamentar’ para crimes comuns, direitos garantidos por leis especiais, explicitadoras da hierarquia social” (Silva, 2003: 53).

<sup>73</sup> “Há que se registrar que a citada Lei nº 8.072/90 decorreu do clamor resultante do seqüestro do empresário Roberto Medina, no Rio de Janeiro, e sua principal finalidade foi endurecer as penas contra a ‘extorsão mediante seqüestro’ (art. 159 do Código Penal)” (Silva, 2003: 179). Com ironia, o autor observa que, para os legisladores, juristas e operadores do direito, a palavra hediondo foi evaziada e, desta forma, “... os crimes perpetrados por altas autoridades públicas, como, por exemplo, o roubo das riquezas nacionais e os esquemas de ‘extorsão’ liderados por autoridades eleitas pelo povo, em conluio com megaempresários, empreiteiros, banqueiros, provocando o desespero (e até a morte, inclusive por homicídios e suicídios) de brasileiros honestos, seguem sendo crimes comuns, ‘não-hediondos’” (Silva, 2003: 179). Não reputamos gratuita a afirmação do ministro do STJ Dílson Dipp ao *Jornal do Comércio* (24/11/04) de que “É difícil pegar tubarões”.

Essa impunidade seletiva (imunidades e foros privilegiados) em curso cria uma equação na qual o mote é desigualitário e hierarquizante, e busca uma solução químérica, uma vez que “a dificuldade residiria, então, em ampliar a margem de igualitarismo, socializando o rigor da lei e da prisão, já que não se pode universalizar o privilégio” (Silva, 2003: 58).

## 2.2 Cidadania

A idéia de cidadania moderna, no Brasil pós-1822, enfrentou três questões fundamentais para sua consolidação como idéia política hegemônica. A primeira foi a edificação do Estado-nação, amparado na separação rígida das instituições políticas da sociedade civil, reconhecida pelo Estado como sociedade, e na existência de uma ampla população de escravos e homens e mulheres livres, porém pobres e miseráveis, não reconhecidos como membros da sociedade, ou seja, desclassificados sociais, todos convivendo no interior de um grande território e formando uma população numerosa (Mello e Souza, 1982; Morse, 1988).

A segunda é o regime de governo. O ideal liberal democrático retomado pelo Renascimento é inseparável da isonomia e da igualdade. A cidadania liberal clássica, mesmo nos regimes monárquicos parlamentaristas europeus, só se realiza em governos democráticos ou em governos mistos, em que existe um arranjo entre a aristocracia e a democracia, como ocorreu nos Estados-nações modernos da Europa Ocidental e nos Estados Unidos (Pinsky, 2003).

Entretanto o ideal da cidadania liberal, ao ser resgatado pela modernidade jurídica brasileira pós-1822, o fez em meio a uma sociedade que possuía um governo aristocrático, com sentimentos absolutistas; sendo, portanto, necessário que a criatividade política de José Bonifácio de Andrade também resgatasse os mesmos arranjos políticos da antiguidade (Costa, 1977).

José Bonifácio acabou por promover uma compatibilização entre a aristocracia dos Orleans e Bragança, uma burguesia subserviente e vinculada ao Estado, segmentos da burocracia do Estado, em particular juízes e militares, o bispado administrador da Igreja Católica, grandes comerciantes, grandes produtores rurais, pequenos produtores urbanos e elites agrícolas comerciais emergentes e controladoras de inúmeras localidades.

Esse arranjo político institucional da Monarquia do Estado brasileiro independente conviveu com o escravismo de imensas populações negras africanas e afro-descendentes em um regime político híbrido, de concepções liberais, cidadania liberal para poucos, parlamentarismo submetido à vontade absolutista do imperador e um Poder Executivo que tudo podia, graças à engenhosidade de um Estado monárquico com quatro poderes, sendo o Poder Moderador a principal marca de um parlamentarismo que surge com o DNA imutável do absolutismo ibérico tomista.

A terceira questão é que a sociedade escravista do Brasil-Colônia e do Brasil monárquico não possuía a idéia de ser humano como a modernidade e o cristianismo a formulavam na Europa; o ser humano era o cidadão, este, sim, inscrito em um rol definidor de direitos.

Somente nos tempos do final do século XIX é que uma certa idéia ambivalente e religiosa de direitos humanos passa a existir, mesmo assim com muitas controvérsias sobre quem são os humanos. E nessa controvérsia, os não-brancos e as mulheres tinham muitos entraves para serem classificados como seres humanos no Brasil do final do século XIX e início do século XX (Gorender, 2003).

A escravidão é incompatível com o princípio da dignidade igual dos homens e com os demais direitos do ser humano que surgiram no século XVIII, no bojo das revoluções liberais burguesas americana (1776) e francesa (1789).

Essas três questões, vividas de forma agônica pelo patrono da independência brasileira, José Bonifácio de Andrade, ou seja, a idéia do Estado-nação brasileiro, do governo monárquico democrático e uma idéia mais ampla sobre quem são os seres humanos, vão impor uma reflexão aos contemporâneos levando-os a redefinir a idéia de cidadania de forma mais ampliada que a consolidada no Estado-nação brasileiro pós-1822, com a reestruturação do Estado-nação no Brasil advinda com Getúlio Vargas e a Revolução de 1930 (Reis, 1998).

Se no Brasil-Colônia e no Estado-nação monárquico o escravo é mercadoria e ser inumano, sem direitos, por oposição ao cidadão, na República de 1889 os direitos civis são reconhecidos a todos, são direitos naturais e sagrados do homem.

Conforme o consagrado na Declaração dos Direitos do Homem da Revolução Francesa, todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos; esse princípio é incorporado à Constituição republicana tomista de 1889 pelas elites mandatárias escoladas do Brasil. Daí irradiaram, em tese e por definição constitucional juridicista, as liberdades civis de consciência, de expressão, opinião e associação, bem como o direito à igualdade e o direito de propriedade que está na base da moderna economia de mercado, à qual o Estado-nação brasileiro está integrado desde o início do século XIX.

O princípio da cidadania republicana brasileira, fundado sobre a idéia de humanidade, enfrentou dificuldades. A primeira refere-se ao tamanho da República e sua heterogeneidade étnica, cultural, social e política, que impede o exercício direto do poder pelo cidadão. O Estado brasileiro, em seu hibridismo conceitual, que mescla o materialismo positivista e a escolástica tomista do Vaticano, incorpora uma sociedade civil mínima e não reconhece como sociedade a maior parte dos habitantes do solo brasileiro, em particular os ex-escravos e seus descendentes, o poder não é exercido por todos.

Não há a preocupação liberal européia e norte-americana de evitar o despotismo; o princípio republicano brasileiro consagra a idéia do controle popular pelo sufrágio eleitoral censitário, inspirando-se em uma visão de soberania popular defendida pelos militares positivistas e por uma aristocracia formatada por um imaginário ibérico tomista.

Pela doutrina da representação fundada sobre a soberania popular, a origem e o fim de toda a soberania se encontra no povo. O cidadão não pode mais exercer em pessoa o poder (Duso, 2005), mas escolhe por seu voto seus representantes. Esse princípio se universalizou, adaptado a condições políticas que operavam a materialização de exclusões sociais e a um neo-escravismo dinâmico e fundamental para a consolidação da República liberal brasileira emergente do final do século XIX e início do século XX.

A adaptação mais consciente é a chamada democracia censitária, reservada aos proprietários, abastados e letrados. O escritor francês Benjamin Constant, citado pelo marechal presidente Floriano Peixoto, afirmava que somente o lazer, assegurado pela propriedade, pela cultura e por bons soldos, permitia adquirir sabedoria. Segundo Floriano Peixoto, somente o saber científico e técnico torna os homens capazes do exercício do direito político.

Ou seja, os diversos e múltiplos segmentos populares podiam morrer pela pátria, mas não podiam oferecer seus homens para a representação política que, para ele, deveria basear-se, não na consciência ou dignidade, mas no critério excludente

da competência. Benjamin Constant opunha a “liberdade dos antigos”, fundada nos direitos políticos da cidadania, à “liberdade dos modernos”, que, segundo ele, se explicaria pelos direitos civis do indivíduo. Essa oposição entre cidadão e indivíduo acabou permeando as concepções do liberalismo político da República brasileira.

Outra dificuldade na aplicação da idéia liberal de cidadania diz respeito ao conceito de homem e sua natureza. A República brasileira demorou muito tempo a admitir que a pessoa humana é dupla, comprehende o homem e a mulher (Arendt, 1983). De um modo geral, foi somente no meio do século XX que o sufrágio universal se estendeu às mulheres, mas não aos analfabetos e à população indígena no Brasil.

Em relação à cidadania da República brasileira, a cidadania contemporânea sofreu uma dupla transformação. Por baixo, ela se ampliou e se estendeu ao conjunto dos membros da “nação”. Mas, por cima, ela se estreitou, pois a decisão política é transferida aos eleitos e representantes, mesmo com os mecanismos de *accountability*, limitação do poder, municipalismo e localismos estabelecidos de forma exacerbada pela lógica constitucional de 5 de outubro de 1988.

Recentemente, a cidadania tem adquirido uma dimensão marcadamente jurídica e política, afastando-se da dimensão cultural que existe em cada nacionalidade. A cidadania tem adquirido uma dimensão transnacional, como os direitos humanos. Por essa concepção, torna-se possível pertencer a uma comunidade política e ter participação política independentemente da nacionalidade (Bauman, 2000), embora essa dimensão encontre obstáculos contemporâneos nas visões etnocêntricas norte-americana e européias, sobretudo a partir do 11 de setembro de 2001 e das recentes invasões militares anglo-americanas ao Iraque e ao Afeganistão; sem contar a vertente nacional brasileira que não considera o estrangeiro um cidadão, mesmo pós-5 de outubro de 1988, pois a Lei dos Estrangeiros é formatada no final da década de 70 e início da década de 80, sob a inspiração da Lei de Segurança Nacional consagrada pelo Ato Institucional nº 5. Cabe ressaltar que tanto a Lei dos Estrangeiros quanto a Lei de Segurança Nacional continuam em vigor no Brasil do tempo presente.

Os problemas que afetam a humanidade e o planeta atravessam as fronteiras e tornam-se mundiais com o processo de globalização que se acelera neste início de século XXI. Questões como produção, comércio, capital financeiro, migrações, pobreza, danos ambientais, desemprego, informatização, telecomunicações, ações criminosas, enfim, as grandes questões econômicas, sociais, ecológicas e políticas, deixaram de ser apenas locais, municipais, nacionais; tornaram-se transnacionais.

É nesse contexto que nasce hoje, ainda que de forma tímida, uma certa idéia e um nebuloso conceito de cidadão do mundo, de cidadania mundializada, que vem sendo construído timidamente por diversos movimentos da sociedade civil em inúmeros países, em contraposição ao poder político do Estado nacional apoiado no poder econômico do mercado. Esse movimento existe na Baixada Fluminense e nas favelas cariocas, particularmente na Rocinha, com os nomes de cidadania ativa e democracia participativa,<sup>74</sup> nomes esses utilizados por atores sociais emergentes destas localidades.

---

<sup>74</sup> As idéias de cidadania ativa e democracia participativa têm sido muito utilizadas por militantes políticos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e em estudos e ensaios acadêmicos e universitários, em monografias, dissertações e teses. Constatei que, na maioria das vezes, essas idéias são transpostas da experiência e da práxis política da Itália do tempo presente, apresentadas ao público brasileiro no livro *Comunidade e democracia – a experiência da Itália moderna*, de Robert Putnam (2000).

A idéia e o conceito de cidadania, enquanto direito a ter direitos, tem-se prestado a diversas interpretações. A cidadania tem assumido historicamente várias formas em função dos diferentes contextos políticos do Brasil-República. Entre elas, uma tornou-se clássica e quase que definitiva para sociólogos e cientistas políticos no Brasil: foi a formulada por T. H. Marshall, que, analisando o caso inglês e sem pretensão de universalidade, acabou por produzir no conjunto da sociologia política uma noção ampla e mundializada da idéia de cidadania e de seus elementos constitutivos (Marshall, 1976).

A cidadania, para Marshall, seria composta por direitos de primeira geração (direitos civis e políticos) e de segunda geração (direitos sociais e econômicos). Os direitos civis, conquistados no século XVIII, correspondem aos direitos individuais de liberdade, igualdade, propriedade, de ir e vir, direito à vida, à segurança, entre outros. São os direitos que sustentam a concepção liberal clássica. Já os direitos políticos, alcançados no século XIX, dizem respeito à liberdade de associação e reunião, de organização política e sindical, participação política e eleitoral, sufrágio universal, etc. São também chamados direitos individuais exercidos coletivamente e acabaram se incorporando à tradição liberal. Os direitos de segunda geração, os direitos sociais e econômicos, foram conquistados no século XX a partir das lutas dos movimentos sociais e sindicais. São os direitos ao trabalho, saúde, educação, aposentadoria, seguro-desemprego e outros.

No que se refere à relação entre os direitos de cidadania e o Estado, existe sempre uma tensão entre os atores sociais e os diversos direitos que compõem o conceito de cidadania (liberdade x igualdade) (Bobbio, 1996). Enquanto os direitos de primeira geração – civis e políticos – exigem, para sua plena realização, um Estado mínimo, os direitos de segunda geração – sociais e econômicos – demandam uma presença mais efetiva do Estado para serem realizados.

Assim, a tese atual de Estado mínimo – patrocinada pelo neoliberalismo, associado às transformações contemporâneas do pensamento social-democrata a partir do início da década de 90 do século XX – corresponde, não a uma discussão meramente quantitativa, mas a estratégias diferenciadas dos diversos direitos que compõem o conceito de cidadania e dos atores sociais respectivos (Giddens, 1997).

Depois do fim da Primeira Guerra Mundial, no final dos anos 40 do século XX, é trazido à pauta das discussões políticas, sociais e jurídicas um conjunto de demandas por direitos que adquirem a configuração de direitos difusos, e passam a ser classificados na hierarquia política formulada por Marshall para a cidadania como direitos de terceira geração (Habermas, 1983). Trata-se dos direitos que têm como titular, não o indivíduo, mas grupos humanos como o povo, a nação, coletividades étnicas ou a própria humanidade. É o caso do direito à autodeterminação dos povos, ao desenvolvimento, à paz, ao meio ambiente, etc.

Na perspectiva dos novos movimentos sociais, direitos de terceira geração seriam os relativos aos interesses difusos (Habermas, 1983), como o direito ao meio ambiente e o direito do consumidor, além dos direitos das mulheres, das crianças, dos diferenciados grupos étnicos, dos jovens, dos anciãos, etc. E no tempo presente, obedecendo ainda à classificação sociológica de Marshall, engendram-se os direitos de quarta geração, relativos à bioética, para impedir a destruição da vida e regular a criação de novas formas de vida em laboratório pela engenharia genética e a biotecnologia (Sahlins, 1999).

A concepção de cidadania de Marshall é objeto de inúmeras críticas, desde as que apontam a exclusão dos direitos sociais do conceito de cidadania, por não serem direitos naturais e sim históricos, até os que classificam a cidadania em *passiva*, a

partir “de cima”, via Estado, e *ativa*, a partir “de baixo”, de instituições locais autônomas. Existem assim, para estes, uma cidadania conservadora – passiva e privada – e uma outra progressista – ativa e pública (Turner, 1990).

Richard Morse (1988) percebe a cidadania no Brasil como vinculada a uma tradição cívica de natureza jurídica e religiosa, marcada pelo iberismo, que difere da tradição civil da modernidade anglo-saxã, com o Estado garantindo os direitos individuais. A tradição cívica ibérica coloca-se mais do ponto de vista do Estado que do cidadão. Levada ao extremo, como em Portugal salazarista e no Brasil de Médici e Geisel, a virtude do civismo nega os direitos individuais Skidmore, 1989).

A atitude contemporânea que parece prevalecer é a busca de uma estratégia para combinar o *civil* – direitos individuais – e o *cívico* – deveres para com o Estado, responsável pelo bem público; combinar a “liberdade dos antigos” – participação política do homem público – com a “liberdade dos modernos” – direitos individuais do homem privado, para usar a expressão de José Murilo de Carvalho (1989), e compreender o esforço dos legisladores constituintes brasileiros de 1988.

Mas para isso parece necessária a presença anterior de um elemento aglutinador: o sentimento de comunidade, de identidade coletiva, que seria, nos antigos, pertencer a uma cidade e, nos modernos, pertencer a uma nação. A construção de uma cidadania plena exige um sábio equilíbrio entre os dois espaços – o público e o privado –, pois o predomínio excessivo de um pólo pode inviabilizar o outro (Carvalho, 1989). Em outras palavras, tratar-se-ia de buscar a integração da solidariedade familiar, existente no espaço doméstico, com as regras impersonais, racionais, das instituições públicas. Enfim, de levar a *casa* para a *rua* (DaMatta, 1988).

Embora o liberalismo tenha certamente contribuído para a formulação da idéia de uma cidadania universal, baseada na concepção de que todos os indivíduos nascem livres e iguais, por outro lado ele reduziu a cidadania a um item estatutário de *status* legal, estabelecendo os direitos que os indivíduos possuem em relação ao Estado.

É irrelevante a forma do exercício desses direitos, desde que os indivíduos não violem a lei ou interfiram no direito dos outros. A cooperação social existe para facilitar a obtenção da prosperidade individual. Idéias como consciência pública, atividade cívica e participação política em uma comunidade de iguais são estranhas ao pensamento liberal.

A visão republicana cívica, por outro lado, enfatiza o valor da participação política e atribui papel central à inserção do indivíduo em uma comunidade política. O problema é como conceber a comunidade política de forma compatível com a democracia contemporânea e com o pluralismo.

Para os liberais, trata-se de objetivos incompatíveis. O “bem comum” só pode ter implicações totalitárias. Os ideais da “virtude republicana” são relíquias pré-modernas que devem ser abandonadas. Para o liberalismo, a participação política ativa é incompatível com a idéia moderna de liberdade (Bobbio, 1996). A liberdade individual só pode ser compreendida de forma negativa, como ausência de coerção.

Richard Morse (1988) mostra que não há necessariamente incompatibilidade básica entre a concepção republicana clássica de cidadania e a democracia contemporânea. É possível conceber uma liberdade que, embora negativa – e, portanto, moderna –, inclua a participação política e a virtude cívica. A liberdade individual somente pode ser garantida em uma comunidade cujos membros participam ativamente do governo, como cidadãos de um Estado “livre” (Skinner, 1996).

Para assegurar a liberdade e evitar a servidão, devemos cultivar as virtudes cívicas e nos dedicar ao bem comum. Segundo Quentin Skinner, a idéia de um bem comum acima de nossos interesses privados é condição necessária para desfrutarmos da liberdade individual. Ele refuta a concepção liberal de que a liberdade individual e a participação política não podem ser reconciliadas.

Além disso, o resgate da visão republicana, no Brasil do tempo presente, tem uma razão mais geral. Política é profissão; a não ser que os políticos sejam pessoas de excepcional altruísmo, eles irão sempre encarar a tentação de tomar decisões de acordo com seus próprios interesses e os dos grupos de pressão mais eficazes e contundentes, em vez de levar em conta os interesses da população mais ampla.

Eis por que Quentin Skinner indica que o argumento republicano transmite uma advertência que não se pode ignorar: a de que o indivíduo deve atuar para impedir esse tipo de corrupção política, priorizando as obrigações cívicas em relação aos direitos individuais, para que não se surpreenda em encontrar os próprios direitos individuais solapados e desconsiderados; para ele, se desejamos maximizar a nossa liberdade pessoal, não devemos colocar a nossa confiança em príncipes, mas, ao contrário, assumir nós mesmos a arena política (Skinner, 1996).

É bom não esquecer, porém, que a realização completa da democracia é um projeto utópico. Trata-se, em vez disso, de utilizar os recursos da tradição democrática liberal para aprofundar a revolução democrática (Chauí, 1984), sabendo-se que esse é um processo interminável. Combinando ideal de direitos e pluralismo com as idéias de espírito público e preocupação ético-política, uma nova concepção democrática e contemporânea de cidadania pode restaurar dignidade ao político e fornecer o veículo para a construção de uma hegemonia democrática radical (Lefort, 1999).

A prática da cidadania nas metrópoles brasileiras, em particular na Baixada Fluminense e nas favelas cariocas, depende de fato da ativação da esfera pública, em que indivíduos podem agir coletivamente e se empenhar em deliberações comuns sobre todos os assuntos que afetam a comunidade política (Zaluar, 1994a). Em segundo lugar, a prática da cidadania é essencial para a constituição da identidade política baseada em valores de solidariedade, autonomia e reconhecimento da diferença.

A cidadania participativa é também essencial para a obtenção da ação política efetiva, desde que ela habilite cada indivíduo para ter algum impacto nas decisões que afetam o bem-estar da comunidade. Finalmente, a prática da cidadania democrática é crucial para a expansão da opinião política e para testar nosso julgamento, e representa, nesse sentido, um elemento essencial na constituição de uma vibrante e democrática cultura política.

A cidadania, no tempo presente, começa a ganhar contornos que indicam que sua definição mais precisa é a idéia de que os seres humanos estão acima da cidadania local, e a pessoa humana passa a ter o direito inalienável, como ser humano, de ter direitos cada vez mais amplos e abrangentes, direitos indispensáveis numa sociedade contemporânea, mas que vigoram de maneira difusa e, de certa forma, anacrônica na estrutura dos Municípios, Estados e União Federal no Estado-nação brasileiro, formatado pelas experiências políticas das elites mandatárias governantes nos séculos XIX e XX.

Dessa forma se estabelece uma desvinculação da cidadania das estratégias das elites mandatárias dominantes e do Estado. A cidadania renovada não deseja ser apenas uma forma de integração social indispensável para a manutenção do

capitalismo, ela deseja a constituição de sujeitos sociais ativos que definam quais são os seus direitos (Domingues, 1999).

A cidadania na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro no tempo presente exige a idéia de uma nova sociedade, em que se necessita de igualdade nas relações sociais, novas regras de convivência social e um novo sentido de responsabilidade pública (Giddens, 1997), em que os indivíduos sejam reconhecidos como cidadãos e, portanto, como sujeitos de interesses válidos, de aspirações pertinentes e direitos legítimos.

Esse conceito de cidadania faz um esforço cívico e sociológico por exterminar o autoritarismo social das elites mandatárias e dos tecnocratas dos estamentos burocráticos, e faz tentativas quase desesperadas de organizar um projeto democrático de transformação social que afirma um nexo constitutivo entre as dimensões da cultura e da política (Lefort, 1999).

A Rocinha e a Baixada Fluminense são laboratórios dessa ação, de forma atomizada e sem um projeto político orientado. O que se observa é um amplo sentimento que exige respeito às pessoas enquanto seres humanos e cidadãos, e manifestações de repúdio e de quase conflito civil em reação aos insultos de natureza moral, ética, étnica e de origem (Cardoso de Oliveira, 2002).

O Município de Nilópolis, pertencente ao eixo central da Baixada Fluminense, tem uma cultura política diferenciada de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Queimados e São João de Meriti. Em Nilópolis, a tradição conservadora-liberal e o mandonismo local são legitimados pela população. O clã Abrão David-Sessim tem sólidas bases populares e institucionais, e é ele, o clã nilopolitano, o ator protagonista das demandas por respeito, dignidade e direitos para todos em Nilópolis.

O esforço político de redefinição prática da idéia e do conceito de cidadania implica necessariamente numa transmutação valorativa do sentido e do significado de ser intelectual, e para tal se torna necessária a ousadia de incluir as relações afetivas e os vetores dos desejos no interior da sociedade civil. Estes serão os responsáveis pelas transformações das práticas sociais, pelo aprendizado social e pela construção de novas formas de relações jurídicas (Cerqueira Filho, 1982), que incluem não somente a criação de sujeitos sociais ativos, mas também a integração dos segmentos desprivilegiados como novos cidadãos.

É uma distorção achar que o reconhecimento dos direitos pelo Estado encerra a luta pela cidadania; é um equívoco que subestima a sociedade civil como arena e alvo da luta política (Cerqueira Filho, 1982).

Dentro desse contexto, a idéia de uma cidadania renovada se apresenta como um agente transformador da sociedade, uma vez que a participação desta na definição desse sistema acarretará na invenção de novas práticas societais (Cerqueira Filho & Neder, 1997) definidoras de uma maior abertura de espaço na gestão das políticas públicas e nas relações entre Estado e sociedade.

A existência de canais permanentes de negociação junto aos diversos órgãos municipais, estaduais e federais do Estado brasileiro vem permitindo, ainda que de maneira extremamente tênue, a institucionalização da participação das pessoas, enquanto seres humanos portadores de direitos de cidadania e reconhecidos como tal, nas decisões governamentais (Doimo, 1995), sobretudo no nível municipal.

Diversos municípios e estados no Brasil contemporâneo pós-Constituição de 1988 já contam com conselhos, com a participação de representantes do governo e da sociedade civil, para a elaboração e controle de políticas públicas setoriais e pontuais. Apontam na mesma direção o funcionamento de câmaras setoriais de negociação envolvendo atores interessados e autoridades governamentais.

No modelo exclusivamente representativo, os partidos políticos se voltam para a conquista e preservação do poder governamental. A crescente profissionalização da política e a comercialização das campanhas eleitorais aumentam a distância entre representantes e representados. São as associações, organizações e movimentos da sociedade civil que irrigam com suas reivindicações a esfera pública governamental e os próprios partidos políticos, estabelecendo um contraponto ao poder da mídia, dos estamentos burocráticos governamentais e do mercado (Thompson, 1998).

É evidente que também ocorrem novos processos de massificação, bloqueando a cidadania mediante a integração eletrônica de telespectadores (Baudrillard, 1985). Uma esfera pública democrática requer, porém, uma vida associativa livre, com a regulação da mídia e do mercado. A democracia exige uma cultura política gestada na liberdade (Thompson, 1998).

Para realizar um esforço integrativo entre Estado, governo e sociedade civil, a cidadania democrática deve, evidentemente, ser mais do que um *status* meramente legal. É necessário que ela se torne o elemento central de uma cultura política compartilhada. Uma sociedade fragmentada, multicultural e hierarquizada como a brasileira só pode manter-se unida se a cidadania democrática não se limitar à visão liberal dos direitos políticos, expandindo-se para abranger direitos culturais e sociais.

Se o socialismo real, de inspiração leninista, acabou, quando no poder, degenerando em totalitarismo, o liberalismo apoiou ditaduras autoritárias e costuma olhar a democracia de forma instrumental: ela é boa enquanto serve aos interesses de prestígio das elites mandatárias dominantes. A democracia como valor universal é usada como ferramenta de grife sofisticada da ideologia das elites mandatárias no Brasil do tempo presente (Almeida, 2004), particularmente e de forma especial nos municípios, sendo Nilópolis caso paradigmático e bem-sucedido.

Ora, a democracia, no sentido da liberdade e da inclusão social, não é apenas um regime político com partidos e eleições livres. É, sobretudo, uma forma de existência social. Democrática é uma sociedade aberta que permite sempre a criação de novos direitos (Lefort, 1999).

Os movimentos sociais organizados e direcionados, assim como o anacronismo e a desorganização das revoltas populares e dos conflitos civis, transformam, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, os direitos declarados formalmente em direitos reais, ainda que por pouco tempo (Zaluar, 2003).

As lutas pela liberdade e igualdade ampliam os direitos civis e políticos da cidadania política; criando direitos sociais, direito para as minorias, como crianças, idosos, minorias étnicas e sexuais, assim como estabelecendo, mesmo que de forma fortuita e etérea, reconhecimento de cidadania e de direitos para as maiorias invisíveis da sociedade fluminense, como favelados, sem-teto, presidiários e moradores dos bairros periféricos da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense.

A cidadania, definida pelos princípios da democracia política, tanto na Rocinha como na Baixada Fluminense, com exceção de Nilópolis, se constitui na criação de espaços sociais de luta, movimentos sociais, e na definição de instituições permanentes para a expressão política, como múltiplos partidos políticos, sindicatos, associações, movimentos religiosos e um dinâmico movimento estético-cultural de periféricos e favelados, sendo essas manifestações um sintoma repleto de conquista e consolidação social e política de não-cidadãos em busca de respeitabilidade, reconhecimento político e aquisição de *status quo* de cidadão.

A cidadania passiva, outorgada pelo Estado, se diferencia da cidadania ativa, em que o cidadão, portador de direitos e deveres, é essencialmente criador de direitos, para abrir novos espaços de participação política.

A cidadania ativa está ligada às propostas de democracia direta baseadas nos mecanismos constitucionais de referendo, plebiscito, iniciativa popular, possibilidade de revogação de mandatos, exigência de prestação de contas, conselhos, etc., assegurando-se, dessa forma, complementaridade entre representação política tradicional e participação popular direta (Silva, 1997).

Esse tipo de concepção, fundada no dinamismo da criação e liberdade de novos sujeitos e novos espaços públicos, emergentes no plano das ordenações jurídicas no Brasil com o advento da Constituição Republicana Federativa de 1988, visava superar uma visão estritamente liberal clássica do modelo do cidadão patriota proposto para toda a sociedade, como se ela fosse homogênea e unidimensional. A cidadania, em decorrência, implicaria a ligação necessária entre democracia política, sociedade pluralista, educação política e democratização dos meios de comunicação de massa (Lefebvre, 2001).

A existência de amplos e diversificados espaços públicos é, assim, condição necessária da democracia contemporânea, que sofre uma crise de legitimidade segundo alguns teóricos da sociologia política (Giddens, 1998). Enfrentar os desafios de aperfeiçoar os instrumentos de governabilidade e criar novas estruturas de gestão são requisitos necessários para superar a crise atual da democracia representativa (Diniz, 1997), que em meu entendimento não existe no Brasil do tempo presente. O que percebo é uma imensa tensão. Desclassificados lutando para ser classificados, indigentes lutando para ser cidadãos, invisíveis tornando-se visíveis pelo conflito e revolta civil.

Os espaços públicos são arenas de negociação entre as instituições políticas e as demandas coletivas, interligando as funções de governo e a representação de conflitos (Bourdieu, 1983). Como mediadores entre o Estado e a sociedade, esses espaços públicos, conforme foi aqui indicado, requerem simultaneamente os mecanismos de representação e participação.

Ambos são necessários para a existência da democracia política em uma sociedade complexa como a brasileira e, de forma mais localizada, em um território como o da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, onde a desigualdade social é estampada nas “tatuagens” seculares da apartação social implantada com o escravismo e perpetuada pela miséria estrutural da maioria da população, que são as favelas, com sua plasticidade arquitetônica e estética. Nesse contexto, para que o controle do Estado pela sociedade possa ser exercido de forma democrática, é necessário que se garanta a expressão da vontade política dos cidadãos (Doimo, 1995). Antes, porém, é vital que o Estado e a sociedade civil reconhecida pelo Estado promovam a classificação dos múltiplos segmentos populares hoje desclassificados, que têm invisibilizada a condição de ser humano.

Feito esse esforço, várias arenas políticas se constituirão, abrindo caminho para a cidadania, os direitos e a consolidação, por sua efetiva ampliação, das instituições democráticas do Brasil, na Baixada Fluminense, em Nilópolis e na Rocinha.

Portanto, é fundamental o reconhecimento dos desvalidos, trazê-los para os espaços públicos, contextos de conflitos e negociação de interesses. Assim, a constatação de Ana Maria Doimo e Alba Zaluar ganhará consistência ideológica e política, e sairá dos enredos imaginários de uma boa sociologia, eivada de boas intenções acadêmicas, porém distorcidos por acreditar que existe diferença entre

Estado e sociedade civil no Brasil e, ainda, por pensar que todo favelado, periférico e desclassificado faz parte da sociedade civil brasileira.

Como afirmamos antes, o Estado-nação brasileiro é simbótico, e contém em seu interior a sociedade civil reconhecida como tal. A maioria da população brasileira não está classificada como ser humano, muito menos como cidadão sujeito a direitos de cidadania e gerador de demandas por novos direitos. Minhas incursões na parte alta da Rocinha e no complexo da Maré formaram essa convicção conceitual e ideológica.

## 2.3 Mandonismo, clientelismo e poder local

A prática da cidadania no Brasil encontra entraves históricos e particularizados pela tradição da cultura política formatada pelo iberismo patrimonialista. Nesse sentido, o mandonismo, o clientelismo, a violência e a ética do favor são componentes vitais para a configuração da idéia e do conceito de cidadania enquanto paradigma de ação política na sociedade e no Estado brasileiro em todos os seus níveis e poderes, de forma acentuada nos municípios pequenos, nos da Baixada Fluminense, nos bairros periféricos metropolitanos e nas favelas do Estado do Rio de Janeiro.

Portanto, para esta pesquisa, o conceito de “mandonismo local” é de grande valia. Esse conceito teve uma de suas elaborações feita por Maria Isaura Pereira de Queiroz no seu clássico estudo intitulado *Mandonismo local na vida política do Brasil - da colônia à 1ª República* (1956).

Escrevendo em meados do século XX, Maria Isaura Pereira de Queiroz observa que o fenômeno do mandonismo local, ao longo do período que abrange a Colônia e o Império, deveu-se “à permanência de uma estrutura social baseada no latifúndio e no que se poderia chamar de ‘família grande’” (Queiroz, 1956: 253). Por outro lado, considera, que, “paralelamente ao mandonismo, veio se desenvolvendo também um poder central” que durante a primeira república começou “a se desvincilar do coronelismo e a constituir uma força independente com a qual é preciso contar; chega mesmo a um equilíbrio de forças, e governo central e mandões políticos tratam-se de potência a potência” (Queiroz, 1956: 253).

A partir da Revolução de 1930, o poder central começou a se tornar dominante, sem, entretanto, nunca conseguir prescindir do apoio dos chefes locais e regionais. Pode-se dizer que a história política do país tem, desde o 2º Reinado (1840 - 1889) até os dias presentes em 2006 – passando por duas ditaduras, a do Estado Novo (1937 - 1945) e a Militar (1964 - 1985) –, na disputa entre as tendências centralizadoras e descentralizadoras a mola política propulsora de sua vida pública institucional e local.

Os conceitos de mandonismo, clientelismo, coronelismo, patronato e correlatos vêm sendo abordados sob as mais diversas perspectivas, conceitualmente elaborados e reelaborados, a tal ponto que acabam por perder grande parte da sua substância como categorias analíticas explicativas. É com tal sentido que considera José Murilo de Carvalho:

Há momentos, no entanto, em que o acúmulo de pesquisas passa a ter rendimento decrescente porque as idéias começam a girar em roda, sem conseguir avançar devido a confusões ou imprecisões conceituais (...). Há imprecisão e inconsistência no uso de conceitos básicos como mandonismo, coronelismo, clientelismo, patrimonialismo, feudalismo. (Carvalho, 1997: 229)

Na continuidade do texto acima reproduzido, o autor faz uma importante e prudente recomendação: “Nesses momentos convém parar para a revisão e tentar esclarecer conceitos e

teorias" (Carvalho, 1997: 229). No caso, nos encontramos na incômoda situação proposta pela célebre fábula da Convenção dos Ratos, na qual a equação teórica correta do problema implica no problema maior que é a sua realização empírica. Certamente a tarefa prática de colocar guizos no gato é mais complicada e arriscada do que elaborar tal solução.

Observando as relações de poder, a dinâmica social da interatividade sociabilizada do binômio mando/obediência e o sistema de trocas simbólicas via ação governamental em Nilópolis e na Rocinha, temos que reconhecer a consistência sociológica da formulação de Luís Henrique Bahia (2003), de que o clientelismo repousa sobre trocas assimétricas de bens, basicamente relacionadas ao acesso e à exclusão de bens e serviços. Dessa forma, as relações políticas seriam, na verdade, essencialmente clientelistas sempre que as trocas envolvidas fossem assimétricas.

De toda sorte, há que não se perder de vista a existência de uma relação dialética entre o clientelismo e o mandonismo, ou seja, as condições estruturais que possibilitam a prática clientelista ensejam o surgimento do mandonismo em toda a Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, e de forma tradicional e particular em Nilópolis, e na Rocinha de maneira atomizada e multifacetada. A "eficiência do Estado" em não prover as demandas sociais no atendimento básico à população da Baixada Fluminense e das favelas em espaços públicos de negociação e conflito, entre outras práticas, se consubstancia no terreno fértil, fundamental e necessário para ocorrência do clientelismo clássico descrito por Maria Isaura Pereira Queiroz e Luís Henrique Bahia.

Por consequência e de forma articulada é, precipuamente, por meio dos resultados da atuação clientelista que o mandonismo local ao estilo percebido por Vitor Nunes Leal e o patronato concebido pela interpretação de Raymundo Faoro encontram as bases para o seu exercício, sempre fundamentado na perspectiva da violência das elites mandatárias e do medo dos indigentes, desclassificados, despossuídos e não-cidadãos de todos os tipos.

O clientelismo mostra-se particularmente eficaz quando se trata de resolver os problemas de manutenção do poder criados pelo funcionamento inadequado dos mecanismos básicos de integração – o mercado e o planejamento estatal – cujas falhas, não podendo ser suprimidas, precisam ser remediadas. Assim sendo, recorre-se ao clientelismo para operar a conciliação dos contrários de modo a fazer com que interesses não absorvíveis por uma dada estrutura de poder sintam-se apaziguados, ao invés de incompatibilizados. (Martins, 1982: 19)

Dessa forma nos parece funcional e pragmático o entendimento do conceito de máquina política em suas três elaborações iniciais: na concepção inicial do lado perverso, onde a máquina política tem um direcionamento específico e focado, expressando formas antiéticas, corruptas, criminosas, etc. de organizações políticas, em contraste com os partidos e agremiações político-ideológicos, que agem e militam de forma legítima em suas ações (Bahia, 2003); na conceituação que visualiza as organizações políticas como duradouras, permanentes, efetivas e hierarquizadas, com papéis de chefia e militância de base definidos e integrados por atores políticos disciplinados, que se autodefinem como uma máquina política, um grupo de interessados em chegar ao poder e em mantê-lo (D'Ávila Filho, 2000); e na de Gosnell acerca da máquina de Chicago, que relativiza e aceita a idéia dos aspectos não-predatórios da máquina política; bem como nos aprofundamentos efetuados por Robert Merton (1970).

No presente trabalho, os conceitos de mandonismo e clientelismo são chaves para a análise do jogo das relações sociais e o entendimento dos conflitos que têm curso entre formas tradicionais e emergentes de exercício do poder local, seja no bairro da Rocinha ou no Município de Nilópolis.

Apenas com o fito didático de diferenciar espacialmente as arenas onde se dão os embates mais agudos entre formas tradicionais e emergentes de controle político, tomamos como referencial a seguinte divisão:

- a) localizado: localidades que não atingem as dimensões municipais, mas que se configuram em unidades com determinada autonomia política, como, por exemplo, o bairro da Barra da Tijuca, o bairro da Rocinha e os complexos de favelas da Maré e do Alemão;
- b) municipal: espaço inscrito no modelo institucional, legalmente definido, como o Município de Nilópolis;
- c) regional: espaço mais amplo, quando o controle do poder se expande além das fronteiras municipais, como, por exemplo, as regiões metropolitanas e neste estudo, de forma mais específica, a região da Baixada Fluminense.

Ora, qualquer noção de clientelismo implica troca entre atores de poder desigual. No caso do clientelismo político, tanto no de representação como no de controle, ou burocrático, para usar distinção feita por Clapham (1982), o Estado é a parte mais poderosa. É ele quem distribui benefícios públicos em troca de votos ou de qualquer outro tipo de apoio de que necessite. (Carvalho, 1997)

Nesta perspectiva indicada por José Murilo de Carvalho, o poder da localidade e o poder municipal são instâncias obrigatoriamente necessárias para o exercício da patronagem política, do mandonismo e do clientelismo.

Como um dos primeiros órgãos de administração pública e de representação política no país, a Câmara Municipal, ao nosso ver, constitui a base da vida pública brasileira compondo suas primeiras estruturas políticas em um país colonizado, cujas trajetórias e evolução histórica das suas instituições políticas se reportam aos avanços e retrocessos da sua história em direção à centralização ou à descentralização política, à autonomia ou limitação de autonomia das instituições e à aproximação ou ao afastamento do experimento democrático. Acreditamos que, uma vez explicitada, esta estrutura política local pode revelar aspectos importantes do conteúdo político-institucional que têm permeado as instituições políticas ao longo dos tempos. (Oliveira, 2004)

Com propriedade, sob a análise dos fatos, Gildo Marçal Brandão nos chama a atenção para o paradoxo da importância do poder local para a democracia política e a pouca atenção a ele deferida pela ciência social.

A ciência social, entretanto, não existe no ar nem apenas dentro das universidades. Ao prestar escassa atenção ao poder municipal, ela reflete uma situação real e uma cultura política, ainda que lute contra elas. Embora a doutrina reze que a sorte da democracia se joga no nível em que o poder está mais próximo do cidadão, o senso comum desconfia que não é aí que as coisas “realmente importantes” se decidem e não percebe que elas são realmente testadas onde é mais difícil mudar. O resultado é que as Prefeituras e Câmaras de Vereadores são as instâncias de poder mais opacas e menos expostas ao controle público e, nessa medida, se tornaram um natural refúgio do banditismo político, seja pelas negociatas que propiciam, seja pelo poder de chantagem que detêm. (Brandão, 2001)

Essa questão do poder local, circunscrita ao município, se insere nas mudanças ocorridas na Constituição de 1988, sob a inspiração de forte corrente municipalista de orientações distintas – como de Fernando Gabeira e Plínio de Arruda Sampaio por um lado, e

Orestes Quércia, Ricardo Fiúza e Newton Cardoso, de outro, embora com as mesmas idéias, por mais paradoxal que possa parecer –, que mudou o quadro até então vigente:

Além da criação do Fundo de Participação dos Municípios, essas mudanças legais concederam uma inédita quota de poder às Câmaras Municipais, capazes, de agora em diante, de abrir comissões de inquérito e excluir prefeitos, e fortalecerem o Ministério Público Estadual, que ganhou o direito de iniciar investigações sem autorização prévia do Procurador Geral. Descobrindo (recentemente) o tema, a imprensa também fez o seu papel. (Brandão, 2001)

Apesar das circunstâncias que promovem o empoderamento do local na Constituição de 1988, tais ordenamentos jurídicos se defrontam com a questão do tensionamento entre as idéias de democracia participativa e cidadania ativa e as de democracia política representativa e cidadania jurídica (D'Ávila Filho et al., 2004), já que estes apresentam um caráter problemático pois políticos eleitos pelo voto popular são afastados ou reintegrados sem que o eleitor seja consultado ou participe de alguma forma dessas decisões (Brandão, 2001).

Não devemos nos descurar que, na prática discursiva, também a idéia municipalista, de fortalecimento do poder local, navega em “céu de brigadeiro”<sup>75</sup>, conformando uma quase unanimidade entre os atores político-sociais.

Apesar do aparente consenso em prol da descentralização do poder, vamos encontrar, de forma contraditória, em relação aos objetivos a que se propõe, o Plano Diretor da Reforma do Estado, que coloca reparos à Constituição de 1988.

Nos últimos anos, assistimos em todo o mundo a um debate acalorado - ainda longe de concluir - sobre o papel que o Estado deve desempenhar na vida contemporânea e o grau de intervenção que deve ter na economia. No Brasil, o tema adquire relevância particular, tendo em vista que o Estado, em razão do modelo de desenvolvimento adotado, desviou-se de suas funções precípuas para atuar com grande ênfase na esfera produtiva. Essa maciça interferência do Estado no mercado acarretou distorções crescentes neste último, que passou a conviver com artificialismos que se tornaram insustentáveis na década de 90. (Governo Federal, Plano Diretor da Reforma do Estado, 1995)

Sobre esse aspecto inicial que dá como definitivo o acerto do “*debate acalorado*” que se desenrola em todo o mundo sobre o papel do Estado, mantenho reservas em sua aceitação *a priori* e me resguardo nas teses de Oliveira Viana sobre a importação mecanicista das idéias de fora.

Partindo de uma análise com um viés chamado pelo próprio autor de “culturológico”, tendo como base as estruturas políticas municipais, Vianna investiga os antecedentes históricos e a “influência subconsciente dos usos e costumes tradicionais da nossa vida local”. Ressalta o que ele próprio denomina de “fracasso ou inexecução das instituições políticas vindas de importação ou de pura inspiração ideológica”, e, ainda, salienta as dificuldades para a implantação das instituições democráticas liberais no país, quando afirma que “não era fácil impor-se a um povo uma nova modalidade de comportamento político”. (Oliveira, 2004)

---

<sup>75</sup> Expressão que tem seu uso em ambientes institucionais como o Congresso Nacional e a ALERJ, sua origem está vinculada à Força Aérea Brasileira, e significa que as condições de vôo são perfeitas, sem risco de turbulência, não colocando em risco de vida ou de susto um oficial-general no ar. Quando o céu não é de brigadeiro, os vôos são, por obrigação militar, conduzidos geralmente por majores, capitães e tenentes. A expressão materializa a idéia de que a linguagem expressa as hierarquias sociais (Wolton, 2004).

Sobre esse aspecto, recente e oportuno artigo de Aluízio Alves Filho retoma essa discussão aparentemente sepultada ou dada de vencida pelo estado da arte das ciências sociais no momento.<sup>76</sup> Num mundo globalizado, a questão é saberemos se as idéias que o permeiam podem ser – diferentemente do passado – assimiladas e aplicadas indistintamente.

A premissa que permeia a presente reflexão pode ser sintetizada em breves palavras: o pensar latino-americano, em suas linhas mais estruturais, orienta-se por variáveis exógenas, o que o leva a perseguir ideais abstratos, em detrimento do voltar-se para o exame dos problemas “reais”, endógenos, engendrados no concreto e no vivo das redes de relações sociais locais; problemas que borbulham no cotidiano dos países da região. (Alves Filho, 2004a)

Oliveira Viana entendia essa questão da importação de idéias e ideais como uma “impossibilidade prática de se instalar no Brasil um Estado Nação no ‘puro estilo inglês ou americano’, assentado sobre ‘bases populares e democráticas’”. Nesse sentido, o município é visto como a primeira estrutura local do novo Estado Nacional de base democrática, que o autor identificava no Império brasileiro” (Oliveira, 2004).

Esse cenário e as condições descritas imprimiam um traço cultural na política brasileira na qual predominavam o privatismo, o patrimonialismo, a violência, o individualismo e o personalismo.

O motivo privado ou privatista se constituía na marca da disputa pela conquista do poder municipal. Motivo identificado com o interesse pessoal dos “chefes de clãs”, uma vez que essa motivação consistia na força inspiradora dos “clãs eleitorais”, formadores dos partidos políticos, vistos como “simples organizações de interesse privado com funções no campo político”. (Oliveira, 2004)

Complementando esse quadro, buscamos um entendimento para a questão do estamento burocrático, por meio do qual “Raymundo Faoro revela a contradição entre o processo de modernização do país, cujas bases são instituições ‘anacrônicas’ e comandadas por um ‘estamento burocrático’”. Este funda-se num sistema patrimonial do capitalismo politicamente orientado, que nem mesmo a pressão da ideologia liberal e democrática conseguiu quebrar, diluir ou desfazer” (Oliveira, 2004). Esse estamento burocrático se faz presente mediante um “quadro administrativo e estado-maior de domínio característico do patrimonialismo, em que uma minoria comanda, disciplina e controla a economia e os núcleos humanos” (Faoro, 1976: 203).

Finalmente, sobre os conceitos centrais do presente estudo, observamos as análises de Vitor Nunes Leal sobre o coronelismo, no que diz respeito à chefia local e ao mandonismo, já que o “favor pessoal” se reveste de instrumento de dominação política, chegando a resvalar muitas vezes para a extralegalidade. Consoante tal lógica, “para favorecer os amigos, o chefe local resvala muitas vezes para a zona confusa que medeia entre o legal e o ilícito, ou penetra em cheio no domínio da delinqüência, mas a solidariedade partidária passa sobre todos os pecados uma esponja regeneradora” (Leal, 1986: 38-9).

De forma sintética, temos um sistema de compromissos que se desdobra em duas faces: o filhotismo e o mandonismo, nos quais, respectivamente:

<sup>76</sup> O fecho do artigo contextualiza as idéias de Oliveira Vianna, e as acolhe como plenamente válidas ao presente: “Na mesma linha da reflexão anterior vale observar que, nos dias presentes, quando a xaropada neoliberal preparada em países do primeiro mundo, tal como panacéia ‘pós-moderna’, se espalha sobre a Terra, tecnocratas, elites ilustradas e políticos messiânicos latino-americanos, julgam mais uma vez encontrar nas fórmulas importadas as soluções para os velhos dilemas do Novo Mundo. Até quando?” (Alves Filho, 2004a).

O primeiro reside no favoritismo em relação aos amigos do governo, com fechamentos dos olhos para as mazelas de seus apadrinhados políticos, contribuindo, assim, para a desorganização da administração municipal, sob a “vista grossa” dos governos estaduais, ainda mais quando se considera o despreparo técnico dos parentes e amigos e a utilização do dinheiro, dos bens e dos serviços do governo municipal nas campanhas eleitorais, entendidas como verdadeiras “batalhas eleitorais”. Já o “mandonismo” se manifesta na perseguição aos adversários da situação, num permanente clima de hostilidade. (Oliveira, 2004)

## 2.4 Classes sociais e elites mandatárias

Mesmo sem a pretensão de analisar a questão da estrutura de classes, a Parte II (*Concepções dicotômicas da estrutura de classes – um grupo superposto a outro*) de Ossowski (1964) nos serve de fio condutor para o entendimento histórico das justificativas para a existência das desigualdades sociais e, portanto, da naturalização das elites mandatárias.

Para o autor, a imagem de “uma sociedade como um agregado de pessoas, as quais algumas se acham acima e outras abaixo” (Ossowski, 1964: 29) é universal, percorre a história com vitalidade e se impõe de forma inconsciente e quase espontânea à imaginação. Tal imagem pode ser detectada no pecado de Cam do Velho Testamento judaico-cristão:

... cujos descendentes se viram amaldiçoados por um Noé enraivecido e condenados á servidão eterna a serviço dos descendentes dos dignos irmãos de Cam, que surgiu em citação de santo Agostinho, quando desejou provar que a escravidão, ainda que contrária à natureza humana, se justifica pelos pecados pelos quais a mesma se degradou. O pecado e a maldição de Cam foram citados também por aqueles defensores da servidão na Idade Média e pelos ministros religiosos norte-americanos que, na primeira metade do século XIX, empregaram argumentos bíblicos para combater os abolicionistas dedicados à libertação dos escravos. (Ossowski, 1964: 29)

Na tradição dos Vedas, as escrituras justificam as camadas sociais superpostas por meio de uma ilustração anatômica,<sup>77</sup> e o Alcorão nos dá uma justificativa teleológica.<sup>78</sup>

Tal idéia de divisão vertical das camadas societárias encontra campo fértil “desde as escrituras proféticas de Judéia e Israel até os manifestos revolucionários do século XIX e XX” (Ossowski, 1964: 30). Nesse sentido, os mitos religiosos emprestaram, e na Baixada Fluminense e nas favelas ainda emprestam, razoável apoio, tendo sido argüidos em diferentes contextos e servido a diferentes propósitos, pois que normalmente interpretados sob o figurino de teses determinadas, mas em sintonia com os desejos de reconhecimento social e busca de prestígio em Nilópolis e na Rocinha.

Três aspectos básicos informam a dicotomia clássica da divisão social, quais sejam: a) classes dominantes; b) classes proprietárias; e c) classes exploradoras. O primeiro se refere à relação de mando x obediência; o segundo, a ricos x pobres; e o último a uma dicotomia que pode ser encarada como resultado da relação de poder ou da propriedade, ou seja, se refere à

<sup>77</sup> “... dizendo-se terem os brâmanes surgido dos lábios de Brama, os xátrias de seus ombros, os vaixás de suas coxas e os sudras de seus pés” (Ossowski, 1964: 30).

<sup>78</sup> Já que afirma ser a estratificação social originária da vontade de Alá, portanto destino imutável definido por um deus único e todo-poderoso.

“relação entre os que trabalham e aqueles que não o fazem, ao invés das relações de propriedade ou poder...” (Ossowski, 1964: 36).

Por outro lado, o conceito de elite, inicialmente trabalhado por Pareto, Mosca, Kalabinska e outros como um contraponto ao conceito marxista de classe social e mesmo como combate ao marxismo, suscitou inúmeros debates e foi objeto de diversas análises.

Temos inicialmente uma definição dual do conceito, na qual a elite poderia ser, no plano geral, fruto de uma meritocracia baseada nas desigualdades individuais; como derivativo disso, mais especificamente, a elite seria composta de uma elite mandatária governante e outra não-governante.

Em termos gerais, o conceito de elite era o de que nas sociedades – desde os primórdios – são encontradas duas classes: uma que governa e outra que se submete a esse governo. Em tal contexto

A primeira, sempre menos numerosa, desempenha todas as funções políticas, monopoliza o poder e goza das vantagens que o poder traz consigo, enquanto a segunda, a mais numerosa, é dirigida e controlada pela primeira de uma forma que ora é mais ou menos legal, ora é mais ou menos arbitrária e violenta... (Bottomore, 1974, 10)

Como o esquema conceptual de Mosca e Pareto comprehende a noção, comum a ambos, de que em toda sociedade existe uma minoria que controla o restante da mesma (Bottomore, 1974), somos remetidos a uma questão subseqüente que reside no fato – observado tanto em Nilópolis como na Rocinha, sendo que Nilópolis apresenta uma relativa estabilidade no controle do poder municipal por uma elite mandatária estruturada em torno de uma só família, ou seja, um clã familiar extenso, integrado e de longa duração, ao contrário de Duque de Caxias, São João de Meriti, Belfort Roxo e Nova Iguaçu – de que, na concretude das relações políticas e sociais, as elites mandatárias não se apresentam estáveis e contínuas, ou seja:

Esta minoria – a “classe política” ou “elite governante”, composta dos que ocupam os cargos de comando político e, mais vagamente, dos que podem influir diretamente nas decisões políticas – sofre mudanças na sua composição dentro de certo período de tempo, em geral através do recrutamento individual de novos membros nos estratos inferiores da sociedade, por vezes pela incorporação de novos grupos sociais e ocasionalmente pela substituição total da elite estabelecida por uma “contra-elite”, como ocorre nas revoluções. (Bottomore, 1974, 13)

Teóricos e estudos posteriores a Pareto e Mosca, como Lasswell, Aron e Mills, insistiram num modelo plural de elite na modernidade. De forma mais geral, a pluralidade das elites se caracteriza na observação das sociedades modernas, nas quais são encontrados os grupos funcionais que possuem status elevado em uma sociedade (Bottomore, 1974). Dessa maneira, o conceito se pulveriza e nos deparamos com distintas elites: política, econômica, intelectual, etc. Em todo caso, há que se observar que na ideologia da cultura política brasileira esses grupos funcionais têm forte tendência a convergirem.

Por isso o poder político tem sido uma decorrência, um prolongamento do poder econômico, mesmo porque só os economicamente poderosos têm acesso aos postos e cargos de mando. Por mais preparados e geniais que possam ser, os elementos integrados nas camadas mais humildes não conseguem romper as barreiras impostas pela chamada “elite social”, salvo, é claro, quando eles se transformam em fiéis representantes dos interesses desta. (Rocha, 1967: 46)

Essa convergência se afigura uma tendência também percebida em outras sociedades, como na Inglaterra, onde

... os principais homens de negócios e os ocupantes dos altos cargos públicos, bem como os líderes dos partidos políticos anteriormente discutidos, são recrutados entre um grupo social limitado e educados num pequeno número de escolas. Apenas 1% dos presidentes de companhias no período de 1900-1972 vinha da classe trabalhadora, 3% de famílias com pequenos negócios, e 66% das classes superiores (industriais, donos de terras, detentores de fortunas significativas). A proporção de altos funcionários públicos (de subsecretário para cima, na classificação atual) de origem trabalhadora aumentou de 7% em 1929 para 9% em 1939, 20% em 1950 e 17% em 1967. Como nos meios econômicos, o pessoal dos altos cargos havia sido recrutado nos meios mais ricos. (Martin, 1978: 193)

Há ainda uma visão glamourizada, ingênua e idealizada que propõe um conceito de elite mais condizente com os textos ficcionais de Patrícia Melo e Julia Kristeva<sup>79</sup>, e é operada no Rio de Janeiro por Rubem César Fernandes, ex-professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ, com ativa e expressiva presença na Rocinha.

Aqui o termo elites se refere, antes de mais nada, a uma minoria de indivíduos cuja missão é servir a uma coletividade, num sentido social. As elites são minorias ativas e responsáveis – ativas, no que concerne ao exercício de atividades em benefício e no interesse do outros pelos quais essas elites são responsáveis. (Keller, 1967: 15)

Dessa forma, a questão se desloca para as formas de recrutamento, suas lógicas e suas práticas. Uma tentativa de compatibilizar o conceito de elite com as sociedades contemporâneas e a democracia política representativa e participativa se baseia no argumento de que esta “será então vista como um tipo de sociedade em que as elites – econômica e cultural, além de política – são em princípio ‘abertas’, e de fato recrutadas em diferentes estratos sociais na base do mérito individual” (Bottomore, 1974: 18).

A isso se seguem naturalmente as teorias da circulação das elites e, como coroamento, a mobilidade social e a alternância do exercício do poder governamental.

Neste capítulo, as formas de recrutamento são classificadas de duas maneiras: hereditariedade e mérito. Contra o recrutamento por hereditariedade, o mais importante argumento se situa no âmbito biológico, “a inconstância do gene humano e a incerteza quanto à transmissão de capacidade específica” (Keller, 1967: 193). Esse eufemismo significa que as oligarquias estão sujeitas a produzir descendência inepta ou mesmo degenerada. O mais contundente óbice ao recrutamento por mérito se deve à “ausência de um conjunto coesivo de crenças e padrões de que os homens possam comungar, especialmente os membros das elites estratégicas”, uma vez que “o espírito de cooperação entre as várias elites estratégicas depende, em grande parte, de uma herança social comum...” (Keller, 1967: 195).

Na sociedade brasileira a mobilidade social se configura determinantemente controlada, seja por aspectos gerais de uma violenta concentração de renda e pela exclusão

<sup>79</sup> Patrícia Melo é uma ficcionista brasileira, autora do livro *O Matador* (1995), que deu origem ao filme *O Homem do Ano*. Nessa obra, Patrícia Melo oferece sinais, pistas e um enredo que nos possibilitam revelar a dinâmica real e concreta dos grupos de extermínio que atuam na vida real na Baixada Fluminense, e promovem uma matança cotidiana invisível e silenciosa. Já Julia Kristeva é uma psicanalista búlgara que, em seu romance urbano *Possessões* (2003) descreve a dinâmica das múltiplas formas de exercício do poder ancoradas em concepções formuladas a partir das idéias da psicanálise, no qual as elites exercem seus gozos na prática da violência e da desclassificação social expressas nas discriminações e apartações sociais da França do tempo presente.

social promovida pela desclassificação social de grande parcela da população favelada e de bairros periféricos, seja por mecanismos próprios de estruturação social que condicionam a ascensão social, tais como cooptação, nepotismo, clientelismo, corporativismo, etc. Mesmo aceitando-se a hipótese de uma mobilidade social baseada no mérito individual, esta estaria condicionada pelas vias de acesso à educação e de oportunidades<sup>80</sup> que são controladas e pontuadas por variadas formas de preconceitos e desclassificações no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil.

Debruçado sobre os privilégios estamentais, Max Weber observa que “a estratificação estamental vai de mãos dadas com uma monopolização de bens ou oportunidades ideais e materiais, de um modo que chegamos a considerar como típico” (Weber, 1982: 223). É ainda o mesmo autor que reputa como típico da organização burocrática moderna no serviço público a separação entre “a repartição do domicílio privado do funcionário e, em geral, a burocracia segregá a atividade oficial como algo distinto da esfera da vida privada” e – muito diferentemente do que ocorre no Brasil, e em Nilópolis em particular – “os dinheiros e o equipamento público estão divorciados da propriedade privada da autoridade”<sup>81</sup> (Weber, 1982: 230).

Diante dos escândalos aos quais têm acesso via televisão, os jovens começam a duvidar de que seja realmente só com a dedicação ao trabalho e ao estudo que se prospera na vida (...). Diariamente, aquele cidadão de periferia toma conhecimento pela TV dos escândalos e roubos perpetrados por pessoas que, no seu imaginário, deveriam simbolizar a honra e a dignidade. (...) Ele desconfia de que os valores que lhe são inculcados formalmente – o respeito à lei, a verdade, a honestidade, o trabalho – existem mais como retórica para fazê-lo obediente e resignado. (Silva, 2003: 38-39)

Tal estado de coisa, num cenário degradado, substitui a ética do trabalho pela ética do sucesso, independente este dos meios. Isso nos leva a detectar, a exemplo do hibridismo ético observado no Judiciário, a implementação do mesmo movimento nas relações sociais, traduzido num itinerário orientado “por dois códigos de conduta, um formal, oficial, legal, e outro informal, oficioso, relacional”, sendo este último o preferencial das comunidades de baixa renda, “pois o outro é percebido quase sempre como lhes sendo prejudicial” (Silva, 2003: 42).

Registrados ainda, nesse cenário, desde os primórdios da nossa história, a figura emblemática das “leis que não pegam”:

Ocorre que, apesar de toda pressão dos ingleses, inclusive pressão militar, com navios britânicos apreendendo navios negreiros em nossas costas e mesmo portos, foram necessárias três leis contra o tráfico para que os “senhores” desistissem de importar africanos clandestinamente: uma em 1831 (Lei Diogo Feijó), uma em 1850 (Lei Eusébio de Queiroz) e uma outra em 1854 (Lei Nabuco de Araújo), sendo que as duas primeiras eram consideradas “leis para inglês ver”. (Silva, 2003: 86)

Ampliando geometricamente os privilégios das elites mandatárias brasileiras, numa sociedade hierarquizada individualista e sob o signo de uma competitividade selvagem, onde

---

<sup>80</sup> Wright Mills (1975), em sua obra *A elite do poder*, empresta muita energia no sentido de apresentar por meio de dados a evolução da mobilidade social nos Estados Unidos.

<sup>81</sup> É prática corrente no Brasil o uso do equipamento e dinheiros públicos por agentes públicos, sendo o caso mais clássico o que envolveu o ministro de Estado Almir Pazzianoto, que usou caminhões do Governo para transportar estrume para a sua fazenda. Posteriormente, Pazzianoto foi elevado à condição de ministro do Tribunal Superior do Trabalho – TST, do qual foi presidente.

só os leões coroados podem competir, multiplicam-se as inúmeras vantagens dos classificados.

No Brasil do tempo presente, a inacreditável concentração de riquezas se faz mediante privilégios políticos sancionados pelas leis e sob o manto protetor da tradição social e da ideologia da cultura política, que se transformam em poder econômico no local e no nacional, sendo o legal um discurso ideológico consolidado que opera as desclassificações sociais e políticas.

Um complicador: esse fosso pode aprofundar-se ainda mais quando os favorecidos pelos privilégios já não são apenas aquelas pessoas às quais tais privilégios sempre se destinaram em nossa sociedade. Como conciliar um sistema de privilégios, necessariamente particulares, com um sistema de direitos, necessariamente universais? A maniqueísta distinção entre “bons” e “maus”, “perigosos” e “não-perigosos”, “idôneos” e “suspeitos”, estabelecida a priori em bases subjetivas, informais, perde força em face do crescente número de pessoas da classe dos supostamente “perigosos” a reivindicar, brandindo seus diplomas ou sua nova condição social, os privilégios (para eles, agora, direitos...) dos teoricamente pertencentes às “classes não-perigosas”. Aqui, a dificuldade residiria, então, em ampliar a margem de igualitarismo, socializando o rigor da lei e da prisão, já que não se pode universalizar o privilégio. (Silva, 2003: 58)

Além do mais, o recrutamento pode ser efetuado por inércia,<sup>82</sup> quando os estamentos burocráticos ganham autonomia corporativa, como aconteceu nos Municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Queimados, Belfort Roxo e São Gonçalo.

## 2.5 Patrimonialismo

Falecido recentemente, Raymundo Faoro observou com arguta atenção que entre o século XIX e os primeiros anos do século XXI se consolidou no Brasil um urbanismo cosmopolita asfixiado pela oxigenação da mundialização mercantil e financeira. A vida cotidiana, os domicílios, os transportes, as comunicações, as formas de iluminação, a alimentação e o vestuário passaram por transformações radicais. As demandas por direitos, trabalho, terra, saúde, educação, luxo, supérfluos, entretenimento e lazer se generalizam e se conflituam em uma realidade cotidiana radicalmente diferenciada pelos padrões de acumulação de pobreza para a maioria, de iniqüidade para muitos, de riqueza para poucos e de prestígio para pouquíssimos.

A leitura de Faoro nos faz olhar para o fato de que as elites mandatárias brasileiras contemporâneas e seu patronato político se consolidam como atores sociais portadores de um individualismo anacrônico, formatado pela tradição histórica, e continuam a agir de uma forma impertinente, arrogante e autoconfiante. Buscam, por meio de incontáveis e imaginativas estratégias ideológicas e culturais, camuflar o vasto território das angústias, das humildades e das pobrezas que, com seus medos e esperanças, são a base do capital material e

<sup>82</sup> Esse tipo de recrutamento se dá de forma corporativa e, mesmo quando o recrutado não faz parte do grupo, as motivações para tais “exceções” atendem a interesses de participantes da corporação. O caso de recrutamento de “artistas” na TV Globo é exemplar, já que atende a uma configuração na qual a competência não é levada em conta e prevalece uma ação entre amigos que privilegia principalmente os filhos de artistas consagrados pela própria instituição e pessoas que comungam o mesmo estilo de vida e/ou interesses. Isso se torna possível porque se conseguiu taylorizar a feitura artística de tal forma que mesmo servidores da Globo (como no depoimento de Manuel Carlos) nos informam que “Se alguém que nunca dirigiu um programa de TV é chamado pela Globo, eles cercam a pessoa de 20 outras pessoas, dá 60 de IBOPE. Ela pode fazer isso; as pessoas ficam um pouco sem importância em termos de know-how, em termos de experiência pessoal, porque têm toda uma equipe que promove isso; ela não é do tempo artesanal da televisão” (Kehl, 1986: 188). Já no ano de 1988, o diretor Paulo Ubiratan, em entrevista a Márcia Cezimbra, afirma que a nova geração de atores “globalizados” era portadora de um grande mal: “é filha de pai rico”, e conclui que “o cara nem sabe falar e vira ídolo, capa de revista”.

simbólico em que se assenta a exploração que dá origem às exterioridades comportamentais e estéticas de nossos governantes (Robinson, 1977), no passado recente e na atualidade perplexa.

Raymundo Faoro tinha presente a noção de cidadania de Marshall, explicitada em sua clássica obra *Cidadania, Classe Social e Status* (1976), de que, para a existência de direitos civis, são pré-condições o habeas corpus e a liberdade de expressão.

Entretanto a principal fonte da concepção sociológica e política de Raymundo Faoro sobre cidadania está na idéia do patrimonialismo como eixo principal da ideologia da cultura política brasileira. São o patrimonialismo, a ética do favor, o clientelismo e a corrupção os responsáveis pelas experiências políticas frustradas das gerações brasileiras de 1770 a 2005: o patrimonialismo é responsável pelo fracasso das revoluções, pelo aniquilamento das demandas populares, pelo aborto das insurreições democráticas. É ele, o patrimonialismo, com suas redes de amizades, de tolerâncias, de favores e de compadrios, o responsável pela permanente tomada do poder e do governo no Brasil, sendo que nos municípios se monta a sólida base de sustentação regional, estadual e nacional, e o patrimonialismo é claramente avistado em todas as áreas das esferas públicas e privadas do território municipal. Nilópolis é caso exemplar e emblemático, em que um grupamento político e familiar sólido e articulado controla todos os mecanismos de governo no município, sejam eles estaduais, nacionais, municipais, associativos ou privados.

Assim, com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre a relação produtiva de base (a escravidão), esta assegurada pela força. Esteve presente por toda parte, combinando-se às mais variadas atividades, mais ou menos afins dele, como administração, política, indústria, comércio, vida urbana, Corte, etc. Mesmo profissões liberais, como a medicina, ou qualificações operárias, como a tipografia, que, na acepção européia, não deviam nada a ninguém, entre nós eram governadas por ele. E assim como o profissional dependia do favor para o exercício de sua profissão, o pequeno proprietário depende dele para a segurança de sua propriedade, e o funcionário para seu posto. O favor é a nossa mediação quase universal. (Schwartz, 1977: 16)

A pretensão de Raymundo Faoro de empreender uma incursão de longo alcance às origens das elites mandatárias brasileiras como formadoras de um patronato político reproduz, guardadas as devidas contextualizações, a aventura de Max Weber em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, sendo exitoso seu esforço ao elaborar *Os Donos do Poder*, publicado pela primeira vez em 1958, e em uma segunda edição bastante ampliada e já consagrada em 1975, sobretudo no manejo que Raymundo Faoro faz da interação dos indivíduos enquanto atores sociais, desde os tempos da formação do Estado ibérico português até o Estado nacional brasileiro getulista de 1930 a 1945.

No processo de construção das idéias de cidadania e patronato político, diretamente vinculadas e manipuladas pelo processo produtivo do mercantilismo ibérico, Raymundo Faoro pode produzir, em leitores lineares e simplistas, a impressão de uma certa irreversibilidade da ideologia social da cultura política brasileira. Entretanto Faoro não nos ofusca, mas nos fornece um gradiente de detalhes políticos, culturais e ideológicos nos quais se apoia para enfatizar que o individualismo ibérico estava assentado em uma base afetiva de sentimentos absolutistas e ideológicas, que tinha na aventura da conquista patrimonial, portanto de capital e propriedades, sua força motriz diferenciadora.

Raymundo Faoro, manejando a idéia de patronato político e patrimonialismo, passa a exercer uma crítica radical aos reducionismos cognitivos produzidos pelo liberalismo econômico em sua cosmologia, ao mesmo tempo em que opera a construção de um anteparo eficaz às visibilidades redundantes geradas pelos determinismos econômicos e de uma sociologia positivista. Ressalta as nuances do processo social, promovendo uma interpretação

brilhante, com alguns exageros criativos de abstração, ao introduzir a idéia de estamento como categoria de análise sociológica e histórica da realidade brasileira.

*Os Donos do Poder* nos indica um rumo e uma discussão circunspecta e profunda sobre o desejo e o imaginário na formação de práticas sociais e instituições brasileiras. Sem cair em juridicismsos ou em psicologismos, abandona a idéia ingênua de se estabelecer a prevalência de um aspecto da sociedade sobre outro. Nesse sentido, em sua postura metodológica, procura romper a distância que se operava na época de elaboração do texto *Os Donos do Poder* entre as análises ancoradas em Max Weber e Karl Marx. Raymundo Faoro sempre rejeitou o título de weberiano, e nunca se proclamou marxista.

Faoro, ao esquivar-se dos compartimentos mutiladores das explicações centradas no produtivismo<sup>83</sup>, esboça uma compreensão abrangente sobre a organização social, os valores individuais e o subjetivismo da dominação política e dos fatos econômicos a ela vinculados no contexto de uma certa idéia de nação e democracia política.

No processo de elaboração do conhecimento empreendido pelo autor de *Os Donos do Poder* (1976), *Machado de Assis – A Pirâmide e o Trapézio* (1975), *A Assembléia Nacional Constituinte – A Legitimidade Recuperada* (1980) e *Existe um Pensamento Político Brasileiro?* (1994), nota-se a marca de uma eminente dignidade sociológica que chama a atenção para uma ciência em permanente construção. Faoro, ao substituir com ousadia e criatividade determinados conceitos consagrados pelo positivismo jurídico e sociológico por outros que se fizeram mais adequados ao seu propósito de observação, além de se alforriar como pesquisador, liberta o leitor para percorrer com mais flexibilidade a trajetória ideológica das práticas sociais das elites mandatárias brasileiras, do século XIII em Portugal até o tempo presente na Baixada Fluminense e nas favelas e bairros periféricos do Estado do Rio de Janeiro. Faz a um só tempo autor e leitor capazes de, com novos olhares, dar abrangência a dados e fatos que antes calcificavam as explicações de como isto é “clientelismo” ou “populismo”, coloca a todos em outro patamar de compreensão do que é a dinâmica do poder nas localidades e a importância social da renovação política das instituições e a criação de novas arenas de conflito e mediação de interesses, além de demonstrar a importância da democracia política no Brasil do tempo presente.

A obra de Raymundo Faoro, ao interpretar o Brasil, apresenta-se como um movimento radical democrático, que denuncia, comprehende, incentiva, sem contudo deixar de mostrar que nas nossas localidades a população de desclassificados vive um pesadelo quando acorda todos as manhãs e se depara com os “monstros do Id”<sup>84</sup> como senhores da máquina governamental em Nilópolis e Rocinha, exercendo, com suas solicitudes, bom humor ou ranzinices, seus sentimentos de “absolutismo afetivo”.<sup>85</sup>

<sup>83</sup> Gisálio Cerqueira, em conversas profissionais, aulas e palestras, afirma que Faoro procurou fazer uma análise exclusivamente política, ideológica e cultural da sociedade brasileira, excluindo o econômico como fator central; contudo, ancorou suas teses sob a perspectiva do patrimonialismo como eixo central de compreensão e interpretação da sociedade e do Estado-nação brasileiro. Para Gisálio Cerqueira, Raymundo Faoro caiu em uma armadilha epistemológica e lingüística, pois patrimonialismo vem de patrimônio, propriedade e capital, idéias fundamentalmente ligadas à economia política e às estruturas produtivas de bens materiais, serviços e capital.

<sup>84</sup> “Monstros do Id” é o título com que foi exibido no Brasil o filme norte-americano *Forbidden Planet*, de 1956. Id é uma expressão antiga, que se refere às teorias de Freud, significando inconsciente, que passou a ser usada de forma mais ampla e geral do que a formulação inicial, de *id* como inconsciente, *ego* como consciente e *superego* como mecanismo controlador da livre manifestação e expressão do Id e do ego pelos seres humanos (Freud, 1992).

<sup>85</sup> A expressão “absolutismo afetivo” foi proferida pelo cientista político Gisálio Cerqueira Filho em uma palestra do Encontro Anual da ABCP – Associação Brasileira de Ciência Política – em 2002, na UFF, e seu significado tenta estabelecer uma compreensão sobre as atitudes e comportamentos de um individualismo que a tudo quer controlar, que tem a pretensão do controle absoluto do outro, inclusive de seus mais íntimos e inconscientes desejos. Gisálio Cerqueira lançou no final de 2005 o livro *Autoritarismo Afetivo*, que trata da questão.

## CAPÍTULO III

### A TRADIÇÃO RECONFIGURADA: A VIOLÊNCIA COMO ÉTICA, A IMPUNIDADE COMO PRÁTICA POLÍTICA

Mas doutor, uma esmola a um homem que é sâo, ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão. (*Vozes da seca*. Zé Dantas & Luiz Gonzaga).

#### 3.1. A impunidade das elites como cultura política

O artigo “Somos Todos Corruptos?”, de autoria de Jaime Pinsky, publicado no *O Estado de São Paulo* (31/07/92), demonstra que o tema sempre foi atual e preocupante. O sintomático é que assunto tão constrangedor ganhou o status de antológico ao ser incluído no livro didático *A Construção da Linguagem*, vol. 4, IBEP, São Paulo, de Siqueira e Bertolin, quebrando dessa forma o tabu de que a juventude deveria ser poupadâa das perversidades da existência. Discutir com a juventude as mazelas sociais é preparar o futuro dela mesma. Esperamos que a existência da corrupção, apesar de ainda detectada no futuro, o seja em níveis menores e com menos impunidade e conivência. O artigo analisa a condescendência da população para com a corrupção e estabelece uma graduação da mesma. Segundo o autor, a pequena corrupção

É, por exemplo, a da secretária da repartição pública que engorda seu salário datilografando trabalhos “por fora”, utilizando máquina, papel e tempo que deveriam servir à instituição. Os chefes justificam esses pequenos desvios com a alegação de que os salários públicos são baixos. Assim, estabelece-se um pacto: o chefe não luta por melhores salários de seus funcionários, enquanto estes, por sua vez, não “funcionam”. Outro exemplo é o do policial que entra na padaria do bairro em que faz a ronda e toma de graça um café com uma coxinha. Em troca, garante proteção extra ao estabelecimento comercial, o que inclui, eventualmente, a liquidação física de algum ladrão pé-de-chinelo.

Aumentando o nível de graduação, encontramos, em outro nível,

... a média corrupção, também bastante freqüente: é a do tipo que coloca frente a frente o comerciante sonegador e o fiscal, por exemplo. Ocorre também em muitas cidades em que o engenheiro de obras que assessorava a prefeitura e libera as plantas de construção de casas

tem, “por acaso”, uma pequena firma de projetos arquitetônicos. É evidente que projetos de seu escritório são imediatamente liberados, enquanto os de terceiros amargam longa espera, além de idas e vindas infundáveis. O corrupto médio despreza o pequeno corrupto e inveja o grande corrupto.

Segundo a tipologia de estilo weberiano estabelecida no artigo de Jaime Pinsky, o grande corrupto comanda esquemas e equipes

... em que economistas e advogados são peças fundamentais. Infiltra-se em órgãos públicos e especializa-se em atividades que vão de fornecimento de merenda escolar a serviços de terraplenagem e (dizem) construção de estradas. Bem organizado, o grande corrupto sente-se um benfeitor, por empregar bastante gente, e usufrui, sem remorsos, sua boa vida, pois acha que fornecer merenda estragada para crianças famintas ou colocar concreto a menos num viaduto é apenas um negócio habilmente executado, não um ato sórdido.

Após o que somos apresentados ao tipo ideal de megacorrupto, cujo perfil prima por ser

Hábil, insinuante e extremamente articulado, o megacorrupto é um homem da sociedade. Sabe criar e articular interesses, agindo como regente de uma orquestra afinada. Poderoso, infiltra-se tanto no serviço público – onde tem seus ministros, seus deputados, prefeitos e até governadores – como na sociedade civil, em que influi nas organizações aparentemente alheias e até avessas ao seu poder (...). O megacorrupto chega a ter desprezo pelos corruptos menores, evitando contato físico com eles. Cidadão do mundo, o megacorrupto não suja as mãos com mercadorias concretas. Qual um dom Corleone de última geração, prefere a área financeira, que domina, manipula e coloca a seu serviço. (...) Cínico ao extremo, tem discursos prontos sobre a “preguiça do brasileiro”, e seus milhões acumulados em paraísos fiscais não lhe parecem ter sido sonegados aos miseráveis deste país.

Comenta Pinsky, autor do artigo ora citado, sobre os liames que tecem a teia da corrupção no passado recente, ou seja, 1992, de um Brasil como potência emergente e líder regional:

Há, é claro, enormes diferenças de grau entre todos os corruptos. O pobre PM, muitas vezes ele mesmo favelado, nunca sairá de sua condição social e às vezes morre “no cumprimento do dever” ou colocando uma bala em sua própria cabeça, enquanto o coronel marajá ganha regiamente, sem correr risco algum. O pequeno comerciante, assoberbado por impostos e por uma legislação complexa e mutante, enxerga no fiscal corrupto um sócio minoritário e pagá-lo significa viabilizar seu negócio. Na verdade, toda ou quase toda corrupção tem sua justificativa. E é isso que a viabiliza, que a mantém e a realimenta. O problema é o pacto de convivência que qual um elo invisível unia pequenos, médios, grandes e megacorruptos do País.

A extensa citação acima do artigo de Jaime Pinsky tem a função de chamar a atenção para a recorrência do tema. Mais de 12 anos após a publicação do artigo acima mencionado, nos deparamos com outro, desta vez no jornal *O Globo*, de autoria do escritor João Ubaldo Ribeiro, no qual, se comparado ao anterior, encontraremos apenas diferenças de estilo literário. A toada é a mesma. O escritor João Ubaldo está convencido de que a corrupção no país implica uma vasta conspiração<sup>86</sup> e é generalizada.<sup>87</sup> Ironicamente, chega a sugerir a

<sup>86</sup> “De vez em quando fico pensando que há uma grande força-tarefa, ou uma vasta organização de forças-tarefas, dedicada em regime exclusivo à balação e estruturação de falcatruas” (Ribeiro, 2004: 7).

substituição de uma identidade nacional por outra mais consoante, ou seja: “como ícone nacional, não mais o Jeca Tatu, anquilosado e ultrapassado, mas Ali Babá, próspero e intímorato” (Ribeiro, 2004: 7). Confessa que antes achava os impostos insuficientes para cobrir as necessidades do país, mas descobre o inverso, ou seja, que “os impostos obscenamente altos e abundantes que pagamos são insuficientes para a roubalheira” (Ribeiro, 2004: 7).

E faz uma advertência prospectiva, em sua lógica de cientista político e jornalista, que nos remete à questão dos exemplos e ideologia de uma cultura política onde: “aí todo mundo acaba aprendendo e o peixe pequeno vem aprendendo bastante, ao longo dos séculos” (Ribeiro, 2004: 7).

Seguramente, no transcurso destes 12 anos, inúmeros autores registraram,<sup>88</sup> analisaram e detectaram a corrupção que grassa diuturnamente no país e, particularmente, nos municípios, e, mais seguramente, o cidadão se indignou impotente ante a sensação de impunidade vigente. Nunca os temas da corrupção e da impunidade estiveram nas pautas informativas com tanta constância e veemência. Analistas políticos televisivos e mesmo estudiosos da sociedade nas torres de marfim das universidades estão convencidos de que a corrupção é um mal crônico da sociedade brasileira, e os seus índices são mais ou menos iguais em todos os poderes e localidades da República, independentemente de suas condições de desenvolvimento. Dessa forma, rouba-se com a mesma desenvoltura em Brasília e São Paulo, na Baixada Fluminense, em Nilópolis ou na Rocinha. O sintoma do roubo é o luxo de condomínios e carros importados:

O debate sobre o luxo dá conta desta segregação social; e, sob este aspecto, os defensores e os detratores do consumo ostensivo partilham um terreno comum. Rousseau o denuncia como elemento discriminatório; Diderot insiste na assimetria entre ricos e pobres. (Ortiz, 1991: 129)

A ética burguesa do capitalismo, construída por Max Weber em seu clássico *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, estabelece uma diferença entre burguesia e aristocracia, indicando que a elite mandatária aristocrata se esmerava em uma existência de luxo e requinte.

O burguês vivia dentro de seu orçamento particular; ele não tinha acesso ao crédito real, e os empréstimos individuais eram inexistentes. Sua fortuna dependia do resultado de seu trabalho, e não da ociosidade cortesã (...). As condições objetivas da vida burguesa controlavam a manifestação do luxo de maneira diversa da dos círculos cortesãos. (Ortiz, 1991: 128)

---

<sup>87</sup> “Não existe área em que a roubalheira não funcione. Policial rouba. Juiz rouba. Deputado rouba. Senador rouba. Governador rouba. Prefeito rouba. Vereador rouba. Procurador rouba. Fiscal rouba. Jornalista (não sei de nenhum no momento, mas claro que não somos exceção) rouba” (Ribeiro, 2004: 7).

<sup>88</sup> O alemão Peter Eigen, um especialista em estudos sobre corrupção, em entrevista à revista *Veja*, observa que “a corrupção surgiu com Adão e Eva. A Bíblia, o Corão, o livro sagrado dos muçulmanos, e os escritos religiosos mais importantes do mundo relatam episódios. O filósofo chinês Confúcio, que viveu cinco séculos antes de Jesus Cristo, reclamava de funcionários corruptos. A corrupção começou quando o homem pela primeira vez conseguiu abocanhar poder no agrupamento no qual vivia. A tentação de usar o poder delegado em benefício econômico nasceu com o homem” (Eigen, 2001: 14). Observa ainda que, de maneira geral, as grandes teias de corrupção são orquestradas por pessoas ricas e poderosas. Essa constatação nos leva à conclusão de que o cerne da corrupção se encontra na cobiça desmedida e na perversidade sem limites das variadas elites em suas inserções hierarquizadas na sociedade e no Estado brasileiros.

Mas é insensatez, ingenuidade ou má-fé reduzir as conclusões de Karl Marx sobre o caráter e os destinos do capitalismo em predições de natureza mística, promovendo a coisificação do homem e humanização das coisas.

Diante de tantos fatos que se repetem na história do país, nos voltamos para a questão ideológica da identidade na cultura política nacional. Da democracia racial ao homem cordial; de Jeca-Tatu a Macunaíma, de índole hospitaliera; do mandonismo, do coronelismo, do favor.

Mais recentemente nos damos conta de que, no cipoal de contradições, somos produtores da e refletimos a pluralidade, ou seja:

Nesse sentido, nenhuma característica me parece mais relevante do que a do pluralismo que é tanto das diversas e contrastantes regiões de nosso território quanto da multiplicidade das etnias que constituíram a gente brasileira, dando nascimento a distintas formas de vida. (Reale, 2001: 9)

Para chegar a tão criativa conclusão – identidade é a busca de uma síntese –, não haveria necessidade de Miguel Reale escrever e publicar um livro, pois já nos informavam os sucessos musicais radiofônicos, repetidos até a exaustão nas FMs locais e rádios comunitárias da Rocinha e de Nilópolis, que somos inclassificáveis.<sup>89</sup> Aliás, na forma musical e poética, reputamos essa conclusão, independente de juízos de valor, bem mais elegante, profunda e apetecível.

A paixão particular pela desmesura do poder político, e por consequência do econômico, oblitera a razão e, assim como os apaixonados amorosos cometem despautérios, os demiurgos das máquinas políticas perdem a razão e produzem discursos e lógicas inconsistentes ou aparentemente absurdos.

Um dos axiomas de especial e preferencial recorrência dos demiurgos nacionais da democracia enquanto valor universal<sup>90</sup> reside na idéia de Fábio Wanderley Reis, que preconiza, de forma bastante esquemática

a necessidade de que a esfera das decisões políticas venha a apresentar determinado grau de *autonomia* com respeito às “forças sociais” que se defrontam na coletividade, de sorte que a beligerância que tenderia a resultar do confrontamento político direto de tais forças possa ser substituída pela mediação de canais institucionais que lhes dêem expressão organizada. (Reis, 1976: 107)

Ao mesmo tempo, e em função disso, para um perfeito funcionamento do esquema, urge a necessidade de que

A aparelhagem organizacional que assegura a autonomia da esfera política revele igualmente certo grau de *adaptabilidade*, de forma a mostrar-se permeável aos interesses correspondentes às diversas forças sociais e sobretudo aos novos focos de interesses que emerjam em qualquer momento dado. (Reis, 1976: 107)

---

<sup>89</sup> “... aqui somos mestiços mulatos / cafuzos pardos mamelucos sararás / crilouros guaranisseis e judárabes / orientupis orientupis / ameriquítalos luso nipo caboclos / orientupis orientupis / iberibárbaros indo ciganagôs / somos o que somos / inclassificáveis ...” (Antunes, Arnaldo. CD *O silêncio*, 1996).

<sup>90</sup> No Brasil, Carlos Nelson Coutinho publicou artigo polêmico exatamente com esse título, no qual advogava a universalidade da democracia. Como prova dessa universalidade argüia as “acesas polêmicas que têm hoje lugar entre as forças progressistas brasileiras, envolvendo o significado e o papel da luta pela democracia em nosso País” (Coutinho, 79: 34).

Essa equação idealista teve largo curso num momento histórico determinado em que prevalecia uma conjuntura nacional de superação do regime militar autoritário na qual

A transição política brasileira durou mais de uma década (1974-1985), gerando um amplo e complexo movimento de oposição ao regime autoritário, servindo tanto para redefinir o compromisso de parcelas das elites com o regime político (ou provocar a sua “conversão” democrática), como para generalizar as virtudes da democracia entre amplos setores da sociedade... (Moisés, 1995: 107)

Por não ter uma opção prática de governo ou um claro projeto para o país, pois que se ancorava fundamentalmente na negação do regime vigente, a oposição ao regime militar autoritário optou “por uma ação eminentemente ‘simbólica’ e, como corolário, essa ação reforçou as expectativas positivas existentes diante da alternativa democrática” (Moisés, 1995: 113). Por meio transverso, a “oposição” galgou o poder mais em virtude de uma negação do regime vigente que por imposição de um novo projeto a se consolidar.

Dessa forma, a redemocratização levada a efeito no Brasil se configurou mais em função de expectativas, valores simbólicos e arranjos das suas elites mandatárias políticas. Tais arranjos transformaram a questão do equilíbrio entre a *autonomia* da esfera das decisões políticas e a *adaptabilidade* aos interesses das diversas forças sociais num verdadeiro pântano, no qual, por inexistência de uma mão invisível, a questão do controle social (“*accountability*”) foi e é desconsiderada na prática política cotidiana em largo espectro. As condições de procedimento democrático que implicam numa “concepção que indaga essencialmente sobre até que ponto as regras de procedimento próprias do jogo democrático estão efetivamente instaladas em uma dada sociedade” (Moisés, 1995: 38), implementadas em tese e por definição jurídico-constitucional no pós-autoritarismo do regime militar, abandonaram as suas raízes igualitárias. É nesse sintoma ideológico da cultura política pantanosa em que coexistem dois regimes – um democrático formal e outro autoritário em suas práticas sociais e cotidianas –, que vivemos o paradoxo no qual a formalidade pactuada no Congresso Nacional, nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras de Vereadores não se consubstancia na realidade empírica, em todos os níveis da Federação brasileira, na existência concreta das redes de sociabilidade da Baixada Fluminense, das favelas e em quase todo o país.

A proeminência da violência criminal e civil nas grandes cidades é uma variável secular de preocupação das elites mandatárias da sociedade carioca, fluminense e brasileira e, portanto, freqüenta o cardápio das campanhas eleitorais, transformando-se em ponto nevrálgico das políticas públicas de controle social e apartação territorial. Entendida como um problema a ser equacionado sob uma perspectiva tópica, via incremento sempre insatisfatório do aparelho repressivo, a violência a ser combatida não é a que se estrutura e se enraíza no seio do Estado, a violência estrutural que corrói a cidadania, e sim uma ação violenta contra os pobres, desclassificados e favelados, ou seja, contra os “perigosos” para as diversas elites mandatárias.

Evidentemente, a maior fatia de violência existente na atualidade em Nilópolis e na Rocinha não está capitulada como crime e nem sequer adquire aspecto de delinqüência. A inoperância proposital dos serviços públicos, a morosidade funcional da Justiça e tantas outras práticas do Estado, dos governos e da sociedade reconhecida como tal conformam a maior parcela de violência, mas esta não é detectada com clareza, uma vez que vista mais como uma disfunção dos governos da hora do que como perversidade estruturada das elites mandatárias controladoras dos poderes local e nacional.

Como exemplo, pegamos ao acaso as manchetes dos jornais do dia 28/10/04, e nos deparamos com duas notícias que são exemplares. Numa ficamos sabendo que o narcopoder está oferecendo uma recompensa de 50 mil reais pelo assassinato de algum policial que

participou da ação resultante na morte do traficante Gangan, da facção criminosa ADA, e na outra ficamos sabendo, sob o título “PF prende executivos da Kroll por espionagem”, que

A Polícia Federal prendeu ontem em flagrante cinco funcionários da empresa de consultoria americana Kroll Associates por formação de quadrilha, em São Paulo. No Rio, policiais apreenderam três malotes com computadores e documentos da sede do Banco Opportunity, de Daniel Dantas. Cerca de 90 policiais federais participaram da chamada Operação Chacal, que incluiu apreensões em Brasília e Curitiba. (Delphino & Eloy, 2004:1)

A questão é que vivemos numa sociedade reconhecida e sabidamente violenta, mas não somente pelo que é detectado pela população em geral. Um grande número de pesquisas está a indicar uma preocupação com a segurança e a violência, preocupação essa que chega a suplantar temas como saúde, educação e desemprego. Imagino que se, nessa tomada de opinião pública, os controladores das agências discursivas incluíssem outros “indicadores” de violência além dos criminalizados (narcopoder, crime organizado, assassinatos, favela<sup>91</sup> – que virou sinônimo de violência –, etc.), a preocupação com a segurança aumentaria em muito o seu cacife. Esses outros “indicadores” seriam serviços secretos de inteligência, segurança privada, corrupção, impunidade, injustiças, intolerância, racismo e mesmo a violência política.<sup>92</sup> Creio que, quando se pronuncia sobre a violência, a maioria, no senso comum e na sociologia midiática de plantão, identifica a primeira manchete como indicador de violência e a segunda não.

A versão até então vitoriosa junto ao *ethos* social<sup>93</sup> explica a violência mediante um reducionismo que a concebe como fruto da delinquência, e sua escalada pela ineficiência de um Estado ausente e de governos incompetentes e populistas em manter a ordem; ou seja, o crescimento da violência é explicado “pela falta de autoridade do estado, entendida esta como o poder repressivo e dissuasivo dos aparatos jurídicos e policiais” (Minayo, 1990: 28). Observa-se que

Tal concepção tende a omitir e desconhecer o verdadeiro papel da violência como importante instrumento de domínio econômico e político das classes dominantes. Apresenta o estado como elemento “neutro”, árbitro dos conflitos e mantenedor da ordem em benefício de todos, fora da questão de classes, dos interesses econômico-políticos e de mera funcionalidade em relação ao bem-estar social. (Minayo, 1990: 28)

Recentes manchetes dão conta de que, de acordo com o Índice de Percepção de Corrupção, o nível do Brasil não melhorou. Segundo o estudo da *Transparência Internacional*, o país permanece estacionário no combate à corrupção, pois

---

<sup>91</sup> Ver Sussekind, E. “A manipulação política da criminalidade”. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 5, suplemento 28, p. 10/11, 1987. A autora analisa a violência estrutural que interfere no dia-a-dia das pessoas e teoriza sobre os mecanismos que imputam a autoria da violência às classes populares sob a justificativa de que seus membros compõem a maioria dos recolhidos ao sistema penitenciário. Essa estereotipia tem como fundamento colocar as classes populares sob julgamento e suspeita.

<sup>92</sup> Ver Velho, G. “Violência e cidadania”. In. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 23, nº 3, p. 361-4, 1980. A problemática da violência é observada pelo autor como fruto de uma estrutura hierarquizante da sociedade, na qual o autoritarismo se manifesta mediante o exercício de um poder não-legitimado.

<sup>93</sup> “Pretendemos assim mostrar que o pensamento político hegemônico, por ser hegemônico, não mata o pensamento político alternativo, dominado. É verdade que o pensamento hegemônico impõe uma forma de pensar, de agir e até mesmo de sentir que invade as classes subalternas” (Cerqueira Filho, 1979: 15)

... o Brasil permanece com o índice registrado no ano passado: 3,9 em uma escala de 0 a 10 (em que 10 corresponde ao menor grau de corrupção). Segundo a diretora regional das Américas da Transparência Internacional, Silke Pfeiffer, o nível igual a 3 ou menor indica “corrupção endêmica, em que o sistema já não dispõe mais de mecanismos para lidar com a corrupção”. Este é o caso de 50% dos países da América Latina. Todos os outros, com exceção do Chile e do Uruguai, têm índices menores do que 5. (Wellbaum, 2004)

A corrupção em tais níveis está a indicar uma forte presença da sensação (ou da certeza) de impunidade. Esta tem se convertido no maior incentivo às práticas corruptas, seja no âmbito público ou privado; mas não nos esqueçamos que a origem da impunidade deve ser lançada à conta do Estado – no Brasil, simbótico à sociedade civil reconhecida como tal por este –, que detém o monopólio da distribuição da justiça e, em última instância, do uso da força legítima.

Em arguta análise, Marilena Chauí define a questão da corrupção como projeto consciente da elite mandatária do poder.

A indistinção entre o público e o privado não é uma falha ou um atraso que atrapalham o progresso nem uma tara de sociedade subdesenvolvida ou dependente ou emergente (...), mas é a forma mesma de realização da política e de organização do aparelho do Estado em que os governantes e parlamentares “reinam” ou, para usar a expressão de Faoro, são “donos do poder”, mantendo com os cidadãos relações pessoais de favor, clientela e tutela, e praticam a corrupção sobre os fundos públicos. Do ponto de vista dos direitos, há um encolhimento do espaço público; do ponto de vista dos interesses econômicos, um alargamento do espaço privado. (Chauí, 2000: 90-1)

Assim, observamos na corrupção e na impunidade formas mais violentas que a violência criminalizada, uma vez que com grau predatório que abarca a população como um todo, afrontando-a, prejudicando-a e produzindo a agonia de uma desclassificação social que condena 54 milhões de brasileiros ao inferno de Dante Alliguieri, 50 milhões ao purgatório e 96 mil milionários ao paraíso (IPEA, 2005).

É razoável supor que esse fenômeno corrupção/impunidade não constitui monopólio dos grandes escândalos, pois certamente, diante tamanho quadro nacional de impunidade, se espalha por todo o país, causando males os mais diversos (materiais e simbólicos) à população como um todo. A corrupção, principalmente a que envolve o bem público, é sem dúvida uma forma de violência com grau alto de eficácia, que atinge o povo como um todo e que corrói o bem simbólico.

Não é à toa que, apesar de os presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva lançarem programas de combate à corrupção e instalarem Conselhos de Transparência Pública e Combate à Corrupção, esta, tal qual erva daninha, floresce e não dá sinais de arrefecimento, uma vez que conta com inúmeras ramificações e, como nos casos estudados, Rocinha e Nilópolis, com conivências numerosas e comprometidas, que criam a exata situação do dito popular de que “uma mão lava a outra e as duas lavam o rosto”, e todos ficam de cara limpa e dinheiro lavado.

No mesmo dia 24/11/04, duas manchetes diferentes nos induzem a entender que são complementares. O *Jornal do Commercio* estampa afirmação do ministro do STJ Dílson Dipp: “É difícil pegar tubarões, diz ministro”. Por seu turno, o *Jornal do Brasil* escancara em letras garrafais que “Verba federal escoa por fraudes municipais”.<sup>94</sup>

---

<sup>94</sup> Conforme expusemos, muito provavelmente, um maior impacto sobre a percepção da violência pela sociedade residirá numa notícia sobre um seqüestro-relâmpago ou um roubo de turista em Copacabana noticiado pela televisão em horário nobre.

Ainda no mesmo *Jornal do Brasil*, na coluna “Coisas do Brasil”, o jornalista Alexandre Carauta desanca os mandatários e mandarins da República em termos dignos de quem está com a intenção de “baixar o barraco”.<sup>95</sup> Inicia sua arenga indignada, afirmando que os cargos vagos “viram moeda de troca no Congresso letárgico e cardápio único entre comensais de farto apetite” (Carauta, 2004: A2).

Declara ainda o articulista, em tom de bravata, que a falácia dos acordos de governabilidade nada são além de “pedágio tácito” que visam ter os “radicais controlados, aliados de estômago cheio. Cama feita para azeitar a campanha, quer dizer, o governo em 2005” (Carauta, 2004: A2).

Analisando os traços mais marcantes da nossa sociedade autoritária, Marilena Chauí inclui a questão da justiça da forma seguinte:

Estruturada a partir das relações privadas, fundadas no mando e na obediência, disso decorre a recusa tácita (e às vezes explícita) de operar com os direitos civis e a dificuldade para lutar por direitos substantivos e, portanto, contra formas de opressão social e econômica: para os grandes, a lei é privilégio; para as camadas populares, repressão. Por esse motivo, as leis são necessariamente abstratas e aparecem como inócuas, inúteis ou incompreensíveis, feitas para ser transgredidas e não para ser cumpridas, muito menos, transformadas (...). Isso é reforçado pelo fato de que a classe dirigente instalada no aparato estatal percebe a sociedade como inimiga e perigosa, e procura bloquear as iniciativas dos movimentos sociais, sindicais e populares. (Chauí, 2000: 90-94)

Concordando com Marilena Chauí, que traduz os sentimentos de Claude Lefort sobre a violência naturalizada, vemos que na Rocinha e na Baixada Fluminense há evidências de que

As divisões sociais são naturalizadas em desigualdades postas como inferioridade natural (no caso das mulheres, dos trabalhadores, negros, índios, imigrantes, migrantes e idosos), e as diferenças, também naturalizadas, tendem a aparecer ora como desvios da norma (no caso das diferenças étnicas e de gênero), ora como perversão ou monstruosidade (no caso dos homossexuais, por exemplo). Essa naturalização, que esvazia a gênese histórica da desigualdade e da diferença, permite a naturalização de todas as formas visíveis e invisíveis de violência, pois estas não são percebidas como tais. (Chauí, 2000: 90)

Respondendo sobre a questão do Programa Favela Bairro como política pública de inclusão social do Município do Rio de Janeiro, o cientista político Aluízio Alves Filho observou que

... esse programa é um reconhecimento de que as autoridades desistiram de modificar a estrutura da sociedade capitalista. Eles aceitaram-na como natural e verdadeira. É um reconhecimento de que existem ricos e pobres como um fato natural. De que há lugares para ricos, como a Barra da Tijuca, e lugares para pobres, as favelas. (Alves Filho, 2004b:2)

---

<sup>95</sup> A expressão “baixar o barraco” é de uso amplo na cidade do Rio de Janeiro, e foi popularizada nacionalmente pelo programa humorístico da Rede Globo de Televisão *Sai de Baixo*. Sua origem está ligada a reações de favelados em defesa de seus interesses pessoais e coletivos; quando dizem que vão baixar o barraco, significa que vão para a luta. Muitos intelectuais fazem crítica ao uso da expressão, afirmando que ela é pejorativa para com os favelados; entretanto, conversando sobre a expressão com moradores da Rocinha, do complexo da Maré, da favela Casa Branca e da favela da Formiga, pude constatar que os favelados ainda usam a expressão e a consideram envelhecida, mas reivindicam para si a autoria da mesma, e a usam como forma de provocar moradores de classe média ou não-favelados. Em geral, com a idéia de criar constrangimento em quem eles, como favelados, identificam como discriminadores de favelados e pobres (Pandolfi, 2003).

Não obstante o seu caráter científico, que o sofistica e o fortalece, o Direito se encontra em profunda crise em face de uma realidade à qual, em última instância, tem que atender e atuar. A pretensa e artificiosa autonomia das normas, consolidada pelo delírio kelseniano,<sup>96</sup> apenas se equilibra na idealidade mesma que a preconiza mediante uma retórica da abstração. Isso é evidente no cotidiano da Rocinha, entretanto tem que ser relativizado quando observamos a dinâmica política e social do Município de Nilópolis.

O paradigma legalista se apresenta como não mais que uma ideologia jurídica contemporânea na qual “a legitimidade da atividade social, quer dos indivíduos, quer do poder, deve ser avaliada por confrontos com normas escritas, de caráter geral e abstrato, obedecendo a um modelo técnico-racional e editadas pelo Estado” (Mir, 2004: 189).

Como agravante, podemos observar nas práticas da democracia representativa brasileira, nas quais a Lei é tida como um ato unilateral que impõe a vontade do Estado aos particulares de forma imperativa nas favelas e bairros periféricos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, um desvirtuamento da dita vontade geral, já que esta fica cada vez mais descolada da produção da realidade. Isso se dá e se aclara à medida que a produção de normas jurídicas é processada por meio de

Consultas e acordos entre lobbies, associações profissionais, interesses econômicos e, em geral, o entendimento cordial do que se chama a classe política, geram um equilíbrio de gabinete (...) de índole mais ou menos corporativista, impulsos legiferantes difusos (Canotilho, 1986), que os grupos parlamentares não ousam pôr em causa. (Mir, 2004: 190)

Na orfandade, o interesse coletivo da maior parte da população favelada não se representa na democracia representativa, “tornando largamente fictício o conceito de representação parlamentar, um dos pilares do princípio da legalidade” (Mir, 2004: 190). Isso ocorre na Rocinha como caso emblemático, assim como nas demais favelas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, mas não no Município de Nilópolis e/ou nos bairros nobres da cidade do Rio de Janeiro.

Sob o princípio da legalidade, a Lei é observada como resultante de um pacto social, e é por isso que carecem de sentido as apreciações de justiça ou injustiça em relação às normas jurídicas. Fora da realidade da Rocinha, das muitas favelas e dos milhões de desclassificados, “a ciência do direito estaria incluída nesse mundo onírico, servindo para encobrir-lhe as contradições e a irracionalidade, apresentando-o retoricamente como um mundo governado pela razão, sem contradições” (Mir, 2004: 190).

Engenhosidade, ideologia, ciência, filigranas, filosofia e tudo o mais que se possa atribuir e incluir no edifício jurídico se esvai no momento em que nos voltamos para a sua finalidade, a sua aplicação na prática cotidiana para favelados e outros desclassificados sociais no Rio de Janeiro e no Brasil. As fímbrias mais recônditas da ciência do direito se tornam irrelevantes e descartáveis no momento em que a sua aplicação é viciosa, falha, não equânime para os segmentos populares e indigentes da população brasileira. De pouco ou quase nada nos valem os conhecimentos jurídicos produzidos por luminares, de Platão a Montesquieu, de Aristóteles a Bobbio, de Sócrates a Kelsen, se, na prática, as normas legais não são aplicadas de forma igual para toda a população brasileira, como a própria lei diz que deveriam ser.

No Brasil, o divórcio entre as normas legais e as suas aplicações se faz na figura de um verdadeiro simulacro ideológico que incentiva uma cultura de cinismo aprofundado. A primordial e principal justificativa para a existência do direito (conseqüentemente das leis) é a

<sup>96</sup> Sobre a autonomia das normas jurídicas, comungamos com a idéia de que “positivistas como Kelsen costumam enfrentar a discussão sobre o fundamento de validade do direito procurando abstrair os aspectos políticos, morais, econômicos e históricos envolvidos com o tema” (Coelho, 2001: 10). Ver Kelsen, H. *Teoria pura do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

sua finalidade, qual seja, mediar os conflitos sociais sob a égide da promoção da igualdade jurídica (Dahrendorf, 1969). No momento em que a aplicação da lei é falha, tendenciosa e/ou manipulada, carece de sentido a discussão dos seus atributos formais, a sua configuração enquanto ciência. Dessa forma, apesar de formais e legais, as leis no Brasil, dada a sua aplicação e distribuição, constituem uma grande estrutura de burla, promoção de injustiças e desclassificação social.

O que resta para a população em geral é um sentimento de impotência retemperado na desesperança, pois ela vive “situações nas quais a nossa idoneidade para resolver conflitos por meio de mecanismos reguladores, tais como tribunais ou estruturas sociais, fracassou” (Mir, 2004: 14). Esse fracasso é dirigido aos pobres, indigentes, desclassificados, e não aos ricos, poderosos e mandatários.

O dilema que nos confronta é aquele em que a aplicação do direito e a instituição de normas legais para favelados, pobres, periféricos e desclassificados anulam qualquer validade interna produzido pelas ciências jurídicas.

Mais além de supostas fascinações retóricas através das suas mentiras – que foram muitas e constantes –, constatamos uma única verdade: o nosso mundo, a nossa sociedade é pura falsidade, um embuste estabelecido; não existe a nação como integração, superando as contradições que há nos distintos coletivos sociais, nem o Estado é instrumento da lei e árbitro da sua aplicação. Mentiram sem limites – diria Arendt –, assentados sobre uma única verdade que a realidade empenha-se em negar. (Mir, 2004: 15-16)

E essa negação se expressa cotidianamente na convivência diurna com discursos, idealizações e formalidades que não resistem minimamente ao confronto com a realidade dos presídios fluminenses, com a Rocinha, com as múltiplas favelas e com a população periférica residente na Baixada Fluminense.

Mais que moral, a “questão ética” no Brasil se reveste de fatores ideológicos e culturais. A instabilidade simbólica nos empurra para a exacerbção do relativismo. Observa um atento jornalista que “o sentido de algumas palavras e de alguns discursos também está sendo surrupiado diariamente, à vista de todos, em transmissões ao vivo pela televisão” (Trigo, 2005, 7). E esse exercício diário e paulatino “é, por assim dizer, um crime abstrato, simbólico, difícil de ser identificado e punido, mas suas consequências podem ser tão sérias para a sociedade brasileira quanto o assalto aos cofres públicos” (Trigo, 2005: 7).

Entre a análise dos fatos e o sendo comum, o jornalista conclui que “o que está acontecendo no Brasil é uma perigosa esgarçadura das fronteiras entre o que é certo e o que é errado, de um lado; entre o comportamento e o discurso, de outro (...) divórcio entre as idéias e os fatos, entre as palavras e as coisas” (Trigo, 2005: 7).

Contribuindo para traçar o retrato da crise, José Murilo de Carvalho, em reportagem da jornalista Marília Martins de *O Globo*, obtempera que

... a corrupção na República brasileira é sistêmica. Temos tradição na transferência de recursos públicos para o privado (...). Para combater ladrões-doutores, sou a favor de uma medida simples, de grande impacto: o fim do direito à prisão especial para os que têm diploma de curso superior.<sup>97</sup> (Carvalho, apud Martins, 2005:17)

<sup>97</sup> A proposta apresentada por José Murilo de Carvalho tem fundamental importância tanto prática quanto (e principalmente) psicológica (simbólica), uma vez que o instituto da prisão especial se confronta de forma direta e explícita com a idéia de igualdade jurídica. Evidentemente, apenas a extinção proposta por José Murilo de Carvalho se consubstancia em uma medida tópica, uma vez que a desigualdade jurídica se dá também (e principalmente) na aplicação da justiça por seus operadores. Sobre isso, bem dispõe Jorge da Silva que afirma que “provavelmente para evitar que a impessoalidade e universalidade formal do sistema possam eventualmente pegar alguma ‘pessoa de qualidade’, acarretando o risco de que estas pessoas venham a compartilhar as condições degradantes das prisões brasileiras, acionam-se mecanismos acessórios do próprio sistema, inclusive a

Apesar de não ser exatamente esta a lei,<sup>98</sup> a sua revogação não surtiria os efeitos preconizados pelo historiador (exceto o grande impacto na mídia), pois as “vantagens comparativas” continuariam imperando, e as elites mandatárias do poder continuariam tendo um arsenal de dispositivos incontáveis: impunidade, impunibilidade, abrandamento da lei e, principalmente, tratamento diferenciado ante o Judiciário. Mais objetiva e consoante à idéia de eqüidade seria a maior penalização dos crimes de colarinho branco, sob a lógica de que:

Aos olhos da lei, as chacinas, massacres e o extermínio não terão nada de hediondo. De igual sorte serão “naturais” as regalias concedidas por lei a criminosos, ainda que contumazes, de nível de instrução superior ou que ocupem “posições”. Não será coincidência, portanto, que se encontrem entre os que compartilham essa noção de *hediondez* os detratores do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), que aponta para um outro tipo de *hediondez*. (Silva, 2003: 179)

Um caso de robusta banalidade, de extrema trivialidade, pode dar a dimensão da não-cidadania reservada aos desclassificados ante a aplicação da lei pelos seus operadores legais. Nesse caso exemplar podemos encontrar todos os traços ideológicos constitutivos da cultura que norteia o cumprimento da lei ou, por outro modo, o cumprimento da lei transgredindo a lei.

Três adolescentes, RM, AG e CM, todos com 14 anos, ao término de uma festa promovida pela prefeitura de uma cidade do interior do Estado do Rio de Janeiro, pertencente à Região Metropolitana da capital, se envolveram no que o Estatuto do Menor e do Adolescente conceitua como infração. Apesar de a infração não ficar plenamente caracterizada, o que registra o BO é que os menores se envolveram num roubo de tênis de outro jovem. Presos na noite de sábado, foram algemados e conduzidos à cadeia, onde foram trancados. Com a anuência do delegado, lá permaneceram presos até a terça-feira subsequente. As mães aflitas fizeram visitas aos filhos no domingo e foram informadas que os menores seriam apresentados à justiça na segunda-feira. Tal visita foi realizada na delegacia, junto com todos os demais detentos, reunidos numa sala.

Sobre o fato, a mãe de um deles, entre apavorada e conformada (quanto aos aspectos legais) com a situação, nos informou o seguinte:

“O meu menino, tadinho... Ta lá, no meio dos bandidos, como se *sesse* bandido... O policial falou que ele foi pego fazendo malfeito e que agora o caso dele está nas mãos da justiça. É para segunda-feira *eu em ir* no juizado... Disse pra eu arrumar um advogado... Só, ainda, não sei como que vou fazer. Ai, que aflição, meu Deus!” (Jandira, doméstica).

Na segunda-feira, as mães se dirigiram para o Juizado e lá ficaram esperando os filhos. Estes chegaram algemados e ficaram pouco tempo naquele fórum, pois o promotor de justiça faltou ao trabalho. Dessa forma e por tal motivo, os meninos retornaram algemados e escoltados pela polícia para a cadeia.

Na terça-feira, o Conselho Tutelar recebeu denúncia da situação ilegal em que se encontravam os adolescentes; a encarregada informou que já tinha tomado conhecimento do fato pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Rio de Janeiro, mas que não podia fazer nada, pois os procedimentos estavam corretos. Nesse mesmo dia, na hora aprazada (14 horas), as mães e pais compareceram ao fórum com um advogado que lhes prestou seus

---

desigualdade legislada, não se admitindo nem mesmo a exceção que confirmaria a regra da discriminação penal” (Silva, 2003: 53).

<sup>98</sup> Aos poucos a lei foi incorporando segmentos outros que não apenas os portadores de diploma superior.

serviços gratuitamente. Após as 16 horas, vendo que a coisa não se resolia, o advogado dos adolescentes conversou com o promotor de justiça e teve a informação de que talvez não houvesse a audiência, pois a polícia estava sem viatura para trazer os adolescentes. Dessa forma e nesse momento, o promotor de justiça deixou claro conhecer toda a situação, ou seja, que os menores estavam presos numa delegacia de polícia. Após breve e áspera negociação, o promotor de justiça telefonou para a delegacia e os adolescentes foram apresentados (algemados) à justiça. Feita a representação, a juíza decidiu de plano que dois menores seriam encaminhados ao Cram local e que o terceiro (por ser reincidente) seria encaminhado ao Rio de Janeiro (Padre Severino).

No dia seguinte, em audiência preliminar marcada pela juíza, os menores foram apresentados (algemados). Por conta de um atraso (15 minutos) do advogado dos menores (e uma greve dos defensores públicos), a juíza procedeu ao julgamento preliminar dos menores, sem a presença de advogado, e manteve a decisão do dia anterior. Desta feita, dois menores foram encaminhados ao Cram e o terceiro saiu algemado (e, como medida de maior segurança, o policial segurou o menor pelo cós da calça) para a delegacia, de onde seria encaminhado à capital do Estado. Dessa forma, da maneira mais natural possível, cumpre-se a fatalidade de que:

Um jovem, culpado de falta venial, será decomposto judicialmente num marginal que nos vai punir pela nossa inqualificável cegueira ou estupidez, com outros e multiplicados crimes. Segregaremos um paciente com catapora num hospital de pestosos. A sociedade vai transformar esse menor delinquente em um criminoso de verdade. (Mir, 2004: 251)

Desse caso, alguns aspectos podem ser analisados:

1. a transgressão dos menores se reduz ao roubo de um par de tênis e, dessa forma, eles supostamente feriram a lei;
2. a autoridade policial que os deteve, ao algemá-los e encarcerá-los, transgrediu a lei;
3. o delegado, ao permitir que fossem recolhidos ao xadrez e conduzidos ao fórum algemados, feriu a lei;
4. o responsável – ao qual foi feita a denúncia pelos pais e por um órgão público estadual como a Secretaria de Direitos Humanos – pelo Conselho Tutelar tomou conhecimento dos fatos e se aliou às autoridades locais que praticavam uma coação ilegal e descabida, e, dessa forma, feriu a lei;
5. o promotor de justiça, ao tomar conhecimento de que existiam menores encarcerados numa delegacia de polícia, não tomou quaisquer medidas, exceto negociar a apresentação dos adolescentes à justiça, também ferindo os preceitos legais; e
6. a juíza, além de permitir esse enredado de ilicitudes, realizou audiência sem a presença de um advogado de defesa e, como os demais atores, feriu a lei.

O que observamos é a banalização da transgressão pelos operadores legais quando os clientes são pobres, favelados, pretos ou mestiços, fato que nos leva à conclusão de que quem menos ofendeu a lei foram os três adolescentes, os quais furtaram sem uso de armas um tênis usado de outro jovem.

Num momento em que a nação assiste espantada a uma inesgotável sucessão de escândalos que têm por motivação o roubo da coisa pública; num momento em que se observa que funcionários públicos, parlamentares e empresários prevaricaram com o fito do ganho pecuniário indevido, chega-se à drástica conclusão de que a crise social é mais profunda do que aparenta nos índices e indicadores do IPEA e do IBGE.

Evidentemente, tais sucessos das elites mandatárias não deveriam mais espantar ou indignar, pois que naturalizados ideologicamente e consolidados historicamente numa cultura

de desigualdades e desclassificação. Pode-se também inferir que, se operadores da justiça ferem a lei, de forma natural e gratuita, o fazem com mais diligência quando movidos a propinas e/ou interesses determinados. Nesses casos, o verbo propinar deve ser conjugado com mais diligência e esmero. E tome prisões arbitrárias e ilegais, abstinência no cumprimento da lei, ilegalidades várias e esbulho da justiça.

No país, fazem parte da lógica ideológica da cultura jurídica a permissividade e a conivência, por parte dos operadores do direito e dos gestores da coisa pública, a transgressão das normas e leis, assim como a consequente garantia da impunidade para as elites mandatárias e o rigor penal para pobres, indigentes e/ou desclassificados sociais.

Por seu turno, os que estão do outro lado do balcão demonstram uma civilidade, via conformismo ou fatalidade, estranha às elites mandatárias locais e nacionais. Os miseráveis e desclassificados lutam por reconhecimento social enquanto seres humanos e querem ver as leis cumpridas. Não as questionam. Se é lei, eles as cumprem e querem vê-las cumpridas. Já as “classes médias”, os ricos e as variadas elites de mandatários querem um “jeitinho”, um “favor” que, quase sempre, implica no não-cumprimento da lei, em um privilégio concedido pelo poder público de forma irregular ou ilícita.

Retomando a discussão sobre a produção de idéias de forma exógena (Alves Filho, 2004<sup>a</sup>; Oliveira, 2004) e adicionando-se a ela a nossa tradição bacharelesca e o total divórcio entre o formal e o real, podemos apresentar tempestivamente um exemplo. No livro *Para ler Kelsen*, Fábio Ulhoa Coelho, buscando explicar o fundamento da validade da norma em Kelsen, a horas tantas nos remete ao exemplo do comerciante estabelecido próximo de uma favela controlada pelo narcopoder. Explana o autor que o comerciante é procurado por duas pessoas e estas lhe exigem o pagamento compulsório de determinada quantia. Esses dois personagens são representantes, um do narcopoder e o outro do Tesouro Nacional; um ameaça o comerciante de morte e o outro lava auto de infração por falta de recolhimento de tributo. Observa o autor que ambas as ordens são idênticas, mas há diferenças, pois uma é inválida formalmente (a do narcopoder) e a outra legalmente válida (a do fiscal do Tesouro). Dessa forma:

A afirmação dessa diferença se baseia na circunstância de que o mandado pelo representante do crime organizado não se consegue sustentar, sequer indiretamente, na norma hipotética fundamental, ao passo que a ordem dada pelo fiscal liga-se, através de um complexo de normas atributivas de competência, a essa mesma norma. (Coelho, 2001: 13)

As explicações para tais afirmativas se ancoram no fato de que, se o comerciante interpelar o traficante sobre o fundamento de validade de sua ordem, este reconhecerá que a ordem não se funda em nenhuma outra norma, a não ser no poder de suas armas. No caso do fiscal do Tesouro, se questionado, ele se reportará “à lei instituidora do tributo e das sanções pelo inadimplemento. Indagado se os editores da lei tinham poderes para baixá-la, ser-lhe-ia apontada a Constituição Federal...” (Coelho, 2001: 13).

Apesar dos inadimplementos, da validade da determinação e de coisas outras, todos sabemos, e verifiquei em minhas observações na Rocinha, que o comerciante do exemplo, na práxis da favela e da vida, pagará ao traficante e muito provavelmente sonegará o imposto ou, mais provavelmente, subornará o fiscal.

Por conta dessas e outras é que vivemos num Estado-nação estranho, pleno de mal-estar, onde muitos e variados intelectuais observam os seus “tipos ideais” como se realidade fossem e acreditam que impondo esses simulacros de vida transformarão as suas quimeras em concretude, a despeito de não conhecêrem o cotidiano que desfila ante seus olhos míopes (Sodré, 1991) quando passam pela auto-estrada Lagoa-Barra, pela Linha Vermelha, pela Linha Amarela ou pela Avenida Brasil.

### 3.2 As previsões de Nostradamus e as ferramentas de Marx

Muitos governantes no país, de prefeitos e vereadores a presidentes e congressistas, além, é claro, das múltiplas elites mandatárias políticas, culturais e econômicas desenvolvem suas ações partindo do princípio que são os únicos espertos num Brasil povoado por idiotas. Partindo desse raciocínio, dinamizam ações concretas que produzem efeitos sobre uma imensa maioria de seres humanos, ações essas justificadas sob argumentos canhestros e mesmo bizarros que não convencem nem a eles próprios. Dito de forma mais acadêmica, a exemplo de Mosca e Michels, existe uma minoria privilegiada, uma vez que “a massa é incapaz de agir diretamente em benefício próprio e deve, portanto, delegar poderes a representantes profissionais” (Keller, 1967: 88).

É o discurso da contradição que entra em vigor a partir do poder incontrastável de nomear, classificar, conferir legitimidade pública que tem uma autoridade de governo. Esse discurso explicativo é necessariamente contraditório, tanto em Brasília como em Nilópolis, uma vez que objetiva a manutenção ou criação de privilégios e isso, geralmente, numa sociedade hierarquizada como a brasileira, que, entretanto, se postula detentora de um sistema político universal, representativo e democrático – e o é, em termos constitucionais –, entendendo-se essa como “uma das várias formas de governo, em particular aquelas em que o poder não está nas mãos de um só ou de poucos, mas de todos, ou melhor, da maior parte, como tal se contrapondo às formas autocráticas, como a monarquia e a oligarquia” (Bobbio, 1993: 7). Dessa forma, para que os privilégios sejam mantidos e ampliados, as palavras, os discursos, os conceitos e, junto com eles, as ciências sociais necessitam de toda sorte de manipulação.

Por toda a nossa história, observamos um rosário de argumentos robustos escudando teorias criativas e hipócritas, divulgados massivamente objetivando a consecução de atos e o estabelecimento de fatos. Dois episódios guardam – apesar de distantes no tempo – essa lógica. Sob a presidência do general Ernesto Geisel, o Governo brasileiro comprou a Light sob o argumento do controle estratégico fundamental sobre a produção e distribuição de energia. Compulsando documentos da época, o cidadão comum ficava torcendo para que o país não sucumbisse ao terrível e iminente perigo de não ser o Estado proprietário das empresas de energia elétrica. Compre-se urgente, mesmo sabendo-se que em pouco tempo a dita empresa passaria gratuitamente para o poder público<sup>99</sup> por força de um contrato. Antonio Galloti,<sup>100</sup> penhoradamente, nem agradeceu.

Recentemente, no Governo FHC, a mesma Light foi privatizada sob a explicação de que o país necessitava urgentemente, se quisesse sobreviver, de um Estado não-empresarial, pois se sabia que estávamos na iminência de uma catástrofe inenarrável na previdência e nas contas públicas. Sob o comando dos professores doutores da PUC-RJ, vendeu-se urgente a Light, mesmo que para tal o vendedor, por intermédio do BNDES, emprestasse dinheiro ao comprador, uma estatal francesa.

---

<sup>99</sup> Poucos brasileiros foram informados da festança que foi organizada, em Nova Iorque, em comemoração do intermediário do negócio. O autor desta tese de doutorado recebeu essa informação em conversas com o ex-ministro Raphael de Almeida Magalhães e o ex-deputado federal Marcelo Cerqueira.

<sup>100</sup> Antonio Galotti consta da “Pequena galeria de grandes entreguistas”. No verbete destinado à sua pessoa está assinalado que: “Como presidente da Light e posteriormente da Brascan, colocou sua vida a serviço do ‘povo canadense’. Após o golpe de 1964, negociou com o governo Castelo Branco a venda ao governo federal de várias companhias telefônicas e de eletricidade até então em poder da Light, verdadeiros ‘ferros-velhos’. Seu último lance foi o de participar com destaque, no governo Geisel, na negociação da Light, através da qual o governo brasileiro ‘comprou’ a empresa por uma quantia superior a US\$ 1 bilhão. Nessa transação, Galotti embolsou, a título de comissão, a quantia de US\$ 38 milhões, cerca de 950 milhões de cruzeiros” (Bueno, 1981: 78).

Mesmo sem entrar no mérito das decisões dos dois episódios acima rememorados e sem chafurdar no pântano da hipotética corrupção lesa-pátria, descortinamos cristalinamente a contradição que reveste os dois momentos de compra e venda. Entretanto uma enquete simples nos mostrará os incontáveis argumentos tanto para a compra quanto para a venda da mesma empresa, ou seja, a Light, pelos mesmos atores sociais e políticos. Delfim Neto e Reis Velloso são alguns entre tantos outros. Decerto sabemos que esses movimentos com o dinheiro público atenderam e atendem aos interesses das elites mandatárias financeiras em detrimento da população de desclassificados e do feijão-com-arroz dos pobres da Rocinha e da Baixada Fluminense.

Tal qual se deu na fábula delfiniana de fazer crescer o bolo para depois dividi-lo, ocorreu na junção dos dois momentos enfocados: o bolo – as empresas públicas, as estradas, etc. – cresceu às custas da poupança e do endividamento públicos e confeitado com o suor dos trabalhadores até o momento em que a concentração do capital necessitava ser privatizada, ou seja, o bolo deveria ser dividido com os privilegiados do mercado financeiro. Repetiu-se o processo de privatizar os lucros e socializar as perdas.

As previsões de Nostradamus, desde que foram levadas ao conhecimento do público, continuam em voga em nossas mídias e são discutidas por acadêmicos e professores doutores, com conteúdo de seriedade, em programas como o *Fantástico* e o *Globo Repórter*. Não esqueçamos que as tais previsões, destituídas de maiores prescrições, foram elaboradas sob uma retórica metafórica e vaga, mesmo ininteligível, até como fábula. Essa característica confere às previsões um caráter de comprovação que se ajusta aos acontecimentos, sejam quais forem e em qualquer tempo histórico.

Por outro lado, os escritos de Karl Marx, que não tinham a menor pretensão de tecer previsões, são cotidianamente desacreditados exatamente por terem falhado nesse aspecto prospectivo: “as previsões de Marx não se concretizaram” é uma frase recorrente em múltiplas e diferenciadas agências discursivas. Entretanto nem as ciências sociais, a filosofia ou a mídia podem, em sã consciência, creditar rigores premonitórios aos escritos de Nostradamus, ao passo que algumas *conclusões* de Marx continuam atuais, mesmo não sendo prospectivas. Assim como as compreensões de Émile Durkheim sobre a divisão do trabalho e as de Max Weber sobre a burocracia e o carisma se mostram consistentes, algumas de Marx, apelidadas de profecias, também.

O lado perverso do sistema capitalista, uma lógica que engendra a morte e perverte a natureza humana, foi observado por Marx como uma tendência, pois que está na sua gênese. De lá para cá, para não nos estendermos por quilométricas páginas de inumeráveis e inenarráveis exemplos, informamos ao leitor que um ex-atleta recebe salário superior aos 25 mil salários dos operários de uma fábrica<sup>101</sup> situada no calcnar do subdesenvolvimento, e muito provavelmente jamais pisará nessa fábrica, apesar de ser garoto-propaganda da mesma.

Para atender ao figurino que passou a ser conhecido pelos discursos midiáticos como neoliberal de Estado, os Governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso foram capazes de efetuar as privatizações de forma calamitosa, com foros de lesa-pátria,<sup>102</sup> e no

<sup>101</sup> “Quando os salários aumentarem a um nível que possam atender às necessidades além da subsistência, as pessoas poderão comprar os excedentes, como um tênis Nike (só por curiosidade; a Nike paga mais de salário ao ex-jogador de basquete Michael Jordan do que aos seus 25.000 operários na Indonésia)” (Figueiredo, 2000: 192).

<sup>102</sup> Observa um dos decanos do jornalismo brasileiro que o presidente FHC, às vésperas do leilão da CEMIG, assinou ato pelo qual “O BNDES ficou ‘autorizado’ a – leia-se ‘recebeu ordens para’ – conceder empréstimos também a grupos estrangeiros. Reviravolta histórica – e inconcebível. Criado para dar apoio ao desenvolvimento nacional, o banco estatal se concentrou inicialmente no financiamento a projetos de infra-estrutura e, posteriormente, como instrumento de política industrial, recebeu a incumbência de criar condições de competição para grupos nacionais. Para cumprir esse papel, o BNDES estava proibido por lei de financiar empresas estrangeiras. O decreto presidencial de 24 de maio de 1997 escancarou os cofres do BNDES às multinacionais para que comprassem estatais. Isso ao mesmo tempo que o banco continuava proibido de

entanto não foram capazes de simplesmente cortar as verbas com que diuturnamente são aquinhoadas as tais “instituições de caridade” ou de “utilidade pública”. Dessa forma, assistimos a governos terem respaldo político-econômico para rifar o patrimônio público em nome de uma idéia neoliberal, mas os mesmos governos não se comportam de maneira idêntica com verbas públicas que são privatizadas na esteira da caridade. Ora, claro está que tamanha contradição encontra respaldo no tal “comitê da pequena burguesia” e nos nichos da aristocracia religiosa e das elites mandatárias locais, ou seja, nos estamentos burocráticos, pois as privatizações privilegiavam o capital financeiro, e um possível corte para as tais benfeiteiros eliminaria um privilégio das mesmas elites mandatárias nacionais ou internacionais, por meio de seus *staffs* burocráticos, que se locupletam nesse processo contínuo, tanto nas empresas privadas como na complexa máquina política dos poderes públicos, em seus níveis diferenciados do nacional ao local.

Ao contrário da irritadiça acolhida com que as idéias de Marx são discutidas por parte da intelectualidade pós-moderna, as afirmações, mesmo estapafúrdias, sobre e a favor da democracia participativa e direta de modo quase geral encontram pronta recepção favorável e formam um contracampo de reforço à campanha de desmoralização da política, dos partidos e do sistema representativo da democracia política brasileira. Que, tendo como referência as observações que fiz na Baixada Fluminense e nas favelas cariocas, não está em crise;<sup>103</sup> passa, entretanto, por um período de tensão, face à pressão de um amplo movimento popular anacrônico e desorganizado, demandando por reconhecimento social, direitos de cidadania e classificação financeira como trabalhadores.<sup>104</sup> Portanto, existe um movimento de expansão da democracia política no Brasil pós-1985, fruto de conflitos civis e revoltas populares atomizadas que, ao fim e ao cabo, se incorporam à sociedade civil reconhecida como tal e, como consequência, ao Estado.

Raimundo Santos e Luiz Flávio Carvalho Costa perceberam esse indício em 1997, ao analisar a prática política do PCB e os movimentos de reforma política pré-64, em especial com a emergência de um associativismo e de um sindicalismo rural ativos como política modernizadora e progressista de um Brasil urbano ruralizado<sup>105</sup>, buscando reconhecimento e incorporação de direitos. Assim, esses autores, de forma prospectiva e tendo como referência o PCB e o agrarismo da década de 60, indicam que os comunistas e os reformistas da década

---

conceder empréstimos exatamente às estatais brasileiras, incumbidas dos setores de infra-estrutura e básicos” (Biondi, 2000: 36).

<sup>103</sup> Filio-me ao entendimento produzido por Raimundo Santos, que não enxerga falência no sistema político da democracia representativa no Brasil. Nesse sentido, traz à tona as concepções do Partido Comunista Brasileiro – o Partidão – de que “a tendência que predomina neste novo curso é a da democratização, da extensão dos direitos políticos a camadas cada vez mais amplas” (Santos, 2002:141).

<sup>104</sup> Reafirmando o entendimento produzido por Raimundo Santos, tendo a compreender que a democracia política no Brasil do tempo presente articula os mecanismos clássicos de representação política com os novos formatos de democracia participativa e cidadania ativa, particularmente nos municípios pequenos e nas múltiplas localidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em que as populações estão “vendo já em perspectiva o melhor tempo democrático que hoje vivemos” (Santos, 2002:157), mesmo que se valham de trocas políticas assimétricas – clientelismo – e busca de favores com os mandatários locais, visando classificação social como subalternos. Rompem assim a subcidadania e a desclassificação social.

<sup>105</sup> Utilizo a idéia e o conceito de urbanização rural e/ou urbano-rural, pois entendo que o processo de formação histórica do Estado-nação no Brasil, da sociedade reconhecida como tal e das múltiplas subjetividades das populações brasileiras são movidas pelo patrimonialismo da ideologia do iberismo. Nesse sentido, o urbano no Brasil não é um contraponto ao rural, mas sua materialização configurada pela modernidade arquitetônica e pelo desenvolvimento das forças produtivas das inúmeras redes de dominação da economia mercantil capitalista. Essa formulação é feita por intermédio da leitura, releitura e interpretação dos livros *Sobrados e mucambos*, de Gilberto Freyre (1996), *Economia política da urbanização*, de Paulo Singer (1973) e *Escritos urbanos*, de Lúcio Kowarick (2000).

de 60 têm seus sentimentos presentes nos novos movimentos sociais emergentes na Baixada Fluminense e nas favelas cariocas, pois

... evoluindo do seu (...) projeto de nova sociedade para chegar *in extremis*, e com a ajuda de parte de sua última geração intelectual, à fronteira dos primeiros elementos (...) de uma nova cultura política. (...) Uma decorrência da concepção (...) da mudança social pós-1989 consiste em ajudar a explicitar ou contribuir para que se consolide no país uma cultura política democrática, questão decisiva nestes tempos de aparência fragmentária e sobremaneira de perigoso descrédito na política. (Santos & Carvalho Costa, 1997: 113-4)

O valor universal da democracia encontra similaridades operacionais detectadas há 500 anos, quando a sociedade da época foi convencida pela coerção de que o catolicismo era um valor universal e, em nome dessa convicção, foram promovidos os genocídios e etnocídios em larga escala no território brasileiro, promovidas guerras ensandecidas e queimados legal e naturalmente hereges em fogueiras públicas. Tudo em nome da nobre e inquestionável tarefa de converter os infiéis à verdade absoluta; e me é muito duro e incômodo fazer tal afirmação, pois sou católico e amigo de vários bispos e padres.

Esse retorno às “trevas” da Idade Média, via academia, deve muito a teorias e/ou afirmações teleológicas do tipo:

O pressuposto será sempre o do regime democrático, não apenas porque a democracia é um valor final, mas também porque, no estágio de civilização que a humanidade alcançou, é o único regime que tem condições de garantir estabilidade política e desenvolvimento econômico sustentado. (Bresser Pereira, 1998: 50)

### 3.3 A violência como ética, a impunidade como prática

Não obstante uma permanente sensação de otimismo – o mais das vezes incentivada por interesses políticos –, o Brasil do tempo presente atravessa crises intermitentes que podem ser reduzidas ao singular, pois que facilmente resumidas numa única crise, uma vez que estrutural. Sobre esse aspecto, para o presente recorte, sob a ótica da constituição social de uma subcidadania, destacamos:

- a) concentração exponencial de renda – a “mão visível” do Estado (IPEA, 2005);
- b) despolitização da política pelas mídias de largo alcance.
- c) metropolização desordenada e a questão agrária (Simmel, 1987);
- d) desemprego, subemprego e indigência;
- e) inoperância dos serviços públicos e privatizações;<sup>106</sup>
- f) subcidadania;
- g) violência estrutural.

Em pequeno e interessante livro, um dos maiores pensadores vivos se debruça sobre a questão da luta de classes e a observa sobre um recorte

A Guerra contra a classe trabalhadora deve ser entendida como uma Guerra verdadeira. Não é uma nova Guerra. É uma Guerra antiga. Além do mais, é uma Guerra perfeitamente consciente em qualquer lugar do mundo, mais especificamente nos Estados Unidos, um país

<sup>106</sup> “O governo enganou a sociedade, também, com o anúncio de rápida melhoria na qualidade dos serviços e a promessa de punição para os ‘compradores’ das estatais que não atingissem as metas definidas nos contratos” (Biondi, 2000: 7).

muito livre mas que tem a sorte de ter uma elite altamente consciente de sua condição (como sempre). (...) E eles têm visto a si mesmos ao longo do tempo com se estivessem combatendo uma penosa Guerra de classes, exceto pelo fato de que eles não querem que ninguém mais saiba disso. (Chomsky, s/d: 9)

Articulando o fenômeno da concentração de renda (dados do IPEA 2005) com a violência, temos que:

O Brasil ocupa o terceiro lugar mundial em índice de desemprego, gasta por volta de 90 bilhões de reais por ano em instrumentos de segurança privada e pública, ocupa o segundo lugar mundial nos índices de concentração da renda e má distribuição da riqueza, mas ocupa o oitavo lugar mundial em termos do Produto Interno Bruto. A desigualdade na má distribuição de renda – 2% possuem 98% da renda nacional, enquanto 98% possuem 2% dessa renda – não é percebida como forma dissimulada de apartheid social ou como socialmente inaceitável, mas é considerada natural e normal, ao mesmo tempo que explica por que o “povo ordeiro e pacífico” dispõe anualmente fortunas em segurança, isto é, em instrumentos de proteção contra os excluídos da riqueza social. Em outras palavras, a sociedade brasileira está polarizada entre a carência absoluta das camadas populares e o privilégio absoluto das camadas dominantes e dirigentes. (Chauí, 2000: 93)

Vivemos de alguma forma presos a visões historicamente determinadas pelo iberismo patrimonialista, e o aprofundamento da dominação capitalista a partir do início do século XX passa a imprimir na sociedade brasileira, do nacional ao local, um entendimento de mundo no qual podemos observar que “os padrões da vida endinheirada predominam, o homem com dinheiro, não importa a forma pela qual o tenha conseguido, acabará sendo respeitado” (Mills, 1975:402).

Apesar de ainda vivermos num país que aparentemente preserva, pelo menos no nível dos discursos, valores éticos e morais, nos deparamos com um contingente assustador de atores sociais que encara “agora a imoralidade do triunfo como um fato normal” (Mills, 1975: 406). Isso decorre do fato de que “um milhão de dólares, diz-se, cobre uma multidão de pecados”. (Mills, 1975: 401).

No Brasil, a concentração de renda se apresenta como uma realidade escandalosa, mas ao mesmo tempo naturalizada, uma vez que persiste e se aprofunda sob a complacência e em virtude dos interesses capitalistas, em sua versão brasileiríssima que o patrimonialismo faz por meio do controle burocrático da máquina administrativa pública e privada.

No ano de 1985, Sérgio Abranches obtemperava que a questão da erradicação da pobreza encontrava razoável consenso social, baseado na lógica de que “a miséria absoluta, a desnutrição, a deseducação, a doença e as más condições de habitação e saneamento não interessam, em princípio, a qualquer grupo” (Abranches, 1985: 8), e observa que “tudo depende da combinação política de instrumentos e medidas de ação pública” (Abranches, 1985: 9). Apesar de toda a lógica que prescreve a desconcentração de renda como fator de interesse de todos, o que se consagrou no país, nos últimos 20 anos, foi exatamente o recrudescer contínuo da concentração de renda (IPEA, 2005).

Quaisquer dados buscados sobre o tema têm o lugar comum de escancarar índices e indicadores avassaladores sobre a situação como a se constituírem num imenso rosário onde o “salve rainha” da injustiça social é mero introdutor das “ave-marias” das misérias e iniquidades. Nesse cenário, periodicamente o IPEA, o IBGE, o PNUD e outros revelam estatísticas, recebidas pelas mídias com assombros cínicos, que dão a dimensão da iniquidade social e municiam os estudiosos com o fel da realidade. Esses dados que se repetem sobre a concentração de renda no país são um padrão ideológico da cultura política brasileira, sofrem mudanças apenas no que diz respeito aos aumentos progressivos da riqueza produzida e da sua concentração e ao recíproco aumento da pobreza e idêntica concentração de miséria.

Como no abecedário dos “tempos de eu menino”, que era decorado e repetido mimeticamente pelas crianças, fico na mesma situação me deparando com a cantilena estatística que aprendi como estudante aplicado na ENCE/IBGE, de que:

As considerações se aplicam à manchete da *Folha* em 28 de julho sobre um relatório do Banco Mundial que entroniza o Brasil no pódio da concentração de renda. “Brasil lidera em desigualdade social”, estampou o jornal na primeira página. A pesquisa do Banco Mundial com indicadores sociais de 71 países pobres e ricos mostrou que no Brasil 10% da população detêm 51,3% de toda a renda nacional, a mais perfeita tradução do que o economista Edmar Bacha chamou de Belíndia. Os 20% mais ricos (a Bélgica) ficam com 67,5% da renda, enquanto para os 20% mais pobres (a Índia) sobram 2,1%. A ironia é que a Bélgica aparece honradamente na reportagem (lá os 10% mais ricos da população têm apenas 21,5% da renda) – a Índia não é citada. O segundo lugar é de Honduras e Quênia (os 10% mais ricos detêm 47,9% da renda), o terceiro, da África do Sul (47,3%) e o quarto, do Zimbábue (46,9%). Para fazer a comparação predileta da imprensa brasileira: nos Estados Unidos, onde os ricos são muito ricos - um Bill Gates vale dez Roberto Marinho -, os 10% mais ricos ficam com somente 25% da renda nacional, ou seja, 26,3 pontos abaixo do Brasil.<sup>107</sup>

Pode-se observar que a divulgação desses dados, embora arranjados sob formas e estilos particulares, não consegue sair dos trilhos do desencanto hipócrita e da indignação cínica das diversas elites mandatárias e seus porta-vozes discursivos e midiáticos. Um show, um espetáculo bufo “para inglês ver”.

A concentração de renda no Brasil gerou cinco categorias de grupos sociais, segundo indicadores do desenvolvimento, publicados há um mês pelo Banco Mundial: os miseráveis, que correspondem a 24 milhões; os pobres, 30 milhões; os quase pobres, 60 milhões; a classe média, 50 milhões, e os ricos, 2 milhões. A dramaticidade desta concentração está no fato de que a renda média dos mais ricos é 150 vezes maior que a renda média dos mais pobres. A riqueza privada no Brasil está na ordem de R\$ 2 trilhões. Os ricos controlam 53% deste valor. “Não há evidência no mundo de país em que isso ocorra. Nos Estados Unidos, os Bill Gates da vida controlam 26% da riqueza, metade do que os mais ricos no Brasil controlam”, afirma o economista da UFRJ, Reinaldo Gonçalves.<sup>108</sup>

Se nos voltamos para a idéia de classificação social e cidadania no Brasil como exposta por Sérgio Abranches (1985), sobre o tema não vamos encontrar versão destoante, pois se verifica que houve uma intensificação da desclassificação social, aumentou o número de indigentes e pobres, ao mesmo tempo em que os ricos acumulam uma parcela ainda maior da riqueza produzida e, em termos de desenvolvimento econômico, a concentração de renda no Brasil, hoje, é a segunda maior do mundo já que para mais de 35% de sua população, apenas se socializou o empobrecimento e o desemprego. É certo e sabido que esse quadro, daquela época para os dias atuais, em 2006, apenas se agravou, sob a inexorável e exponencial concentração de renda (IPEA 2005).

Com tamanha dúvida social a lhe morder os calcanhares, as elites mandatárias locais e nacionais, por intermédio de seus estamentos burocráticos, encontram a solução no

---

<sup>107</sup> *Botsuana não é aqui. Aqui é pior que Botsuana – Troféu da concentração de renda é a miséria que o governo desdenha e a imprensa disfarça* – <http://www.igutenberg.org/analise5.html>

<sup>108</sup> [www.congressonacional.com.br](http://www.congressonacional.com.br) do dia 17 de junho de 2000.

desenvolvimento como política de Estado de programas sociais como Fome Zero, cestas básicas, cheque-cidadão, restaurantes populares a um real e enterros como indigente gratuitos na Santa Casa de Misericórdia. Entretanto o PNUD publicou, em 2000, estudo específico sobre a pobreza no mundo. Consta nessa pesquisa que cerca de 15% dos brasileiros são extremamente pobres, dispendendo menos de um dólar ao dia. A incidência da pobreza extrema é maior entre a população negra e, maior ainda, na pequena população rural. As discrepâncias regionais também são profundas: o Nordeste possui cerca de 30% da população, mas 62% dos pobres. O que mais chama a atenção no caso brasileiro é a persistência da pobreza. Apesar da queda de 21% em 1994 para 15% em 1997, a proporção de pobres é quase tão grande quanto era no final da década de 70. A principal razão para isso é a elevadíssima concentração de renda.

O estudo também mostra que, embora o Brasil seja o país da América Latina que mais gasta em programas sociais, ao redor de 5% do PIB, os maiores beneficiados acabam sendo as classes média e alta. Isso contribui dramaticamente para manter a alta concentração de renda e o elevado índice de pobreza, e a felicidade das ONGs laicas e religiosas. Esse estado de coisas é visto como um ponto-limite por alguns pensadores, já que “o nível de extrema pobreza atingido pela população brasileira, com a consequente concentração de quase toda a renda nos seus estratos superiores, torna inviável o prolongamento do presente *status quo*. O presente estado de iniquidade social tende a se agravar, tornando-se sócio-politicamente insustentável” (Jaguaribe et al., 1986: 30).

Já na década de 80 do século XX, no Governo Sarney e sob o alerta permanente de um Brizola como governador do Rio de Janeiro, sitiado pelo Plano Cruzado e pelo ódio das elites universitárias e midiáticas por sua opção pelos pobres e favelados, se reconhecia sobre a miséria que “tal condição conduz os que dela padecem a depender da eventual assistência pública ou privada de terceiros e exerce uma decisiva propensão para a prática do crime. Os miseráveis terminam, inevitavelmente, afetados por doenças carenciais e degenerativas e por morte prematura” (Jaguaribe et al., 1986: 102).

Se por um lado o diagnóstico da concentração exponencial de renda no país é de óbvia constatação, por outro o das suas causas nem sempre é explicitado numa relação simples de causa e efeito, ou seja, não encontramos a unanimidade, mesmo acadêmica, de que a concentração de renda é resultante primordial das políticas implementadas pelo Estado patrimonialista, que mantém, de forma estrutural, os mecanismos que a perpetuam, atendendo, dessa forma, aos interesses das múltiplas elites mandatárias e possessivas municipais, locais, regionais, estaduais e nacionais, que se tornam fóbicas e fazem de pobres, favelados e miseráveis invisíveis sociais ou criminosos perigosos.

Evidentemente que tal distorção, em tal intensidade, não se configura num defeito congênito do capitalismo à brasileira, pois

Com efeito, nenhuma ordem natural ou desarmonia pré-estabelecida podem explicar, exaustivamente, que os 50% mais pobres do país se apropriassem (em 1983) de 13,6% da renda total do país, enquanto os 10% mais ricos capturavam 46,2% dessa renda e 5% daqueles 10%, 33%. Foi o homem, e não qualquer mão invisível, quem assim pôs. E se o pôs, pode também dispô-lo. (Jaguaribe et al., 1986: 63)

Para tanto, basta atentarmos para a relação trabalho / capital estabelecida como política de Estado, na qual encontramos distorções inconcebíveis na maioria esmagadora dos países capitalistas:

O salário mínimo pago em 89 no Brasil, comparado ao de alguns países do mundo na moeda local, em dólares para uma jornada de 48 h, constitui-se já o segundo menor salário,

perdendo inclusive para o Peru, onde se trabalha 40 horas e daí, relativamente, ter o salário maior que o nosso. Para reforçar a contundência dos dados aqui apresentados sobre o baixo poder aquisitivo dos salários, citamos da *Folha de São Paulo* (1/5/1988), que a massa de salário teve uma queda igual à recessão de 1983. É evidente a evolução do desgaste salarial, pelo trabalho não pago como também na depreciação na qualidade de vida, uma vez que o poder de compra do salário mal dá para uma precária alimentação, tampouco para despesas como lazer, transporte, vestuário, habitação, etc. Por outro lado, a Federação das Industrias do Estado de São Paulo - FIESP anuncia em 1987 que, nos últimos 4 anos, a produtividade das empresas paulistas cresceu 20%, mesmo sem terem realizado investimentos em novos processos de produção, uma explicitação abusiva da realidade do salário não pago em função da extração de mais-valia absoluta e da acumulação excessiva. (Escoda, 1989)

Assim, definir e compreender a pobreza e suas várias dimensões (Santos, 2004) é, também, tornar transparente o número da população excluída de políticas públicas e de direitos sociais previstos e assegurados pela Constituição brasileira. Portanto, o Brasil, com aproximadamente 180 milhões de habitantes, a décima quarta economia mundial e a segunda maior concentração de renda do planeta (só perdendo para Serra Leoa), tem em seu território cerca de 54 milhões de pessoas vivendo em condições de indigência, com renda inferior a 80 reais por mês. Ou seja, aproximadamente 30% da população do país não consegue atender minimamente suas necessidades diárias, de acordo com a projeção de dados de uma pesquisa divulgada no primeiro semestre de 2002 pelo economista Marcelo Neri, da Fundação Getulio Vargas do Rio de Janeiro, e atualizada pelo relatório do IPEA de junho de 2005.

No que concerne à concentração de renda no Brasil, é importante notar que, enquanto 1% das famílias mais ricas consome 15% da renda, mais de 85 milhões de pessoas, que compõem a metade mais pobre da população, consomem apenas 12%. Em meio a esses dados numéricos, há também a triste revelação de que a concentração extrema da renda está apoiada numa estrutura de poder fortemente controlada por elites mandatárias tradicionais – locais e nacionais –, que, apesar de mudarem sua maneira de fazer política e de governar o país no último século, mantêm os padrões de controle e privilégios da cultura política brasileira; basta permanecer uma semana hospedado no Município de Nilópolis para observar como um clã familiar tradicional é moderno, eficiente e legitimado pela ampla maioria da população local.

Em meio a esse cenário desolador, acrescente-se a dificuldade da população empobrecida de ocupar espaços de informação, conscientização, mobilização e participação política. Como é sabido, quanto mais pobres existirem numa sociedade, menores serão as chances de gerar espaços políticos de controle e mudança social, gerando como consequência o permanente clima de revolta e conflito civil na Rocinha e no complexo da Maré.

No Brasil, renda e dinheiro são condições prévias para o exercício de papéis sociais classificados de forma respeitável e meio clássico para as relações de troca. Como tenho argumentado, renda, dinheiro, é garantia de dignidade e classificação social, por respeito ou medo. As muitas situações de discriminação que certos grupos impossibilitados de converter esforços cotidianos em dinheiro, junto, é claro, ao que lhes é negado por causa de idade, gênero, cor, etnicidade, origem nordestina ou religião de origem africana, são adereços no enredo das desclassificações operadas na sociedade brasileira. Ao focalizarmos esse ponto, trazemos para a discussão da pobreza a questão da desclassificação.

A ótica da desclassificação foca atenção nos aspectos da vida diária que servem como barreiras e obstáculos, às vezes ideológicos, culturais, sociais, políticos e estruturais, nos procedimentos organizativos e administrativos. Também chama a atenção para as ações importantes de classificação, do apoio às pessoas e aos grupos, para aumentar seu poder de interferir e mudar a situação existente, por meio de políticas de ação afirmativa ou rebeldia. Ambos estão interligados, ora apontando para as possibilidades, ora para as restrições. Como destacou o ativista negro brasileiro Abdias do Nascimento sobre o Rio de Janeiro, ao

completar 90 anos de idade, em 2004: “Ser negro e favelado significa não apenas falta de dinheiro, mas falta de poder. Um negro economicamente estável como eu é visto como pobre no Senado Federal. Quando se vive em uma sociedade fragmentada, hierarquizada e elitista como a carioca, onde pobreza e poder impedem a maioria da população de usufruir da igualdade de proteção, igualdade de justiça nas delegacias de polícia e tribunais e igualdade de participação na vida política e social de seus bairros e favelas, você é pobre, mesmo tendo dinheiro”<sup>109</sup>. Isso vale para a Rocinha e para a Baixada Fluminense, sobretudo para negros, mestiços, nordestinos e ciganos.

Como a riqueza e o poder, o prestígio é cumulativo: quanto mais temos, mais podemos conseguir. Também esses valores tendem a se traduzir uns nos outros: o rico verifica ser-lhe mais fácil conseguir poder do que o pobre; os que têm um status comprovam ser mais fácil controlar as oportunidades de adquirir fortuna do que os que não têm. (Mills, 1975: 19)

Entretanto, como constatei na Baixada Fluminense e nas favelas, ter dinheiro é condição prévia para postular classificação. Na Baixada, e Nilópolis é exemplo, os endinheirados buscam classificação indo morar na Barra da Tijuca, mas continuam a exercer suas atividades na Baixada. Quando lá estão são pobres, quando estão na Barra da Tijuca, são emergentes e criam uma nova história para suas vidas, que nega suas origens em Nilópolis ou Baixada.

Já nas favelas, os endinheirados exercem seu poder e prestígio no local, mantendo o status de favelado e desclassificado para fora. Dificilmente um favelado rico sai da favela; quando muito, muda-se para outra. Na Rocinha, existe um movimento migratório de moradores com maior nível de renda e comerciantes para a favela do Rio das Pedras, em Jacarepaguá, perto da Barra da Tijuca (Alkmim, 2002). O escritor Paulo Lins, em seu livro *Cidade de Deus*, afirma que favelado é sempre favelado. A favela é um estilo de vida naturalizado e internalizado pelos moradores, que em geral são céticos em relação aos de fora. Nos últimos 30 anos, iniciaram um movimento de auto-apartação (Burgos, 2005), em reação à apartação histórica que lhes foi imposta pelas elites mandatárias cariocas. Esse movimento forma um contracampo ideológico, cultural e político de resistência, formação de identidade social e promotor de revoltas populares e conflitos civis pontuais e sem organização política permanente. Contudo são freqüentes, quase que regulares, obedecem à mesma lógica, tendo como eixo a exigência por respeito a suas humanidades e vinganças e desforras a insultos morais cometidos por agentes do poder público, em geral policiais, médicos, enfermeiros e professores. Dessa forma, pode-se entender as camisetas com os dizeres “100% Rocinha”, “100% Favela”, e os funks e raps a entoar “eu só quero é ser feliz, andar tranqüilamente na favela em que nasci”.

Muito embora não seja a causa direta da globalização, o processo de “metropolização ruralizada”<sup>110</sup> nacional se articula àquela no momento em que se submete a uma lógica na qual o espetáculo e a rapidez do tempo se tornam paradigmas<sup>111</sup> da vida cotidiana em todas as

---

<sup>109</sup> Abdias do Nascimento comemorou seu aniversário de 90 anos em uma festa na churrascaria Porcão Rio's, no Aterro do Flamengo, em que o autor desta tese esteve presente, e a frase citada foi proferida por ele em seu discurso de agradecimento e saudação aos muitos amigos presentes. Entre eles destacavam-se Leonel Brizola e Nilo Batista.

<sup>110</sup> Ancoro a expressão no entendimento produzido por Roberto José Moreira e Luiz Flávio de Carvalho Costa, em que “o mundo rural nos aparece revelado como um mundo da cultura (...). Poderíamos então falar em ruralidades no campo e na cidade (...) e nas contraculturas de uma infinidade de novos movimentos sociais” (Moreira & Carvalho Costa, 2002: 7).

<sup>111</sup> “Segundo Toulmin, a palavra (paradigma) começa a ser utilizada no domínio da ciência por Georg Christoph Lichtenberg em meados do século XVIII, precisamente na mesma altura em que vai ser adotada pela linguística da época, dada a necessidade de se encontrar modelos de conjugação e declinação no interior da linguagem (...).

localidades, em favelas, bairros periféricos, na Baixada Fluminense ou em São Paulo e Brasília.

Observa-se que, no afã de serem absorvidos pela nova cultura que se impõe, políticos de todas as matizes têm revelado uma tendência a descaracterizar seu próprio discurso e incorporar o estilo midiático. A pasteurização que nivelou a política pela descaracterização do discurso, tem sido apontada como um dos resultados reveladores da submersão das identidades partidárias no universo unificador da mídia, no qual é próprio que políticos não se destaquem por sua experiência, pelo programa de seu partido nem mesmo por sua capacidade de liderança no processo político, mas, como assinalou Trejo, pela simpatia que seus marketeiros conseguem suscitar nos grandes auditórios. (Sarti, 2000: 66)

Essa importância e possível poder desmesurados e aparentemente incontroláveis da mídia leva, por vezes, a extremos que podem se traduzir em histeria ou mesmo cenas bizarras, como a noticiada, em tom de mofa, pelo jornalismo de coluna do jornal *O Globo*.

O governo decidiu que os seus ministros devem ir aos programas populares de televisão. Ratinho esteve há 15 dias no Alvorada e em vários ministérios. Celso Lafer e Pedro Malan já estão se preparando para debater com o irreverente jurado Pedro de Lara (...). O titular da Secretaria Nacional Antidrogas, juiz Walter Maierovitch, só aceita ir ao programa do Huck sem Tiazinha nem Feiticeira. (Moreno, 1999)

A importância das mídias eletrônicas na política é de tal força que já foi cunhado nos partidos e governos o termo específico para tal: *videopolítica*. As mídias, as múltiplas agências discursivas e seus subprodutos, com o seu notável desenvolvimento tecnológico, científico e estético, vêm promovendo com suas inovações aceleradas e contínuas o que se chama no dia-a-dia de revolução dos costumes, das subjetividades e das culturas. Portanto, não se pode mais encarar os múltiplos meios de comunicação nos termos propostos por Umberto Eco,<sup>112</sup> numa simples divisão entre apocalípticos e integrados, uma vez que em muito extrapolaram os limites da cultura tradicional e do entendimento político e ético sobre os valores societais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

O espaço midiático é utilizado indiscriminadamente, veiculando valores materiais, imateriais e difusos, assim como é estimulador ou criador de desejos que formatam subjetividades individuais e coletivas em todos os estratos e camadas sociais, transformando as agências discursivas e as muitas mídias em arenas políticas de conflitos e hegemonias das falas, portanto de legitimação ou desqualificação de atores sociais, demandas por direitos e classificação social.

Uma realidade virtualizada e coercitiva em termos durkheimianos sufoca e adestra milhões de habitantes da Região Metropolitana fluminense, treinando-os para o exercício glamourizado de práticas sociais lastreadas por um individualismo fóbico que na prática os

---

O paradigma reentra na cena filosófica pela mão de Wittgenstein, entre 38 e 47. Por volta dos anos 50, chegava aos Estados Unidos. Entretanto, Thomas Kuhn, homem de formação científica, começava a interessar-se pela filosofia. O que levava a acumular leituras, sobretudo no domínio da história das ciências" (Coelho, 1987:27). Apesar de não estar tratando da questão do paradigma, encontramos em Francis Bacon uma sistematização da idéia quando ele observa que: "Não é, com efeito, empresa fácil transmitir e explicar o que pretendemos, porque as coisas novas são sempre compreendidas por analogia com as antigas" (Bacon, 1973: 25-6).

<sup>112</sup> Eco preconiza um modelo dicotômico no qual o cerne da questão é o embate entre os homens de cultura (apocalípticos) e os produtores da indústria cultural (integrados). Sobre a cultura de massa, observa que o seu problema "é exatamente o seguinte: ela é hoje manobrada por 'grupos econômicos' que miram fins lucrativos, e realizada por 'executores especializados' em fornecer ao cliente o que julgam mais vendável, sem que se verifique uma intervenção maciça dos homens de cultura na produção" (Eco, 1979: 50-1).

coloca em confronto com as utopias de solidariedade e bons sentimentos. As idéias e conceitos que dizem respeito a desigualdade social, injustiça, epidemia, mortalidade, fome, violência civil, violência criminal, corrupção, insulto, humilhação etc., mesmo passíveis – e o são nos muitos estudos universitários – de entendimento sociológico, encerram, no imaginário social, a legitimação de assassinatos em massa, ou seja, de um processo social de apartação e extermínio programado, mesmo que de forma inconsciente ou cinicamente negado (Mir, 2004).

Na observação dessa dinâmica podem-se encontrar evidências e indícios para algumas compreensões pertinentes ao quadro de desclassificação geral ou, especificamente, à que se abate sobre a sociedade fluminense, em sua Região Metropolitana.

Em que pese ao pragmatismo da modernidade sob a hegemonia dos mercados mundializados, onde as relações sociais foram deslocadas do leito predominante dos mores (normas de costume e da tradição) para o das leis institucionalizadas pelos parlamentos, persiste na sociedade brasileira contemporânea uma sobrevivência, um vestígio de antigas e históricas relações de poder e cultura política vinculadas ao binômio mando-obediência. A tendência a uma juridicização da sociedade encontra poderoso aliado em atores sociais nostálgicos dos antigos ideais aristocráticos, absolutistas e escravistas (Neder, 1997).

## CAPÍTULO IV

### A TRADIÇÃO RECONFIGURADA: A QUESTÃO SOCIAL SOB A PERSPECTIVA DA MISÉRIA

“A questão social, industrial, não permite, não quer que eu ande a pé. Na vitrine um mustang cor de sangue” (Marcos e Paulo Sérgio Valle)

#### 4.1 Questão social, ralé e miséria em perspectiva

O propósito do presente subtítulo é analisar os aspectos da miséria em geral sob a perspectiva da “questão social” tida formal e conceitualmente, em seu sentido universal, como “o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no mundo no curso de constituição da sociedade capitalista. Assim, a ‘questão social’ está fundamentalmente vinculada ao conflito entre capital e trabalho” (Cerqueira Filho, 1982: 21), tendo como referência para as reflexões, interpretações e compreensão a pesquisa de campo e observações que fiz na Baixada Fluminense, nas favelas cariocas, em Nilópolis e na Rocinha.

Entendendo-se que, por sua gênese, tal conflito é dinâmico, e, consequentemente, cada sociedade desdobra realidades próprias, observamos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e, por via de consequência, no Brasil que a “questão social” nos impõe uma agenda que nos possibilita um desdobramento, aprofundamento, para além dos limites inicialmente impostos ao conceito original, ou seja, em sentido restrito, a “questão social” pode ser observada sob a perspectiva da violência, já que esta se torna um imperativo, uma prevalência enquanto fato a absorver as preocupações e a interferir, de forma substancial, na vida social – relações sociais – num quadro historicamente dado e detectado, como na Rocinha e no Município de Nilópolis no tempo presente.

Conforme demonstrado por Cerqueira Filho,<sup>113</sup> o que fundamenta o deslocamento das lutas operárias da esfera da repressão - caso de polícia - para a esfera da legitimidade - caso de política - é o alcance do poder de pressão sobre o pensamento hegemônico das elites mandatárias e do patronato local, regional, estadual e nacional. A idéia que justifica e dá consistência a tal concepção é a de que o ingresso de determinado fato social no seio da sociedade reconhecida como tal, enquanto “questão social”, se dá a partir do momento em que

<sup>113</sup> “O que fizeram os homens do governo de após a revolução foi apenas sistematizar o trabalho, regulá-lo, prescrevendo leis para extinguir a violência da solução dos conflitos que até então já se davam (...) pois o que cria a lei é a realidade social e não o contrário” (Cerqueira Filho, 1982: 79).

tem poder de convencimento ou poder de pressão suficientes para se impor enquanto tal. Dessa forma, é sob essa argumentação que passamos a avaliar a violência (miséria, criminalidade, desclassificação) em face da “questão social”, em seus pressupostos de validade.

Tomando como primeiro exemplo a mudança de enfoque sobre a ilegitimidade e/ou legitimidade do desemprego, é conveniente lembrar que, até a década de 60 (e mesmo 70) do século XX, a repressão policial tinha legitimidade para o pressuposto de que qualquer “ser humano” que não portasse “carteira de trabalho assinada” estava sujeito a ser preso sob a justificativa de vadiagem.<sup>114</sup> Outros documentos não representavam cidadania, exceto os que denotavam poder, seja político ou econômico<sup>115</sup>. Nesse contexto, verifica-se a mesma matriz da utilização compulsória da força de trabalho<sup>116</sup> e da justiça seletiva,<sup>117</sup> presentes na formação do capitalismo ocidental e fortemente incentivada no processo de colonização ibérica no Brasil, formatando o Estado Nacional em suas etapas monárquica e republicana.

É sempre bom lembrar que existem diferenças abissais entre a legitimação de questões que envolvem trabalho x capital e das que envolvem sociedade capitalista x miséria enquanto “questão social” na Região Metropolitana do Rio de Janeiro como um espelho do Brasil. Ao passo que o conflito entre capital e trabalho envolve uma enorme gama de embates (práticos e ideológicos) na qual são envolvidos inúmeros atores sociais, como banqueiros, industriais, ruralistas, trabalhadores, biscateiros, políticos, miseráveis, favelados, etc. de lado a lado, a causa dos miseráveis, o mais das vezes, está a cargo dos sentimentos humanístico-cristãos, de caráter eminentemente caritativo.

Se de um lado a causa dos trabalhadores contou com um forte amparo ideológico, intelectuais orgânicos,<sup>118</sup> e detinha forte poder de pressão sobre o poder hegemônico das elites

---

<sup>114</sup> Partia-se do pressuposto absurdo de que só não trabalhava formalmente quem não queria, como se o país atravessasse uma fase de pleno emprego. Mais uma vez a culpabilização da vítima se faz presente.

<sup>115</sup> Da mesma forma, observa-se que a gênese de tal questão pode ser encontrada na colonização do Brasil, já que: “Mas, mesmo nestes dois casos extremos, havia que se levar em conta a condição do infrator, atentando-se cuidadosamente para a sua utilidade dentro do sistema. Assim, mesmo quando cometessem crimes, os ‘homens bem morigerados’ que pagavam seus impostos e possuíam lavras ou estabelecimentos próprios não poderiam, de forma alguma, receber o tratamento que se reservava aos desocupados ou aos trabalhadores intermitentes, elementos onerosos à Coroa sobretudo num período em que já era franca a decadência” (Mello e Souza, 1982: 127). Sob a perspectiva da Igreja, que tinha autoridade suprajudiciária, a questão não era encarada de forma muito diferente, pois “A Igreja autorizava casamentos precoces e tornava as coisas mais simples para os melhor situados socialmente, fazendo com que o matrimônio se tornasse um ideal atingível apenas para alguns” (Mello e Souza, 1982: 143).

<sup>116</sup> Essa mesma situação paradoxal pode ser encontrada em nosso passado, no século XVIII, quando se agudizam as contradições entre uma classe intermediária e as de senhores e escravos que eram as estruturantes sociais daquela quadra. Não sendo senhor nem escravo, um contingente razoável e crescente de pessoas caía numa condição de desclassificação ao mesmo tempo que era pressionada a exercer um trabalho válido, porém não encontrável. Dessa forma, “Tornaram-se fluidas as fronteiras entre o mundo do crime e o mundo do trabalho: trabalho obrigatório para todo homem válido, integrante não mais da legião dos ‘coitadinhos de Cristo’, mas da ‘classe perigosa’ que começava a assombrar as cidades e os burgos no outono da Idade Média” (Mello e Souza, 1982: 53-4).

<sup>117</sup> “Guardiã da Ordem e do Privilégio, a justiça vestia no entanto a roupagem de defensora dos povos, indiscriminadamente. Tanto a prisão como a pena de morte tinham caráter de punição exemplar, esta última sendo comumente aplicada a indivíduos socialmente instáveis ou desclassificados. Se a sujeira e a doença eram causas de morte para os pobres, a lei também contribuía grandemente” (Mello e Souza, 1982: 120). “Sobre os pobres, os mestiços, os negros, a ‘casta da terra’, abatia-se implacável a pena da força, que só em casos gravíssimos – como o de Lesa-Majestade – seria aplicada aos homens brancos melhor situados socialmente. Estes continuariam a ser julgados na Bahia” (Mello e Souza, 1982: 121).

<sup>118</sup> “Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o Homo faber do Homo sapiens. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade

mandatárias, a causa dos miseráveis teve apenas o beneplácito e a comiseração dos portadores de bons sentimentos; intelectuais inorgânicos em relação à causa tinham pena dos pobres,<sup>119</sup> com ações de solidariedade pública e privada e caridade.<sup>120</sup> Dessa forma, como, então, os miserandos metropolitanos do Rio de Janeiro adquirem status de “questão social”, senão por meio de uma via transversa, que não por discurso próprio, mas pelas consequências sociais traduzidas na escalada de violência a assombrar a propriedade privada e as famílias mais abastadas do sistema, como nos indica Vera Malaguti Batista (2003) em *O Medo na Cidade do Rio de Janeiro – Dois Tempos de Uma História*. A escalada brasileira e fluminense da miséria, silenciosa e intermitentemente, após atingir determinado patamar, se torna intolerável aos sistemas de sociabilidade das redes sociais de navegação consumista e de prestígio das elites mandatárias “empoderadas”.

Eclode de forma espontânea, silenciosa, ganhando visibilidade relativa exatamente no momento em que se dá a decretação oficial do fim do socialismo real, e consolidando-se no nível discursivo das mídias, a transmutação do cidadão para consumidor, em uma sociedade do espetáculo.<sup>121</sup> Assim como se afirma que o capitalismo não tem uma teoria, pois que se constrói por meio de práticas, a “causa” dos miseráveis segue a mesma senda.<sup>122</sup>

Dessa forma, ao contrário da classe operária, “sem lenço, sem documento” e sem apadrinhamento, a causa da miséria ingressa na “questão social” pela porta dos fundos, apesar dos messianismos, humanismos, pietismos, sentimentos cristãos, chás de caridade, redes de voluntariado e ações de responsabilidade social de empresas. Ingressa por seus esforços agônicos de revolta civil, uma vez que filhos bastardos de uma cultura de desclassificados, por um sentimento inato de autopreservação de suas vidas de cadáveres baratos, busca criar humanidade para evitar o “conflito civil” com os classificados do Rio de Janeiro.

---

intelectual qualquer, ou seja, é um ‘filósofo’, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar” (Gramsci, s/d: 11).

<sup>119</sup> Joel Rufino Santos (2004), em seu livro *Épuras do Social - Como podem os intelectuais trabalhar para os pobres*, afirma que os intelectuais nada podem fazer pelos pobres; ao contrário, os pobres podem ensinar aos intelectuais como se vive no Brasil – como se virar.

<sup>120</sup> Embora o principal eixo de reivindicação das populações pobres, indigentes e desclassificadas das favelas cariocas e dos bairros periféricos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro sejam as demandas por respeito, a aquisição de direitos e a inclusão como trabalhadores nas diversas redes do sistema produtivo fluminense, não se pode desconsiderar que a caridade, as doações, as ações assistenciais dos poderes públicos governamentais e as ações de solidariedade individuais e/ou coletivas por intermédio de igrejas e ONGs sejam um elemento de fundamental importância na estratégia de sobrevivência dessas populações, pois, além de ganhos financeiros diretos em programas como bolsa-família, cheque-cidadão e similares, os pobres “se viram” transformando em dinheiro doações de eletrodomésticos, roupas, móveis, livros, etc., além das atividades ligadas a reciclagem de papel, papelão, vidros, latas de alumínio e garrafas pet, que são transformadas igualmente em dinheiro e portanto em uma forma de renda e de classificação social, ainda que etérea.

<sup>121</sup> Utilizo a idéia e o conceito de sociedade do espetáculo formulada por Guy Debord, em seu livro *A Sociedade do Espetáculo – Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. No livro, temos que “nunca a tirania das imagens e a submissão alienante ao império da mídia foram tão fortes como agora. Nunca os profissionais do espetáculo tiveram tanto poder: invadiram todas as fronteiras e conquistaram todos os domínios – da arte à economia, da vida cotidiana à política –, passando a organizar de forma consciente e sistemática o império da passividade moderna” (Debord, 2004: 9).

<sup>122</sup> Podemos, com a devida cautela, transpor a idéia de Umberto Eco sobre os meios de comunicação de massa de que “se os apocalípticos sobrevivem confeccionando teorias sobre a decadência, os integrados raramente teorizam e assim, mais facilmente, operam, produzem, emitem suas mensagens cotidianamente a todos os níveis” (Eco, 1979: 9), para a questão do capitalismo.

“Os ricos e a classe média da zona sul fazem passeatas vestidos de branco, pedindo paz, nas praias de Ipanema, Leblon e Copacabana. A paz que eles querem é poderem continuar ricos e longe dos favelados. Nós, pobres e favelados de Manguinhos e Maré, fazemos passeatas e fechamos a avenida Suburbana, a avenida Brasil, a Linha Vermelha e Amarela, para que vejam que queremos continuar vivos. Queremos que a polícia pare de nos exterminar. Mesmo que para isso muitos de nós morram em conflitos com a polícia dos ricos da zona sul, que acha que favelado é bandido” (Isabel Martins, líder comunitária do conjunto Mandela, em Manguinhos, complexo da Maré, em uma reunião no dia 20 de julho de 2005 na Rocinha).

A legitimidade social de uma questão depende diretamente de suas condições em se impor e se inscrever na pauta e no discurso midiático dominante, pois, como se observa no caso dos trabalhadores ligados a CUT, CGT, MST, CONTAG e outras agências, eles conseguem, mesmo que de forma distorcida. Antes de 1930 o movimento operário tinha pouca expressão e reconhecimento e “as classes dominantes (oligarquias agrárias), na medida em que detinham o monopólio do poder político, detinham simultaneamente o monopólio das questões políticas legítimas; das questões que, em última instâncias, organizam a percepção do funcionamento da sociedade” (Cerqueira Filho, 1982: 59).

O crescimento da classe trabalhadora e seu reconhecimento como ator social importante para mediações sociais em uma nova esfera pública ocorre após 1930, e “o governo Vargas aprofundará o tratamento da ‘questão social’ como uma problemática nova, isto é, recebe um tratamento novo na ótica dos grupos dominantes (...) e a ‘questão social’ será reconhecida como legítima” (Cerqueira Filho, 1982: 75).

Ocorre que o pano de fundo de tal “reconhecimento” deixa “claro que o discurso político passa a ver no operariado uma força social que deve ser levada em conta, no cenário da luta de classes” (Cerqueira Filho, 1982: 77). Esse reconhecimento, entretanto, se deu com a intervenção do Estado no seio do movimento operário de tal forma que este “teve cortada assim a autonomia com que vinha se constituindo desde o início do século XX” (Cerqueira Filho, 1982: 83), de sorte que “com o processo de enquadramento do movimento trabalhador na estrutura sindical oficial, apesar da resistência dos setores mais engajados na defesa de uma organização sindical autônoma, a subordinação à autoridade do Ministério do Trabalho acabou por se impor” (Cerqueira Filho, 1982: 84).

Longo e sinuoso tem-se mostrado o percurso que determinadas questões humanas percorrem no sentido de adquirir legitimidade social. Notadamente as idéias e valores que contrariam os interesses hegemônicos do patronato político encontram resistências (tenazes, irrazoáveis) só ultrapassadas a poder da imposição incontornável de um “conflito civil”. É nesse contexto que, “em virtude das freqüentes explosões de lutas civis de ou outro tipo na história recente, há um amplo consenso em torno da existência de uma relação íntima entre tais explosões e a força com que as crenças conflitantes são defendidas por grupos opositos de cidadãos” (Hirschman, 1992: 25).

O processo histórico brasileiro no Rio de Janeiro do século XIX, no qual o escravismo e a industrialização implicaram na segregação e empobrecimento da população, provocou o temor de violentas explosões sociais, em especial na década de 1840. Dessa forma, “o indubitável avanço das forças políticas democráticas, na segunda metade do século, ocorreu em meio a um clima difuso de ceticismo e hostilidade” (Hirschman, 1992: 27).

A esse respeito, pode-se listar uma infinidade de argumentações contra o propósito democrático de pobres e trabalhadores, em especial o sufrágio popular, incluindo mulheres, detentos e analfabetos, no passado.

No tempo presente, na Rocinha em especial, há demanda por reconhecimento como seres humanos, direitos de cidadania e identidade como atores políticos, como moradores de

um bairro; e os moradores querem ser vistos com respeito e sem hostilidade pelas diversas mídias e pelos moradores de São Conrado, Barra da Tijuca e Leblon.

## 4.2 Movimentos sociais: subcidadania e reconhecimento

Muitos estudiosos e militantes políticos se debruçam sobre a complexidade e as incertezas presentes na democracia política representativa e sua capacidade de ampliar o reconhecimento, como seres humanos e cidadãos, das maiorias desclassificadas e invisibilizadas de miseráveis e favelados na Região Metropolitana fluminense, e da participação destas no processo decisório. Alimentam uma percepção da falência do Estado como organizador e provedor do desenvolvimento e da inclusão e classificação social, colocam em cena as questões constitutivas da participação na tomada de decisões cotidianas do poder público, das demandas por direitos e do poder local.

O foco central é a busca de mecanismos que possam romper, na democracia política brasileira, a prevalência do formalismo jurídico sobre o plano do real, sentimentos vividos e sentidos pelos diversos atores sociais em seu dia-a-dia e em suas noites insônes. No Brasil, tais mecanismos não são tímidos pós-Constituição Federal de 1988, são os que permitem maior participação popular nas decisões, tais como os conselhos comunitários, municipais, orçamentos participativos, iniciativas populares de lei, etc.

Sob uma larga base jurídico-institucional, observa-se que a democracia no Brasil, por intermédio de mandatários políticos e tecnocratas, constrói uma inexorável e quase intransponível barreira política que mascara e impede a classificação social, ampliando a desigualdade societal e tornando letárgica a participação da maioria de desclassificados sociais, como os pobres da Baixada Fluminense e os favelados do Grande Rio, impedindo-os, pela criminalização da pobreza, pela apartação territorial, étnica e de origem, do exercício legítimo dos direitos declarados formalmente em lei.

As concepções de democracia participativa e o modelo contemporâneo de republicanismo pós-Constituição de 1988 se propõem à construção de um sistema que repousa na sua capacidade de articulação com a população desclassificada e desorganizada, levando-a a fazer parte da sociedade civil reconhecida pelo Estado e a incorporar, via eleições e participação institucional no sistema de democracia política representativa, ampliando modelos de gestão do Estado compartilhados por representantes políticos eleitos pelo povo e a população, em mecanismos que possibilitem “a existência de diferentes níveis de reuniões que envolvem moradores das cidades e regiões, o estímulo aos debates sobre o espaço urbano, a participação nas determinações de obras públicas...” (Gugliano, 2004: 272).

Entretanto a criação e implantação de instâncias de participação não garantem a transparência do jogo político e, dessa forma, a efetividade e credibilidade buscadas esbarram em manipulações, cooptações e traições, sobretudo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em particular e de forma exacerbada em Nilópolis, onde um grupamento político familiar, além de controlar todos os espaços públicos, tem ampla representatividade e legitimidade social junto à população residente no município desde 1926.

No bojo da propalada crise de legitimidade da democracia representativa, anunciada pelas agências discursivas mais diversas, e como consequência da mesma, surgem

os mecanismos de intervenção direta da população sobre a distribuição de políticas públicas [que] tem sido encarada como solução para a referida crise de legitimidade, na medida em que amplia a percepção dos representantes com relação à realidade objetiva dos governados, assim como admite a instauração de ciclos virtuosos na esfera pública através do funcionamento de múltiplas instâncias de controle social. (Dias, 2004: 236)

No sentido de demandas que imprimem à democracia maior participação, ou seja, na busca de aperfeiçoar a democracia para que se torne mais participativa – em contraposição à formalidade jurídica da democracia liberal representativa –, visando superar a suposta crise de legitimidade, ativistas e acadêmicos buscam estabelecer um modelo dual de distinção caracterizando dois movimentos que para eles, militantes e acadêmicos, são antitéticos: institucional e social. Nessa divisão apenas de caráter didático, entende-se como movimento institucional as práticas e iniciativas do poder público do Estado que se refletem primordialmente no ordenamento jurídico legal, e como movimento social, as oriundas da sociedade organizada ou inorgânica, tais como associações de moradores, sindicatos, ONGs, igrejas, fóruns, movimentos culturais, estéticos, de conflito e revolta civil.

No Estado brasileiro, a reforma permanente do Estado como paradigma de ação política percorreu uma trajetória em que, ao longo do tempo histórico, foram ganhando corpo e densidade a idéia e a noção de democracia participativa sob um viés institucional e presente no ordenamento jurídico brasileiro, que se apresenta, em uma cronologia avistada pelo autor desta tese, da seguinte maneira:

- a) Desburocratização – ainda no período da ditadura militar, com a criação do Ministério da Desburocratização, tendo à frente o ministro Hélio Beltrão;<sup>123</sup>
- b) Municipalismo e Descentralização – promovidos pela Constituição Federal de 1988;<sup>124</sup>
- c) Reforma Política do Estado – nos Governos Fernando Henrique Cardoso e Lula;<sup>125</sup>
- d) Orçamento Participativo – implementado por incontáveis municípios em prefeituras controladas por partidos de diferentes matrizes ideológicas.<sup>126</sup>

A concepção de uma democracia liberal representativa tem sido criticada como restritiva à participação direta da população, elitista e promotora de privilégios. Para a superação de tal quadro, o tratamento sanitário prescrito para a superação da crise de legitimidade, que guarda coerência com o diagnóstico apresentado por estudiosos e militantes políticos variados, da esquerda à direita, além de incontáveis ONGs, envolve três tópicos, a saber: participação direta da população nas decisões, maior transparência na gestão estatal e

---

<sup>123</sup> No período, o ministro Hélio Beltrão gozou de excepcional prestígio social e político e presença junto ao público, com o Programa Nacional de Desburocratização muito freqüentemente difundido como eficaz e eficiente pelas mídias de larga escala, como televisões e rádios.

<sup>124</sup> A Constituição da República brasileira de 1988 imprimiu uma linha radical de descentralização que até hoje ainda está sendo implementada por meio de Leis Complementares. Entretanto o novo pacto federativo promoveu o município a ente federado, com isonomia política em relação à União, ao Distrito Federal e aos Estados, sendo o federalismo brasileiro trino, e o poder municipal equipotente ao poder da União e dos Estados (Oliveira Chaia, 1999).

<sup>125</sup> A descentralização efetuada nos Governos FHC e Lula teve recorte vertical. Na área de educação, por exemplo, unidades escolares públicas (federais, estaduais e municipais) podem e são obrigadas a tal – por meio de um processo simplificado – promover suas emancipações (mediante uma Associação de Pais e Alunos, registro de ata em cartório, publicação em *Diário Oficial*, abertura de conta em banco) e se habilitar a receber verbas diretamente, formato extremamente ampliado com a aprovação de mecanismos jurídicos institucionais que dão legalidade e amplitude às parcerias público-privadas, consagrando o princípio de que público pode ser estatal ou privado (Sachs, 2001).

<sup>126</sup> Tido como experiência inovadora do Partido dos trabalhadores em Porto Alegre, o orçamento participativo foi experimentado na década de 60 do século XX, no Governo do Estado da Guanabara, com Negrão de Lima, na década de 70, no Município de Resende, no Estado do Rio de Janeiro, com o prefeito Noel de Carvalho; e na década de 80, no Município do Rio de Janeiro, com o prefeito Saturnino Braga, e no Município de Duque de Caxias, com o prefeito Hideckel de Freitas. No tempo presente, o orçamento participativo é operado nos municípios fluminenses de Nilópolis, Duque de Caxias, Queimados, São João de Meriti e Paracambi, entre outros.

aperfeiçoamento dos mecanismos de controle social dos espaços públicos, com a implantação de práticas institucionais de “*accountability*”.

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, assim como no Brasil em geral, a aplicação de tal receituário tem se mostrado relativamente eficiente e eficaz, embora em meu entendimento, pela observação na Baixada Fluminense e nas favelas, imprecisa, pois apesar da implementação formal e ativa de inúmeros preceitos legais, institucionais e não-institucionais, como conselhos, fóruns e terceirizações da ação estatal para ONGs, estes inúmeros “conselhos” e as muitas “ouvidorias” e fóruns não têm conseguido, na prática, atender aos objetivos de ampliação dos espaços públicos e promoção de classificações sociais amplas, já que são cooptados, manipulados e capturados, tanto pelo empreguismo via poder público nos Municípios, Estados ou União, como pela submissão servil ao patronato político local, municipal, regional, estadual e/ou nacional, pela dependência dos patrocínios e financiamentos públicos a ONGs, associações, sindicatos e núcleos de pesquisa acadêmica nas universidades.

Apesar de ter sido saudada com evidente otimismo, as experiências do orçamento participativo têm produzido mais discursos que resultados concretos, pois sua margem de operação para decisão coletiva varia de 2 a 8% dos recursos financeiros oriundos de taxas e tributos disponíveis para o orçamento. O mais objetivo e substantivo argumento apresentado a favor do orçamento participativo, em meu entendimento, tendo por base as observações empíricas levadas a cabo para a elaboração desta tese, é que ele sinaliza para a valorização da participação popular organizada, estimulando uma intensa vida orgânica em múltiplos partidos e associações de caráter diverso.

No Brasil e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, os movimentos sociais direta ou indiretamente engajados na resistência à desclassificação social ganham corpo na segunda metade da década de 70 do século XX, e sua história pode ser dividida em quatro períodos, a saber:

- a) Fase heróica – com a erupção de “manifestações públicas, tanto na órbita das relações capital-trabalho, quanto na esfera da reprodução da força de trabalho”. Tal fenômeno “deu visibilidade à existência de um movimento social rapidamente concebido como sujeitos sociais portadores de novas práticas, refletindo novas concepções políticas com grandes potencialidades renovadoras” (Nascimento, 1993: 100). Por surgirem num período de regime ditatorial, tais movimentos, além de sua reconhecida atuação no sentido de imprimir uma luta pelo reconhecimento de carências mediante o poder de pressão (enfrentamento entre organizações populares e os poderes públicos), há quem lhes outorgue um sentido de oposição ao regime militar-autoritário “que muitas vezes se confundia com a oposição a qualquer tipo de Estado. Não por acaso a expressão ‘de costas para o Estado’ virou categoria emblemática na explicação das características destes fenômenos coletivos” (Soares, 1993: 188). Nessa fase

Aparecem como atores fundamentais desse momento, associações de moradores, partidos de esquerda em situações de clandestinidade, a ala progressista da Igreja Católica comprometida com a Teologia da Libertação e instituições profissionais que prestam solidariedade em casos de ameaça de expulsão ou situação de apoio e direcionamento à formação de entidades organizativas. (Barreira, 1993: 175)

- b) Fase de afirmação – nessa etapa foi formada uma rede de movimentos sociais e sindicais que potencializou várias lutas. Podemos destacar o movimento contra a carestia na Região Metropolitana de São Paulo, comandado pela Igreja Católica, pelo Partido Comunista do Brasil – PCdoB, pela Ação Popular Marxista-Leninista –

APML e pelo partidão – PCB; na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o MABE, no Município de Nova Iguaçu, articulando e formando associações de moradores em Nova Iguaçu, Nilópolis, Duque de Caxias, Belfort Roxo e Queimados. O MABE, sob o comando central da Mitra Diocesana de Nova Iguaçu, tendo o bispo Dom Adriano Hipólito à frente, em aliança com o PCdoB, a APML, o MR-8, o PCB, o PMDB, o PT e o PDT, teve forte impacto em todos os movimentos sociais do Grande Rio (Queiroz, 1981). No Município do Rio de Janeiro, a rápida proliferação de associações de moradores e amigos de bairros e associações de favelados formatou um vigoroso movimento associativo, liderado pela FAMERJ e FAFERJ. Todos com intensa participação do partidão – Partido Comunista Brasileiro, do Partido Comunista do Brasil, da APML, do MR-8, do PT, do PMDB e do PDT.

- c) Fase de decadência – com a lei da anistia aprovada em 1979, as eleições diretas para governador em 1982, o movimento Diretas Já, a eleição indireta de Tancredo Neves para presidente da República e a eleição direta para prefeitos nas capitais dos estados e nos municípios considerados de segurança nacional, as principais lideranças dos movimentos sociais metropolitanos, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo, entraram de forma vencedora como candidatos a vereadores, deputados estaduais, deputados federais, senadores, prefeitos e governadores. Esse foi o caso, no Rio de Janeiro, de Jó Resende, vice-prefeito do Rio de Janeiro, Jorge Gama, deputado federal por Nova Iguaçu, Francisco Amaral, deputado estadual por Nova Iguaçu e vice-governador do Estado do Rio de Janeiro com Moreira Franco, Pedro Porfírio, Fernando William, Chico Alencar, Edson Santos, Eliomar Coelho, Leila do Flamengo e tantos outros. A institucionalização dos movimentos associativos de bairros e de favelas por meio de suas lideranças provocou o declínio desses movimentos, que passaram a existir de forma atrelada aos diversos níveis dos Poderes Executivo e Legislativo dos municípios, passando pelo governo estadual e chegando ao poder central da Federação via Congresso Nacional ou ministérios.
- d) Fase de renascimento – no tempo presente, assiste-se ao renascimento dos movimentos sociais urbanos, lutando pelo direito à moradia no Movimento dos Sem Teto, centrado na Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense, promovendo ocupação de prédios abandonados e terrenos urbanos inhabitados, e de vários movimentos contra a violência e por reconhecimento social nas favelas e bairros periféricos da Baixada Fluminense. Entre os de maior impacto, destaco o Movimento Popular das Favelas, a Central Única das Favelas, o movimento Mães do Rio, o Afro-Reggae, o Reage Baixada, o SOS Queimados, o Posso me Identificar?, o Voz do Silêncio, o Questão de Honra, a Rede de Diminuição de Danos da Violência Urbana nas Favelas, o Movimento de Pré-vestibulares Comunitários e para Negros e Carentes em todos os municípios da Baixada Fluminense e em 70 favelas do Grande Rio e a Rede de Comunidades e Movimentos Sociais Contra a Violência. Todos têm como eixo a demanda por reconhecimento como seres humanos, reconhecimento social, reação a insultos morais e humilhações individuais e coletivas, e agem na direção de promover, em um primeiro momento, ações de revolta civil, indignações coletivas, chegando a atos de conflito civil. Exceção feita ao Movimento dos Sem Teto, que tem como paradigma o Movimento dos Sem Terra, e a presença de militantes políticos com origem nas universidades e múltiplos partidos políticos de todas as tendências.

A nova característica dos movimentos sociais urbanos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro pode ser percebida na análise de Boaventura de Souza Santos, que elaborou o que denomina “direito de Pasárgada” para se posicionar pelo pluralismo jurídico. Elegendo uma favela do Rio de Janeiro como modelo, observa que, como em todas as favelas, seus habitantes se confrontam com uma realidade estruturada na ilegalidade formal, uma vez que a ocupação do espaço “é ilegal e, no caso de Pasárgada, iniciou-se no princípio da década de 30 num terreno, situado então nos arredores da cidade, que era na altura propriedade privada, passando mais tarde a propriedade do Estado. Igualmente ilegais são as construções (barracas precárias ou, mais tarde, casa de tijolo), o que decorre não só da falta de título legal de posse de propriedade do terreno como também da violação das disposições legais (nacionais e municipais) sobre a construção de edifícios nas áreas urbanas” (Santos, 1980a:10).

Dessa situação decorrem outros problemas práticos para os moradores uma vez que

As favelas não têm direito à instalação de equipamentos colectivos por parte do estado, desde o abastecimento de água ao domicílio, até à rede elétrica, esgotos e pavimentação das ruas, o que cria mecanismos cumulativos de vitimização colectiva e impõe aos moradores um quotidiano particularmente duro. (Santos, 1980a:11)

Dessas condições objetivas, surge o “direito de Pasárgada”, que se consubstancia num direito paralelo ao do Estado em prover e distribuir justiça, apesar de se reconhecer que tais relações “são ilegais ou juridicamente nulas, uma vez que dizem respeito a transacções sobre terrenos ilegalmente ocupados e a construções duplamente clandestinas” (Santos, 1980a: 14).

No momento em que, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em muitas favelas e bairros, os “chefões” do narcopoder e os “comandos” de grupos de extermínio, polícia privatizada, chefetes locais, executam e distribuem “segurança” e demonstram “poder de polícia” sobre os moradores, poderíamos falar em “polícia de Pasárgada” como formadora de uma casta<sup>127</sup> de mandatários locais, que constituem, eles próprios e seus financiadores, o que caracterizamos como elite mandatária local emergente.

Na esteira da metropolização globalizada da Baixada Fluminense e das favelas da cidade do Rio de Janeiro, observa-se uma nova ênfase na identidade e na diferença e isso resulta

Por um lado, a viragem para o reconhecimento representa um alargamento da contestação política e um novo entendimento de justiça social. Já não restrita ao eixo da classe, a contestação abarca outros eixos de subordinação incluindo a diferença sexual, a “raça”, a etnicidade, a sexualidade, a religião e a nacionalidade. Isto constitui um claro avanço relativamente aos restritivos paradigmas fordistas que marginalizavam tal contestação. (Fraser, 2002: 3)

A autora preconiza uma “concepção ampla e abrangente” que compatibilize a dimensão da *distribuição* com a dimensão do *reconhecimento*, da seguinte forma:

Do ponto de vista do reconhecimento, por contraste, a injustiça surge na forma de subordinação de estatuto, assente nas hierarquias institucionalizadas de valor cultural. A injustiça paradigmática neste caso é o falso reconhecimento, que também deve ser tomado em sentido lato, abarcando a dominação cultural, o não-reconhecimento e o desrespeito. (Fraser, 2002: 4)

---

<sup>127</sup> Para o escopo desta tese, incorporamos a idéia e a compreensão sobre castas produzida por Louis Dumont em *Homo hierarchicus – o sistema das castas e suas implicações* (1997).

Em meu empreendimento, tendo por base empírica de observação minha pesquisa de campo em Nilópolis e na Rocinha, pude constatar, ao testar as hipóteses desta tese, que as idéias de reconhecimento e respeito são sentimentos que estruturam ações coletivas e dão formato a um novo ciclo de movimentos sociais nas favelas e na Baixada Fluminense, em que há “reivindicação de respeito, ponto central do discurso social e político do brasileiro pobre que mora nas cidades...” (Vidal, 2003: 265).

É importante ressaltar que em Nilópolis não se percebem indícios desse novo ciclo de movimentos sociais; a população de Nilópolis participa ativamente das instituições locais e credita confiabilidade em suas elites mandatárias do clã Abrão David-Sessim, reforçando e alicerçando sua legitimidade política e social, pois o clã tradicional e familiar tem a competência política de promover uma ampla classificação social via poder público, a inclusão social e o prestígio coletivo via escolarização e a espetacularização do cotidiano por intermédio da escola de samba Beija-Flor de Nilópolis.

No Município de Nilópolis, a maioria absoluta da população residente mantém um complexo e sofisticado arranjo de relações sociais, políticas, econômicas e ideológicas, pois observa-se, por mais paradoxal que possa parecer, que o poder local e a autoridade das elites mandatárias são legitimados pelas três formas de dominação descritas por Max Weber (Weber, 2005), ou seja, pela via racional-legal, pela via da autoridade tradicional e pela via da autoridade carismática, sem que com isso aconteçam conflitos de interesses que coloquem em risco o pleno e longevo domínio hegemônico do clã Abrão David-Sessim, pois é ele que exerce, de forma concomitante, as três formas de dominação.

É conveniente frisar neste contexto que a luta por reconhecimento em termos coletivos é o “processo prático no qual experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de forma que elas podem influir, como motivos diretos da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento” (Honneth, 2003: 257). Dessa forma, “uma luta só pode ser caracterizada de ‘social’ na medida em que os seus objetivos se deixam generalizar para além do horizonte das intenções individuais, chegando a um ponto em que eles podem se tornar a base de um movimento coletivo” (Honneth, 2003: 256).

O primeiro problema: pobres, miseráveis e desclassificados na Baixada Fluminense ou nas favelas cariocas, morando na cidade do Rio de Janeiro ou em áreas periféricas da Região Metropolitana, têm um discurso próprio, além das muitas queixas e reivindicações que, reelaboradas por estudiosos ou midiáticos, são entretanto apresentadas em programas do tipo “mundo cão”, como *Cidade Alerta*, da Rede Record, e nos principais jornais, como *O Globo*, *O Dia*, *Extra* e *Jornal do Brasil*, como discursos criminalizados ou toscos, desqualificando favelados e pobres como atores sociais em luta por reconhecimento social e direitos de cidadania. Apesar do discurso próprio de favelados e moradores da Baixada Fluminense, não existe no Rio de Janeiro, a rigor, um discurso dos pobres articulado politicamente como projeto de poder, ao contrário das classes médias e das elites mandatárias locais que, mesmo quando não têm um discurso, têm garantida uma tribuna privilegiada e cativa.<sup>128</sup>

<sup>128</sup> O jornal *O Globo* de 25/11/04 estampou com destaque de primeira página, com direito a fotografia, a irritação da atriz Fernanda Torres (filha de Fernanda Montenegro e de Fernando Torres) com o prefeito César Maia, porque este, antes mesmo de tomar posse em novo mandato na Prefeitura do Rio de Janeiro, se disse candidato à Presidência da República. Ocorre que a notícia do postulado açodamento do prefeito já circulava fazia três dias na imprensa e inúmeras cartas tinham sido enviadas e publicadas em diversos jornais. A maioria das cartas que criticavam o prefeito César Maia tinha mais ou menos o mesmo teor das declarações da atriz global. Entretanto, apesar de declarar uma coisa que muitos antes já haviam declarado, essa fala repetitiva, requentada e sem atualidade ganhou imenso (e injustificável) destaque. A esse respeito, pululam na imprensa cotidianamente “notícias que não são notícias”, todas incensando ou colocando em evidência personagens das camadas sociais dominantes.

Com propriedade Roberto DaMatta, em entrevista para a revista *Época*, de 24 de maio de 1999, abordou alguns aspectos ideológicos e culturais da nossa realidade que são significativos. Observou que, no Brasil, há uma ditadura do prestígio, ou seja, quem diz a coisa é mais importante que a própria coisa: “Se Antônio Carlos Magalhães declarar que o Sol se move em torno da Terra, as pessoas vão ponderar. Se for o Zé Maria, ninguém liga.” Essa ditadura do prestígio deriva de uma discriminação que o próprio DaMatta reconhece como traço distintivo da nossa ideologia cultural, uma vez que não é apenas a renda que está concentrada, mas “todos os símbolos e valores nas mãos de algumas pessoas”.

A pregnância do raciocínio utilitarista nas ciências sociais decorre da incapacidade de seus pesquisadores para considerar algo além dos fatores econômicos. Embora neguem e apresentem complexos sistemas de interpretação, o tema que prevalece quando eles estudam questões de ordem política é o da desigualdade econômica. (Vidal, 2003: 266-267)

Não se podem olvidar os ditos recorrentes e encontradiços sobre a condição de pobreza, o mais das vezes contraposta à honestidade, o que, sem dúvida, suscita a condição ou a questão política: “pobre, porém honesto”, “pobre, porém decente”. O que se depreende de tais circunstâncias com relação ao pobre é que seu desejo, acima de tudo, é ser reconhecido como membro legítimo da sociedade. Respeito é a palavra-chave de seu discurso sobre a injustiça social (Vidal, 2003).

Acreditamos que o cidadão na Rocinha e em Nilópolis, pobre, miserável, desclassificado, considera mais importante o sentimento de humanidade, pertencer à humanidade, do que a desigualdade social ou política. Adita a essa afirmação, a conclusão instigante e provocadora de que “esse homem quase nunca condena a desigualdade social em si, mas sim o modo pelo qual, na vida cotidiana, os membros das camadas médias e superiores o fazem sentir-se socialmente inferior, seja nos aspectos públicos ou no trabalho” (Vidal, 2003: 267). Esse sintoma é evidente na Rocinha, nas favelas cariocas e nas periferias da Baixada Fluminense, não sendo observado, porém, em Nilópolis, onde a população se autodefine como respeitada e reconhecida pelos governantes e demais atores políticos.

A noção de respeito, de existência humana, de visibilidade é o ponto central na avaliação da qualidade das relações sociais e a sua negação aponta para a negação da cidadania, como na Rocinha, no discurso de seus moradores, e esse fato é percebido por meio de

Palavras cheias de subentendidos, um gesto de desconfiança ou um olhar esquivo bastam muitas vezes para que eles se sintam profundamente humilhados pela revelação de sua inferioridade social. Julgam-se também rebaixados à posição infame de delinqüentes ou mendigos quando passam por pessoas que, com medo de serem roubadas ou solicitadas a dar esmola, agarram precavidamente suas bolsas e pacotes ou desviam rápido o olhar. (Vidal, 2003: 267-268)

A “questão social” no Estado do Rio de Janeiro, em particular na Região Metropolitana, sob a perspectiva da violência civil, utilizada como reação a “insultos morais” e demanda por respeito, reconhecimento e cidadania, é na Rocinha, assim como na Baixada Fluminense e em muitas favelas, a revelação dos sentimentos da maioria da população dos tempos presentes em que

Nos momentos conjunturais de aguçamento da crise de hegemonia no Brasil, a “questão social” se define como uma questão que deve ser resolvida na base dos aparelhos repressivos de Estado. Isto define a “questão social” como uma “questão de polícia” que,

sem deixar de ser política, passa a ser resolvida com predomínio de uma de suas dimensões, a repressão efetiva, prática. (Cerqueira Filho, 1982: 28)

Quando discursos midiáticos, políticos e acadêmicos caracterizam determinadas questões sociais manifestadas em forma de conflito civil como desordem, baderna ou criminalidade, “o predomínio dos efeitos repressivos dos aparelhos de Estado aparece como ‘natural’” (Cerqueira Filho, 1982: 58).

No dia 31 de maio de 2005, a Secretaria de Estado de Direitos Humanos foi procurada por dirigentes de quatro ONGs que pediram uma audiência ao secretário de Estado Jorge da Silva, em conjunto com seu subsecretário, que é o autor desta tese de doutorado. Na reunião, estiveram presentes 67 líderes comunitários, representando todas as favelas da Tijuca, Grajaú e Andaraí, que estão na área de atuação do 6º BPM, além de Marcelo Freixo, da ONG Justiça Global de Defesa dos Direitos Humanos, da Sra. Ísis Cardoso, do Movimento Popular de Favelas, da Sra. Isabel Martins, da Rede de Comunidades e Movimentos Sociais Contra a Violência e da Sra. Regina Célia, do movimento Posso me Identificar?. Nessa reunião, de forma unânime, as falas dos representantes de mais de 20 favelas criticaram duramente a ação do 6º BPM, acusando-o de múltiplas humilhações e desrespeitos a todos os moradores das comunidades.

Segundo os líderes comunitários, o 6º BPM tratava favelado como bandido, e todos eram culpados de atos criminosos somente por serem favelados; e, se não fossem autores dos crimes, eram cúmplices, e por isso eram *esculachados*, insultados e humilhados. Os moradores dessas favelas, por meio de suas lideranças, decidiram não mais comparecer ao café da manhã mensal no 6º BPM, que formata o Conselho Comunitário de Segurança, pois, segundo eles, o comportamento dos policiais militares do 6º BPM era incentivado e elogiado pelos diversos comerciantes e pelas associações de moradores do asfalto, que pediam mais repressão e controle dos delinqüentes das favelas. O discurso dos favelados da grande Tijuca, Grajaú e Andaraí não é diferente das falas cotidianas dos moradores da Rocinha.

Na perspectiva dos “homens de bem” e das “mulheres honestas” tijucanas, assim como dos comerciantes da grande Tijuca, as demandas por respeito, reconhecimento e direitos são ilegítimas, e a legitimidade da questão social não é admitida, como no passado, em que “Nesse contexto, a ‘questão social’, por ser ilegítima, não era uma questão ‘legal’, mas ilegal, subversiva e que, portanto, deveria ser tratada no interior dos aparelhos repressivos de Estado” (Cerqueira Filho, 1982: 59).

A idéia exógena do “politicamente correto”, que se alastra pelas agências discursivas midiáticas de comunicação eletrônica e pela população em geral, em todos os seus estratos, imprime às relações humanas um componente autoritário e elitista, pois de forma artificial, de cima para baixo, tenta banir as possibilidades do conflito sob o argumento de que este seria um fator de entrave às boas regras da convivência. A idéia de paz, qualidade de vida e conciliação não é um “lugar social” para favelados da Rocinha e pobres da Baixada Fluminense, pois “devemos atentar para o fato de que a conciliação não inclui as classes subalternas” (Cerqueira Filho, 1982: 30).

Isso implica na reificação de um conformismo acrítico que é marca distintiva da sociedade brasileira reconhecida como tal do tempo presente, com seu passado e tradições reconfigurados. Essa estrutura discursivo-ideológica sepulta um vasto repertório de possibilidades de mudanças e classificações sociais, uma vez que deixa nas mãos das estruturas de poder político e ideológico do Estado e da sociedade reconhecida, no nacional e no local, as tomadas de decisões, decisões estas cada vez menos submetidas à crítica propositiva das camadas populares, que se constitui na necessidade básica para uma resistência à violência simbólica do insulto moral e à injustiça da criminalização coletiva de favelados e pobres.

O que mudou – via valores culturais ideológicos e políticos nas agências discursivas dos despossuídos e favelados – nessa história foi a postura dos desclassificados ante a “realidade” das mídias de largo alcance, como televisão e rádio, que apontam para a necessidade de paz social e desejam que favelados e moradores da Baixada Fluminense tenham uma atitude de conformismo generalizado, aceitando serem submetidos às vontades das elites mandatárias, mesmo quando estas contrariam seus interesses, sejam de ordem ideológica, cultural, política ou estética.

Esse fato, que era vivido em silêncio, indicava um profundo sentimento de impotência ante a vida e as coisas da vida, a idéia de que as coisas são assim mesmo e nada que se faça pode mudá-las. Dessa forma, os valores hegemônicos das elites mandatárias, com a cristalização capitalista em escala global, a imposição de um “modo de pensar consumista”<sup>129</sup> e outros fatores, procuram descartar a possibilidade de reconhecimento social e impõem um simulacro de cidadania, ou seja, estabelecem um império de regras e normas a seu proveito, sob a máscara abrangente de cidadania como capacidade ampliada de consumo.

Sob essa ótica, favelados e moradores da Baixada Fluminense teriam hipoteticamente cidadania, liberdade e participação popular, teriam igualdade e justiça, pois os teriam como estatutos permitidos, ou seja, consumidores e contribuintes com liberdade, participação popular restrita territorialmente a seus “guetos”, igualdade e justiça tuteladas pela ótica, desejo e vontade das elites mandatárias, dentro desses parâmetros; esses requisitos são até incentivados, pois garantem, mesmo que na aparência, uma universalidade, uma totalidade social ao processo democrático brasileiro.

Entretanto os moradores da Rocinha, das demais favelas, bairros periféricos e municípios metropolitanos estão se rebelando e promovendo ações que já se caracterizam como um “espectro de conflito civil”, pela freqüência e pelo padrão de comportamento.

Nesse processo, as palavras apresentam a característica de terem “várias definições, e sem especificar não fica claro qual é a definição que se pretende utilizar. Esse uso ambíguo de palavras não é casual, e serve aos interesses de quem não quer que prevaleçam aqueles da população trabalhadora” (Valla, 1993:65). Essa perspectiva fez das palavras cidadania e democracia conceitos amplos, “guarda-chuvas” para qualquer situação, e transformou Bobbio numa citação obrigatória clássica em trabalhos que abordam a materialização prática de conquistas legais, inclusive nesta tese, pois que

É função da linguagem dos direitos, a de emprestar força particular às reivindicações dos movimentos que demandam para si e para os outros a satisfação de novas carências materiais e morais; ao mesmo tempo em que a torna enganadora e obscurece a diferença entre o direito reivindicado e o direito reconhecido e protegido. (Bobbio, 1992: 10)

Dessa forma, o direito de cidadania na democracia brasileira do tempo presente passa a ser uma permissão estratégica dos “donos do poder” que visa envolver determinados segmentos sociais num “esforço para neutralizar ou aproveitar em benefício próprio o público

---

<sup>129</sup> “O capitalismo desenvolveu nos indivíduos uma forma própria de estruturar a realidade e agir sobre ela. Essa forma é às vezes tão sutil e discreta que consegue invadir territórios mais policiados do controle ideológico. Aí está sua força. Já não se pode pensar hoje em termos de demarcamento ideológico como se fazia no passado. O modo capitalista de pensar parece ser uma estrutura inconsciente que se coloca a nós, à nossa vivência de forma imperativa. Ela conta com meios e instrumentos muito mais sofisticados de convencimento e atuação. Urge, portanto, a revisão de todo o aparelhamento teórico para dar conta da realidade que nos cerca” (Marcondes Filho, 1986: 9-10).

articulado, [pois] os fabricantes de opinião tentam transformá-lo numa rede intermediária para suas opiniões" (Mills, 1975: 370).

Uma percepção sobre os valores ideológicos e culturais das idéias de cidadania, justiça social e democracia é a de que eles estão sempre voltados para o passado com o intuito de "atualizar" justificações necessárias a conjunturas determinadas (Marx, 1997). Isto propicia uma total manipulação na qual

Este fenômeno não nos é estranho: desde Durkheim, sabemos que qualquer "efervescência" social só pode ser regular, provisória, muito bem delimitada no tempo, e que convém se proteger dela cuidadosamente. A violência criadora, a destruição construtiva só podem pertencer ao passado ou ao futuro, em resumo, para se servir de uma metáfora muito simples, a trama não pode ser continuamente estendida sob pena de destruir os fios que a constituem; o enfraquecimento (a adaptação) é o que propriamente permite sua manutenção. (Maffesoli, 1987:39)

Tamanho poder de subversão dos valores sociais "implica em que a ideologia se tipifique por um constante abandono de pontos de vista (totais ou parciais), e na adoção de novos"<sup>130</sup> (Alves Filho, 1997: 333).

Este mesmo processo dialético de reatualização se dá quando nos reportamos à violência criminal e civil, pois

Queremos dizer com isso que há mais vitalidade nesse comportamento destrutivo (caos, nada, morte) que na atitude que "representa" oficialmente a vida. Podemos dizer ainda que não devemos confundir a vida social com uma de suas "formas" qualquer que seja, e se a ordem, o acordo, etc., caracterizam uma de suas modalidades, temporalmente a mais importante, a perda, o desgaste, a morte, etc., inscrevem-se igualmente na sua dinâmica, apesar de serem dificilmente admissíveis enquanto tais. (Maffesoli, 1987: 43)

A história do culto à personalidade é deveras antiga, já foi analisada de forma direta e indireta em muitas pesquisas acadêmicas e jornalísticas e se insere na ideologia cultural da política brasileira pelo seu patronato, pelo clientelismo e pelos mandonismos potencializados pela hipertrofia dos poderes executivos nacionais, estaduais e municipais. Atitudes, posturas e procedimentos costumeiros necessitam da sanção social, ou seja, para serem legítimos necessitam de aparente "naturalidade".

Observamos recentemente uma agressiva campanha no sentido de uma nova forma de culto à personalidade em que o que era encaminhado com modéstia comportamental passa a ser explicitado de modo espetacularizado. O pudor, o recato e as variadas formas de humildade funcional dão lugar ao despudor, ao exibicionismo dos "big-brothers". Aparentemente, a nova estratégia de culto à personalidade mudou apenas de forma, uma vez que os objetivos são os mesmos.

Alguns exemplos do tempo presente são reveladores: uma apresentadora de TV que sorteia entre os seus telespectadores o direito a um almoço com ela, em um restaurante famoso e muito caro; um jovem ator de TV sem grande projeção que, por telefone com tarifa cobrada, fala de suas imaturas experiências de vida, etc. Esse aparentemente ingênuo

<sup>130</sup> Ideologia e cultura são quase sinônimos em determinadas interpretações marxistas. Em diversas citações deste texto, a palavra ideologia tem esse sentido, de cultura. Entretanto o autor desta tese entende cultura no sentido clássico da sociologia e da antropologia, que a diferencia de ideologia. Portanto, para esta tese, cultura é um conceito que faz parte de um sistema ideológico, ou da superestrutura ideológica de uma sociedade de classes e capitalista. Quando fazemos uso da expressão ideologia, utilizada sobretudo por Aluizio Alves Filho e Gisálio Cerqueira, o fazemos respeitando o entendimento dos autores sobre o conceito, mas dando ênfase a uma certa idéia de cultura política centrada nos entendimentos produzidos por Antonio Gramsci.

exercício de futilidade encerra questões ideológicas e sociais que não são nada inocentes nem fúteis.

Esse exercício continuado e expandido possibilitará que tais práticas se tornem socialmente corriqueiras, banais e, portanto, legítimas: os “*reality-shows*” são emblemáticos. Ocorre que, ao se legitimarem tais práticas, legitima-se também a concepção de que pessoas públicas e celebridades são seres diferentes, semideuses e, nessas condições, legitimamente portadoras de imunidades e privilégios. Como reforço a esse estado de coisas, essas próprias elites emergentes publicizadas pelas diversas mídias são “pessoas com vantagens que relutam a se considerarem apenas pessoas com vantagens. Chegam a definir-se prontamente como intrinsecamente dignas daquilo que possuem; chegam a acreditar-se como constituindo ‘naturalmente’ uma elite; e na verdade consideram seus bens e seus privilégios como extensões naturais de seu ser de elite” (Mills, 1975: 23).

Sobre esse aspecto, o diferenciamento entre a elite empoderada cultural (celebridades, artistas, famosos, etc.) e os demais anônimos residiria na incapacidade destes últimos, admitida pelos próprios anônimos, invisíveis, e as classificações e desclassificações se justificariam plenamente em função dos méritos e da auto-estima dos que têm prestígio e poder, e são, portanto, reconhecidos “naturalmente”,<sup>131</sup>.

Essa estratégia contemporânea, própria de uma sociedade do espetáculo, ativa os mecanismos sociais tradicionais de dominação para operarem as exclusões sob o manto sacrossanto das revistas tipo *Caras* e das manhãs televisivas glamourizadas de Ana Maria Braga como líder de audiência na Rocinha e na Baixada Fluminense como um todo, inclusive Nilópolis. Favelados e pobres introjetam em suas subjetividades individuais e coletivas (Engelmann, 1978) os valores de um individualismo exacerbado pelo culto à personalidade e à visibilidade midiática, gerando celebridades locais despóticas ou alimentando sentimentos de revolta e indignação que se traduzem em violência criminal ou civil e ações anacrônicas, porém coletivas, de conflito civil, motivadas pela inveja de famosos e ricos.

Conversando com um morador da Rocinha, preso na casa de custódia de Benfica por ter matado um médico de forma fria e calculada após roubar-lhe um carro importado, disse-me ele que matou quando o homem falou que era médico, pelo prazer de exterminar um médico rico; pois os moradores pobres da Rocinha são discriminados pelos ricos, e maltratados e humilhados por médicos nos hospitais públicos porque são da Rocinha.

Segundo o prisioneiro, sua ação ao assassinar o médico rico era um ato de vingança que redimia as humilhações sofridas pelos moradores da Rocinha, uma “homenagem aos pobres e favelados”, e, se ele tiver chance, matará outros ricos, em particular médicos, que deixaram sua mãe morrer sem atendimento em uma emergência hospitalar com crise aguda de asma, “não tiveram dó nem piedade”. E é assim que ele, em nossa conversa após a rebelião de Benfica, dizia agir, sem dó, piedade ou culpa após ter matado um ser humano por ser rico e médico.

Acredito que nada justifica um assassinato, mas é muito importante conhecer as motivações de natureza psicossocial e os desejos do assassino para compreendermos sociologicamente práticas sociais coletivas de desclassificados que se colocam como contracampo ao poder das camadas privilegiadas da sociedade reconhecida como tal e do Estado brasileiro, principalmente nas favelas da Zona Sul e da Tijuca na cidade do Rio de Janeiro.

---

<sup>131</sup> Utilizei para produzir a compreensão descrita sobre anonimato dos desclassificados e prestígio das celebridades as idéias da psicanálise presentes no livro de Reuben Osborn *Psicanálise e marxismo* (1966).

### 4.3 Continuidades e “mudanças”

No entender do *scholar* norte-americano Jordan Young, as soluções “pelo alto” empreendidas no Brasil se devem a casos fortuitos, a uma capacidade “peculiar dos líderes da nação para proporem soluções conciliatórias para as crises e do povo para as aceitar, evitando-se desse modo desastrosas perturbações civis”, e tal arranjo se reveste positivamente, já que a “neutralização do conflito mediante a conciliação é um fato definido da vida histórica do Brasil e oferece um padrão efetivo de continuidade desde o período colonial até o presente” (Young, 1970: 290).

Evidentemente que tal assertiva busca camuflar, proposital ou ingenuamente, por meio de afirmações inconsistentes em termos empíricos, a manipulação das elites mandatárias brasileiras que, em determinados momentos, além de enganarem a população, buscam o apoio das massas populares, sob o disfarce de luta aparentemente popular, para a consecução de seus objetivos patrimonialistas, individualistas e privatistas.

A sociologia produzida na cidade do Rio de Janeiro nas décadas de 40, 50 e 60 do século XX, de modo quase unânime, entretanto, vislumbrava os fiascos dos pactos sociais por cima, indicando “uma tentativa de mudança pelo alto que falhou porque as elites teriam que ceder alguma coisa” (Jaguaribe et al., 1986).

Na obra *Brasil, 2000 – para um novo pacto social*, Hélio Jaguaribe e uma equipe objetivaram delinear um projeto para o país, com “o caloroso apoio do Presidente Sarney” e um convênio com a SEPLAN. De acordo com o título, a pesquisa e suas prescrições se baseavam precipuamente na idéia de um pacto visando a instauração de “uma democracia estável, no Brasil, enquanto não for significativamente reduzido o abissal fosso aberto entre as grandes massas e os estratos superiores da população” (Jaguaribe et al., 1986: 15).

O propósito do trabalho seria “mobilizar o mais amplo acordo nacional em torno de um Novo Pacto Social, que assegure, até o fim do século, a erradicação da miséria e a eliminação das formas extremas do atraso e da pobreza” (Jaguaribe et al., 1986: 19).

O projeto do pacto, de caráter reformista, diagnosticava uma situação insustentável, na qual

Reconhecidamente, entretanto, o nível de extrema pobreza atingido pela população brasileira, com a consequente concentração de quase toda a renda nos seus estratos superiores, torna inviável o prolongamento do presente status quo. O presente estado de iniquidade social tende a se agravar, tornando-se sócio-politicamente insustentável. (Jaguaribe et al., 1986: 30)

Entretanto, com os dados recentes do IBGE, IPEA e FGV, parece que as elites mandatárias cariocas, fluminenses e brasileiras acham que o fundo do poço deve ser mais fundo, pois quanto maiores as desigualdades, maior a sustentabilidade dos privilégios mantidos pelo controle social via criminalização da miséria e aumento da repressão policial aos indigentes.

O pacto em questão encontrava justificativas e viabilidade na idéia de que:

Vale a pena, para as classes mais ricas, comprar, a preço de um esforço tributário adicional da ordem, para as pessoas físicas, de 10% ao ano, a paz social e, com ela, construir uma sociedade mais equânime e integrada e também, economicamente, mais funcional e de muito maior capacidade aquisitiva? Vale a pena, para as classes menos favorecidas e para as suas lideranças, em troca de um previsto e continuado acréscimo mínimo, da ordem de 10% ao ano, de seu padrão de vida, de capacitação e de participação, renunciar a eventuais mais ambiciosas reivindicações, mantendo aceso o fogo do conflito social? (Jaguaribe et al., 1986: 15)

Jaguaribe acreditou que bastava elevar a carga tributária e as bases de um novo pacto social estariam montadas; e, a partir delas, uma ação de vontade política efetiva de conciliação seria possível. Jaguaribe, de forma respeitável e honesta, acreditava tanto nessa idéia que foi ministro de Collor, consultor de Fernando Henrique Cardoso e eleitor otimista moderado de Lula, e seu projeto de governo, que ajudou a montar. O que Hélio Jaguaribe não percebeu, desde os tempos do ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros, nas décadas de 50 e 60 do século XX, foi o percebido por Gisálio Cerqueira, indicado em sua tese de doutorado no início dos anos 80 do mesmo século: a conciliação no Brasil era circunscrita às elites mandatárias variadas, excluindo-se das arenas políticas de mediação e participação decisória as massas populares, os favelados, os desclassificados, definidos por Gisálio Cerqueira, inspirado em Gramsci, como “classes subalternas”.

Collor, Fernando Henrique Cardoso e Lula fizeram a carga tributária crescer, mas sem os sentimentos da social-democracia européia dos anos 50, 60 e 70. Seus sentimentos foram direcionados para uma justiça tributária que tem por base o ajuste fiscal que, a custo da racionalização operacional da reforma do Estado como paradigma de ação política (Sola, 2001), cortou gastos públicos sociais e fez aumentar em muito o superávit primário, para que moedas fortes escoem para o largo ralo do que Leonel Brizola chamava de “perdas internacionais”.

O fato, registrado pelos dados e índices de 2005 do IPEA, do IBGE e da FGV, é que a concentração de renda continua a aumentar junto com o crescimento exponencial da pobreza, da indigência e de variadas formas de desclassificação social, convivendo com discursos midiáticos, acadêmicos, empresariais e de ONGs de vivermos uma cidadania mundializada pela dinâmica dos mercados globais. Entretanto convivendo na Rocinha e em Nilópolis e perambulando por toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, detectei, em minhas observações de natureza sociológica, “uma nova linguagem que vem recriar a tradição. É a modernização do antigo, criando o ‘novo’ conservador. A ruptura reforça a continuidade, estabelecendo um discurso do real muito particular” (Góes, 1986: 15)

Talvez em Oliveira Vianna encontremos subsídios para uma explicação da prevalência dos privilégios estatuídos nas leis, nos estatutos legais da formalidade jurídica brasileira:

Eles como que estão ainda nesta fase da filosofia política, em que o Estado é concebido como uma estrutura estranha à sociedade, ajustado a ela, vinda de cima, como que por direito divino – e não emanado dela, partilhando das suas condições materiais e de espírito, vivendo a vida da sua “cultura” e sofrendo a influência das suas transformações. (Vianna, 1955: 420)

O empenho das elites mandatárias governantes não era uma inocente crença, mas proposital; um projeto de dominação, segregação e desclassificação. Uma Constituição e um corpo legal eivados de sofistificações e eruditismo, afastando a população da reivindicação de direitos, pela via da intimidação intelectual e erudita. Em Oliveira Vianna detectamos o que neste estudo chamamos de subespécie de via prussiana, quando ele, referindo-se aos juristas e constitucionalistas e intelectuais da época, afirmava:

Os nossos constitucionalistas – legisladores, publicistas, tratadistas e políticos, tanto no Império, como na República – nunca tiveram outra maneira de tratar estes problemas senão esta. O fundo cultural do nosso povo – tal como ele se revela nos centros principais da sua formação social – é sempre considerado por eles um fator estranho, incomputável no jogo dos seus silogismos e conclusões. O povo-massa brasileiro – o nosso “demos”, na sua realidade viva – nunca os preocupou, nem hoje, nem ontem, nem anteontem, quando se metem a pensar na construção destes regimes, em que, paradoxalmente, este Demos deve ser justamente, o Logos e as inscrições das Tábuas da Lei. Os problemas da organização dos poderes públicos e da atividade administrativa do Estado são tratados, consequentemente,

em inteira desconformidade com a nossa experiência histórica, com as lições do nosso passado e com as próprias realidades observadas. (Vianna, 1955: 419-420)

Criticando a via prussiana, as soluções de “cima para baixo” e a “revolução pelo alto”, Carlos Nelson Coutinho acreditava que o socialismo estava logo ali na esquina, tendo em vista o crescimento de

... organismos de democracia direta, sujeitos políticos coletivos (comissões de empresa, associações de moradores, comunidades religiosas de base, etc.); e, além disso, ganharam autonomia e representatividade, na medida em que se desligaram praticamente da tutela do Estado, antigos organismos de massa, como alguns dos principais sindicatos do País, ou poderosos aparelhos privados de hegemonia, como a OAB, a CNBB, etc. (Coutinho, 1979: 44)

Acreditava, ainda, que “Isso abre a possibilidade concreta de intensificar a luta pelo aprofundamento da democracia política no sentido de uma democracia organizada de massas, que desloque cada vez mais ‘para baixo’ o eixo das grandes decisões” (Coutinho, 1979: 44).

A imagem nítida que se apresenta é que negociaram ideais, sonhos e esperanças como se donos de armazéns, botequins ou bordéis. Transformaram os sonhos de favelados da Rocinha e da Maré, assim como dos pobres miseráveis e indigentes da Baixada Fluminense, em mercadorias comuns e os realizaram sob as leis de mercado. Os sonhos mais caros, prenhes de ingênua humanidade, serviram de espólio à ascensão individual de uns poucos que denominamos elites mandatárias. Instrumentalizaram as utopias segundo interesses pueris de ascensão social. O que observamos em nossa pesquisa de campo, em Nilópolis e Rocinha, é que a população tem plena consciência de que é enganada, mas faz o jogo assimétrico do clientelismo definido por Luiz Henrique Bahia (2003), e em seus depoimentos enxergamos o teorizado por Dalmo Dallari:

Os sistemas eleitorais e os sistemas de governo são organizados de tal modo que só os que têm muito dinheiro ou que pertencem à cúpula de um grupo político muito poderoso é que vão para os cargos mais importantes e podem tomar decisões de grandes consequências. Além disso, as principais decisões sempre são tomadas por pequenos grupos de pessoas, praticamente em segredo. Os banqueiros, os grandes empresários, os principais chefes militares e uns poucos dirigentes partidários conseguem influir sobre o que vai ser decidido, mas a grande maioria do povo só toma conhecimento do que já foi decidido e pesa muito pouco no processo de tomada de decisões. (Dallari, 1983: 32)

A história do Rio de Janeiro e da sua elite mandatária estabelece um roteiro de farsas – idas e vindas, mentidos e desmentidos – que servem para tecer o figurino que mais convém ao poder, seja ele local, municipal, regional, estadual ou nacional.

Nas épocas de retórica igualitária, os mais inteligentes ou mais articulados nas classes média e inferior, bem como os membros culpados da classe superior, podem ter idéia de uma contra-elite. Na sociedade ocidental, realmente, há uma longa tradição de imagens variadas do pobre, do explorado e oprimido como sendo o realmente virtuoso, bom e abençoados. (Mills, 1975:23)

Notícia de jornal nos informa que, nas últimas eleições municipais de 2004, os “centros sociais” mantidos por políticos foram os grandes cabos eleitorais do país, uma vez que

Dos 55 vereadores eleitos na cidade de Rio de Janeiro, 32 são donatários de um desses centros. Em Caxias, todos. Em São João de Meriti, dos 18 só dois não têm centro social. O fenômeno não se limita ao Rio. São Paulo, a maior cidade do País, mergulhou de corpo e alma nessa nova moda. Lá, dos 55 edis, 40 lançaram mão do paternalismo barato para se elegerem. A prática tem mostrado que o parlamentar dono do centro social nunca está preocupado com os grandes temas nacionais. Só quer saber de verba pública para a sua instituição. (Cesar, 2004: 5)

Esse tipo de fato nos indica duas facetas de uma realidade precária sob o aspecto dos desclassificados e da cidadania. A primeira deixa claro que, numa sociedade permeada pela desigualdade e pela miséria, as migalhas advindas dos centros sociais têm um caráter de obtenção de direitos, de respeito e de reconhecimento social; e a segunda é que, mesmo numa sociedade de modelo neoliberal, a verba pública continua a ser privatizada, como na Primeira República e no Império, sob a camuflagem discursiva da promoção dos direitos humanos, da responsabilidade social e do voluntariado “ongueiro”. Só na Rocinha atuam 128 ONGs, além das dezenas de igrejas, todas com projetos de inclusão social patrocinados por instituições públicas e privadas nacionais e internacionais. Segundo Luís Mir (2004), de cada mil dólares destinados à ação social, 900 ficam no meio do caminho das máquinas administrativas acionadas pelos “voluntários da pátria”.

#### **4.4 Delírios e extremos: horror e futilidade**

O episódio no qual Maria Antonieta, ao tomar conhecimento da revolta popular devido à falta de pão, perguntou por que a turba ignara não comia brioches o mais das vezes é apresentado em tom de piada, como a fonte inspiradora das piadas de louras burras, pretos bandidos e favelados ladrões hoje em voga. Muito além de engraçada, tal passagem está a indicar com muita acuidade a ilimitada capacidade da perversidade humana, principalmente das elites mandatárias no poder.

Os exemplos históricos de verdadeiros delírios apoiados no poder podem ser catalogados em todos os idiomas, circunstâncias e graduações. A passarela do transcorrer de absurdos não entra em recesso nem para manutenção, pois a obsessão pelo poder e o controle absoluto não dá tréguas à humanidade.

Devidamente pautada pela mídia de largo alcance, televisão e rádio, que verbaliza os medos reais e imaginários<sup>132</sup> das elites mandatárias,<sup>133</sup> a população do Rio de Janeiro<sup>134</sup> se sente ameaçada por tudo e por todos. Nesta pesquisa de tese, o item segurança individual obteve, com pequenas variantes, a mesma resposta:

“Não há mais segurança. Sair na rua se transformou numa aventura, pois não se sabe se vai voltar ilesa para casa. Saio apenas para o mais estritamente necessário e, sempre que posso, evito me expor na rua” (Marta, engenheira, moradora de Ipanema).

---

<sup>132</sup> Ver Malaguti Batista, Vera. *O medo na cidade do Rio de Janeiro – dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

<sup>133</sup> Esse tipo de medo (funcional) disseminado atende às demandas e inseguranças das elites mandatárias, embora se entranhe indiscriminadamente por toda a população, inclusive nas camadas mais pobres, os desclassificados.

<sup>134</sup> Incluindo o chamado Grande Rio e mais precisamente a Baixada Fluminense e as favelas, cujos nomes têm conotação de maior violência.

“Nada mais é seguro. Até sair de casa para fazer compras representa uma tensão enorme. Fico com a sensação de que a qualquer momento um tiroteio pode acontecer. Ando com pavor de bala perdida” (Márcia, professora, moradora do Méier).

“Antigamente Copacabana era uma tranquilidade. Podia-se passear despreocupado, curtir a praia. Hoje, é o que se vê: violência, pivetes, drogas...” (Roberto, aposentado, morador de Copacabana).

A população convive com o medo real e ancestral, o traficante de hoje ganha poderes irreais como se transmutado num sebastianismo pelo avesso, no retorno e vigência do vodu haitiano, e “as projeções paranóicas fazem com que os rumores tendam a magnificar os poderes do inimigo, situando-os numa trama diabólica” (Malaguti Batista, 2003: 44).

As revoltas populares do Império assombraram a população e nela imprimiram respostas “histéricas de perseguição e aniquilamento”. A Revolta dos Malês (1835) criou um clima tal de histeria extrema que fez “com que civis armados saíssem às ruas atirando a esmo nos negros” (Malaguti Batista, 2003: 26).

O mesmo ocorre em outros episódios, como no caso de Canudos, no qual os fazendeiros, principais interessados em esmagar o “mau exemplo”, insuflaram o assalto àquela comunidade fomentando boatos.

Não houve um motivo; houve um pretexto. Alegava-se que o Conselheiro havia comprado e pago uma certa quantidade de madeira, na cidade de Juazeiro, para a construção em Canudos. Não recebendo a encomenda, propalou-se que se prontificava a cobrá-la a mão armada. O boato espalhou-se, ganhou foros de verdade, motivou pânico. (Facó, 1965: 95)

Aliás, o rastilho da boataria alarmante foi uma constante e, mesmo sabendo-se que a primeira força regular contra os camponeses de Canudos foi rechaçada com armas rudimentares, pois que “dispunham então de armas primitivas: espingardas de caçar passarinhos, facões de campo, cacetes, ferrões de vaqueiro” (Facó, 1965: 95-96), boatos alarmavam os sertões (e as oligarquias) e davam conta de que os conselheiristas estavam fortemente armados. Essas versões absurdas ganhavam foros de verdade e mesmo se asseverava “sobre supostas remessas de armas vindas da Argentina para Canudos! Quando tais armamentos dificilmente chegariam sequer a cidades como o Rio ou Salvador” (Facó, 1965: 85).

Por meio desse medo difuso e indiscriminado são encontradas as explicações para o aniquilamento do “inimigo doméstico”, a exemplo do que hoje se realiza nas favelas, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense, onde atirar a esmo é uma prática tolerada por uma consequente heurística do medo. Sobre o poder localizado dos traficantes,<sup>135</sup> as respostas encontradas tendem a convergir para uma supervvalorização dos seus poderes, das suas fortunas e das suas atuações:

“O chefão da boca manda e desmanda. Controla o bando, controla os moradores da favela, controla a polícia e até políticos inescrupulosos. Sua palavra é lei em seu território. Em seu território, nem o poder público consegue entrar” (Almir, comerciante, estabelecido São Conrado).

---

<sup>135</sup> Estamos nos referindo aos traficantes identificados nos jornais como os controladores do tráfico de entorpecentes e não aos integrantes do narcopoder, quase sempre recolhidos às sombras da discrição e da respeitabilidade.

“Enquanto a polícia tem armas e viaturas de segunda, os traficantes compram as de última geração. Também não precisam da burocracia... Compram no contrabando e pronto! Dinheiro é o que não falta para eles” (Geraldo, mecânico, morador da Rocinha).<sup>136</sup>

Esse medo instrumentalizado por tambores e assombrações serve de justificativa tanto para a burguesia como para os operadores da repressão, sejam eles integrantes das forças regulares ou não. Sob a conivência da sociedade reconhecida como tal pelo Estado, e até com seu apoio explícito, os repressores encontram respaldo para exercer o extermínio dos desclassificados.

“Entrar na favela é uma operação de alto risco. Em cada beco, em cada esquina, pode estar a morte. Então, você que está arriscando a própria vida, não pode pensar muito nessa coisa de direitos humanos que acaba morrendo. Na dúvida, atira primeiro e depois vê como é que fica” (Ricardo, policial militar, morador na Zona Oeste).

O depoimento que coletamos junto a um policial de alto calibre na hierarquia policial e com muito prestígio na “tiragem” da polícia civil e junto aos soldados e praças da PM, suspeito de comandar um grupo de extermínio, bem nos desvenda a ideologia que subsume os pistoleiros e grupos de extermínio. Nessa postura está incluída a justificativa dos assassinatos sob encomenda e remunerados, e o argumento de defesa da sociedade, uma vez que as vítimas eram bandidos.

“Fui policial por mais de 40 anos e estou vivo graças à providência divina. Muitos dos companheiros morreram, ficaram pelo caminho, assassinados por bandidos. Matei pessoas, sim. Matei muitos bandidos, muitos vagabundos, mas nunca pessoas de bem. Hoje em dia sou observado com desconfiança, mas sei que merecia era ser considerado como um exemplo; como um cidadão que dedicou toda a vida para defender a sociedade” (Comandante Maçaranduba, policial de alto escalão aposentado, morador da Barra da Tijuca e Município de Búzios).

Apesar do hiperdimensionamento do medo, o que se observa na prática é a institucionalização de uma polícia de Pasárgada, nos temos e na concepção que Boaventura estabeleceu em relação ao pluralismo jurídico.

“Pelo menos aqui a banda toca de outra forma, as regras funcionam para o bem ou para o mal. Vagabundo que abusar dos moradores da comunidade, que roubar ou estuprar, morre cedo. É julgado e justiçado em seguida. Não tem essa de muita conversa, não. Vacilou, sai a ordem e eles passam o cerol” (Onofre, pedreiro desempregado, morador da Rocinha).

Um medo que condiciona o surgimento de uma paranóia por segurança e que faz com que se lance mão de recursos tecnológicos até para monitorar os filhos, por meio de celulares, quando de suas incursões noturnas à cata de divertimento.

“Eu sei que isto não diminui os perigos a que meus dois filhos estão expostos, mas saber onde e como estão diminui a minha ansiedade. Dessa forma, quando eles saem, eu fico monitorando eles pelo celular para saber como estão e se não está acontecendo nada” (Maria, dona-de-casa, moradora da Barra da Tijuca).

---

<sup>136</sup> Sobre o aspecto do armamento dos traficantes e de suas fortunas, circulou na imprensa que por ocasião da campanha do desarmamento, na qual o Estado pagava por armas devolvidas, os traficantes estenderam uma faixa na favela anunciando que compravam as mesmas armas da população, mas pagavam preços maiores.

Como face da mesma moeda, encontramos a existência, tolerância, incentivo e financiamento dos esquadrões da morte, que representam o braço armado da assepsia social vista sob a perspectiva da proteção da lei e da ordem, que pode ser traduzida na ação punitiva contra as classes perigosas. Na atualidade, uma lei e uma ordem que se estabelecem

Num mercado totalmente organizado em torno da procura do consumidor e, numa sociedade interessada em manter essa procura permanentemente insatisfeita, os consumidores falhos são os novos impuros, já que o novo critério de pureza, ou de reordenamento, é a aptidão e a capacidade de consumo.<sup>137</sup> (Malaguti Batista, 2003: 79).

Nessa perspectiva, encontramos algumas explicações para a permissividade e mesmo consentimento social para a atuação de esquadrões da morte, polícia mineira e assemelhados.

“A bandidagem anda agindo à luz do dia aqui na Baixada. Muitos comerciantes estão fechando as portas de tanto serem vítimas de assaltos consecutivos. Há casos de comerciantes que já sofreram mais de 30 assaltos... Na falta de polícia, o que mais se pode fazer? (...) É certo que eles matam, mas matam apenas os criminosos” (Paulo, contador, morador de Nilópolis).

Note-se que as principais explicações para a violência institucionalizada confluem para uma única, a ausência da atuação do Estado que nas favelas entrega determinadas áreas ao poder do banditismo e na Baixada permite e justifica a existência dos Esquadrões da Morte.

As origens do medo que recobre o Estado do Rio de Janeiro, notadamente o Grande Rio, podem ser encontradas na história desde a colonização lusitana. As insurreições constantes<sup>138</sup> e um sistema jurídico herdado da tradição inquisitorial ibérica em que “o dogmatismo legal se contrapõe ao pluralismo jurídico, o diferente é criminalizado, há uma coercitividade do consenso e uma manipulação dos sentimentos ativados pelo episódio judicial” (Malaguti Batista, 2003: 124) conformaram um sistema jurídico que demandava “por ferocidade penal” e “seletividade da clientela do sistema penal” (Malaguti Batista, 2003: 135).

Mesmo a mais minuciosa historiografia sobre o sofrimento humano, o sofrimento advindo de fatores perversos, as injustiças, a força, a maldade, a brutalidade, a humildade excessiva, a prepotência, etc. não seria capaz de nos dar um pálido panorama do que é esse sofrimento que assola os desclassificados, os despossuídos desse mundo caótico e “high tech” da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Sei, por experiência de vida e observação sociológica empírica, que a realidade de muito consegue suplantar a ficção. Por mais imaginativo que seja o artista, a dinâmica dos acontecimentos, seus desvãos, o inesperado, sempre estará criando e recriando os fatos de novo. Mas, apesar disso, para a minha questão, escolhi uma obra de ficção, um conto, que pudesse representar os tantos acontecimentos da realidade. Histórias de sofrimento advindo da privação material, temos aos milhares, aos milhões, pois o sofrimento é artigo farto em todas as regiões e em todas as línguas. O conto escolhido, “A Enxada”, é uma história exemplar,

---

<sup>137</sup> Essa ditadura do mercado e suas solicitações permanentes são as portas que escancaram a população a abraçar uma ética do sucesso.

<sup>138</sup> “Além dos nossos malês na Bahia, a Revolução farroupilha, republicana e igualitária tomava o sul em 1835. No nordeste, Pernambuco e Ceará se rebelam contra a ordem imperial. No Pará, a Cabanagem, levante de índios, escravos e pobres resistia heroicamente de 1831 a 1836. Os movimentos revolucionários continuaram até 1850 (Sabinada, Balaiada e Praieira), período em que a base agrário-escravista do sudeste brasileiro ‘pacificou’ o Império através da hegemonia de uma aliança conservadora que viria a controlar o aparelho do Estado e massacrar as revoltas populares. Só na Cabanagem morreram 40.000, numa população de aproximadamente 100.000 habitantes” (Malaguti Batista, 2003: 126).

das tantas que Bernardo Elis tão bem sabe tecer com o seu talento, e compõe o livro *Veranico de Janeiro*. Uma passagem banal, que temos de fartura no atacado de nossas consciências e no varejo de nossas insensibilidades. Mesmo sabendo que, por mais crua e violenta que seja a ficção, como no filme *O Homem do Ano* – baseado no romance urbano de Patrícia Mello *O Matador* (1995), ambientado na Baixada Fluminense –, temos uma realidade exacerbadamente cruenta e insensível a produzir ininterruptamente dores e injustiças.

O conto “A Enxada” trata da história de Supriano (Piano), homem do eito, simples e trabalhador, apesar da pouca saúde, casado com uma mulher entrevada e pai de um filho excepcional. Eis que ele, como tantos, se enreda na teia das dívidas de trabalho, aquela em que o peão, por mais que trabalhe, está sempre endividado – esquema comum no nosso interior fluminense, que caracteriza uma forma de escravidão contemporânea – com o próprio patrão. E por endividado, tem a má-vontade do atual “dono”, um capitão boçal que o intima a plantar uma roça de arroz. Apesar da predisposição de Piano em obedecer, ele se vê impedido pelo simples fato de não ter uma enxada. O patrão lhe nega a ferramenta, os conhecidos também. Desespera-se. Aterroriza-se. Isso fica em sua cabeça como uma idéia fixa, em função do medo que sente do patrão. Um medo difuso, ancestral, mesmo irracional, apesar da violência intimidatória a que sabe estar submetido.

Numa tentativa de conseguir uma enxada, é preso pelos soldados, como se foragido, e levado à presença do Capitão, que lhe dá prazo para a efetivação do plantio. O que Piano tem em si é: “fome, incompreensão, cansaço, dores nas munhecas que o sedento cortou fundo, ardume das lapadas de sabre no lombo, revolta inútil, temor de tantas ameaças e nenhum vislumbre de socorro – tramelaram a boca de Piano”. (Elis, 1966: 62). Apesar das dificuldades da fome “inteirando dois dias que nós tá fazendo cruz na boca” (Elis, 1966: 66) e do viver ordinário das condições em que a chuva fina afogava o rancho e os “insetos e vermes roíam e guinchavam pela palha do teto apodrecido pela chuva [e nos] buracos do chão encharcado, escorregadio e podre, outros bichos também roíam, raspavam e zuniam” (Elis, 1966: 66).

Convivia com a mulher Olaia que “se mexia desajeitadamente, querendo acomodar as pernas frias de estuporadas [e que] nem um cachorro, era na beira da fornalha que permanecia dia e noite; ali cozinhava, ali lavava roupa e remendava, ali dormia, ali fazia suas precisões [e quando tinha que se locomover] quando tinha que ir mais longe, amontava na cacunda dele (o filho idiota) e lá se iam aqueles destroços humanos pelos trilheiros, numa fungação de anta no vício” (Elis, 1966: 68).

Nos desesperos do medo, nos limites do sofrimento, Piano, por falta de uma enxada, cumpre a sua obrigação de plantar a roça. Com as próprias mãos cava a terra e quando os soldados o encontram ele os saúda: “– Óia, ô! Pode dizer pra Seu Elpídio que tá no finzinho, viu? Ah, que com a ajuda de Santa Luzia... – E com fúria agora tafulhava o toco de mão no chão molhado, desimportando de rasgar as carnes e partir os ossos do punho, o taco de graveto virando bagaço” (Elis, 1966: 74).

Após o assassinato de Piano pelos soldados, na festa do Divino, sua mulher e o filho vão esmolar na cidade. Pela primeira vez em toda a vida, adentram a uma cidade... Mesmo e para sempre, as imagens de soldados serão fantasmas a atormentá-los.

Claro e evidente que temos de cambulhada exemplos reais, nossas mazelas domésticas, como os “caveirões” e os “bopes”.

É nesse sentido que observamos as dificuldades das cruzadas contra a desigualdade reinante, como o caso de Marcelo Medeiros,<sup>139</sup> que tem pesquisado e produzido continuadamente incisivos artigos sobre a questão. O seu ponto de partida, apesar de óbvio (e

<sup>139</sup> Sobre a mesma temática, ver, do autor, “Os ricos e a formulação de políticas de combate à desigualdade e à pobreza no Brasil” (2003a); “As teorias de estratificação da sociedade e o estudo dos ricos” (2003b); “A construção de uma linha de riqueza a partir da linha de pobreza” (2001); “O estudo dos ricos no Brasil” (2005).

que está presente na maioria dos seus trabalhos sobre o assunto), é o de que o combate à desigualdade (e, por extensão, à pobreza) implica necessariamente alguma perda para os ricos.

Partindo da constatação de que “analisar as características dos indivíduos que integram o estrato mais rico da sociedade, portanto, é importante para saber em que medida seus interesses se chocam com as necessidades da grande massa não rica da população brasileira, em especial os pobres” (Medeiros, 2003), e adicionando-se a isso o fato de que “no Brasil há uma clara interseção entre elites econômicas e elites de poder, ou seja, os indivíduos dos estratos mais ricos da população não só detêm a maior parte da riqueza do país e orientam os destinos da economia, como também encontram-se em posições privilegiadas para influenciar as decisões de Estado e a formação da opinião pública” (Medeiros, 2003a), ficamos restritos e dependentes das ações das elites mandatárias na solução ou perpetuação das desigualdades e da pobreza no país.

Como o estrato mais rico constitui, por um lado, um grupo da sociedade com grande influência sobre o processo de definição e execução de medidas que objetivam a melhoria das condições de vida da população mais pobre do país e, por outro, o grupo que mais seria afetado pelas ações redistributivas necessárias para essa melhoria, conclui-se que analisar as características dos ricos e de sua riqueza é fundamental para dimensionar as possibilidades e as limitações de políticas de caráter igualitarista. Portanto, estudar os ricos é um caminho para entender e combater a desigualdade e a pobreza no Brasil. (Medeiros, 2003a)

O roteiro da futilidade envolve ações individuais de profundo egoísmo que, aos poucos ganham “status” de atos sociais legitimados pelo grupo e que, mediante sua repetição, sua banalização, transformam-se em costumes sociais. Daí a naturalidade com que algumas ações esdrúxulas ganham ares corriqueiros e ingressam pura e simplesmente no império da normalidade.

Nesse momento, os conceitos de normal e patológico (Durkheim) ficam aprisionados aos hábitos que as sociedades legitimam, sejam quais forem.

No *Jornal do Brasil*, na Coluna Danuza, somos informados, sob o título “Plumas x paetês” que

Carmem Mayrink Veiga e Vera Loyola já estão sendo comparadas a Marlene e Emilinha. A confusão, criada depois que Carmem se recusou a tirar uma foto ao lado de Vera, dividiu o mundo gay, e o telefone de Ruddy, a maravilhosa, não pá-ra de tocar com amigos cobrando uma posição. - Os enrustidos, mais esnobes, ficam com Carmem; as drags, mais assumidas, com Vera. Acho as duas ma-ra-va-i-lho-sas, e estou di-vi-di-dís-si-ma - diz Ruddy. As facções prometem fazer reuniões de desagravo. (*Jornal do Brasil*, 24/10/97)

Não é difícil creditarmos à essência humana tamanha insensibilidade. O certo é que convivemos num mundo em que uma maioria tem dificuldades imensas de conseguir uma enxada para sofrer no eito, enquanto uns têm facilidades ilimitadas para viverem num mundo de sonhos como a Daslu, contos de fadas não imaginados por escritor ficcionista de sonhos e devaneios.

No Estado do Rio de Janeiro, a questão da modernidade está imbricada com a idéia de desenvolvimento, e esta remonta à abertura dos portos, em 1808, e tem sua história marcada por verdadeiros ícones indispesáveis, como Mauá, Pereira Passos, Paulo de Frontin, os desenvolvimentistas, bossa nova, Juscelino, Brasil-Potência, Nova República até o presente neoliberalismo e a difusão arquitetônica dos shopping-centers. Essa utopia brasileira<sup>140</sup> –

<sup>140</sup> Para um maior aprofundamento, ver Sant’Ana, Luiz Carlos Ribeiro de. *Utopia brasileira: um estudo sobre a trajetória da aspiração nacional à modernidade*. Dissertação de mestrado. (Mimeo.) Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 1998.

traduzida na aspiração nacional à modernidade – passa por uma trajetória de percalços e frustrações que fogem ao escopo da presente tese, mas se constitui numa perspectiva para se observar a atualidade e as elites mandatárias fluminense e carioca.

Avivamos a memória e reconhecemos que, após o ciclo da ditadura militar, embalados pelo movimento das Diretas Já, nos deparamos com um cenário no qual “a Nova República` tem, assim, um começo ‘radical’. O presidente do novo regime é a mesma personagem que liderou a ARENA e o PDS, sustentáculos da ordem que se despedia” (Sant’Ana, 1998: 117).

Não obstante tal contradição, os tempos anunciam novas e alvissareiras expectativas, e as elites mandatárias, com o seu “estúpido egoísmo”, eram responsabilizadas como protagonistas de “nossa atraso social e político”<sup>141</sup> pelos próprios mandatários da Nova República.

Parece-nos que, após tantas e tamanhas expectativas otimistas e consequentes frustrações, as nossas elites mandatárias políticas e culturais dominantes, que sonhavam ser elite dominante em Paris e/ou Nova Iorque, se renderam e abandonaram o projeto original, enveredando por um outro que lhes garante viverem a realidade dos países avançados/modernos mediante a fruição de mercadorias e a importação imitativa do estilo de vida. Os sintomas mais visíveis são a perda do recato quanto às fortunas individuais e o surgimento de um intenso hedonismo simbolizado no luxo e na futilidade. A propósito e em sendo que a história se repete como farsa, o articulista Luís Fernando Veríssimo, em crônica na *Veja* de 27/05/87, observava que, se o país não desse certo, a melhor solução seria transformá-lo em novela de TV, pois “teríamos tudo que nos falta: um enredo definido, um final feliz e patrocinadores” (Veríssimo, apud Sant’Ana, 1998: 197).

É claro e evidente que a ideologia da cultura política hegemônica cria um estilo de vida determinado e este, apesar de inacessível à maioria da população, se faz onipresente nos desejos e subjetividades de todos como uma idéia natural a ser perseguida, mesmo fortuitamente, mesmo que de forma imaginária. Dessa forma, a memória e a leitura de mundo dos chamados “formadores de opinião”, personagens das elites mandatárias tecnocráticas, intelectuais, acadêmicas e midiáticas, que são as suas próprias opiniões e percepções de mundo, são apresentadas como pertencentes à população de um modo geral.<sup>142</sup>

---

<sup>141</sup> Referindo-se à revista *Senhor*, temos a seguinte passagem: “Na edição seguinte, de 20 de fevereiro de 1985, a entrevista semanal agracia Dílson Funaro, escolhido como a personalidade de *Senhor* do ano anterior. A chamada ao leitor já estabelece uma nova menção à temática da responsabilidade das elites por nosso atraso, senão vejamos: ‘Funaro conta por que a conciliação das elites não serve ao país: ou se fazem reformas profundas ou o Brasil precipita no radicalismo’” (Sant’Ana, 1998: 119). Da mesma forma e no mesmo tom, uma edição da Revista *Veja* de julho de 1985 publicou o discurso que seria o da posse de Tancredo Neves, não fosse a sua morte. Entre outras passagens, encontramos a afirmação de que “A história nos tem mostrado que, invariavelmente, o exacerbado egoísmo das classes dirigentes as tem conduzido ao suicídio social” (*Veja*, 1985: 41).

<sup>142</sup> Gizlene Neder exemplifica tal processo quando analisa o livro *A idade da Inocência*, do jornalista Zuenir Ventura (Cia das Letras, 1994), no qual “molda-se neste tipo de utopia urbana retrógrada. Ainda que o autor anuncie na introdução o desejo de unir as duas cidades (o Rio de Janeiro rico e o pobre), resultantes de sucessivos projetos urbanísticos segregadores, e que considera a política de apartheid um desastre, nesta abertura, Zuenir Ventura refere-se a aspectos de um Rio paradisíaco, memorável pelo prisma de uma classe média da Zona Sul da cidade. O conjunto das lamentações do paraíso perdido, porque toma sua própria memória como a totalidade da memória coletiva de toda uma cidade, ajuda pouco no encaminhamento de soluções futuras” (Neder, 1997). Numa outra dimensão e com muito maior apelo e penetração popular, tem-se detectado na mídia televisiva uma total alienação de determinados autores de novelas que demonstram total desconhecimento do mundo e da cidade em que vivem e sobre a qual constroem suas ficções. Um deles chegou ao requinte do desconhecimento da realidade ao colocar o núcleo pobre da trama, como infelizes moradores do Méier.

De um lado a miséria escancarada e derruída, digna de Portinaris e Gracilianos,<sup>143</sup> e do outro Ronaldinhos que compram e vendem ilhas sem ao menos visitá-las. Um segmento social minoritário e opulento que cultiva e sofre o medo por achar que a polícia é despreparada (mata pouco), não garante a segurança das pessoas de bem, e que a lei é branda com os bandidos que são protegidos pelos tais defensores dos direitos humanos. Um segmento social minoritário que institui na prática a apartação territorial, na esperança de segurança que os proteja de seus medos reais e/ou imaginários, e que se retira para os condomínios fechados:

“Aqui no condomínio temos uma infra-estrutura de serviços que supre nossas necessidades. Temos lojas, farmácia, locadora, piscina, salão de festas, academia, quadras, sauna, salão de beleza... Ultimamente nós ficamos mais em casa, assistindo vídeos, televisão e navegando na Internet” (Marisa, dona-de-casa, moradora da Barra da Tijuca).

Ao arreio da lei, entroniza-se dessa forma a segregação espacial, na qual se privatizam os agentes de segurança, sejam eles públicos ou privados.

Na atual fase da combustão social, grupos econômicos reivindicam uma polícia pública-privada paga integralmente pelo erário público, que está exigindo uma fatia do bolo orçamentário impagável: fechamento de ruas, privatização do espaço público, rondas ostensivas somente em áreas residenciais e comerciais negociadas previamente, segurança exclusiva e fixa em shopping centers, clubes, bancos, edifícios de escritórios, condomínios, etc., funcionando a polícia ora como garantidor principal, ora como coadjuvante das milícias privadas, todos protegendo exclusivamente o patrimônio e matando por ele. Em São Paulo existem cerca de 400 mil vigilantes privados, em comparação aos 120 mil policiais civis e militares, numa proporção de 3:1. (Mir, 2004: 274)

O item segurança entra no cardápio das nossas vicissitudes como prioridade máxima, ante um medo obtuso que desemboca em histeria, como nos mostram a quantidade robusta de cartas do tipo:

Gente, acorda, estamos em guerra! O estado tem de se conscientizar das suas responsabilidades. Como cidadã que paga em dia as contas, posso entrar com uma ação pedindo ao Estado proteção de vida? E no caso de morte violenta (balas perdidas, tiroteios nas vias expressas, assaltos a mão armada), meus filhos podem ter direito a uma indenização? (...) Afinal de contas é bom dar um passeio, comer um simples doce numa simples lanchonete, sem precisar ser morta. (*O Globo*, 07/09/2005)

A convivencialidade se conspurca com normas naturalizadas de segregacionismo explícito, baseadas em arrogância e preconceito, a medida que sub-repticiamente acolhemos a idéia da existência de inocentes e culpados e que “seremos aplaudidos por permitir que só mirem em delinqüentes” (Mir, 2004: 29). A instituição do *apartheid* social se estrutura a partir do medo, da crença no inimigo interno e da prevalência patrimonial, e alguns sintomas se exteriorizam claramente na divulgação “técnica” de notícias que não mais escandalizam nem requerem maiores análises.

A assembléia vota semana que vem projeto do deputado Adroaldo Garani regulamentando a instalação de cercas elétricas nos imóveis da cidade. A única exigência será a colocação de avisos em plaquinhas visíveis. Muitos prédios, principalmente na Tijuca, já instalaram sistemas desse tipo. (Santos, 2005: 3)

---

<sup>143</sup> Ver a passagem da morte cachorra baleia em “Vidas Secas” de Graciliano Ramos.

Notícias nos dão conta de que a mais nova invenção, que ganhou os corações e mentes dos lojistas e condomínios, são os chuveirinhos contra mendigos. Trata-se de um dispositivo hidráulico relativamente simples e barato que, instalado em marquises, serve para molhar a calçada e, com isso, impedir que os mendigos a usem durante a noite para dormir.

Depois do Largo de Machado e de Copacabana, os chuveirinhos improvisados sob marquises por moradores e comerciantes para espantar mendigos chegaram a Ipanema (...). Para a presidente do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social (Fundo Rio), Marília Rocha, o chuveirinho não é solução para o problema. Já a presidente da Associação de Moradores de Ipanema, Glória Rolland, elogia a iniciativa: – Vou pessoalmente cumprimentar o síndico. (*O Globo*, 13/08/05: 22)

Sobre esse tipo de atitude, a pesquisa de campo mostrou-se dividida basicamente entre duas opiniões distintas: uma de cunho humanitário-religioso e outra de justificativa econômico-legal. Sobre esta última corrente de pensamento, os entrevistados se baseiam nas formalidades da lei que garantem aos lojistas e aos condomínios um direito inquestionável.

“Sou a favor deste artifício (os chuveirinhos) porque o lojista, por exemplo, paga os impostos, aluguel, empregados, mercadorias. Sabe lá o que é abrir a loja de manhã e a calçada estar toda emporcalhada, fedendo, cheia de urina e outras coisas? Claro que isso espanta a freguesia. O direito é líquido e certo e este problema é do poder público que não cumpre com as suas obrigações” (Leonardo, advogado, morador do Leblon).

Um segmento social minoritário que tem pavor de sair dos seus oásis de opulência e luxo, composta de pessoas que não saem às ruas, não andam de ônibus nem param no sinal de trânsito com medo de assaltos ou do assédio de perigosas crianças a chamá-las de tios e tias, ou avós e avôs. Um segmento social minoritário que não encara o outro porque, em princípio, este representa um inimigo perigoso.

Uma apartação sócio-espacial e étnica que faz florescer uma grande indústria de serviços ligados à segurança privada física e patrimonial dos indivíduos: as firmas de segurança, as grades, blindagem de carros e os grupos de extermínio legitimados.

“É claro que não gosto de sair sempre acompanhado por seguranças, mesmo porque limitam a minha privacidade. O que fazer? Com este clima de insegurança que anda por aí... Dos maiores o menor” (Maurício, empresário, morador do Recreio dos Bandeirantes).

“A questão não é só o preço pago pela blindagem do carro. Mesmo com o meu carro blindado, não saio tranquilo pelo trânsito da cidade. A cada esquina um sobressalto. Ficar preso num engarrafamento é um verdadeiro estresse” (Fábio, empresário, morador do Recreio dos Bandeirantes).

Alfredo Sirkis, em artigo (publicado no *Jornal do Brasil* de 17/07/05) intitulado “O desarmamento e o avestruz” tece uma série de considerações sobre a violência no Rio com o fito de justificar seu voto nulo no referendo sobre armamento. O articulista se mostra alarmado com o fato de que, apesar de a mídia não noticiar devidamente os casos, “diariamente ocorrem crimes e episódios de violência que, no passado, virariam manchete, mas hoje nem são noticiados (...) A classe média carioca está intimidada [e] estamos nos transformando numa sociedade medrosa, covarde, perplexa, impotente” (Sirkis, 2005: A12). Observa ainda que

... o estado de direito perdeu o controle territorial, não apenas sobre boa parte das favelas, como sobre áreas da chamada cidade formal, inclusive algumas das principais avenidas e vias expressas da cidade. O poder paralelo está começando a se exercer nos bairros e sobre

segmentos da economia urbana. Alguns exemplos, noticiados ou não, das últimas semanas: o trânsito na Linha Amarela, Linha Vermelha e Avenida Brasil, sobretudo à noite, mas por vezes durante o dia, virou situação de alto risco. (Sirkis, 2005: A12)

Evidentemente que os brioches de Maria Antonieta são diuturnamente reatualizados e não saem da ordem do dia da reprodução dos sentimentos absolutistas de controle, dos delírios e horrores.

Em caráter exploratório, podemos entender e estender esse cenário autoritário das elites mandatárias fluminenses e cariocas ao cenário nacional. De maneira geral, temos de um lado localidades e municípios onde reside a elite civilizada hegemônica (uma minoria) que manda e organiza as relações e de outro o “resto”, a ralé (maioria desclassificada) que obedece e se submete a tais ditames. Os estamentos políticos que impõem as regras jurídicas e políticas avassalam os demais segmentos da população culturalmente, impondo condições unilaterais do uso legítimo da violência. Mais polícia para combater a pobreza nas favelas. Gisálio Cerqueira tem razão. A questão social para as várias elites mandatárias hegemônicas é questão de polícia, e não de política.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maioria dos sociólogos, quando faz alusão de forma generalizada a um evento social, o faz com muitas restrições. Eu não sou diferente desses sociólogos. Entretanto formular uma teoria geral para a humanidade é um projeto intelectual constituinte da própria sociologia. Assim o fizeram muitos, como Norbert Elias, por exemplo. Não é o que pretendo ao elaborar uma tese de doutoramento sob o título *A tradição reconfigurada: mandonismo, municipalismo e poder local no Município de Nilópolis e no bairro da Rocinha na Região Metropolitana do Rio de Janeiro*.

Estou revisitando a trajetória de vários conceitos, categorias analíticas e narrativas variadas sobre uma certa idéia de mandonismo, municipalismo e poder local. Interpretá-las, reinterpretá-las, produzir novas compreensões dessas narrativas tendo como referência a experiência vivida do hoje. Pensando com a história (Schorske, 2000), ouvindo vozes do passado e do presente. Então, desse patamar, pronunciar-me, por meio de uma nova narrativa, sobre o mandonismo, o municipalismo, as elites empoderadas e a ideologia da cultura política brasileira, tendo como referência empírica o Município de Nilópolis e o bairro da Rocinha, sabendo que se está mais próximo de uma ficção ao estilo da formulada como campo de possibilidades por Clifford Geertz (1978) do que de uma realidade social como fato empírico, da forma pensada por Durkheim.

Talvez esta seja nossa melhor contribuição para lançar entendimentos sobre a contemporânea luta de milhões de brasileiros para adquirir direitos e reconhecimento social e, particularmente, para produzir um saber sobre as formas sempre eficientes de controle social, desclassificação popular e desclassificação social operada pelas elites mandatárias brasileiras, tendo como paradigma as elites locais cariocas e fluminenses. Usando como referência o presente vivido e o passado repensado, traçar cenários sobre o futuro. Um exercício de hipóteses.

De fato, estou valendo-me de premissas culturais e ideológicas para elaborar quase que uma metateoria sobre o poder local no Município de Nilópolis e no bairro da Rocinha, e, na prática da observação empírica, traçando roteiros de possibilidades presunvidas, promovendo um olhar escatológico sobre uma população de invisíveis, de silenciados (Ginzburg, 2002), de amordaçados, de assassinados e de despossuídos. Ao mesmo tempo que “minhas retinas cansadas” não conseguem deixar de mirar as facilidades generosas que os mandonistas locais, regionais ou “federais” possuem como “donos do poder”, de “terra e gente”, neste nosso tempo presente já tão envelhecido do início do século XXI.

E é nas perspectivas teóricas e políticas dos erros cometidos no passado recente que observo apreensivo a euforia das análises prospectivas, tendo Manuel Castells, Habermas e Luís Carlos Bresser Pereira como arautos, que apontam, com garantia e uma certa petulância, que a democracia participativa, a cidadania ativa, a obtenção de direitos e a conquista de reconhecimento público e social se dão no fortalecimento do poder local e nas ações de modernização e descentralização do Estado-nação brasileiro. Essa formulação de que o século XXI alcançará uma plataforma política de compreensão, de civilidade e uma biodiversidade salutar e includente parece-me, ao circular pelas vielas da Rocinha e pelas ruas dos bairros periféricos da Baixada Fluminense, um escárnio cínico e provocador das elites mandatárias brasileiras, que falam por seus porta-vozes midiáticos e/ou acadêmicos.

Essas narrativas tendem a nos fazer acreditar que os avanços científicos e tecnológicos mundializados serão o fundamento de uma sociabilidade na qual o respeito às diferenças será a principal evidência, produzindo assim um cenário social em que as diferenças serão simétricas, ou seja, haverá igualdade na diversidade. Sobretudo por meio da idéia de democracia direta e cidadania ativa, que passa a ser operada no “local”, sem que se perca uma dimensão globalizada (Castells, 1999). Ora, esse é um sonho acalentado pelo humanismo desde o século XVII, e sinceramente torço para que venha a acontecer, de preferência no “aqui e agora” da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Por dever de ofício, sou cético. Não creio nisso. No tempo presente, as idéias de reconhecimento social, cidadania, direitos e participação política livre encontram obstáculos sempre glamourizados pelas diversas agências discursivas. O poder local é dominado de forma legal ou extralegal por mandatários despóticos, e quase sempre não esclarecidos sobre os direitos dos outros. Ou melhor, são bem esclarecidos na direção de seus próprios interesses patrimonialistas, possessivos e fóbicos. O dia-a-dia do futuro promissor e generoso do século XXI chegou cansado e envelhecido, e escuta pelas rádios comunitárias e pelos sistemas de auto-falantes o funk que diz “tá tudo dominado”.

A experiência política do tempo presente no Município de Nilópolis e na Rocinha revigora com muita rapidez a já consolidada e histórica prática da violência simbólica e material do clientelismo e do mandonismo em um campo minado de múltiplas possibilidades, tecnológicas, científicas, políticas e culturais, todas fundamentadas na intolerância ao “outro”, de forma especial no bairro da Rocinha. Na crença unicista de que é o indivíduo o agente central e único de sua própria transformação, e não falo aqui de um indivíduo weberiano, que é coletivo e solidário e construiu o Estado moderno ocidental.

Em minhas andanças pela Baixada Fluminense e pelas favelas cariocas, tenho feito um exercício de análise e interpretação sobre o “voluntariado como evento sociológico”. Tenho constatado diversas formas de ansiedade, e que variados tipos de sentimentos levam centenas de voluntários a promover ações pessoais, ou por meio de ONGs, em várias áreas e em todo tipo de atividade. A Rocinha é um campo privilegiado de atuação “de gente bronzeada mostrar seu valor”. Tenho constatado igualmente que essas pessoas agem sinceramente, acreditando que estão a construir um mundo mais feliz e ajudando a romper a alienação e a violência impostas a imensas parcelas da população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em particular nas favelas e na Rocinha.

Minhas observações estão a constatar, preliminarmente, que é gente aparentemente honesta, e todos muito bem intencionados. Mas, como diz o ditado popular, de boa intenção o inferno está cheio. Também tenho constatado, em minhas observações como sociólogo em campo, que a maioria das ONGs e sua legião de voluntários está procurando romper a sua própria solidão (Klein, 1971), pois, ao ajudar alguém, ajudam a si mesmos, assim eles têm me relatado em nossas conversas profissionais na Rocinha. Creio que o voluntariado produz nas pessoas um fugaz momento de solidariedade e, portanto, de bem-estar pessoal. Constatei que, como eventos sociológicos, os casos que tenho observado na Rocinha não estabelecem vínculos sociais de permanência e durabilidade. O Fórum Dois Irmãos, capitaneado pela ONG Viva Rio e pela FIRJAN, é um caso exemplar de “onguismo” etéreo.

Na prática, tenho verificado que as ONGs e os movimentos de voluntariado estão dirigidos à própria solidão dos voluntários, que são tão vítimas quanto os assistidos, pois, em suas ausências existenciais urbanas, a sociabilidade tornou-se invisível e etérea; daí uma busca pessoal no estabelecimento de parcerias que se precarizam pelo anonimato, a eventualidade ou o prestígio de uma evidência pública volátil.

Constatei, em minhas incursões de observador participante, a fragilidade de um projeto de sociabilidade que tem na caridade pessoal e/ou na vontade política de voluntários seu principal eixo de relação; não consegue estabelecer redes face a face de convivência nem

produzir contatos permanentes intergrupais, e que, portanto, acaba por diluir-se em relações furtivas ou virtuais.

A esse cenário associei o reforço de que a tradição ideológica das práticas políticas brasileiras, baseadas na clientela e no favor prestado pelas elites mandatárias à maioria da população de desclassificados (Faoro, 1976, D'Ávila Filho, 2000), é geradora de dispersões e alicerça a edificação de um imaginário social mistificado, um espetáculo bufo e de enredo definido de imobilidade social para os atores sociais (Goffman, 1985) que o vivem nas duas pontas da relação.

Sobre as ONGs e o voluntariado, faço algumas ressalvas para os movimentos coordenados por algumas igrejas de natureza cristã, evangélicas ou católica, pois tenho verificado que a religiosidade ainda é um fundamento poderoso de construção de redes de sociabilidade e civilidade (Elias, 1998), sobretudo como contraponto à ética da violência e do enriquecimento fácil e ilícito via mercado de drogas (Lins, 1997).

Diante de um cotidiano dominado pelo ócio coercitivo, uma nova hierarquia de valores societais começa a ser produzida. E a violência é a principal deles, chegando a um tal nível que parece estabelecer-se como um novo centro ético de comportamento; assim já o é em vários territórios das cidades do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense.

Falar sobre a desclassificação, a indigência e o despotismo dos mandatários locais, donos de um poder quase absolutista, tornou-se um hábito anacrônico, cuja racionalidade a médio prazo é o medo diante do poder crescente de uma minoria de emergentes sociais e políticos sobre o Estado e sobre as instituições privadas e do monopólio dos especialistas dos variados “mercados”, lícitos e ilícitos, que, com seus PhDs e suas agências discursivas, pitonisam os indicadores de riscos para cada indivíduo, para o bairro da Rocinha, para a Baixada Fluminense, para a sociedade fluminense e para a nação brasileira, com critérios imprecisos e especulativos.

Há um esgotamento no estoque de idéias criativas e construtivas, tanto do Estado como da sociedade reconhecida como tal (Cerqueira Filho, 1982). No momento, vence e se impõe um individualismo narcísico e solitário que acarreta a dissolução das redes tradicionais de sociabilidade na Rocinha, porém não em Nilópolis, abrindo possibilidades políticas e históricas para um rearranjo das redes sociais e de civilidade, hoje coagidas e/ou seduzidas pela violência como valor ético de convivência cotidiana (Hirschman, 1992) tanto na Rocinha como em Nilópolis.

A anunciada e orquestrada crise da segurança pública reflete o padrão ideológico de dominação da cultura política brasileira, exacerbando um permanente clima social de desespero que se generalizou e se difundiu na população pela falta da esperança que era produzida pela ética do trabalho pós-Revolução de 1930 com o getulismo. As pessoas foram dominadas pelo ceticismo das largas diferenças, consolidadas pelas desclassificações sociais históricas, e na ausência de perspectivas de melhora para o futuro.

A idéia de trabalho, ao deixar de ser o fundamento da sociedade brasileira reconhecida como tal, e, portanto, valor ético e eixo de organização dos desejos, vontades e esperanças, desaparece, favorecendo que a violência real e/ou imaginária se transforme em via política de ascensão social de uma pequena parcela da população.

O trabalho, ao deixar de ser o fator ético catalisador da organização social, promove um desarranjo nas subjetividades coletivas. Promove a emergência em escala crescente da violência e da religiosidade pentecostal como formas de reagrupamento simbólico e concreto de indivíduos desclassificados e desesperançados (Alvito, 2001).

Portanto, a meu ver, o individualismo que configurou a política de formação do Estado ocidental moderno tinha nas idéias da posse, da propriedade e do trabalho seus centros de tensão e organização. O individualismo clássico produziu os sentidos, os significados, de duas concepções tradicionais de Estado: o Estado liberal, que regula a ação entre o privado e o

público; e um Estado de natureza social-democrata, que, sem romper com a tradição liberal, aponta para uma socialização simbólica da propriedade mediante mecanismos mitigadores para os pobres, indigentes e não-proprietários e um sistema quase universal de classificação social.

De qualquer forma, seja qual for a vereda que se percorra, tem-se que os princípios da sociabilidade, do contrato de cidadania, estavam intimamente vinculados à própria formação da idéia do Estado-Nação (Bendix, 1996), e reforçaram-se nos pressupostos da Revolução Americana (1776) e da Revolução Francesa (1779), conferindo legitimidade à propriedade a todo aquele que, de alguma forma, estabelecesse um laço de “pertencimento” a um estatuto jurídico e simbólico com uma comunidade política, com um Estado. Nesse sentido, de forma anacrônica, heterodoxa e assimétrica, se observam as relações sociais e políticas no Município de Nilópolis.

Portanto, aquilo que a princípio parecia separado e distinto configura-se como uma equação de variáveis interdependentes. O Estado, ao se estabelecer centrado no indivíduo, no individualismo, na posse particularizada, engendrou formas políticas de administrar uma coletividade de desclassificados em busca de classificação social, consolidou uma forma de regular e controlar conflitos daí decorrentes, produzindo uma concepção de Estado mediador e provedor. O Estado-nação brasileiro moderno assegurou a propriedade material e simbólica, manipulando e gerindo os conflitos por meio de mecanismos públicos de distribuição de bens de natureza simbólica e material.

Percebo que a questão do individualismo do Estado-nação no Brasil, e em Nilópolis de maneira especialmente original, está diretamente ligada à questão da organização política, e portanto da organização da sociedade considerada como tal, formada historicamente, cada uma de maneira diferente da outra, com suas peculiaridades e características próprias. Nilópolis e Rocinha bem o demonstram em seus cotidianos do tempo presente e em suas trajetórias históricas específicas

O contrato de cidadania estava centrado nessa lógica, o individualismo gerando um Estado que organiza o conflito via distribuição de bens simbólicos e o estímulo à mobilidade social e à esperança de um futuro melhor via trabalho e poupança.

Essa estratégia, bem sucedida do século XIX ao século XX, fortaleceu uma matriz do indivíduo como ator social, portador de um direito natural a toda forma de posse, tradição política liberal herdada de Locke.

Entretanto a expressão posse introduz a questão da propriedade e do conflito daí decorrente, das formas de legitimar socialmente, no Estado-nação brasileiro, a obtenção e manutenção da propriedade (Bendix, 1996). O Estado e a sociedade reconhecida como tal engendraram as formas políticas de controle social e legitimação política e ideológica para as desclassificações e as indigências coletivas, mantendo a ordem pública via repressão policial e/ou extermínio e o espírito de pertencimento a uma nacionalidade genérica, sem status de identidade universal, pois a maioria da população não é reconhecida como pertencente à sociedade brasileira oficial.

O individualismo ocidental pós-1776 nos Estados Unidos e 1789 na França coletivizou-se por meio do Estado de direito, mantenedor das formas particularizadas de propriedade material, simbólica e afetiva, sendo ele, o Estado-nação, tanto liberal como social-democrata, a materialização de um “eu coletivo”, onde havia uma subordinação do privado ao público. Essa experiência política a população residente no Brasil não vivenciou em sua história, pois a configuração do Estado-nação monárquico e republicano se dá sob a égide do iberismo absolutista e patrimonialista.

Associo ainda a idéia de que o Estado-nação no Brasil administra o individualismo coletivizado pela comunidade política mandatária, fazendo com que os classificados pobres e explorados se sintam confortáveis dentro de suas esferas de atuação no mundo do trabalho. E

ainda a idéia de que o classificado pobre e explorado pelo capital e pelas elites mandatárias legitima o exercício da posse altamente concentrada na mão de poucos por meio dos mecanismos públicos eficientes de um Estado distributivista de caridades e favores classificatórios que opera a ética do trabalho como fundamento das esperanças de se ter reconhecimento e algum lugar, mesmo que subalterno, na sociedade brasileira reconhecida como tal, e, portanto, classificação pelo Estado, por intermédio das instituições públicas e privadas, pois estas se tornam, na prática, indistintas em um Estado e sociedade formatados pela tradição ibérica patrimonialista.

Para os individualismos clássicos ocidentais, o Estado é o ente fundamental para solucionar e administrar crises sociais, conflitos, gerir os ambientes de mudança, de antagonismos. E ainda enxergar nos antagonismos a oportunidade criativa de se implantarem políticas afirmativas, um Estado mitigador (Boudon, 1979). Um “Estado do equilíbrio instável”, um Estado centrado no desenvolvimento dos bens materiais e coletivos, capaz de identificar e controlar os efeitos perversos de uma ordem social capitalista e exploradora (Machado da Silva, 1993). Pelo menos em tese e em doutrina jurídica.

Por exemplo, o desenvolvimento da indústria do petróleo no Rio de Janeiro gera poluição, gera má qualidade de vida nos territórios da Baía de Guanabara, o que é encarado, com naturalidade, como um efeito perverso de um desenvolvimento bom, para a população fluminense, para o ser humano e particularmente para os trabalhadores explorados, lógica explicitada nas análises de custo-benefício que os governos e a indústria do petróleo produzem.

Portanto, o Estado, como lógica política de intervenção, justifica essas mazelas ao promover ações para mitigar esses efeitos perversos mediante uma política pública de classificação limitada e controle social ampliado. O Estado é um contraponto administrativo e político para aqueles poucos que têm muitas posses e as utilizam em um contexto de legitimidade ideológica, social e jurídica.

O Estado no Brasil, que se consolidou ao longo do tempo, desde o século XVIII até o século XX, materializou um sentimento de responsabilidade cívica dos que têm posse, procurando mitigar os efeitos perversos de uma ordem social contraditória para classificados subalternos. Esses eram e são os pressupostos políticos e doutrinários que orientaram a configuração dos diversos poderes locais do Estado-nação brasileiro do século XIX aos dias atuais.

A história do Estado-nação no Brasil parece-me caminhar na direção de pressupostos sempre privatistas e concentradores de renda e capital. Entender o confronto do Estado de direito no Brasil com os desclassificados passa necessariamente por conhecer como, nos séculos passados, as elites mandatárias locais e nacionais brasileiras apostaram na idéia de que seria melhor construir um Estado gerador de privilégios do que um Estado promotor e defensor da cidadania clássica; passa necessariamente por desvendar a trama de hostilidades e perversidades que foram cometidas contra a população pobre, desclassificada, particularmente com os escravos africanos e seus descendentes. Entender como o arcaísmo foi o projeto de futuro para as elites mandatárias, do local ao nacional, que configuraram as relações de poder e suas estruturas ideológicas, culturais e políticas no século XVIII no Brasil ibérico (Fragoso & Florentino, 1993).

No Brasil iberista, o individualismo patrimonialista consolidou o desejo e o sentido da posse concentrada, arraigado na idéia de controle estatal absoluto sobre os territórios e a população, marca da tradição histórica do Estado-nação brasileiro pós-1822, cuja racionalidade e normatização garante a posse concentrada de riquezas e prestígio ao indivíduo por meio do controle de mecanismos institucionais de um Estado hierarquizado e definidor de quem pertence à sociedade reconhecida como tal (Faoro, 1994). Que está, hipoteticamente, pela doutrina jurídica, à disposição de qualquer ator social, disponibilidade essa que se

consolidava no século XX pós-1930 com o getulismo por meio das esperanças produzidas pela ética do trabalho (Ramos, 1995).

A ordem social contemporânea do Brasil do século XXI, particularmente na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e, de maneira focada, no bairro da Rocinha, configura um mundo que nos parece não ter espessura, em movimento quase incessante, como se vivêssemos dentro do rodopiar de um tornado, em que uma força centrífuga nos fragmenta e nos joga de um lado para o outro, e que provoca nos indivíduos, especialmente nas favelas e nas periferias da Baixada Fluminense, a sensação de possibilidades inúmeras, de se localizarem dentro de um conjunto em dispersão, que, entretanto, tem uma lógica centralizada, apesar das rupturas das representações sociais, da dissolução dos absolutos, da transmutação das redes de pertencimento e de suas reconstruções fragmentadas.

O sutil mecanismo centralizador da dispersão da população brasileira configura a principal estratégia política do tempo presente, um experimento em que a fragmentação e a descontinuidade não representam descontinuidades e fragmentações, mas indícios de um projeto unitário e de uma lógica única, comandada pelos oligopólios ideológicos, culturais, simbólicos e materiais, capitaneados pelas elites mandatárias locais, regionais, estaduais e nacionais, em suas diversas formas de mandonismo privatista, seja pelos “coronéis cosmopolitas urbanos” ou pelos chefetes despóticos lícitos ou representantes de facções criminosas que controlam os territórios de forma localizada, tanto na Baixada Fluminense como na Rocinha.

Recorro ao modelo estatístico de Paul Lazarsfeld de intercambialidade de índices, na lógica algébrica da análise fatorial, para pontuar que as descontinuidades funcionam como “variáveis de distorção” e as fragmentações como “variáveis supressoras” (Babbie, 1999).

Portanto, identificar a tensão dessa lógica, como ela é constituída, é um desafio que este estudo sobre “A tradição reconfigurada: mandonismo, municipalismo e poder local” se impõe, para que não nos percamos na idéia de um mundo fragmentado, multicultural e atomizado, como alguns teóricos da sociologia, da antropologia, da ciência política, da história e da psicologia contemporânea vêm afirmado, por meio das teses do hibridismo “pós-moderno” e “pós-industrial”.

O cenário social contemporâneo, particularmente na Baixada Fluminense e no bairro da Rocinha, e, de modo geral, por toda a Região Metropolitana fluminense, se inspira nas pinturas abstratas, surrealistas, são como cenas de um filme, que, embora partidas, têm uma lógica. Essa lógica tem como estratégia de legitimação política o novo e espetacular como imperativo,<sup>144</sup> ou seja, o poder local, a democracia participativa como dramaturgia encenada e a cidadania ativa como celebridade televisiva como elementos constitutivos dessa “novidade política”; é a era da permanente atualização, é a configuração e reconfiguração de espaços e tempos que se volatilizam, tempos esses que provocam uma dispersão das redes de sociabilidade e afeto. Uma sucessão coercitiva, quase “natural”, de fragmentos e extinções, a vida social como um jogo de pôquer, a vida social como uma entropia, a vida social como um *bungee jumping*, em que se joga para o abismo o cotidiano de milhões de pessoas, a fim de tentar reconstruí-lo durante a queda.

Ao iniciar estas reflexões para a elaboração de uma tese de doutoramento, busquei na idéia do Estado moderno as noções de indivíduo e de individualismo, tendo Max Weber (1982) e Raymond Boudon (1996) como minhas referências para analisar as contradições entre o indivíduo e o coletivo, o individual e o social. Tendo igualmente o fundamento analítico que a tradição da filosofia política confere ao ser humano e às ações humanas como

<sup>144</sup> As idéias das novidades políticas e da dramaturgia encenada via meios de comunicação de massa, como televisão e rádio, no jogo pela conquista e manutenção do poder, conhecido vulgarmente como marketing político, são idéias estratégicas de dominação, percebidas e compreendidas por Kátia Mendonça em seu livro *A salvação pelo espetáculo – mito do herói e política no Brasil* (2002).

dotadas de uma razão prática, que procura viver uma sociabilidade fundada na palavra, na persuasão e no diálogo; portanto, estabelecadora de contratos de convivência. Daí centrar o olhar na história dos contratos de cidadania, valendo-me das teses de Max Weber (1982) e Louis Dumont (1985) sobre os individualismos, a ação social e a liturgia dramática das sociedades (Goffman, 1985). E como parâmetro de comparação, a história da cidadania no Estado-nação brasileiro, a partir da leitura dos livros *O arcaísmo como projeto*, de João Fragoso e Manolo Florentino (1993).

Mas minha opinião, formada através de alguns anos de pesquisa e observação, em particular no Rio de Janeiro e de maneira muito especial em minha pesquisa de campo em Nilópolis, Rocinha e Região Metropolitana do Rio de Janeiro de 2003 a 2006, tem indicado nesta pesquisa de tese de doutorado para o CPDA/UFRRJ que as diferenças no mundo urbano ruralizado<sup>145</sup> da Região Metropolitana do Rio de Janeiro são de tal ordem de grandeza que me parece quase inevitável o extermínio das populações pobres, desvalidas, indigentes e desclassificadas que habitam a grande urbe carioca-fluminense pela fome, pela AIDS, pela tuberculose, pelo analfabetismo e pelo escravismo contemporâneo. No Brasil do século XXI, em particular na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a elite mandatária emergente não poupará milhões de brasileiros desclassificados. Todos os invisibilizados, sejam favelados, indigentes ou periféricos, correm perigo, pois os “bopes”, os caveirões, os pistoleiros de aluguel e os grupos de extermínio legitimados os espreitam.

No Brasil do século XXI, tendo a Região Metropolitana do Rio de Janeiro como foco, as classes dominantes capitalistas e burguesas tradicionais e históricas a cada dia cedem seus lugares a uma elite mandatária endinheirada, e essa nova casta de mandatários foi um produto inesperado do patrimonialismo estatal, sendo gestado cuidadosamente pelos privilégios concentraçãoistas e racistas das elites mandatárias tradicionais brasileiras, que têm como referência histórica a cínica elite ideológica e cultural carioca europeizada desde o século XVIII.

Tocqueville expressou uma profunda desconfiança no que se refere ao exercício do poder e entendia como questão fundamental a necessidade de controles legítimos e limitações ao controle social e político do Estado. Para ele, independente da forma de governo, “Não há sobre a terra autoridade tão respeitável em si mesma, ou revestida de um direito tão sagrado, que eu deixaria agir sem controle e dominar sem obstáculos” (Tocqueville, 2005: 299).

No Brasil essa questão se agudiza face à nossa ideologia cultural patrimonialista, cujas instâncias de poder local não encontram obstáculos ao controle do seu exercício de poder no cotidiano em relação à coisa pública, pois classificam os segmentos da população que pertencem à comunidade política, ou seja, quem é a sociedade e quem inexiste.

Em suas fímbrias menos domesticadas, a mídia nos segreda que a reforma da Previdência está no bojo do contrato com o FMI que o governo Lula se comprometeu levar a cabo. Evidentemente, não por diabolismo, mas por lógica, as diretrizes do FMI são ditadas pelos interesses do capital internacional hegemônico. Desse modo, a reforma da Previdência propugnada pelo FMI insere o capital internacional no capítulo da privatização da previdência, sob o sugestivo nome de previdência complementar. Nessa teta espera o capital financeiro internacional mamar o que ainda resta do sangue dos trabalhadores explorados, porém classificados, brasileiros, seja por meio das contribuições individuais, seja por meio da contrapartida do governo. Aliás, o mesmo governo que se confessa falido e incapaz de administrar o rombo da Previdência, pelo seu projeto, se propõe despejar uma montanha de dinheiro na tal previdência complementar, via bancos estatais.

De acordo com a exposição crítico-analítica de Aloysio Biondi sobre o processo de privatização das empresas públicas brasileiras, qualquer cidadão brasileiro, mesmo pobre,

<sup>145</sup> Em sintonia com o pensamento de Roberto José Moreira e Luiz Flávio de Carvalho Costa, “podemos falar em um processo de urbanização do rural, da construção da cidadania” (Moreira & Carvalho Costa, 2002: 9).

poderia comprar uma dessas empresas, uma vez que o próprio governo emprestava o capital e concedia inúmeras facilidades. Aliás, o primeiro capítulo do livro tem um título sugestivo: “Compre você também uma empresa pública”. Claro e evidente que tais empréstimos e facilidades não estavam à disposição de qualquer morador da Rocinha, pois se orientavam dentro de um esquema que propiciou excelentes negócios para os compradores, mas péssimos para o Estado-nação brasileiro.

O esquema de privatizações levado a cabo no Brasil nas décadas de 80 e 90 do século XX tem características nitidamente patrimonialistas, de um patrimonialismo ibérico de Estado que remonta ao século XIV:

Sem sombra de dúvida, os meios de comunicação, com seu apoio incondicional às privatizações, foram um aliado poderoso. Houve a campanha de desmoralização das estatais e a ladainha do “esgotamento dos recursos do Estado”. Mais ainda: a sociedade brasileira perdeu completamente a noção – se é que a tinha – de que as estatais não são empresas de propriedade do “governo”, que pode dispor delas a seu bel-prazer. Esqueceu-se de que o Estado é mero “gerente” dos bens, do patrimônio da sociedade, isto é, que as estatais sempre pertenceram a cada cidadão, portanto a todos os cidadãos, e não ao governo federal ou estadual. (Biondi, 2000: 14)

A elite mandatária emergente, devagar, ocupa a máquina do Estado por suas beiradas e estabelece áreas de controle territorial e de serviços no dia-a-dia da população. Em certos territórios, ela substituiu na marra a pequena burguesia comercial e de serviços, difundindo com suas práticas ora lícitas, ora ilícitas e ora violentas, ora assistencialistas, uma incerteza social como clima de convivência; é arbitrária, coercitiva e geradora de medo e mortes, produz, com suas práticas, um sentido social anticivilizador, no qual as regras jurídicas e políticas de um Estado privatizado, já anacrônicas historicamente, nada valem e as relações interpessoais são atomizadas pelo silêncio necessário à sobrevivência. Assim se dá na guerra do gás na Rocinha e na guerra das vans na Baixada Fluminense e na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

Posso dizer que esses cenários são mapas de possibilidades; e que nós poderíamos, em um ato de devaneio e aventura intelectual, reconfigurar sonhos e desejos que ficaram para trás, andando devagar, ao longo do caminho da história desde o século XVIII; alternativas esquecidas, que se perderam nas ruelas de uma Paris de 1789. Poderíamos pelo menos tentar abrir nossos olhos, e não acreditar tanto no que nos promete a revolução científico-tecnológica contemporânea, e procurar enxergar algumas tendências em que a solidariedade, a igualdade e a liberdade fornecessem luz para nossas retinas cansadas.

Mas não confio nessa perspectiva. O caminho da população favelada da cidade do Rio de Janeiro e dos desclassificados da Baixada Fluminense no século XXI, tendo como referência o que tenho observado de 2003 a 2006, se assemelha ao percorrido por Dante Alighieri, tendo Virgílio como cicerone, em sua ida ao inferno.

Em minhas observações sobre as ONGs e o voluntariado, constatei que na solidão dos tempos contemporâneos e no sofrimento particularizado não se produzem solidariedades ou igualdades, sequer se produzem semelhanças ou simetrias, pois esses conceitos são anacrônicos em um tempo de auto-realização individual, que, para a maioria, se transforma em autodestruição pelas drogas, pelo álcool, pelo ócio coercitivo, pela solidão. Portanto, esses conceitos, como estilo de vida, são malditos para os novos tempos, os tempos envelhecidos do século XXI.

A história do tempo presente está engenheirando uma ação humana que faz um contraponto à razão, à estruturação e ao “regramento”, constatação feita pelo estudo de Denis Rosenfield (1988), ao introduzir o mal como categoria ético-política.

De maneira muito criativa, Rosenfield inverte a lógica do contrato de cidadania possível, centrado na idéia das boas intenções, do bem comum, do Estado mediador e provedor e da mitigação dos efeitos perversos da ordem social capitalista.

O racional do ser humano, nos envelhecidos tempos do século XXI, é uma racionalidade falaciosa, já que põe em confronto os valores gerados pelos pensamentos liberal e socialista clássicos, e as formas contemporâneas de violência política, pessoal e simbólica. A desregulamentação acelerada do Estado-nação, mesmo que patrimonialista e concentrador de riqueza e capital, em escala que vai do municipal ao nacional engendra formas classificatórias e totalitárias de vida social, de um cotidiano em que os indivíduos classificados socialmente tornam-se solitários e narcísicos, a partir da utilização maciça do desenvolvimento científico-tecnológico e da precarização e inconstância das relações humanas. Cria-se um cenário, ora de “arianismo” técnico-científico, ora de violência e barbárie naturalizadas e legítimas.

Chamo a atenção para o fato de que as formas totalitárias não são as tradicionais do totalitarismo do Estado, são privatizadas e individualizadas, ou pela prepotência do mercado ou pela barbárie da violência e dos exterminadores diariamente. É um totalitarismo centrado no individual narcísico e solitário, é a vontade absolutizada do indivíduo sobre ele mesmo e sobre os demais. Ou seja, é a soberania absoluta e plena de um eu solitário (Cerqueira Filho, 2005).

Nessa reflexão, ao introduzir o conceito de violência como um projeto individualizado do mal, de uma vontade deliberadamente maligna de uma elite mandatária emergente, tem-se a perversidade como categoria ético-política. Portanto, um conceito capaz de produzir realidades sociais factíveis. Tendo a perversidade como categoria sociológica analítica, tomo igualmente os conceitos de solidão e individualismo narcísico como idéias que foram recusadas pela maioria dos analistas sociais. Somente a psicanálise cuidou deles, e os analistas sociais, ao recusarem a idéia da existência de uma pulsão maligna, influenciaram de forma decisiva as mais diferentes vertentes do pensamento científico na área de ciências humanas, pois estabeleceram um silêncio sobre a perversidade e a maldade como sentimentos funcionais e estruturantes das dinâmicas políticas, do local ao nacional.

À medida que as idéias acima foram excluídas das preocupações analíticas, trabalharam-se os conceitos de ordem social e vontade, sendo que a idéia da vontade individual, a idéia da vontade de progresso, é a fonte constitutiva central de uma sociedade racional e administradora das ações humanas voltadas para o bem, que tem na ética do trabalho seu fundamento. A perversidade, a maldade, o eu narcísico e o eu auto-realizável eram analisados como acidentes, acasos, acontecimentos aleatórios não pertencentes a um projeto coletivo de sociedade e Estado.

Ao refletir sobre essas idéias, percebe-se uma configuração social assentada no desregramento como proposta, como meta a alcançar. O desregramento provoca desregulamentação, promovendo fragmentação e atomização. A desregulamentação como projeto final de uma ação específica do indivíduo narcísico, antiético e que tudo pode, a partir de seu absolutismo individual, tende a controlar os mecanismos de um Estado que, contemporaneamente, se desregulamenta como projeto político coletivo e mundializado, mantendo entretanto sua essência coercitiva, policial e genocida no local, na municipalidade.

Com base na leitura de Rosenfield (1988), deduzo que os eventos contemporâneos sobre a violência nas favelas cariocas e na Baixada Fluminense, por essa ótica, constituem-se em ações políticas e sociais determinadas que para nós ainda representam um projeto impreciso e indefinido, mas que começam a apontar indícios objetivos de que a questão da violência pode indicar ações que são efetivadas tendo como meta a destruição sistemática das redes tradicionais de sociabilidade, sem que se caia em contradição lógica. A chacina da

Baixada Fluminense em 31 de março de 2005 é evento paradigmático dessa lógica de dominação política dos mandatários locais.

Para a particularidade brasileira, pode-se afirmar, a partir da leitura do texto de João Fragoso e Manolo Florentino (1993), que estes estabeleceram as bases em que se pode, de forma afirmativa e prospectiva, indicar que o arcaísmo deu certo, constituindo-se hoje, como o foi no passado, em um projeto de contemporaneidade, como em Nilópolis.

Com efeito, do ponto de vista da meta das desregulamentações, tem que se ter a eliminação não somente de uma idéia de sociedade determinada, mas de tudo aquilo que entendíamos e imaginávamos até aqui por formas humanas de sociabilidade, que, na perspectiva dos meios de ação política, estar-se-ia em presença de formas regradas e sistemáticas de extermínio e violências múltiplas, sendo elas ideológicas, políticas, humanas, afetivas e simbólicas. Assim, as solidariedades volatilizam-se e se estabelecem subordinações pela força das armas e do medo generalizado, como na Baixada Fluminense, nas favelas cariocas e na Rocinha de forma peculiar e especial, pois esta é diferente das demais favelas.

Ao se tomar a perversidade, a maldade, o eu narcísico absolutista e auto-realizável como conceitos ético-políticos, e portanto sociológicos, temos que ter como contrapartida uma enunciação da natureza humana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro como um conjunto de proposições suscetíveis de serem transformadas por formas violentas, sendo que essa violência pode ser concreta ou subjetiva, material ou simbólica. Essas formas violentas se traduzem numa ação política de valorização do sucesso a qualquer custo e dos homens auto-realizáveis (Ribeiro, 1993a), e em uma não-política em que os mecanismos de dominação e poder tradicionais são perpetrados pela modernização discursiva, científica, tecnológica e das mídias de largo alcance, como rádio e televisão, mecanismos ideológicos e simbólicos que materializam o medo e valorizam a violência como ética política de ascensão social. Formam-se então grupamentos minoritários endinheirados, ou seja, uma elite emergente de mandatários despóticos nas localidades. Despotismo esclarecido e classificador via clientelismo e assistencialismo em Nilópolis, ou não esclarecido e auto-referenciado, como o da facção criminosa ADA, que controla a venda de drogas ilícitas na Rocinha e representa um tentáculo do narcopoder dos grupos sociais e vinculados às elites mandatárias financeiras reconhecidas e com status de cidadania.

A nova elite emergente de mandatários locais nas favelas e na Rocinha não tem nenhum interesse no futuro, pois seus passados são de humilhação, fome e desesperança. Só quem pensa no passado é quem quer construir uma civilização para o futuro, e, para uma nova elite emergente de mandatários, o passado só traz lembranças amorais e perversas; e, portanto, um sentimento de tristeza e morte, como na Baixada Fluminense, tendo Duque de Caxias como paradigma generalizante. Quem pensa com a história (Schorske, 2000) é quem tem um projeto de futuro, que produz valores transcendentes à sua época, que acredita estar vivendo um processo de construção permanente de uma nação. Esse não é o caso das novas elites mandatárias emergentes em favelas e municípios da Baixada Fluminense - com exceção de Nilópolis - no Estado do Rio de Janeiro, que querem viver o agora, sem passados e sem futuros.

A perversidade aparece como categoria, no sentido de conceito prático, isto é, um conceito que, provido de razão prática, dá conta de uma dimensão essencial do agir humano, a violência, que passa a produzir estruturação social e dar formas de organização precária e eventual às populações metropolitanas fluminenses (Lefebvre, 1999). Enfim, utilizar a perversidade como categoria sociológica analítica transforma o século XXI em algo suscetível de análise para as recentes perplexidades e medo coletivo televisados, sobretudo na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Ao tomar a perversidade como conceito prático, categoria ético-política, produz-se uma visibilidade assustadora sobre as elites mandatárias locais, ao mesmo tempo nos enchendo de esperanças e sonhos utópicos ao ver a busca de

reconhecimento, a luta por direitos, a revolta popular e o conflito civil dos novos movimentos sociais e populares em favelas e bairros populares na Baixada Fluminense.

A nova elite de mandatários locais despóticos e absolutistas se realiza no agora, pois acredita que suas vidas nada valem; e, apesar de endinheirados e prestigiados de maneira difusa e etérea, não passam de cadáveres baratos. Mais uma vez, Duque de Caxias e Rocinha são casos emblemáticos, ao contrário de Nilópolis.

Ao ter a perversidade como conceito político, como categoria sociológica analítica, esse conceito permite a mediação da percepção que transforma o Estado mediador e provedor em um Estado policial como projeto político. No Município de Nilópolis, de forma heterodoxa e contraditória, a tradição política de sua elite mandatária e sua longevidade no controle do poder municipal fazem com que exista um Estado mediador, provedor e classificador de forma ampla e quase universal para a população local, convivendo com – e legitimando – um Estado policial repressor público e privado.

O cenário social contemporâneo da Região Metropolitana do Rio de Janeiro engenheira mecanismos de matança simbólica do público, do coletivo, promovendo a emergência de novas e voláteis elites mandatárias locais pela violência e pela delinqüência, e fortalecendo uma perspectiva de individualismo autocentrado e auto-realizável (Ribeiro, 1993b). Os desclassificados sociais contemporâneos enfrentam não só a concentração cada vez maior das posses, riquezas e capitais, como igualmente, de maneira contundente, a ação de um Estado policial e tecnológico (Misse, 1999). E ainda enfrentam, em seu cotidiano, os mandatários locais, os fiscais do propinoduto, as gangues e redes criminosas, que mantêm a desclassificação e exterminam a esperança que a ética do trabalho produzia na população pós-1930 com o getulismo, mesmo que de forma precária e com alto nível de exploração do trabalhador.

Nesta reflexão, tendo a afirmar minha convicção de que o lugar do ser humano, tanto as mulheres como os homens, no século XXI está definido pela legitimação do desenvolvimento científico e tecnológico; está definido pelo genoma, pela bioquímica, pelo proteoma e pela deliberada confusão no estabelecimento de identidades sociais e culturais; ou seja, a cada dia se torna mais difícil obter um grupo de pertencimento. Mesmo que esse grupo seja a própria família; a formação do menor microgrupo social, que é um casal, é cada dia mais difícil.

Se quisermos outros destinos, diferentes daqueles que Dante descreveu em sua trajetória cruzando o inferno, devemos nos confrontar já com as variadas formas de individualismos fundamentalistas. E quando falo em individualismo, não estou usando o conceito generoso de Max Weber, que vê no indivíduo um ser coletivo, um ator social, capaz de traçar e enfrentar o seu destino. De construir uma civilização. Falo de um individualismo egocentrado, narcísico e solitário, falo do indivíduo que Lair Ribeiro (1993a, 1993b) tão bem descreve e comprehende. O indivíduo que se realiza em sua própria individualidade solitária e original. Que acredita ser o responsável, ele próprio, pelos sucessos e mazelas dos tempos contemporâneos (Ribeiro, 1993a) na Rocinha e na Baixada Fluminense.

Creio que o transmutação de um mundo de indivíduos auto-realizáveis para uma “sociedade de indivíduos”, como percebeu Norbert Elias (1994), passa necessariamente por uma reflexão profunda do sofrimento humano e das diferenças impostas por uma minoria de mandatários locais privilegiada em comparação com a multidão de desvalidos anônimos pelas favelas e bairros periféricos da cidade do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense, comparação essa que pode ser transposta para o universo social do complexo e múltiplo bairro da Rocinha, que tem, de um lado, mandatários com amplo prestígio e reconhecimento, cercados de indigentes e invisíveis.

Enfrentar esse desafio é uma tarefa acadêmica e política dolorosa e longa, e não nos traz nenhuma garantia de sucesso; vou mais longe, diante do que tenho visto de 2003 a 2006

na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, digo que nos traz pequenas e fugazes esperanças de sucesso.

Enfrentar a ideologia cultural da política brasileira contemporânea na Baixada Fluminense e nas favelas cariocas, no envelhecido século XXI, é uma atividade perigosa e incerta, contudo necessária. É uma das conquistas mais significativas do século passado, a meu ver, pelo que tenho observado em Nilópolis e na Rocinha, será ampliada radicalmente. Tenho percebido indícios e sinais de que, por estratégia de sobrevivência da legião de desclassificados, homens e mulheres serão rigorosamente iguais neste século de intolerâncias, de iniquidades e múltiplos fundamentalismos; serão iguais em suas lutas por reconhecimento, classificação e direitos, querem pertencer a uma sociedade, querem um Estado provedor de dignidade e, sobretudo, querem trabalho honesto.

O século XXI tornou inexorável o fim de uma ética social baseada no trabalho. Essa ética, que orientou a organização social de múltiplas sociedades, particularmente a sociedade capitalista ocidental (Weber, 1982), na qual o Brasil se inscreve, produziu conflitos sociais, lutas de classe e esperanças, alimentou sonhos de transformações sociais igualitárias, sonhos de mobilidade social e circulação territorial. Com o fim dessa ética, o trabalho deixa de ser a base de organização da sociedade, transformando o ócio coercitivo em mercadoria simbólica e hipervalorizada; insuflando os desejos mais profundos e primitivos de uma multidão de desesperançados a participar como consumidores de um mundo que os desclassifica e lhes confere identidade social como consumidores, mas não como cidadãos. O conceito de cidadania é transmutado para o de consumidor, e o de sociedade e Estado para o de mercado.

Como consequência, forma-se um modo de produção ilícito e paralelo, em que se fabricam de remédios e CDs a roupas, biscoitos e macarrões falsos, enquanto linhas de ônibus, kombis e vans piratas ocupam o espaço público. Atentam contra a cidadania precária e o Estado de direito anacrônico. O modo de produção paralelo e ilícito atua com todos os itens de uma pauta industrial e de serviços. Criam-se, assim, as possibilidades de ganhar capital, endinheirar, tornar-se o dono do pedaço, constituir-se em uma pequena casta de mandatários absolutistas, enfim, tornar-se membro de uma elite de poderosos locais por meio de um lucrativo comércio informal e ilegal de todos os tipos de mercadorias roubadas, falsificadas e de drogas, que se capilariza em nossos territórios, estando ao alcance de todos vinte e quatro horas por dia.

Pelo que tenho observado, tendo a afirmar preliminarmente que nosso dilema é que hoje as novas elites mandatárias emergentes nas localidades, de maneira quase geral, estão associadas a uma rede nacional e internacional dominada pelo capital financeiro, que controla territórios e aglomerados populacionais destituídos de sólidos vínculos de solidariedade política e coesão afetiva cultural, como na Baixada Fluminense. E o Estado real, anacrônico juridicamente, se relaciona com esses territórios sociais mediante a coerção policial ou o clientelismo, transformando o ilícito em mercadoria política monopolizada pelos poderes do Estado (Misse, 1999), e portanto passível de comércio e intercâmbio com as elites mandatárias locais emergentes, com a casta de mandatários locais e regionais, sejam elas lícitas e legítimas ou ilícitas e criminosas.

O fim da ética do trabalho produz um cenário cinzento no presente e obscuro para o futuro, pois as regras do mercado são as regras do capital, e este, a cada dia que passa, cada vez mais é gerado por gangues e redes criminosas hierarquizadas em escala mundial, das favelas, da Baixada Fluminense, da Bolsa de Valores de São Paulo até os paraísos fiscais no exterior e o "Vaticano" do mercado mundial que é Manhattan em Nova Iorque, e sua Bolsa de Valores com o índice Down-Jones.

No presente, as elites mandatárias locais na Baixada Fluminense e nas favelas cariocas parecem-me possuir os mesmos parâmetros de subjetividade coletiva de seus antepassados, pois ao longo de três séculos foram insensíveis ao crescente desequilíbrio social produzido no

Brasil pela imensa desclassificação de milhões de brasileiros (Faoro, 1994). Nossos territórios na cidade do Rio de Janeiro têm comandos paralelos, mais presentes e coercitivos que o do Estado anacrônico de fato. Quem conhece as vielas das favelas e as ruas dos bairros periféricos da cidade do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense sabe quem é que manda (Valladares, 2005).

Hoje, no Brasil, chegamos a um nível em que as dimensões das diferenças são de difícil solução, pois se consolidaram as desclassificações sociais clássicas e racistas, gerando-se novos tipos de mal-estar que se generalizam, indicando uma incapacidade estrutural para soluções; existe falta de coragem cívica e civilizatória para enfrentar as consequências de uma desclassificação em escala exponencial nas favelas cariocas, na Baixada Fluminense e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Nesse cenário, o que resta aos poderes públicos dos diversos níveis, cada vez mais desregulamentados, é transformar-se em uma vasta máquina policial mantenedora da ordem pública. Esse talvez seja o produto mais visível da recente desregulamentação do Estado getulista e de sua sociedade reconhecida como tal e transmutada em mercado livre e aberto. E mesmo assim essa vasta estrutura bem equipada e bem orçada é obsoleta e cooptada pela dinâmica social imposta pelas elites mandatárias emergentes, do local ao nacional (Balandier, 1976).

Portanto, quando se pergunta qual o papel da mulher e do homem no século XXI, como me fazem quase todos os dias estudantes, a imprensa, moradores da Rocinha, do Município de Nilópolis e da Baixada Fluminense, tendo a enfatizar que a desregulamentação do Estado acarreta de imediato uma desregulamentação das redes de sociabilidade na população, dilui os fundamentos éticos, tendo como decorrência uma ditadura da produção gerada por um sistema paralelo e ilícito de produção, que entretanto, apesar de paralelo, converge para o mercado financeiro mundializado e especulativo, com bancos tendo cada vez mais lucros em um país de PIB baixo, comparado com a média internacional e mesmo latino-americana.

Nesse cenário, os velhos perdem qualquer proteção ou respeito, e as crianças são seduzidas pelos ganhos produzidos pela delinqüência e por um sistema de produção de capital cujos valores se assentam na violência e na barbárie. E cada um de nós busca proteção em redutos de solidão e individualidade. Estabelecemos, como nos castelos medievais, fossos de proteção contra os outros. A realidade cotidiana nos mostra que as blindagens são inócuas para uma violência que é de novo tipo. Ela faz parte da regra do jogo nos tempos envelhecidos do século XXI, tempos de violência e solidão.

## CONCLUSÕES

- No Município de Nilópolis não encontramos uma ruptura com o estado de direito, mas sim o seu reforço por meio das instituições, sejam oficiais ou sociais. Dessa forma, a luta pelo controle do poder local, ou seja, o controle do território e da população, se dá dentro das regras formalmente estipuladas pela democracia representativa, com todas as distorções e manipulações incrustadas no aparato legal e na ideologia da cultura política legitimada no país.
- Em Nilópolis encontramos o poder estruturado num modelo tradicional, com forte apelo assistencialista e práticas políticas orientadas pelo mandonismo e pelo patrimonialismo, tendo como centro de gravidade o jogo do bicho e como suporte extralegal o apoio à pistolagem e aos grupos de extermínio.
- Todos os municípios da Baixada Fluminense originários da divisão de Nova Iguaçu tiveram suas elites mandatárias substituídas por novos grupos ascendentes ao poder local, sem contudo mudarem o estilo e os padrões de exercício do poder. Nilópolis é o único município da região da Baixada em que uma única família exerce a hegemonia política, de 1927 até o tempo presente.
- As características de ocupação territorial, uso e controle do espaço na Rocinha envolvem a existência de vários territórios, bairros distintos e comunidades de interesse; por isso, o poder local é entendido de forma atomizada, existindo muitas localidades e muitos poderes locais, não se podendo falar em poder local da Rocinha como um todo, embora persista de forma subterrânea a vigilância permanente operada pela facção criminosa ADA, que controla a venda de drogas ilícitas, denominada pela mídia de narcotráfico e, pelo autor dessa tese, de déspotas locais do narcopoder.
- Ao contrário de outras favelas do Rio de Janeiro, onde o narcopoder controla militarmente o território, no bairro da Rocinha há um complexo arranjo político entre o narcopoder e as múltiplas e diferenciadas lideranças locais e comunitárias, sendo a Rocinha uma cidade aberta, como a definem muitos de seus moradores e é de interesse do narcopoder lá existente.
- A ética do favor, percebida por Vitor Nunes Leal, Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro, é um evento social que caracteriza o domínio de uma pequena elite mandatária local sobre a maioria da população, mediante a distribuição de assistencialismos, caridades, trabalho, emprego e pequenos ganhos financeiros, assegurando assim um predomínio político e ideológico que caracteriza as trocas assimétricas do clientelismo. Pode-se assim afirmar que existe uma ética do favor dos dominantes para subordinar a maioria da população. No Município de Nilópolis, esse padrão ideológico da cultura política brasileira é um indício, que se manifesta em muitas evidências, da relação mando-obediência no cotidiano da cidade.
- Nas favelas cariocas, e a Rocinha não é exceção, a ética do favor apresenta um significado antagônico ao percebido no Município de Nilópolis, pois o favor no mundo dos desclassificados ganha um conteúdo de solidariedade e ajuda mútua, fazendo com que desvalidos e desclassificados interajam para gerar ações que lhes assegurem mecanismos mínimos de sobrevivência e sociabilidade parental. Contudo

não se pode generalizar essa noção como a única perspectiva do favor nas favelas e na Rocinha, pois também encontramos nelas a ética do favor no sentido clássico da compreensão sociológica produzida por Maria Isaura de Queiroz, Luís Henrique Bahia, Vitor Nunes Leal e outros, sobretudo nas relações de força estabelecidas pelas facções criminosas ligadas ao narcopoder.

- A idéia de trabalho, a partir do final dos anos 80 do século XX, deixa de ser o fundamento do Estado-nação brasileiro e de sua sociedade reconhecida e classificada, e portanto, como valor ético e eixo de organização de desejos, vontades e esperanças, vem desaparecendo para uma parcela significativa da população na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.
- O trabalho, ao deixar de ser o fator ético catalisador da organização social, também promove um desarranjo nas subjetividades coletivas. A ética do trabalho, ao ser descartada, é substituída pela ética do sucesso em uma sociedade do espetáculo, promovendo a emergência em escala crescente da violência e da religiosidade pentecostal como formas de reagrupamento simbólico e concreto de indivíduos desesperançados pela não-classificação social.
- Diante de um cotidiano dominado pelo ócio coercitivo, uma nova hierarquia de valores societais começa a ser produzida. A violência é a principal deles, chegando a um tal nível que parece estabelecer-se como novo centro ético de comportamento; assim já o é em vários territórios da cidade do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense.
- As dimensões das diferenças são de difícil solução, consolidam desclassificações sociais clássicas e geram novos tipos de mal-estar que se generalizam, indicando uma incapacidade estrutural para soluções; existe falta de coragem cívica e civilizatória para enfrentar as consequências do descarte social em escala exponencial existente nas favelas e na Baixada Fluminense.
- Por mais paradoxal que possa parecer, a propalada crise da democracia política representativa no Brasil, em meu entendimento, não existe tal como formulada por diversos atores sociais e políticos que militam defendendo teses de democracia participativa direta e cidadania ativa. Observei, tanto na Baixada Fluminense como nas múltiplas favelas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que existe uma tensão permanente que se transforma em revoltas populares atomizadas e conflitos civis fortuitos, os quais, longe de desqualificar a democracia política representativa, a fortalecem, particularmente pós-Constituição Federal de 1988, que incorporou ao ordenamento jurídico-político brasileiro um conjunto de mecanismos de participação direta da população, tanto no exercício do Poder Executivo municipal como nos diversos níveis do Poder Legislativo (Figueiredo & Limongi, 1999), fazendo com que a democracia política representativa viva, sim, uma pressão para se ampliar, para classificar novos segmentos da população como sociedade civil e, portanto, transmutar a não-cidadania em cidadania, ao incorporar demandas por direitos e respeito.
- Há um esgotamento no estoque de idéias criativas e construtivas, tanto do Estado como da sociedade reconhecida e classificada. É a vitória do individualismo narcísico e solitário, que acarretou a dissolução das redes tradicionais de sociabilidade das populações pobres, abrindo possibilidades políticas e históricas para um rearranjo das redes de sociabilidade, hoje coagidas e/ou seduzidas pela violência como valor ético de convivência cotidiana.
- A crise da segurança pública reflete um estímulo da ideologia cultural da política brasileira, pois a crise que revela o desespero é generalizada pelas mídias de largo alcance, rádio e televisão, e se difunde na população pela falta da esperança que era produzida pela ética do trabalho do Estado getulista pós-1930. As pessoas foram

dominadas pelo ceticismo das largas diferenças do agora e da ausência de perspectivas de classificação e melhora para o futuro.

- As classes dominantes capitalistas e burguesas tradicionais e históricas, a cada dia, cedem seus lugares a uma nova elite endinheirada nas localidades, no regional e no nacional, e essa nova casta de mandatários foi um produto inesperado, apesar de gestado cuidadosamente pelos privilégios concentraçãoistas e racistas das elites mandatárias históricas e tradicionais brasileiras.
- As novas elites emergentes locais, devagar, ocupam a máquina do Estado por suas beiradas e estabelecem áreas de controle territorial e de serviços no dia-a-dia da população. Em certos territórios, elas substituíram na marra a pequena burguesia comercial e de serviços, difundindo com suas práticas, ora lícitas, ora ilícitas e violentas, a incerteza social como clima de convivência. São arbitrárias, coercitivas e geradoras de medo e mortes. Produzem, com suas práticas, um sentido social anticivilizador, no qual as regras do Estado nada valem e as relações interpessoais são atomizadas pelo silêncio necessário à sobrevivência, sobretudo nas favelas e na Baixada Fluminense.
- As elites mandatárias emergentes locais, na Baixada Fluminense e na Rocinha, porém não em Nilópolis, não têm nenhum interesse no futuro, pois seus passados são de humilhação, fome e desesperança. Só quem pensa no passado é que quer construir uma civilização para o futuro, e, para as novas elites de mandatários voláteis, o passado só traz lembranças amorais e perversas; e, portanto, um sentimento de tristeza e morte. Quem pensa com a história é quem tem um projeto de futuro, que produz valores transcendentes à sua época, que acredita estar vivendo um processo de construção permanente de uma nação. Esse não é o caso dos exterminadores de aluguel que passam a mandatários, os quais querem viver o agora, sem passados e sem futuros.
- As novas elites de mandatários locais se realizam no agora, pois acreditam que suas vidas nada valem; seus membros, apesar de endinheirados, não passam de cadáveres baratos.
- Nosso dilema é que hoje essa elite local absolutista de emergentes está associada a uma rede mundializada dominada pelo capital financeiro, controla territórios e aglomerados populacionais que não possuem sólidos vínculos de solidariedade social e coesão afetiva cultural. E o Estado real se relaciona com esses territórios sociais por meio da coerção policial ou do clientelismo, transformando o ilícito em mercadoria monopolizada pelo Estado, e portanto passível de comércio e intercâmbio com os mandatários locais e regionais.
- Para mim, como sociólogo, a história é uma fonte inesgotável de riquezas, um tesouro político, cultural e educacional. E é da experiência concreta da história que se podem extrair lições e experiências para enfrentar o futuro envelhecido precocemente do século XXI.
- O confronto que proponho contra o individualismo narcísico e solitário passa necessariamente por conhecer como, nos séculos passados, as elites mandatárias tradicionais do Brasil apostaram na idéia de que seria melhor construir um Estado gerador de privilégios do que um Estado promotor e defensor da cidadania clássica. Passa necessariamente por desvendar a trama de hostilidades e perversidades que foram cometidas contra a população pobre, particularmente com os escravos africanos e seus descendentes; por entender como o arcaísmo foi o projeto de futuro para as elites mandatárias em formação no século XVIII no Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, S.H. *Os despossuídos: crescimento e pobreza no país do milagre*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ALKMIM, A.C. "A morfologia sócio-espacial da favela de Rio das Pedras". In: Burgos, M. B. (org.) *A utopia da comunidade – Rio das Pedras, uma favela carioca*. Rio de Janeiro: PUC; São Paulo: Loyola, 2002.
- ALMEIDA, A. *A república das elites – ensaio sobre a ideologia das elites e do intelectualismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- ALVES FILHO, A. "Acerca do 'modo de produção das idéias' na América Latina". In *Achegas – Revista de Ciência Política*, nº 19, 2004a. <http://www.achegas.net/>. Acesso em 22/04/2004.
- \_\_\_\_\_. "Favela-Bairro". In: *Olhar Virtual*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004b. [www.olharvirtual.ufrj.br](http://www.olharvirtual.ufrj.br). Acesso em 28/09/2004.
- \_\_\_\_\_. *A América Latina na Folha e no Clarin - Um estudo sobre a construção da identidade da América Latina nos noticiários dos jornais A Folha de São Paulo e no Clarin de Buenos Aires*. (Tese de Doutorado) Brasília: UnB, 1997. (mimeo)
- ALVES, J.C.S. *Dos barões ao extermínio – uma história da violência na baixada fluminense*. Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2003.
- ALVITO, M. *As cores de Acari - uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001.
- ARENKT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.
- BABBIE, E. *Métodos de pesquisas de Survey*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 1999.
- BACON, F. *Novum organum*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- BAHIA, L.H.N. *O Poder do clientelismo - raízes e fundamentos da troca política*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
- BALANDIER, G. *Antropologia política*. São Paulo: Difusão Européia do Livro / Editora da Universidade de S. Paulo, 1969.
- \_\_\_\_\_. *As dinâmicas sociais*. São Paulo: Difel, 1976.
- BARREIRA, I.A.F. "Entre a rebeldia e a disciplina: dimensões simbólicas e políticas nos movimentos sociais urbanos". In: *Brasil Urbano: cenários da ordem e da desordem*. Rio de Janeiro: Notrya; Fortaleza: Sudene: Universidade Federal do Ceará, 1993.
- BAUDRILLARD, J. *À sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BAUMAN, Z. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BENDIX, R. *Construção nacional e cidadania*. São Paulo, SP: EDUSP, 1996.
- BIONDI, A. *O Brasil privatizado – um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- BOBBIO, N. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Igualdade e liberdade*. Rio de Janeiro, Ediouro, 1996.
- BOTTARI, E. "A Cidade de Deus traça o seu próprio destino". *O Globo*, 12/12/04. Rio de Janeiro, 2004.
- BOTTOMORE, T.B. *As elites e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

- BOUDON, R. *Efeitos perversos e ordem social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Tratado de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- BOURDIEU, P. “O campo científico”. In: Ortiz, R. (org.) *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983.
- BRANDÃO, G.M. “Democracia municipal na mira” in. *Prefácio. Prefeitos na mira: análise dos processos de afastamento dos prefeitos paulistas*. São Paulo: Ed. Biruta, 2001.
- BRESSER PEREIRA, L.C. *Reforma do Estado para a cidadania*. São Paulo: Editora 34, 1998.
- BUENO, R. *O ABC do entreguismo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- BURGOS, M.B. “Favela, cidade e cidadania em Rio das Pedras”. In: Burgos, M. B. (org.) *A utopia da comunidade – Rio das Pedras, uma favela carioca*. Rio de Janeiro: PUC; São Paulo: Loyola, 2002.
- \_\_\_\_\_. “Cidade, territórios e cidadania”. In: *Dados*, vol 48, nº 1, pp. 189-222. Rio de Janeiro, 2005.
- CARAUTA, A. “Mais do que saciar apetites”. In: *Jornal do Brasil*, 24/11/04. Rio de Janeiro, 2004.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, L.R. *Direito legal e insulto moral – dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- \_\_\_\_\_. “Honra, dignidade e reciprocidade”. In: *Direitos negados: questões para uma política de direitos humanos* / Secretaria de Estado de Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Centro de Documentação e Pesquisa da SEDH, 2004.
- CARVALHO, J.M. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1987.
- \_\_\_\_\_. “Entre a liberdade dos antigos e a dos modernos: a república no Brasil”. In: *Dados*, vol 32, nº 3. Rio de Janeiro, 1989.
- \_\_\_\_\_. “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual”. In: *Dados*. v.40, n.2, p.229 – 250. Rio de Janeiro, 1997.
- CARVALHO COSTA, L.F. *Sindicalismo rural brasileiro em construção*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.
- CASTELLS, M. *Lutas urbanas e poder político*. Porto, Portugal: Afrontamento Editores, 1976.
- \_\_\_\_\_. *A sociedade em rede: Volume I. A era da informação, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A questão urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CAVALCANTI, A. M. *Samba, Jogo do Bicho e Narcotráfico: a rede de relações que se forma na quadra de uma escola de samba em uma favela do Rio de Janeiro* (Dissertação de Mestrado). Niterói, UFF, 2001. (mimeo)
- CERQUEIRA FILHO, G. *Reflexões em torno de uma teoria do discurso político*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.
- \_\_\_\_\_. *A “Questão Social” no Brasil – crítica do discurso político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Autoritarismo afetivo – A Prússia como sentimento*. São Paulo: Escuta, 2005.
- CERQUEIRA FILHO, G. e NEDER, G. *Emoção e política: (a) ventura e imaginação sociológica para o século XXI*. Porto Alegre: Fabris, 1997.
- CESAR, A. “Informe do Dia”. In: *O Dia*, 23/11/04. Rio de Janeiro, 2004.
- CHAUÍ, M. *Cultura e democracia*. São Paulo: Editora Moderna, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CHOMSKY, N. *Propaganda ideológica e controle do juízo público*. Rio de Janeiro: Achiamé, s/d

- COELHO, E.P. *Os universos da crítica*. Lisboa: Martins Fontes, 1987.
- COELHO, F.U. *Para entender Kelsen*. São Paulo: Saraiva, 2001.
- COSTA, B. *O drama da classe média*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.
- COSTA, E.V. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo, Grijalbo, 1977.
- COUTINHO, C.N. “A democracia como valor universal”. In: *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 9, pp. 33-47. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- DAHRENDORF, R. *Homo sociologicus*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.
- DALLARI, D.A. *O que é participação política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- DAMATTA, R. *A questão da cidadania num universo relacional. A casa & a rua*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.
- D'ÁVILA FILHO, P.M. *Democracia, clientelismo e cidadania: a experiência do orçamento participativo no modelo de gestão pública da cidade de Porto Alegre*. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro, IUPERJ, 2000. (mimeo)
- D'ÁVILA FILHO, P.M., JORGE, V.L. & COELHO, A.F. “Acesso ao poder – clientelismo e democracia participativa desconstruindo uma dicotomia”. In: *Democracia e novas formas de participação política. Civitas Revista de Ciências Sociais*, V. 4, nº 2. Porto Alegre: PUCRS, 2004.
- DEBORD, G. *A Sociedade do Epetáculo – Comentários sobre a Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- DELPHINO, P. e ELOY, P. “PF prende executivos da Kroll por espionagem”. In. *O Globo*, 28/10/2002.
- DEMAZIÈRE, D. & DUBAR, C. *Analyser les entretiens biographiques – l'exemple de récits d'insertion*. França: Nathan, 1997.
- DIAS, M.R. “Da capilaridade do sistema representativo. Em busca da legitimidade nas democracias contemporâneas”. In. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*. Vol. 4, nº 2, jul-dez. p. 201-376. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- DIEGUEZ, G.K. “Deus e o diabo na terra da carnavaлизação”. In: *Comum, v 5 – nº 14 (janeiro / julho)*, Rio de Janeiro: Faculdades Integradas Hélio Alonso, 2000.
- DINIZ, E. *Voto e máquina política*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Crise, reforma do Estado e governabilidade*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- DOIMO, A. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- DOMINGUES, J.M. *Sociologia e modernidade: para entender a sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Criatividade social, subjetividade coletiva e a modernidade brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.
- DONATO, H. *Dicionário das mitologias americanas*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- DRSKA, A., IBASE, HERINGER, R. *A Gente enterra o morto, silencia e se conforma: a violencia em Nova Iguaçu e Nilópolis na visão dos seus moradores*. Rio de Janeiro: IBASE, 1990. 26f. -. (Cadernos IBASE, 8).
- DUMONT, L. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Homo hierarquicus – o sistema das castas e suas implicações*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. 4ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.
- DUSO, G. “Introdução”. In: Duso, G. (org.) *O poder – história da filosofia política moderna*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- DUTRA, P. “Modelo equivocado”. In: *Época*, nº 283. São Paulo: Ed. Três, 2003.

- ECO, U. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- EIGEN, P. "Entrevista", In. Revista Veja, ano 34 – nº 16, São Paulo: Editora Abril, abril de 2001.
- ELIADE, M. *O mito do eterno retorno*. Lisboa: Edições 70, 1985.
- ELIAS, N. *Sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 1994.
- \_\_\_\_\_. *O processo civilizador. Volume 2: Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 1998.
- ELIS, B. *Veranico de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.
- ENGELMANN, A. Os estados subjetivos: uma tentativa de classificação de seus relatos verbais. São Paulo: Ática, 1978.
- ESCODA, M.S.Q. *A determinação social da fome e a intervenção do Estado*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1989. (mimeo.)
- FACÓ, R. *Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- FAORO, R. *Machado de Assis - A Pirâmide e o Trapézio*. Porto Alegre: Editora Globo, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1976.
- \_\_\_\_\_. *A Assembléia Nacional Constituinte A Legitimidade Recuperada*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Existe um Pensamento Político Brasileiro?* Rio de Janeiro: Editora Ática, 1994.
- FERREIRA, J. "Dispositivos discursivos e o campo jornalístico". in. *Ciberlegenda*. nº. 9, 2002. Disponível em <http://www.uff.br/mestcii/jairo4.htm>. Acesso em 14/03/2005.
- FERREIRA, M.L.P. *O Grêmio Recreativo Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis sob direção artística de João Jorge Trinta*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1982. (mimeo)
- FIGUEIREDO, A.C. & LIMONGI, F. *Executivo e legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999.
- FIGUEIREDO, E. A. "Paradoxo da globalização". In: *Comum*, v 5 – nº 14 (janeiro / julho), Rio de Janeiro: Faculdades Integradas Hélio Alonso, 2000.
- FRAGOSO, J. & FLORENTINO, M. *O arcaísmo como projeto: mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790-c.1840*. Rio de Janeiro, RJ: Diadorim, 1993.
- FRASER, N. "A justiça social na globalização". In: *Globalização: fatalidade ou utopia?* Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2002. [www.eurozine.com](http://www.eurozine.com). Acesso em 14/03/2005.
- FREYRE, G. *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- FREITAS, V. *Famílias ilustres nilopolitanas*. Nilópolis: Prefeitura de Nilópolis, s/d.
- FREUD, S. *Psicopatologia da vida cotidiana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- \_\_\_\_\_. "Escritores criativos e devaneios". In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- FRY, P. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GARRET, A. *A entrevista – seus princípios e métodos*. Rio de Janeiro: Agir, 1974.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- GEIGER, P.P. *Notas sobre a evolução da ocupação humana da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1955.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Fundação UNESP, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Modernização reflexiva*. São Paulo: Fundação UNESP, 1998.
- GINZBURG, C. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

- \_\_\_\_\_. *Mitos, emblemas, sinais – morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Relações de força – história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GÓES, C. *O país do silêncio – um estudo sobre a literatura de José Lins do Rego e os anos 30 no Brasil: Menino de Engenho, Bangüê e Usina*. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1986. (mimeo)
- GOFFMAN, E. *A representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1985.
- GOLDMAN, X. *Documentos Históricos: resgate da memória da comunidade judaica de Nilópolis*. Nilópolis, RJ: Comissão Pró-Memória de Nilópolis, 1998.
- GORENDER, J. *Direitos humanos – o que são (ou devem ser)*. São Paulo: Senac, 2004.
- GOVERNO FEDERAL. *Plano Diretor da Reforma do Estado*. Brasília: 1995. [http://www.planejamento.gov.br/gestao/conteudo/publicacoes/plano\\_diretor/portugues/objetivos.htm#Globais](http://www.planejamento.gov.br/gestao/conteudo/publicacoes/plano_diretor/portugues/objetivos.htm#Globais). Acesso em 17/11/2005.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.
- GUGLIANO, A.A. “Democracia, participação e deliberação. Contribuição ao debate sobre possíveis transformações na esfera democrática”. In: *Civitas – Revista de Ciências Sociais*. Vol. 4, nº 2, jul-dez. pp. 201-376. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- GUIMARÃES, A.P. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- HABERMAS, J. “Modernidade versus pós-modernidade”. In *Arte em revista*, nº 7, 1983.
- HIRSCHMAN, A.O. *A retórica da intransigência – perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- HORTA, R.O. “Sindicato não pode ser correia de transmissão do governo, a luta é pela autonomia política” (Entrevista). In: *Crítica Social*, nº 4, abril/junho. Rio de Janeiro: ADIA, 2004.
- HYPOLITO, A. *Imagens de um povo sofrido*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.
- IPAHB. *Resumo histórico da Baixada Fluminense*. 2005. Acesso em 30/09/05. Disponível em <http://www.ipahb.com.br/sintesehist.php>
- IPEA, *Radar Social*. Brasília: Ipea, 2005.
- \_\_\_\_\_, *Relatório sobre desigualdades sociais e concentração de renda no Brasil e Relatório sobre concentração de renda nos demais países do mundo da ONU*. disponíveis em <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em 13/07/2005.
- JAGUARIBE, H. et al. *Brasil, 2000 – para um novo Pacto Social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- KEHL, M.R. “Eu vi um Brasil na TV”. In: *Um país no ar – história da TV brasileira em 3 canais*. São Paulo: Brasiliense/Funarte, 1986.
- KELLER, S. *O destino das elites*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1967.
- KELSEN, H. *Teoria pura do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- KLEIN, M. *O sentimento de solidão – nosso mundo adulto e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Imago, 1971.
- KOVARICK, L. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- KRISTEVA, J. *Possessões*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.
- LAMPEDUSA, G.T. *O leopardo*. São Paulo, São Paulo: Victor Civita, 1974.
- LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 5<sup>a</sup> ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

- LEEDS, E. “Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: ameaças à democratização em nível local”. In: Zaluar, A. & Alvito, M. (orgs.) *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- LEFEBVRE, H. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DPSA, 1999.
- \_\_\_\_\_. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEFORT, C. *Desafios da escrita política*. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.
- LEME, N. P. “Sem punição”. In. *O Globo*, 11/06/05. Rio de Janeiro, 2005.
- LINS, P. *Cidade de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- LÔBO, E.M.L. “Conflito e continuidade na história brasileira”. In: KEITH, H. & EDWARDS, S.F. (orgs.) *Conflito e continuidade na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- LONDON, E. *Vivência judaica em Nilópolis*. Rio de Janeiro: Imago, 1999.
- LUDEMIR, Julio. *Sorria, você está na Rocinha*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- MACHADO, R.A. “Sob duas conchas e dois palácios”. In. *Direito em debate*. Disponível em [http://www.direitoemdebate.net/art\\_duasconchas.html](http://www.direitoemdebate.net/art_duasconchas.html). Acesso em 22/02/2005.
- MACHADO DA SILVA, L.A. “Violência urbana: representação de uma ordem social”. In: Nascimento, E.P. & Barreira, I.A.F. (orgs.) *Brasil urbano – cenários da ordem e da desordem*. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.
- \_\_\_\_\_. “A continuidade do ‘problema da favela’”, in L. L. Oliveira (org.), *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- MAFFESOLI, M. *Dinâmica da violência*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, Edições Vértice, 1987.
- MALAGUTI BATISTA, V. *O medo na cidade do Rio de Janeiro – dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.
- MARCONDES FILHO, C. *Quem manipula quem? - poder e massas na indústria da cultura e da comunicação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- MARSHALL, T.H. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1976.
- MARTIN, R. *Sociologia do poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- MARTINS, C.E. “Prefácio”. In. DINIZ, E. *Voto e máquina política*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- MARTINS, M. “Queremos resposta”. In. *O Globo*. 14/08/05. Rio de Janeiro: O Globo Revista, 2005.
- MARX, K. *O 18 brumário*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- MARX, K. & ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MEDEIROS, M. “A construção de uma linha de riqueza a partir da linha de pobreza”. in *Texto para discussão nº 812*. IPEA, 2001.
- \_\_\_\_\_. “Os ricos e a formulação de políticas de combate à desigualdade e à pobreza no Brasil”. In: *Texto para discussão nº 984*. IPEA, 2003a.
- \_\_\_\_\_. “As teorias de estratificação da sociedade e o estudo dos ricos”. in *Texto para discussão nº 998*. IPEA, 2003b.
- \_\_\_\_\_. “O estudo dos ricos no Brasil”. in Revista Econômica, Rio de Janeiro, v. 7, nº 1, p. 99-128, 2005.
- MELLO E SOUZA, L. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira do século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- MELO, P. *O matador*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.
- MENDONÇA, K. *A salvação pelo espetáculo – mito do herói e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

- MENDONÇA, M.C. *Raízes da formação administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: IHGB, 1972.
- MERTON, R. "A ciência e a ordem social". In: *Teoria e Estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- MILLS, C.W. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- MINAYO, M.C.S. (org.). *Bibliografia comentada da produção científica brasileira sobre a violência e saúde*. Rio de Janeiro: ENSP, 1990.
- MIR, L. *Guerra civil: estado e trauma*. São Paulo: Geração Editorial, 2004.
- MISSE, M. *Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. (Tese de Doutorado). IUPERJ, Rio de Janeiro, 1999. (mimeo)
- MOISÉS, J.A. *Os brasileiros e a democracia – bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática, 1995.
- MOREIRA, T.M.S. *Chacinas & Falcatruas*. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2003.
- MOREIRA, R.J. & CARVALHO COSTA, L.F. "O rural no presente". In: Moreira, R.J. & Carvalho Costa, L.F. (orgs) *Mundo Rural e Cultura*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- MORENO, J.B. "Audiência". In: *O Globo*, 10/07/99. Rio de Janeiro: O Globo, 1999.
- MORIN, E. *Cultura de Massas no Século XX (O Espírito do Tempo)*. Rio de Janeiro: Forense / Universitária, 1975.
- MORSE, R. *O espelho de Próspero – cultura e idéias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- NASCIMENTO, E.P. "A lógica perversa da crise: o caso dos movimentos sociais urbanos no Brasil". In: *Brasil Urbano: cenários da ordem e da desordem*. Rio de Janeiro: Notrya; Fortaleza: Sudene: Universidade Federal do Ceará, 1993.
- NEDER, G. "Cidade, Identidade e exclusão social". In: *Tempo*. Vol 2, nº 3. pp. 106-134. Rio de Janeiro, 1997.
- Disponível em <http://gladiator.historia.uff.br/tempo/textos/artg3-5.PDF>. Acesso em 25/02/05.
- \_\_\_\_\_. *Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil*. Porto Alegre: Sergio Fabris Editor, 1995.
- OLIVEIRA JR, F. "Nova tendência, novo partido ou simplesmente conviver neste PT?". In: *Crítica Social*, nº 4, abril/junho. Rio de Janeiro: ADIA, 2004.
- OLIVEIRA, M. *A noite dos favelados – a tragédia da Rocinha*. Rio de Janeiro: Scorpio Editora, 1984.
- OLIVEIRA, O.F. "O municipalismo e a cultura política brasileira". In: *Achegas – Revista de Ciência Política*, nº 14, 2004. <http://www.achegas.net/>
- OLIVEIRA CHAIA, R. *La reforme de l'état: administration et politique au Brésil*. (Tese de Doutorado). Université Montesquieu – Bordeaux IV, 1999.
- ORTIZ, R. *Cultura e modernidade*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- OSBORN, R. *Psicanálise e marxismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- OSSOWSKI, S. *Estrutura de classes na consciência social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.
- PANDOLFI, D. "História e identidade: a gestação de uma rede de memória das favelas cariocas". In: *A memória das favelas*. Rio de Janeiro, Comunicações do ISER nº 59, ano 23, 2004.
- PEREIRA, W. *Cana, café & laranja – história econômica de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: FGV, 1977.
- \_\_\_\_\_. *A mudança da vila: história iguaçuana*. Nova Iguaçu: Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer, 1997.

- PERROT, M. *Os excluídos da história – operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- PINSKY, J. “Somos todos corruptos?” In: *O Estado de São Paulo* (31/07/92), São Paulo, 1992.
- \_\_\_\_\_. “Introdução”. In: Pinsky, J. & Pinsky, C.B. (orgs.) *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.
- PRADO, W. *História Social da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense, 2000.
- PUTNAM, R.D. *Comunidade e democracia – a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- QUEIROZ, L.L.R.F. *Movimento amigos de bairro de Nova Iguaçu: o povo exige passagem*. (Dissertação de Mestrado). IUPERJ, Rio de Janeiro, 1981. (mimeo)
- QUEIROZ, M.I.P. *O mandonismo local na vida política do Brasil*. São Paulo: Institutos de Estudos Brasileiros / USP, 1956.
- RAMOS, G. *Introdução crítica à sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- REALE, M. *Brasil, sociedade plural*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2001.
- REIS, E.P. *Processos e escolhas - estudos de sociologia política*. Rio de Janeiro, RJ: Contra Capa, 1998.
- REIS, F.W. “O institucional e o constitucional – responsabilidade e realismo na análise do processo político brasileiro”. In: *Cadernos PCP*, nº 3, março. Belo Horizonte:UFMG, 1976.
- RIBEIRO, J.U. “Nós somos mesmo é um bando de ladrões”. In: *O Globo*. Domingo, 12/12/04. Rio de Janeiro, 2004.
- RIBEIRO, L. *O sucesso não ocorre por acaso – você pode mudar sua vida*. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 1993a.
- \_\_\_\_\_. *Comunicação global – a mágica da influência*. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 1993b.
- RIVIÈRE, C. *As liturgias políticas*. Rio de Janeiro: Imago, 1989.
- ROBINSON, W.P. *Linguagem e comportamento social*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- ROCHA, A. *Igualdade e desigualdade social*. São Paulo: Fulgor, 1967.
- RODRIGUES, J.H. *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- RODRIGUES, L.M. “Sindicalismo corporativo no Brasil – persistência e mudança”. In: *Ciências Sociais 1 – Trabalho e cultura no Brasil*. Recife, Brasília: ANPPCS/CNPq, 1981.
- ROSENFIELD, D. *Do mal - para introduzir em filosofia o conceito de mal*. Porto Alegre, RS: LPM, 1988.
- SACHS, I. “O Estado e os parceiros sociais: negociando um pacto de desenvolvimento”. In: BRESSER PEREIRA, L.C., WILHEIM, J. & SOLA, L. (orgs.) *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2001.
- SAHLINS, M. *Uso y abuso de la biología*, Madrid: Siglo XX, 1999.
- SANCHES, M.G. “Sesmarias: instituto jurídico e instrumento de colonização”. In: *Revista Ciências Humanas*. Rio de Janeiro, v. 21, nº 2, p. 177 – 200, dez. 1998.
- SANT’ANA, L.C.R. *Utopia brasileira: um estudo sobre a trajetória da aspiração nacional à modernidade* (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998. (mimeo)
- SANTOS, B.S. *O discurso e o poder – ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica*. Coimbra: CAD, 1980a.
- SANTOS, J.R. *Épuras do Social - Como podem os intelectuais trabalhar para os pobres*. São Paulo: Global Editora, 2004.

- SANTOS, M. *A urbanização desigual – a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- SANTOS, R. “O agrarismo sindical dos comunistas brasileiros”. In: Moreira, R.J. & Carvalho Costa, L.F.(orgs) *Mundo Rural e Cultura*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- SANTOS, R. & CARVALHO COSTA, L.F. “Camponeses e política no pré-64. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, nº 8, pp. 83-117, abril 1997.
- SARTI, I. “A construção midiática do poder: avaliação crítica da literatura”. In: *Comum*, v 5 – nº 14 (janeiro / julho), Rio de Janeiro: Faculdades Integradas Hélio Alonso, 2000.
- SCHORSKE, C.E. *Pensando com a história - Indagações na passagem para o modernismo*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2000.
- SCHWARTZ, R. *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo: Editora 34, 1977.
- SCHWARTZMAN, S. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Brasília: UNB, 1982.
- SEGALA, L. *O riscado do balão japonês: Trabalho comunitário na Rocinha (1977-1982)* (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 1991. (mimeo)
- \_\_\_\_\_. “Varal de Lembranças: recados para quem for reacender o balão japonês”. In: *A memória das favelas*. Rio de Janeiro, Comunicações do ISER nº 59, ano 23, 2004.
- SENNETT, R. *Respeito – a formação do caráter em um mundo desigual*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- SILVA, J. *Violência e identidade social: um estudo comparativo sobre a atuação policial em duas comunidades no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UERJ/IFCH, 2005. (mimeo)
- \_\_\_\_\_. *Violência e racismo no Rio de Janeiro*. Niterói: EdUFF, 2003.
- SILVA, M.R.F. “A revitalização do local como espaço de constituição de uma nova cidadania”. In: Baptista, D., Soria, M., Silveira, M. L., Silva, M. R., Storni, M. O. T. & Manfroi, V. M. (orgs.) *Cidadania e subjetividade*. São Paulo: Imaginário, 1997.
- SIMMEL, G. “A metrópole e a vida mental”. In: Velho, O.G. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987, p. 11-25.
- SINGER, P. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- SIRKIS, A. “O desarmamento e o avestruz”. In: *Jornal do Brasil*, 17/07/05. Rio de Janeiro: JB, 2005.
- SKIDMORE, T.E. “O negro no Brasil e nos Estados Unidos”, In: *Revista Argumento*, nº. 1. outubro, pp. 25-45. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1988.
- SKINNER, Q. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- SOARES, J.A. “Lei orgânica e plano diretor: limites políticos e novos reconhecimentos sociais”. In: *Brasil Urbano: cenários da ordem e da desordem*. Rio de Janeiro: Notrya; Fortaleza: Sudene: Universidade Federal do Ceará, 1993.
- SOARES, L.E. *A Invenção do Sujeito Universal: Hobbes e a política como experiência dramática do sentido*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1995.
- SOARES, M.T. *Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo grande Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1962.
- SODRÉ, M. *O Brasil simulado e o real – ensaios sobre o quotidiano nacional*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.
- SOLA, L. “Reformas do Estado para qual democracia? O Lugar da Política”. In: BRESSER PEREIRA, L.C., WILHEIM, J. e SOLA, L. (orgs.) *Sociedade e estado em transformação*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- SOUZA, J. *A construção da subcidadania – para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

- SOUZA, J.A. *Sociabilidades emergentes: Implicações da dominação de matadores na periferia e traficantes nas favelas.* (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2001. (mimeo)
- STEPAN, A. *Estado, corporativismo e autoritarismo.* São Paulo: Paz e Terra, 1980.
- SUSSEKIND, E. "A Manipulação Política da Criminalidade". In: *Ciência Hoje*, v. 5, supl. 28, p. 10-11. Rio de Janeiro, 1987.
- TAVARES, F. "Mitologização midiática: os mitos emergentes da televisão". In: *Comum*, v 5 – nº 14 (janeiro / julho), Rio de Janeiro: Faculdades Integradas Hélio Alonso, 2000.
- TAVARES, M.C. *Da falsa "Via Prussiana" à falsa Via Liberal.* São Paulo: Folha de São Paulo, 22/09/96. Disponível em <http://www.eco.unicamp.br/artigos/tavares/artigo35.htm>. Acesso em 03/03/2005.
- THOMPSON, J.B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia.* Petrópolis: Vozes, 1998.
- TOCQUEVILLE, A. *A democracia na América. Livro 1 – Leis e Costumes.* São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- TÔRRES, G. *Baixada Fluminense – a construção de uma história: sociedade, economia, política.* São João de Meriti, RJ : IPAHB Ed., 2004.
- TRAGTENBERG, M. *Administração, poder e ideologia.* São Paulo: Moraes, 1980.
- TRIGO, L. "As palavras e as coisas". In: *O Globo*, 13/08/05. Rio de Janeiro, 2005.
- TURNER, B. *Outline of a theory of citizenship – sociology.* The Journal of the British Sociological Association, vol. 24, no. 2, 1990.
- VALLA, V.V. "Participação popular e saúde: a questão da capacitação técnica no Brasil". In: Valla, V. V. & Stotz, E. N. (orgs.) *Participação popular, educação e saúde: teoria e prática*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.
- VALLADARES, L.P. *Pensando as favelas do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2003.
- \_\_\_\_\_. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com.* Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- VELHO, G. "Violência e cidadania". In: *Dados*. Rio de Janeiro, v. 23, nº 3, p. 361-364, 1980.
- VIANNA, O. *Instituições políticas brasileiras.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1955.
- VIDAL, D. "A linguagem do respeito. A experiência brasileira e o sentido da cidadania nas democracias modernas". In: *Dados Revista de Ciências Sociais*, vol. 46, nº 2, pp. 203-413. Rio de Janeiro: Iuperj, 2003.
- WEBER, M. *Ensaios de sociologia.* (Gerth, M. e Mills, C.W orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- \_\_\_\_\_. *A ética protestante e o espírito do capitalismo.* São Paulo: Cia. das Letras, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Economia e sociedade.* Vol. 1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.
- WEHLING, A. "O escravo em juízo no Brasil Colonial". in *Revista Ciências Humanas*. Rio de Janeiro, v. 21, nº 2, p. 157-176, dez. 1998.
- WELLBAUM, A. *Brasil fracassa em reduzir corrupção, indica estudo.* [www.bbc.co.uk](http://www.bbc.co.uk). Acesso em 20/10/2004.
- WHYTE, W. F. *Sociedade de esquina.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- WOLKMER, A.C. *História do Direito no Brasil.* Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- WOLTON, D. *Pensar a comunicação.* Brasília: UNB, 2004.
- YOUNG, J.M. "Outubro de 1930: conflito ou continuidade?". In: KEITH, H. & EDWARDS, S. F. (orgs.) *Conflito e continuidade na sociedade brasileira.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

ZALUAR, A. *Cidadãos não vão ao paraíso - juventude e política social*. São Paulo, SP: Escuta, 1994a.

\_\_\_\_\_. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza* . São Paulo: Brasiliense, 1994b.

\_\_\_\_\_. “Crime, medo e política”. In: Zaluar, A. & Alvito, M. (orgs.) *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.